

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ARIADNE SOUZA TEIXEIRA

ESTRATÉGIAS DE ESCOLARIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS DE GRUPOS DO
AGRONEGÓCIO DE MATO GROSSO DO SUL: LEITURAS NA TEORIA
BOURDIEUSIANA

CAMPO GRANDE/MS

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ARIADNE SOUZA TEIXEIRA

ESTRATÉGIAS DE ESCOLARIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS DE GRUPOS DO
AGRONEGÓCIO DE MATO GROSSO DO SUL: LEITURAS NA TEORIA
BOURDIEUSIANA

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Orientadora: Profª Drª Jacira Helena do Valle Pereira Assis.

CAMPO GRANDE/MS

2019

ARIADNE SOUZA TEIXEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Jacira Helena do Valle Pereira Assis - UFMS
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Cláudia Valente Cavalcante – PUC/GO
Membro titular

Prof.^a Dr.^a Célia Beatriz Piatti - UFMS
Membro titular

Campo Grande, _____ de _____ de 2019.

Teixeira, Ariadne Souza

Estratégias de escolarização das famílias de grupos do agronegócio de Mato Grosso do Sul: leituras na teoria Bourdieusiana. Ariadne Souza Teixeira – Campo Grande, MS: UFMS, *Campus* de Campo Grande, 2019.

204 p.

Orientadora: Jacira Helena do Valle Pereira Assis

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus* de Campo Grande, 2019.

1) Estratégias de escolarização; 2) Famílias; 3) Agronegócio

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me conduzido e amparado durante todo o processo de realização do mestrado, por ter me fortalecido nos momentos de dificuldade e, por me iluminar e me impulsionar sempre, no sentido de meus objetivos. Agradeço sua amorosa presença em minha vida e, por ter me proporcionado momentos de muita felicidade no decorrer destes dois anos.

Agradeço imensamente a minha orientadora, profa. Jacira Helena, por toda a bondade e generosidade com que conduziu nosso trabalho de pesquisa. Registro aqui, minha admiração e profunda gratidão, por alguém que consegue equilibrar tão bem a exigência e a generosidade, sempre atenta a seus orientandos, enxergando seus limites e possibilidades, impulsionando e cobrando sempre que necessário, mas de forma bondosa e generosa. Um grande exemplo de profissional e uma pessoa maravilhosa.

Agradeço a minha família querida, meus pais, Faete Jacques Teixeira e Eleanora A. de Souza Teixeira, aos meus irmãos, Larissa, Faete e Rafael, por todo o auxílio, pelo suporte psicológico e emocional durante todo esse período. Pelas palavras de amor e incentivo, pela paciência e bondade que tiveram para comigo.

Por fim, agradeço aos amigos, colegas de mestrado, Paolla Rocha, Jéssica Urbietta, Juliano Pedrozo e Abigail Astofe, por todo o auxílio que me dispensaram quando eu precisei.

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo identificar e analisar as estratégias de escolarização acionadas pelas famílias de grupos do agronegócio de Mato Grosso do Sul, para assegurar a reprodução dos capitais sociais, econômicos, culturais e escolares, bem como sua reprodução social, a fim de explicitar como se constitui as distinções destes grupos e, consequentemente, a produção das desigualdades sociais. Esta pesquisa da Linha de Pesquisa Educação, Cultura, Sociedade/PPGEDU/FAED/UFMS se insere na lacuna de estudos acadêmicos acerca das estratégias de escolarização acionadas pelas famílias de grupos do agronegócio de Mato Grosso do Sul, identificada a partir de buscas realizadas nas plataformas: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, *Scielo* (*Scientific Electronic Library Online*), bem como nos periódicos da Capes. O aporte teórico desta investigação encontra-se nos estudos produzidos por Pierre Bourdieu e seus interlocutores. Com o intento de aproximar das questões suscitadas por este estudo, realiza-se uma revisão bibliográfica acerca do objeto em questão, assim como aprofundamentos da teoria a ser operada. Do ponto de vista metodológico, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e aplicados questionários com cinco famílias residentes no estado de MS, com o escopo de produzir informações sobre os agentes do estudo. Os resultados sinalizam que, as famílias investigadas apresentam um elevado capital econômico, expresso pela posse de propriedades rurais de médio e grande porte, pela posse de mais negócios/empresas, imóveis, bens de consumo diversos e volume de gastos com a escolarização dos filhos; e também elevado capital cultural, escolar e informacional, expresso, principalmente, pelo nível de instrução dos pais e pelo conhecimento do campo escolar e suas hierarquias, bem como pela capacidade de mobilização de estratégias nesse campo; e não tanto por práticas culturais distintivas relacionadas com a alta cultura ou cultura legitimada. Observamos que as famílias atribuem papel fundamental à escolarização como forma de assegurar a reprodução social da família. As estratégias de escolarização acionadas são a escolha do estabelecimento de ensino, estratégias de acompanhamento da vida escolar e do desempenho dos filhos, e a realização de atividades extracurriculares. O papel da escolarização na reprodução das famílias vincula-se a ideia de que a escola propiciará aos herdeiros a aquisição e ampliação do capital cultural das famílias, portanto, a reprodução do capital cultural, sob a forma de conhecimentos e aprendizagens, bem como desenvolvimento cognitivo, fundamentais aos herdeiros para assegurar a reprodução dos diversos capitais de que as famílias são detentoras. Os resultados sinalizam que as famílias fazem parte de frações mais favorecidas, detentoras de meios e recursos econômicos, culturais, sociais e simbólicos que asseguram a estas vantagens e privilégios, nas disputas por manter ou subverter sua posição nos diferentes campos sociais.

Palavras-chave: Estratégias de escolarização. Famílias. Agronegócio.

ABSTRACT

The objective of this study is to identify and analyze the schooling strategies promoted by the families of agribusiness groups in Mato Grosso do Sul to ensure the reproduction of social, economic, cultural and school capitals, as well as their social reproduction, in order to make explicit how the distinctions of these groups are constituted and, consequently, the production of social inequalities. This research of the Research Line Education, Culture, Society/PPGEDU/FAED/UFMS is inserted in the academic studies gap about the strategies of schooling triggered by the families of agribusiness groups of Mato Grosso do Sul, identified from searches made on the platforms: Catalog of Thesis and Dissertations of CAPES, Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations – BDTD, Scielo (Scientific Electronic Library Online), as well in the periodicals of Capes. The theoretical contribution of this research is in the studies produced by Pierre Bourdieu, as well as by his interlocutors. With the aim of approaching the issues raised by this study, a bibliographical review about the object in question, as well as deepening of the theory to be operated, is carried out. From the methodological point of view, semi-structured interviews were carried out and questionnaires were applied with five families living in the state of MS, with the scope of producing information about the agents of the study. The partial results indicate that the families investigated have a high economic capital, expressed by the possession of medium and large rural properties, by the possession of more businesses/companies, real estate and various consumer goods; and also a high cultural, educational and informational capital, expressed by the level of education of the parents and the knowledge of the school field and its hierarchies, as well as by the capacity to mobilize strategies in this field. We observed that families attribute a fundamental role to schooling as a way of ensuring the social reproduction of the family. Thus, the strategies of schooling are the choice of the school, strategies to follow school life and the performance of children, and extracurricular activities. The role of schooling in the reproduction of families is linked to the idea that the school will allow the heirs to acquire and expand the cultural capital of families, and thus the reproduction of cultural capital in the form of knowledge and learning, as well as cognitive development, fundamental to the heirs to ensure the reproduction of the various capitals of which the families are owners. We consider that families are part of the most favored fractions, possessing economic, cultural, social and symbolic means and resources that guarantee these advantages and privileges, in the disputes to maintain or subvert their position in the different social fields.

Key words: Schooling strategies. Families. Agribusiness.

LISTA DE SIGLAS

ABAG - Associação Brasileira do Agronegócio
ACRISSUL - Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul
BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações),
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná
FAMASUL - Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul
GEPASE - Grupo de Estudos e Pesquisas em Antropologia e Sociologia da Educação
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INFOAGRO - Sistema Integrado de Informações Agropecuárias
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MS - Mato Grosso do Sul
MT - Mato Grosso
PLANURB - Instituto Municipal De Planejamento Urbano
PTF - produtividade total dos fatores
PIB - Produto Interno Bruto
PRODEGRAN - Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados
PRODEPAN - Programa de Desenvolvimento do Pantanal
POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PNPC Programa - Nacional de Papel e Celulose
PROALCOOL - Programa Nacional do Alcool
PRODOESTE - Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste
PENSA - Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial
PUC/RIO - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica De São Paulo
PPGEdu/UFMS - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
SAGs - Sistemas Agroindustriais
SEMADE - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico
SEMAGRO - Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar
SENAR-PR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Estado do Paraná
USP - Universidade de São Paulo

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UNICAMP - Universidade de Campinas

UFSJ - Universidade Federal de São João del-Rei

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados comparativos MS e MT: área, população, número de municípios e produção, 1977.....	63
Tabela 2 - Estabelecimentos agropecuários por condição de produtor 2006 em Campo Grande MS.....	65
Tabela 3 - Estrutura Fundiária de Campo Grande 2006.....	65
Tabela 4 - Estabelecimentos agropecuários por condição de produtor 2006.....	78
Tabela 5 - Estabelecimentos agropecuários por grupo de área 2006.....	79
Tabela 6 - Distribuição dos estabelecimentos e área por atividade econômica 2006.....	81
Tabela 7 - Efetivo de rebanhos (cabeças) 2010-2014.....	82
Tabela 8 - Produção agrícola (em toneladas), 2011 a 2015.....	84
Tabela 9 - Exportação dos 20 maiores produtos, 2014-2015 (U\$\$ FOB).....	85
Tabela 10 - Descrição das características das propriedades rurais das famílias.....	110
Tabela 11 - Pessoas de 10 anos ou mais, economicamente ativa na semana de referência, segundo rendimento médio mensal.....	114
Tabela 12 - Itens de consumo familiar que as famílias têm em casa.....	116
Tabela 13 - Gasto mensal com a escolarização dos filhos.....	117
Tabela 14 - Grau de escolaridade dos pais e avós paternos e maternos das famílias.....	119
Tabela 15 - Nível de conhecimento em línguas estrangeiras.....	120
Tabela 16 - Indicadores das práticas culturais das famílias.....	123
Tabela 17 - Hábitos de leitura.....	127
Tabela 18 - Uso da televisão pelos pais.....	128
Tabela 19 - Gosto musical dos pais.....	129
Tabela 20 - Elementos utilizados na escola em que o filho estuda.....	138
Tabela 21 - Utilização de diferentes recursos para escolha da escola.....	139
Tabela 22 - Aspectos considerados importantes na escolha da escola.....	142
Tabela 23 - Ocasões em que os pais procuram a escola.....	146
Tabela 24 - Atitudes dos pais em relação a realização de tarefas.....	148
Tabela 25 - Quando ajuda nas tarefas escolares.....	151
Tabela 26 - Principal fonte de informação do desempenho do filho.....	152
Tabela 27 - Trajetória escolar dos filhos.....	153
Tabela 28 - Realização de atividades extraescolares.....	155

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Sujeitos da pesquisa.....	48
Quadro 2 – Renda mensal das famílias, incluindo todos os moradores da casa.....	113
Quadro 3 – Negócios possuídos pelas famílias.....	115

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Brasil com destaque na região Centro-Oeste.....	46
Figura 2 – Mapa do Estado de Mato Grosso do Sul.....	47
Figura 3 – Conjunto de atividades que compõem o Agronegócio.....	74
Figura 4 – Abate de bovinos no Brasil, principais estados, 2016.....	83

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Delimitação do estudo/justificativa/formulação do problema.....	14
1.2 Questões teóricas e metodológicas	20
1.3 Noções centrais na teoria bourdieusiana mobilizadas na pesquisa.....	28
1.3.1 Família	28
1.3.2 Estratégias.....	30
1.3.3 Estratégias educativas.....	32
1.3.4 Campo.....	36
1.3.5 Capitais	38
1.3.6 Reprodução	41
1.3.7 Considerações sobre as famílias e o <i>lócus</i> da pesquisa	44
1.3.8 Considerações sobre a estrutura do Relatório da Dissertação	49
2 A CRIAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E O AGRONEGÓCIO: CAMPOS ECONÔMICO, POLÍTICO E SOCIAL	51
2.1 Caracterização histórica, social e econômica de Mato Grosso do Sul	51
2.2.1 Campo do Agronegócio em Mato Grosso do Sul.....	72
3 FAMÍLIAS E PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO DE GRUPOS DAS ELITES DO AGRONEGÓCIO DE MATO GROSSO DO SUL.....	96
3.1 Famílias e tradições das famílias do agronegócio e a escolarização em Mato Grosso do Sul	97
3.2 Retratos sociológicos das famílias.....	109
3.2.1 Caracterização e indicadores de capital econômico	110
3.2.2 Caracterização e indicadores do capital simbólico, cultural e escolar	118
4 ESTRATÉGIAS DE ESCOLARIZAÇÃO DE FAMÍLIAS DE GRUPOS DAS ELITES DO AGRONEGÓCIO DE MATO GROSSO DO SUL	131
4.1 Estratégias acionadas na escolarização dos filhos.....	131
4.2 Famílias do agronegócio e reprodução social: primeiras aproximações	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	171
REFERÊNCIAS	180
APÊNDICES	186
ANEXOS	204

1 INTRODUÇÃO

1.1 Delimitação do estudo/justificativa/formulação do problema

A gênese desta investigação foi suscitada no decorrer da trajetória acadêmica empreendida no curso de Pedagogia, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no transcurso dos anos de 2012-2015, bem como pela participação no Grupo de Estudos e Pesquisas em Antropologia e Sociologia da Educação – GEPASE/UFMS.

A vivência acadêmica, tanto no curso de graduação quanto no grupo de estudos, proporcionou-me a construção de uma relação profícua com o conhecimento. Assim, o mundo social passou a ser visto, interpretado e indagado sob “novas lentes”, novos referenciais, novos paradigmas, haja vista que, considero que a riqueza do saber uma vez apropriada torna-se parte do nosso ser.

O contato com o referencial teórico bourdieusiano deu-se, inicialmente, no Curso de Graduação, mais especificamente durante a disciplina de Fundamentos Sociológicos da Educação, e posteriormente, aprofundado com a participação no grupo de estudos GEPASE/UFMS.

A partir do contato e aprofundamento dos aportes teóricos produzidos por Pierre Bourdieu tenho buscado construir uma compreensão mais ampla acerca do espaço social e suas estruturas, sobre o agente e sua ação nessas estruturas, sobre as dimensões materiais e simbólicas do mundo social, bem como sobre os jogos sociais desenvolvidos nos diferentes campos sociais. Bourdieu propõe a compreensão do mundo social de forma relacional a partir de conceitos como agente, campo, *habitus*, capitais e estratégia.

Tais conceitos mostraram-se relevantes e elucidativos, bem como enriqueceram minha forma de compreender, analisar e investigar as dinâmicas presentes na relação entre famílias e instituições escolares. Neste percurso questões relacionadas às desigualdades e à reprodução emergiram como preocupações centrais de estudo. Fato que se deve também à minha trajetória de vida pessoal, visto que provenho de uma família de origem humilde, cujo trabalho, esforço e valorização da educação promoveu certa ascensão, tanto do capital econômico quanto do capital cultural do conjunto familiar – meus pais possuem apenas o ensino médio e, dos 4 filhos, um possui doutorado em Engenharia Elétrica (realizado no

exterior - EUA), uma possui mestrado em Psicologia, eu com o mestrado em Educação e, um que possui ensino superior incompleto.

Desse modo, elaborei como Trabalho de Conclusão de Curso, um estudo intitulado: “Escola pública de prestígio: um estudo de caso sobre o acesso no colégio militar de Campo Grande – Mato Grosso do Sul”, no qual busquei perscrutar os aspectos que configuram o êxito de determinados estudantes no exame de seleção realizado no Colégio, o papel das famílias na obtenção deste êxito, bem como analisar a existência de um caráter seletivo e excludente deste exame, que por sua vez poderia favorecer os favorecidos e desfavorecer os desfavorecidos.

Após a produção, apresentação e aprovação do projeto do Trabalho de Conclusão de Curso, continuei a frequentar/participar do grupo de estudos GEPASE/UFMS e participei do processo seletivo para ingresso no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – PPGEdu/UFMS. Para tanto, elaborei um anteprojeto de pesquisa que manteve como cerne as questões e problematizações que permearam minha trajetória acadêmica, qual sejam questões relacionadas às desigualdades, relações família e escola.

Assim, propus no momento da seleção ao curso de Mestrado, o anteprojeto de pesquisa intitulado: “Estratégias de escolarização da elite do agronegócio de Mato Grosso do Sul”, cujo principal objetivo era desvelar as estratégias de escolarização acionadas pelas famílias da elite do agronegócio de Mato Grosso do Sul, para assegurar a reprodução dos capitais sociais, econômicos, culturais e escolares.

Após o ingresso no PPGEdu/UFMS, e posterior discussão e reestruturação do anteprojeto de pesquisa, bem como a existência de alguns percalços quanto à viabilização deste, redefinimos o projeto de pesquisa que passou a intitular-se: “Estratégias de escolarização das famílias de grupos do agronegócio de Mato Grosso do Sul: leituras na teoria Bourdieusiana”.

A realização de tal pesquisa justifica-se, em primeiro lugar, pelo fato de que não existem estudos acadêmicos que tenham adotado como objeto de estudo famílias de grupos ligados ao agronegócio em Mato Grosso do Sul e, como se desenvolve seu processo de escolarização. Não foram encontrados estudos sobre a temática em levantamentos feitos nas plataformas BDTD¹ (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), Catálogo de Teses

e Dissertações da Capes², *SciELO*³ (*Scientific Electronic Library Online*), bem como nos periódicos da Capes⁴. Assim, verificamos a existência de uma lacuna.

Em segundo lugar, outro fato que justifica a realização deste estudo é que mais da metade da área de Mato Grosso do Sul, destina-se à agropecuária, haja vista que este Estado teve seu desenvolvimento como resultado dos processos de transformações históricas, econômicas, sociais e políticas, desde então, ligadas à agropecuária; bem como, a existência de um quantitativo significativo de fazendeiros no Estado de Mato Grosso do Sul.

Segundo dados disponibilizados pela Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul - FAMASUL, por meio da publicação do Balanço Anual do Agronegócio sul-mato-grossense - INFOAGRO 2013/2014, Mato Grosso do Sul possui uma área total de 35 milhões de hectares, dos quais 11 milhões estão preservados (31%); 20 milhões destinam-se à pecuária (56%); e os outros 4 milhões à agricultura (11%); mais da metade da área do Estado destina-se à agricultura e pecuária, fato decorrente, dentre outros fatores, do clima favorável oferecido pelo Estado, o solo fértil, bem como a disponibilidade de água e energia solar em abundância.

A convergência destes fatores, faz do Estado uma região propícia ao desenvolvimento da agropecuária, bem como para todos os negócios ligados às suas cadeias produtivas, configurando o agronegócio como principal motor da economia de Mato Grosso do Sul (INFOAGRO, 2015). Tal fato revela a importância e pertinência do tema de pesquisa proposto, no contexto político e social do Estado, tendo em vista que busca desvelar movimentos e comportamentos de uma fração da sociedade, que como Mills (1981, p. 12) revela, é “[...] composta de homens cuja posição lhes permite transcender o ambiente comum dos homens comuns, e tomar decisões de grandes consequências”, por comandarem “[...] as principais hierarquias e organizações da sociedade moderna.” (MILLS, 1981, p. 12).

Compreendemos que o campo do agronegócio se reveste de incontestável valor econômico, social e simbólico na atualidade - ideia sistematicamente veiculada por diferentes mídias sociais e que, portanto, faculta aos agentes ou famílias a ele vinculados distinção e prestígio social. Torna-se importante elucidar que o campo do agronegócio se estrutura a partir das relações estabelecidas entre os agentes implicados neste campo – que vão desde agentes/organismos internacionais que expressam os interesses do capital financeiro mundial;

¹ Disponível em: <<http://www.bdbtd.ibct.br>>. Acesso em: 10/04/2017

² Disponível em: <<http://catalogodeteses.capes.gov.br>>. Acesso em: 10/04/2017

³ Disponível em: <<http://www.scielo.org>>. Acesso em: 10/04/2017

⁴ Disponível em: <<https://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 10/04/2017

quanto agentes políticos governamentais; agentes ligados diretamente ao campo/fazenda “de dentro da porteira”, como fazendeiros, agricultores, pecuaristas, entre outros; e agentes indiretamente ligados “de fora da porteira”, como indústria de insumos, agrotóxicos, entre outros - que dotados dos capitais específicos que lhes facultam força e poder nas disputas levadas a cabo no campo, bem como envolvidos pela *illusio* do campo, legitimam o campo e a si mesmos, e garantem as condições de seu funcionamento e perpetuação.

Haja vista a complexidade da cadeia de agentes implicados no campo do agronegócio, nos ateremos, neste estudo, aos agentes diretamente ligados ao agronegócio, como alguns estudos denominam “de dentro da porteira”, quais sejam famílias de fazendeiros donos de propriedades rurais no estado de Mato Grosso do Sul. Nesse sentido, consideramos importante desvelar os movimentos de uma fração da população do estado detentora de vantagens e privilégios – econômicos, sociais, culturais e simbólicos - que se reveste de distinção e de prestígio social, por auferir os dividendos de distinção do seu estilo de vida específico, particular.

O estilo de vida ou modo de ser do fazendeiro constitui-se por um conjunto de práticas e de consumos que os diferenciam dos demais agentes ou grupos de agentes, isto porque as práticas e os consumos são classificáveis e classificantes, e exprimem, diferentes sistemas de propriedades ou estruturas patrimoniais, portanto, as divisões sociais, que são reconhecidas e percebidas como legítimas pelo conjunto dos agentes sociais, ou seja, da sociedade.

Sendo estas famílias, parte integrante do campo do agronegócio, temos como suposição que suas ações, tomadas de posição e estratégias, assim como dos demais agentes implicados no campo, fornecem as condições de seu funcionamento e perpetuação, haja vista que um campo não existe por si só, mas pelas relações estabelecidas entre os diversos agentes que o compõem; apropriam-se, também, do valor social, da distinção e da legitimidade que sua presença no campo lhes faculta.

Nesta perspectiva, é importante compreender que estas famílias empreendem estratégias que têm por escopo assegurar sua reprodução, com todos os privilégios e vantagens de que são detentoras, ou seja, assegurar a reprodução de seus capitais econômico, cultural, social e simbólico; contribuindo, assim, para a reprodução das estruturas do espaço social. Tais estratégias configuram um sistema de estratégias, pois comportam estratégias de diversos tipos, como estratégias educativas, de fecundidade, matrimoniais, sucessórias, profiláticas, de investimento social, econômicas, entre outras.

Dentre as estratégias acionadas pelas famílias com o escopo de assegurar sua reprodução social, as estratégias educativas ocupam o primeiro lugar, e compreendem um conjunto de práticas com vistas a assegurar o sucesso escolar dos herdeiros, bem como a aquisição dos capitais cultural, social, simbólico e, posteriormente, econômico, imprescindíveis aos herdeiros para a manutenção ou ampliação do patrimônio familiar; através de ações, como a escolha do estabelecimento de ensino, acompanhamento da vida escolar, acompanhamento do desempenho dos filhos, realização de atividades extraescolares, realização de intercâmbio, recurso a professores particulares, entre outras.

Compreendemos, desse modo, conforme elucida Bourdieu, a família como “[...] um privilégio instituído como norma universal” (BOURDIEU, 2004, 130), por configurar-se como o *locus*, por excelência, de acúmulo e transmissão dos capitais econômico, cultural, social e simbólico de que são detentores. As famílias empreendem ações como um agente ativo dotado de “uma vida e um espírito coletivos e de uma visão específica de mundo” (BOURDIEU, 2004, p. 125), como corpos integrados, por um trabalho de instituição prática e simbólica, cujas estratégias visam a conservação e/ou ampliação do seu patrimônio e, conseqüentemente, de sua posição social.

Consideramos que as famílias de grupos ligados ao agronegócio, carregam uma distinção em relação às demais, sendo famílias privilegiadas e detentoras de vantagens diversas, que ao empreender estratégias educativas - dentre outras estratégias - com o escopo de assegurar a reprodução dos capitais de que são detentoras e de sua posição social, contribuem para a conservação das estruturas sociais, ou seja, para a reprodução das desigualdades sociais, das divisões sociais, bem como das relações de força e dominação/subjugação entre as diferentes classes.

Suas estratégias são empreendidas no sentido de assegurar a reprodução da sua estrutura patrimonial, e assim contribuem para a manutenção/perpetuação da ordem social. Isto porque, as famílias que possuem recursos e privilégios possuem um maior domínio das estratégias de reprodução, mais recursos e maiores possibilidades de mobilização de estratégias e êxito nos diferentes campos sociais; enquanto aquelas que nada tem ou pouco tem, apresentando pouco ou nenhum domínio das estratégias de reprodução, poucas chances terão de ser bem sucedidas ou mesmo possibilidades de empreender estratégias nos diferentes campos sociais.

Assim, a pesquisa tem como objetivo principal identificar e analisar as estratégias de escolarização acionadas pelas famílias de grupos do agronegócio de Mato Grosso do Sul, para

assegurar a reprodução dos capitais sociais, econômicos, culturais e escolares, a fim de explicitar como se constitui as distinções destes grupos e, conseqüentemente, a produção das desigualdades sociais.

Diante disso, temos algumas indagações em relação a escolarização e as famílias do agronegócio:

- Quem são as famílias do agronegócio?
- Como se constituem em termos de capitais econômico, social, cultural e escolar?
- Quais são suas práticas culturais?
- Quais os valores e expectativas vinculados à escolarização?
- Quais são as estratégias acionadas no campo da educação?
- Qual é o papel da escolarização na reprodução social das famílias?

Com o intento de realizar as aproximações suscitadas, desenhemos um caminho metodológico que compreendeu diversas etapas como aprofundamento de referencial teórico utilizado na pesquisa, levantamento bibliográfico, pesquisa de campo e coleta de informações, análise e sistematização.

A pesquisa de campo foi realizada de forma minuciosa e rigorosa e, compreendeu a realização de entrevistas semiestruturadas, bem como a aplicação de questionários com 5 famílias donas de propriedades rurais no estado de Mato Grosso do Sul. Os instrumentos foram construídos de modo a permitir a apreensão do objeto proposto por este estudo. Desse modo, foram elaborados um questionário, composto por 51 questões, de múltipla escolha e abertas, e um roteiro para entrevista semiestruturada, contendo 11 questões direcionadas aos pais e 14 questões direcionadas aos filhos. Conforme foi aprovado pelo Protocolo do Comitê de Ética: Parecer n. 2.579.658.

A construção do questionário teve como base a caracterização das famílias investigadas e, buscou fornecer elementos como a configuração das famílias, perfil socioeconômico, perfil cultural, perfil profissional dos pais, informações sobre a escolarização dos filhos e expectativas em relação a escolarização dos herdeiros.

Já o roteiro de entrevistas semiestruturadas, foi elaborado de modo a desvelar aspectos como a importância, o valor e os objetivos da escolarização dos herdeiros; o investimento feito na educação destes; o papel da educação na reprodução social da família; critérios de

escolha do estabelecimento de ensino; acompanhamento da vida escolar e realização de atividades extracurriculares; bem como a compreensão da relação dos herdeiros com os estudos como importância, tempo devotado aos estudos, expectativas em relação ao futuro escolar, práticas de leitura, trajetória escolar pregressa, realização de intercâmbio, entre outros.

1.2 Questões teóricas e metodológicas

Para o sociólogo Pierre Bourdieu, o pesquisador deve ter uma postura ativa, reflexiva e sistemática tanto na construção do objeto de pesquisa quanto ao longo de todo o processo de desenvolvimento desta, levantando questões com vigilância epistemológica acerca do objeto em estudo. Tal postura deve ser acompanhada por uma ruptura com o senso comum, tanto vulgar quanto douto, ou seja, é imprescindível ao pesquisador romper com as crenças compartilhadas, com as representações, com o pré-construído e desenvolver uma visão crítica que é a condição para a construção mais real do objeto científico (BOURDIEU, 1989).

Desse modo, para se fazer ciência é preciso ir além das aparências socialmente constituídas do objeto, é necessário

[...] evitar que se trate como instrumento de conhecimento aquilo que deveria ser objeto de conhecimento, quer dizer, tudo o que faz o sentido prático do mundo social, os pressupostos, os esquemas de percepção e de compreensão. (BOURDIEU, 1989, p. 43).

Consideramos como parte fundamental da pesquisa científica, o exercício de levantamento e mapeamento do conhecimento já produzido acerca do objeto ao qual o pesquisador se propõe a estudar. Esse exercício faculta a oportunidade de conhecer seu objeto por diferentes prismas, romper com os pré-conceitos acerca do mesmo, além de fornecer ao pesquisador elementos para a definição e delimitação de seu estudo, bem como a identificação das possíveis lacunas a serem exploradas.

Assim, realizamos o exercício de prospecção de estudos referentes ao nosso objeto de estudo, com o objetivo de identificar e apreciar de que forma o tema tem sido abordado pelos pesquisadores, as principais questões exploradas, bem como identificar as possíveis lacunas. Tal exercício foi norteado pelas seguintes indagações: qual é o conhecimento produzido acerca do objeto em estudo? De que forma têm sido abordadas as estratégias de escolarização

das famílias de grupos ligados ao agronegócio? Quais aspectos têm sido privilegiados nos estudos? De que maneira esses estudos têm sido produzidos?

Assim, para reunir elementos que nos facultem a elucidação ou aproximação dessas indagações, empreendemos o exercício de busca de estudos referentes ao objeto de estudo, qual seja: as estratégias de escolarização de famílias de grupos ligados ao agronegócio, nas plataformas BDTD - Banco Digital de Teses e Dissertações, Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

A partir dessas buscas, observamos a lacuna referente às estratégias de escolarização de famílias de grupos ligados ao agronegócio, foram encontrados estudos sobre as estratégias de escolarização de famílias dos grupos das camadas populares, classe média, frações superiores da classe média, grupos da elite, e sua relação com a escolarização dos filhos, estudos esses que podem facultar a compreensão dos diferentes grupos familiares e suas estratégias de escolarização, bem como sua relação com a educação.

Os critérios definidos para as buscas e seleção foram: o referencial teórico, a saber, a teoria que deriva dos estudos de Pierre Bourdieu e seus interlocutores; investigações no campo da Educação; o espaço de tempo das pesquisas não foi delimitado, haja vista a quantidade limitada de pesquisas encontradas. Com base nestes critérios iniciamos a primeira fase das buscas com o intento de encontrar relatórios de teses e dissertações que se alinhem ao objeto em foco, nos bancos de dados da BDTD – Banco Digital de Teses e Dissertações, a partir dos seguintes descritores: 1) “estratégias de escolarização” 2) “famílias” 3) “agronegócio”.

A partir destes descritores foram localizados 4 trabalhos dentro dos critérios estabelecidos para a seleção. Os estudos descartados concentravam-se em outras áreas do conhecimento, bem como não se alinhavam ao objeto proposto por este estudo.

A dissertação de mestrado, de autoria de Cristiane Gomes de Oliveira (2004), intitulada: “Diga-me com quem andas e te direi quem és: a escolha da escola como estratégia de distinção”, objetivou desvendar as práticas de frações da elite cultural e econômica frente à escolha da escola. Segundo a referida autora, os diferentes capitais e práticas culturais das famílias investigadas, revelaram que estas ocupam uma posição privilegiada na estratificação social, configurando-se como uma elite econômica intelectualizada.

Para a fração estudada as expectativas e o sentido da educação estão ligados à formação integral de seus filhos, nesse sentido as famílias almejam uma formação

humanística e crítica para sua prole, somada a uma boa formação cultural, bem como a existência de um equilíbrio entre as exigências escolares e a formação do caráter do aluno. A excelência do ensino, a distinção e o prestígio da escola são, também, elementos considerados pelas famílias.

Segundo Oliveira (2004), o perfil e as estratégias acionadas pelas famílias desta fração social na escolarização dos filhos, permite a permanência dos herdeiros em instituições de ensino que levam o aluno a uma distinção escolar, o que garante o destino social reservado à elite, grupo ao qual pertencem. Além disso, o alto capital econômico possuído pelas famílias da elite, alia-se ao alto capital cultural e informacional, e opera no sentido de ampliar a eficácia da escolha do estabelecimento de ensino e da distinção das famílias, corroborando e consumando a distinção escolar e a distinção social advinda da posição social ocupada pelas famílias no espaço social.

A tese de doutorado de autoria de Andrea Moura de Souza Aguiar (2007), intitulada: “O recurso às escolas internacionais como estratégia educativa de famílias socialmente favorecidas”, discute o recurso às escolas internacionais como estratégia educativa acionada pelas famílias de grupos favorecidos socialmente, os *lócus* de estudo foram duas escolas internacionais uma americana e uma italiana. Nesse sentido, a autora buscou estabelecer o perfil socioeconômico e cultural das famílias investigadas, compreender as razões e expectativas em relação à escolha do estabelecimento de ensino internacional, bem como discutir a experiência de escolarização internacional, pela ótica dos estudantes e familiares.

Segundo a autora, as famílias investigadas se caracterizam pela posse de amplo patrimônio de capitais simbólicos e objetivados, capital cultural, econômico e social, no entanto, distingue as famílias da escola americana e as famílias da escola italiana, sendo estas uma elite cultural-escolar, e aquelas uma elite econômica. Assim, as famílias de cada grupo recorrem às escolas internacionais por diferentes critérios, tidos como fundamentais e prioritários à socialização e escolarização dos filhos.

A opção pelas escolas internacionais e as expectativas das famílias se resumem a: suprir a falta da dimensão internacional no patrimônio cultural da família, contato com estrangeiros e com a cultura europeia; garantia de atualização ou reconversão de seu patrimônio cultural; diferenciação da competência cultural dos filhos, prometido pelas instituições; aquisição e fortalecimento do capital linguístico – inglês - essencial para a ampla circulação em meios internacionais; signo de excelência conferido às famílias, que refletem ganhos sociais e simbólicos. No que concerne aos estudantes, a experiência de escolarização

internacional os singulariza e os distingue, estes se percebem superiores àqueles que frequentam as escolas nacionais e dignos de tratamento diferenciado.

A dissertação de mestrado de autoria de Wendel Renato Ferraz (2008), intitulada: “Práticas educativas familiares em meios favorecidos e vida acadêmica: o caso de uma escola da rede particular de ensino”, buscou analisar a configuração das práticas educativas em meios favorecidos relacionadas à vida acadêmica dos filhos. Nesse sentido, Ferraz (2008) revelou a importância do capital cultural, social e informacional detido pelas famílias na organização do processo de escolarização dos filhos, expresso pela preocupação com a rede de socialização dos herdeiros, a escolha da escola e o acompanhamento da vida escolar. Apontou também, que a classe social por si só não explica o maior ou menor envolvimento das famílias com a escola, mas o capital cultural das famílias e sua transmissão, o nível de escolaridade dos pais, bem como as aspirações e expectativas familiares transmitidas aos herdeiros.

A dissertação de mestrado de autoria de Silvia Maria de Freitas Adrião (2014), intitulada: “Educação e privilégio: o que querem os pais das escolas privadas?”, discute as expectativas de grupos privilegiados economicamente frente a escolarização dos filhos, privilegiando a relação de escolha do estabelecimento de ensino com as formas de reprodução dos privilégios sociais detidos pela fração de classe investigada.

De acordo com Adrião (2014), as famílias investigadas são famílias privilegiadas economicamente, e utilizam a escola como meio de manutenção ou ampliação de suas condições sociais e realizam grande investimento na escolarização dos filhos com este objetivo. Soma-se a isto, a utilização e disponibilização de materiais educativos diversos, cursos, aulas particulares, tutores, professores e especialistas, usados como um recurso a mais de aquisição e ampliação do capital cultural dos herdeiros. As condições econômicas e culturais, os investimentos materiais e culturais das famílias, e os cuidados e acompanhamento dos filhos garantem o bom desempenho escolar destes, bem como os orienta para a posição social almejada e destinada para a fração de classe.

A partir da análise dos trabalhos localizados no banco de dados BDTD – Banco Digital de Teses e Dissertações depreendemos que o objeto em foco neste estudo, qual seja, as estratégias de escolarização de famílias de grupos ligados ao agronegócio, apresenta-se como uma lacuna, portanto, campo profícuo para o desenvolvimento de estudos.

Foram localizados 4 trabalhos na plataforma BDTD, sendo eles 3 dissertações de mestrado e 1 tese de doutorado, que se alinham ao tema por se tratarem de estudos acerca das estratégias de escolarização acionadas pelas famílias. Em sua maioria, os estudos versam sobre famílias favorecidas, culturalmente, ou/e economicamente, ou/e socialmente, e apresentam algumas das estratégias acionadas no campo da escolarização dos herdeiros, tais como: as estratégias de escolha do estabelecimento de ensino, o recurso às escolas internacionais, e o papel da escolha do estabelecimento de ensino como forma de reprodução social da classe social. O período de produção das teses e dissertações abarca os anos de 2004, 2007, 2008, 2014, e é produto, respectivamente, dos Programas de Pós-Graduação em Educação das instituições: UFMG, UFSCar, PUC/RIO e PUC/SP.

A segunda fase das buscas foi realizada no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, com o intento de encontrar relatórios de teses e dissertações que se alinhassem ao tema em foco. Os critérios para a seleção dos trabalhos se mantiveram os mesmos expostos anteriormente, e os descritores utilizados nas buscas foram os seguintes: 1) “estratégias de escolarização”; 2) “famílias”; 3) “agronegócio”. A partir desses descritores, foram localizados, em um primeiro momento, 3 trabalhos, por se enquadrarem nos critérios definidos. Os trabalhos descartados não apresentavam relação com o objeto desta pesquisa.

A dissertação de mestrado de autoria de Flávia Barros Fialho (2012), intitulada: “Mobilização parental e excelência escolar: um estudo das práticas educativas de famílias das classes médias”, buscou investigar os processos que refletem os projetos e as estratégias educativas de famílias pertencentes às frações superiores da classe média na escolarização dos filhos.

Segundo Fialho (2012), as famílias investigadas têm uma inabalável crença no poder do diploma e revelam-se dispostas a fazer superinvestimentos na escolarização dos filhos, assegurando a tão desejada ascensão social. Aproximam-se, desse modo, da lógica do cultivo orquestrado, e assumem um papel hiper ativo que os leva a adotar e monitorar cotidianamente estratégias diversas, visando assegurar a alta produtividade escolar dos filhos, por meio de um processo de intensa e contínua mobilização parental.

A dissertação de mestrado de autoria de Marluce Carvalho de Souza (2012), intitulada: “Escolha de escola pelas camadas populares e nova classe média: expectativas e possibilidades”, aborda os processos de escolha da escola por pais pertencentes às camadas populares e nova classe média, que optaram por duas escolas, uma pública e uma privada que atende a setores populares e são consideradas instituições de prestígio.

Para Souza (2012), as motivações para cada uma dessas escolhas têm relação com o pertencimento social dos agentes, suas concepções sobre o processo de escolarização e com suas expectativas de futuro. Esta identificou quatro tipos de escolha do estabelecimento de ensino: a escolha por razões pragmáticas, a escolha para a melhoria das condições de vida e mobilidade social e a escolha para transmissão de valores morais e éticos. E dentro dessas concepções quatro opções para a escolha da escola: a escola particular ideal, escola particular possível, escola pública escolhida e escola pública aceita. Nesse sentido, a escolha do estabelecimento de ensino terá forte influência das expectativas em relação ao futuro da prole, assim como será limitada pelas condições econômicas e culturais da família.

A dissertação de mestrado de autoria de Daniela Perpétua de Andrade (2012), intitulada: “Trajetórias escolares de longa duração de sujeitos provenientes do meio rural”, tem como objetivo investigar, descrever e analisar a trajetória escolar de longa duração de estudantes rurais, que conseguiram ingressar no Ensino Superior e identificar o destino profissional desses sujeitos.

A autora supramencionada destaca, que a mobilização escolar das famílias dos estudantes não se fez a partir de ações familiares conscientemente organizadas e planejadas ou pela formulação de um projeto de escolarização longo. Assim, as trajetórias escolares desses agentes são marcadas por acidentes ou interrupções, fluxos não lineares, mas de longa duração. O baixo capital cultural detido pelas famílias fez com que a mobilização escolar se concentrasse em práticas que levassem objetivamente à apropriação dos conteúdos escolares formais, ou seja, centravam-se exclusivamente no aprendizado escolar e na adesão aos comportamentos valorizados na escola.

No segundo momento das buscas realizadas no Banco de Teses e dissertações da CAPES, foram selecionados 5 trabalhos, por se enquadrarem nos critérios definidos. Os trabalhos descartados não apresentavam relação com o objeto desta pesquisa.

A dissertação de mestrado da autoria de Camila Chicrala Coelho (2010), intitulada: “Socializações desiguais: as juventudes nas camadas populares e nos grupos médios”, não está disponibilizada para consulta. A dissertação de mestrado da autoria de Mario Luíz Pirani (2010), intitulada: “Contratos de sucesso escolar: aspectos da escolarização das elites”, investiga as estratégias de escolarização das elites e sua reprodução social através da possível existência de contratos de sucesso escolar entre famílias e escola, tendo como recorte a elite acadêmica.

Segundo o autor supramencionado, há um contrato de sucesso escolar estabelecido entre família e escola de forma virtual, haja vista que as famílias buscam a escola por a considerarem apta a preparar os filhos para o ingresso nas universidades públicas; e, por sua vez, a instituição declara publicamente a condição de preparar o aluno para o ingresso nas universidades públicas, que pode ser aferido por meio dos resultados obtidos no Enem e nos vestibulares dos anos anteriores e divulgações feitas na mídia.

O referido autor também aponta a existência de uma amplitude maior desse contrato de sucesso escolar estabelecido tacitamente entre família e a instituição de ensino, que seria a reprodução social da situação de destaque ocupada pelos grupos na estratificação social. Além disso, os objetivos educacionais buscados pelas famílias corroboram o imaginário social da excelência dos serviços educacionais prestados pela instituição.

A tese de doutorado da autoria de Marlice de Oliveira e Nogueira (2011), intitulada: “Pais professores e a escolarização dos filhos”, busca compreender o impacto do exercício da profissão docente na vida escolar dos filhos, através da análise das práticas educativas de famílias nas quais, pelo menos, um dos genitores seja professor. Segundo Nogueira (2011), pais professores mobilizam-se intensamente para favorecer a escolarização dos filhos. São a origem social, as condições objetivas de existência, a rede de ensino de atuação profissional, as experiências docentes e os modos de configuração das dinâmicas familiares que modulam as práticas educativas das famílias.

Nogueira (2011) identificou 3 grupos de famílias: famílias fortemente orientadas para o sucesso escolar, famílias fortemente orientadas para a realização pessoal e famílias cujo sucesso escolar depende mais intensamente dos trunfos decorrentes da profissão. A análise das práticas educativas dessas famílias permitiu constatar que elas contribuem para produzir, nos filhos, disposições para o sucesso escolar e construir experiências escolares positivas. E que este trabalho educativo dos pais é fruto da posse de determinados trunfos obtidos por meio da experiência docente e da posse de capitais específicos que proporcionam vantagens no campo da escolarização.

A dissertação de mestrado da autoria de Fernanda de Lima Souza (2012), intitulada: “A escolha de um estabelecimento de ensino Católico por algumas famílias moradoras do Méier: a pluralidade do ato de escolher”, buscou compreender os fatores que determinaram a escolha de algumas famílias moradoras do Méier por um estabelecimento de ensino católico para educar seus filhos.

A autora destaca que tal escolha se fundamenta em uma associação entre o perfil das famílias e o tipo de colégio selecionado por estas; os critérios que entram em ação no momento em que esses pais realizam suas escolhas defrontam-se com algumas opções de escolas da região, no qual confrontam-se ofertas educacionais e exigências familiares diferenciadas. Entre as principais razões da escolha da escola a autora destaca: a rede informacional acumulada e acionada pelas famílias no momento da escolha, a busca por uma escola católica em função de sua autoridade para incutir em seu público escolar certos valores, o fato de a escola localizar-se no mesmo lado da linha de trem que as moradias das famílias e a posição da escola no ENEM.

A dissertação de mestrado da autoria de Daiani Damn Tonetto (2013), intitulada: “Estratégias de escolarização: ações combinadas entre famílias de grupos de elite e uma escola de prestígio”, buscou identificar e analisar as características das estratégias combinadas entre uma escola privada de prestígio e as famílias de grupos das elites, que almejam garantir condições de competitividade no acesso ao ensino superior, garantindo êxito nessa etapa da escolarização.

Segundo Tonetto (2013), as ações combinadas entre família e escola indicam que existe um contrato de sucesso escolar no qual as duas instâncias cumprem seus papéis com o escopo de garantir que os estudantes adquiram as condições favoráveis para o bom desempenho nas avaliações. As estratégias das famílias se configuram como investimentos financeiro, cultural, social, de tempo e de esforços para acompanhar sistematicamente os estudantes.

Já a escola, com sua estrutura física, corpo docente e material pedagógico exclusivo, oferece vários recursos que objetivam imprimir nos estudantes um ritmo/disciplina de estudos que oportunize maiores chances de aprovação no curso superior. A divulgação dos resultados e das aprovações dos estudantes reforça o prestígio oficial e social da escola, bem como apresenta sua capacidade técnica e pedagógica para atrair estudantes que desejam o que a escola promete, ou seja, qualidade e aprovação no vestibular.

Foram localizados 8 trabalhos, 7 dissertações de mestrado e 1 tese de doutorado, que se alinham ao tema por se tratarem de estudos acerca das estratégias de escolarização acionadas pelas famílias. Em sua maioria, os estudos versam sobre famílias das camadas populares, classe média, frações superiores da classe média, grupos da elite, bem como famílias de professores; e destacam algumas das estratégias acionadas no campo da escolarização dos herdeiros, tais como: as estratégias de escolha do estabelecimento de

ensino; a existência de contratos de sucesso escolar entre famílias e escola; estratégias de investimento econômico, cultural e social na escolarização dos filhos; a intensa mobilização parental em prol da escolaridade dos herdeiros, expresso pelo cultivo orquestrado; bem como o papel da escolha do estabelecimento de ensino na reprodução social das famílias. O período de produção das teses e dissertações abarca os anos de 2010, 2011, 2012, 2013, e são produto, respectivamente, dos Programas de Pós-Graduação em Educação das instituições: UFMG, UFMS, UNICAMP, UFRJ, UFSJ, PUC/RIO, CULM.

1.3 Noções centrais na teoria bourdieusiana mobilizadas na pesquisa

1.3.1 Família

A partir do final de século XVIII começam a esboçarem-se os prelúdios de uma sociologia da família, em um processo cujas etapas consistiram em observar, inferir regras gerais, construir hipóteses capazes de explicar os fenômenos coletivos, formular modelos capazes de apreender o real ou até mesmo prever o futuro (SEGALEN, 1999). As primeiras sociologias da família fundamentaram-se em uma abordagem psicológica, que desconsideravam as dimensões históricas do fenômeno e, desse modo, levaram a cabo conclusões ou propostas universalistas e intemporais.

Com o posterior desenvolvimento dos estudos, chegou-se a compreensão de que embora o fenômeno familiar seja universal, este apresenta configurações próprias e específicas de acordo com o momento histórico e as diferentes sociedades. Assim, “[...] cada época conhece as suas formas familiares; sociedade e família são o produto de forças sociais, econômicas e culturais comuns, sem que uma seja o resultado da outra.” (SEGALEN, 1999, p. 10).

Ao pensar no termo família, podemos depreender que trata-se de uma construção verbal que tem um significado determinado, que se expressa por um conjunto de outros termos, bem como por representações socialmente construídas. É importante destacar que no mundo social “as palavras criam as coisas, já que criam o consenso sobre a existência e o

sentido das coisas, o senso comum, a *doxa*⁵ aceita por todos como dada”. (BOURDIEU, 2008, p. 127).

Em nossa sociedade, a definição legítima e dominante de família é dada como “[...] um conjunto de indivíduos aparentados, ligados entre si por aliança, casamento, filiação, ou [...] por adoção (parentesco), vivendo sob o mesmo teto (coabitação)”. (BOURDIEU, 2008, p.124). Nesse sentido, ao mesmo tempo em que o termo família descreve a realidade social a prescreve, pois exprime uma construção social e opera como princípio de construção da realidade coletiva, que é universalmente aceita e admitida tacitamente.

Por se tratar de um princípio de construção da realidade social, de visão e de divisão, - e por ser ele próprio construído socialmente - é comum a todos os agentes socializados de uma mesma maneira, um princípio imanente e transcendente aos agentes, inculcado socialmente através das estruturas do *habitus*⁶, sendo ao mesmo tempo individual e coletivo.

Segundo Bourdieu, a família é um corpo social específico produto de um verdadeiro trabalho de instituição, que prevê a constituição em cada membro da unidade instituída sentimentos apropriados a engendrar a integração, o espírito de família, que é a condição de existência e de persistência dessa unidade, por meio de rituais e técnicas, bem como de um trabalho simbólico e prático (BOURDIEU, 2008).

Para Bourdieu (2008, 130), “[...] as estruturas de parentesco e a família como corpo só podem se perpetuar ao preço de uma criação continuada do sentimento familiar, princípio cognitivo de visão e de divisão que é, ao mesmo tempo, princípio afetivo de coesão”, capaz de engendrar nos agentes sociais a adesão vital ao grupo familiar e a seus interesses.

Nesse sentido, família se constitui como um agente ativo, uma espécie de sujeito coletivo, dotado de uma vontade transcendente, capaz de pensamento, de sentimento e ação, que se configura através de um *habitus* específico, e se expressa por decisões coletivas orientadas por um conjunto de princípios e pressupostos, de uma visão de mundo específica.

Entretanto, cabe destacar que a família tende a funcionar como um campo, no qual estão inseridos agentes dotados de diferentes volume e estrutura de capitais, espaço, portanto,

⁵ Entendido por Bourdieu como um conjunto de crenças, pressupostos cognitivos e avaliativos aceitos e reconhecidos pelos agentes no campo. É uma adesão acrítica e silenciosa, pois é entendido como legítimo pelos agentes.

⁶ Bourdieu define o *habitus* como: “[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona em cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações e possibilita o cumprimento de tarefas infinitamente diferenciadas graças a transferência analógica de esquemas adquiridos em uma prática anterior. (BOURDIEU, 2002 [1972], p. 261 *apud* WACQUANT, 2007, p. 66).

permeado por relações de forças econômica, física e simbólica, em que o trabalho de integração e coesão se torna indispensável para que a família possa existir como corpo.

Compreendemos que cada família se estrutura de maneira específica a partir de diferentes condições sociais de existência, determinadas pelo volume e estrutura de capital de que são detentoras – capital econômico, capital cultural, capital social, capital simbólico – e que lhes facultam a constituição de um *habitus* específico, ou seja, de um sistema de disposições, de percepções e ações, de princípios de visão e de divisão, valores e práticas, capazes de orientá-las nas mais diversas esferas da vida social.

Segundo Bourdieu, a tendência das famílias a perpetuar sua existência assegurando sua integração é inseparável da tendência de perpetuar a integridade de seu patrimônio (BOURDIEU, 2008). Assim, as famílias agem como corpos sociais animados por uma tendência a perpetuar seu ser social, com todos os seus poderes e vantagens, o que é a base das estratégias de reprodução.

Em função dos mecanismos de reprodução de que lançam mão, as famílias apresentam papel determinante na manutenção da ordem social, haja vista que, são o lugar por excelência de acúmulo e transmissão dos patrimônios econômicos, culturais, sociais e simbólicos de que são possuidoras, contribuindo assim para a reprodução/manutenção das estruturas do espaço social, das divisões sociais, desigualdades sociais, bem como das relações de força e dominação estabelecidas entre as diferentes classes sociais.

É importante conceber que em uma sociedade desigual, marcada pela divisão de classes, as famílias distribuem-se no espaço social desde as mais bem providas em capitais – capital social, capital econômico, capital cultural, capital simbólico – até as mais desprovidas. Portanto, é a estrutura e volume de capitais que informam a posição ocupada pelas famílias no espaço social. A cada posição corresponde um conjunto de condições e condicionamentos específicos, bem como uma visão de mundo, que comandará as representações, os valores, as expectativas e os sentidos atribuídos à educação e, conseqüentemente, as práticas e estratégias acionadas nesse campo (BOURDIEU, 2007).

1.3.2 Estratégias

O conceito de estratégia encontra-se intimamente ligado ao conceito de *habitus*. Segundo Bourdieu, as estratégias resultam de *habitus* determinados e são constituídos em

consonância com as condições e condicionamentos imanentes à posição social ocupada pelas famílias no espaço social. Esse sistema de estratégias pode ser entendido como um sistema de sequências ordenadas e orientadas de práticas que todo grupo produz para se reproduzir enquanto grupo (BOURDIEU, 2015).

Assim, o *habitus* de classe é o princípio unificador e gerador das práticas, e conseqüentemente, das estratégias acionadas pelos diferentes grupos sociais, e pode ser entendido como a forma incorporada da condição de classe e dos condicionamentos que ela impõe (BOURDIEU, 2007). É o *habitus* que permite estabelecer uma relação inteligível entre as estratégias acionadas pelas famílias e determinada situação.

[...] o *habitus* opera como o “princípio não escolhido de todas as escolhas” guiando ações que assumem o carácter sistemático de estratégias mesmo que não sejam o resultado de intenção estratégica e sejam objetivamente “orquestradas sem serem o produto da atividade organizadora de um maestro” (Bourdieu 1980/1990: 256 *apud* WACQUANT, 2007, 67-68).

Desse modo, as estratégias trazem a marca da razão, sem serem o produto da racionalidade; são habitadas por uma finalidade objetiva, sem serem conscientemente organizadas para um fim explicitamente constituído; são compreensíveis e coerentes, sem serem produto de uma intenção e decisão deliberada; são ajustadas ao futuro sem serem produto de um plano ou projeto (BOURDIEU, 2015).

Segundo o autor, as estratégias são acionadas pelo encontro de um *habitus* específico e um campo, “[...] segundo a formula: [(*habitus*) (capital)] + campo = prática” (BOURDIEU, 2007, p. 97), e são entendidas como produto de um senso prático. Assim, os agentes empreendem suas ações dotados de um senso prático, ou seja, de um sistema de preferências, de princípios de visão e divisão, de estruturas cognitivas duradouras e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e, por conseguinte, a resposta adequada (BOURDIEU, 2008).

As práticas dos agentes ou grupos de agentes que ocupam a mesma posição no espaço social devem sua afinidade e regularidade ao fato de que são transferências incessantes dos mesmos esquemas de percepção, pensamento e ação. Isso significa que as práticas desses agentes serão “[...] objetivamente harmonizadas entre si, fora de qualquer busca intencional de coerência, e objetivamente orquestradas, fora de qualquer acordo consciente, com as de todos os membros da mesma classe.” (BOURDIEU, 2015, p. 127).

É o *habitus* o responsável por engendrar “essa espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação – o que chamamos, no esporte, o senso do jogo, arte de antecipar o futuro do jogo, inscrito, em esboço, no estado atual do jogo”. (BOURDIEU, 2008, p. 42).

Para Bourdieu, o espaço social se estrutura como um campo, no qual os agentes dotados de propriedades específicas – capitais e poder – operam como um jogo social, que se desdobra nos diferentes campos, e onde as estratégias se configuram com o objetivo de conservar ou subverter a posição do agente ou grupo de agentes (família) no campo ou, os poderes dominantes no interior do mesmo (BURAWOY, 2010).

Compreende-se, desse modo, que as estratégias acionadas pelas famílias refletem a composição dos esquemas de disposição para ação, *habitus*, de que são detentoras, que por sua vez é estruturado pelo volume de capitais, e tem por escopo assegurar a manutenção ou melhoria da posição social desses agentes nos campos em que são acionadas, ou seja, assegurar sua reprodução na estrutura social.

Entre as estratégias identificadas por Bourdieu em seus estudos estão as estratégias de fecundidade, que compreende a limitação do número de filhos, o matrimônio tardio, ou até mesmo o celibato. As estratégias sucessórias, que tem como objetivo a transmissão do patrimônio com menor possibilidade de degradação, de uma geração a outra. As estratégias propriamente econômicas, destinadas a assegurar a reprodução do patrimônio econômico das famílias (BOURDIEU, 2015).

Além das estratégias matrimoniais, que tem por intuito assegurar a reprodução biológica do grupo, na qual se tenta evitar um casamento desigual, e estabelecer uma aliança com famílias com o patrimônio ao menos equivalente. As estratégias educativas, conscientes e inconscientes, que são tidas como investimentos em longo prazo, e visam produzir agentes sociais capazes de receber a herança do grupo, bem como, estratégias de investimento social, profiláticas, entre outras (BOURDIEU, 2015).

1.3.3 Estratégias educativas

Segundo Bourdieu, dentre as estratégias acionadas pelas famílias com o escopo de assegurar sua perpetuação no espaço social, ou seja, sua reprodução social, as estratégias educativas ocupam primeiro lugar, e visam segundo o autor “[...] primordialmente, produzir agentes sociais capazes e dignos de receberem a herança do grupo, isto é, de serem herdados

pelo grupo.” (BOURDIEU, 2015, p. 129). Nesse sentido, as estratégias educativas são tidas como decisivas nos processos de reprodução social das diferentes famílias, haja vista que a

[...] permanência (nesse nível social) supõe um grande domínio das condições de socialização das crianças e adolescentes, assim como um controle eficaz da educação dos jovens. (PINÇON; PINÇON-CHARLOT, 2002, p. 11).

Pinçon e Pinçon Charlot (2002) elucidam que os ensinamentos familiares se revezam com os ensinamentos do meio escolar, bem como com os ensinamentos das redes de relações estabelecidas; e começam, desde muito cedo, a ser interiorizados pelos agentes tornando-se um modo de estruturação muito eficaz das práticas e representações dos agentes ou grupo de agentes de determinada classe social.

Desse modo, a educação “[...] representa um trabalho de grande amplitude, que exige todos os cuidados e toda a atenção das famílias.” (PINÇON; PINÇON-CHARLOT, 2002, p. 12). Este trabalho compreende desde a constituição, no seio familiar, de um *habitus* condizente com a posição dos agentes no espaço social, até as estratégias de investimento na escolarização dos filhos, haja vista que os “estabelecimentos de ensino devem estar em condições de consolidar os elementos de socialização transmitidos pela família [...]” (PINÇON; PINÇON-CHARLOT, 2002, p. 20-21).

Cabe destacar que as famílias pertencentes a diferentes classes sociais apresentam concepções, expectativas e níveis de investimento distintos em relação à educação e ao seu papel na reprodução social, que é expressão do sistema de disposições e valores que devem à sua posição social. Bourdieu (2015), elucida que a propensão ao investimento escolar depende do êxito atual esperado pela escolarização e, também, do grau em que a reprodução social da família depende do capital escolar como forma institucionalizada, certificada e garantida do capital cultural.

[...] tudo se passa como se as atitudes dos pais em face da educação das crianças, [...] fossem, antes de tudo, a interiorização do destino objetivamente determinado (e medido em termos de probabilidades estatísticas) para o conjunto da categoria social à qual pertencem. Esse destino é continuamente lembrado pela experiência direta ou mediada pela estatística intuitiva das derrotas ou dos êxitos parciais das crianças do seu meio e também, mais indiretamente, pelas apreciações do professor [...]. (BOURDIEU, 2015, p. 52).

Nesse sentido, são as condições objetivas de existência, bem como as oportunidades objetivas apreendidas intuitivamente e interiorizadas pelo agente ou grupo de agentes que

determinam as aspirações, expectativas e os investimentos em relação a educação, ou seja, que determinam aquilo que é passível ou não de concretização pela classe, excluindo a possibilidade de desejar o impossível.

Bourdieu distingue três conjuntos de disposições e estratégias de investimento escolar, adotados pelas classes populares, classes médias e pelas elites. As classes populares, desprovidas ou pouco providas dos capitais econômico e cultural, tendem a investir de modo moderado na escolarização dos filhos. Isto porque as condições objetivas de existência dessas famílias, bem como as experiências de sucesso e fracasso do conjunto da classe no campo da educação, tenderiam a ser apreendidas intuitivamente e interiorizadas como chances reduzidas de sucesso escolar, determinando baixas aspirações e expectativas em relação a educação.

Essas famílias não estariam em condições, tanto de realizar grandes investimentos quanto de esperar os rendimentos advindos da mobilização em prol da escolarização dos filhos. Pois, as carências de recursos básicos, cotidianos desestruturados e a premência do presente e das necessidades, acabariam por limitar os horizontes do futuro escolar e a constituição de um projeto educativo de longo prazo. Ademais, há a dificuldade dos agentes das classes populares “[...] em compreender o próprio sistema de ensino secundário e superior, bem como a sua relação com o mercado de trabalho.” (QUARESMA; ABRANTES, LOPES, 2012, p. 34). O que ocasionaria a constituição de um

[...] projeto socializador parcial, fruto de uma adesão distanciada aos valores escolares, assente numa relativa descrença, alimentada pelo desconhecimento das fileiras escolares, das opções vocacionais e dos trilhos de ingresso no mercado de trabalho. (QUARESMA; ABRANTES, LOPES, 2012, p. 39).

Nas famílias das classes médias os “[...] valores educacionais são mais difundidos do que nas classes populares e os meios de atingirem suas metas são sistematicamente postos em práticas para o sucesso dos filhos.” (PASSOS; GOMES, 2012, p. 360). Nesse sentido, a escola se encontra fortemente integrada a uma estratégia de reprodução social, pois é à escola que devem sua posição social atual e futura (NOGUEIRA, 2010).

As famílias da classe média experimentam uma maior implicação educativa na planificação, preparação e acompanhamento do processo de escolarização dos filhos, que se configura como uma intensificação e refinamento das “[...] estratégias educativas para tirar proveito dos recursos (culturais e econômicos) que possuem em prol da escolaridade dos filhos [...]” (NOGUEIRA, 2010, p. 219).

Desse modo, o amplo conhecimento de sistema de ensino e seu funcionamento, bem como a posse de recursos econômicos, cultural e informacionais vantajosos lhes facultam a possibilidade de assegurar longos percursos e trajetórias de sucesso escolar aos seus filhos.

Os grupos da elite experimentam valores, expectativas e projetos de escolarização distintos a depender do capital predominante em sua estrutura patrimonial. Estudos recentes corroboram esta asserção e têm apontado “[...] a necessidade de se diferenciarem grupos favorecidos culturalmente daqueles privilegiados economicamente, por apresentarem comportamentos sociais distintos.” (CATTANI; KIELING, 2007, p. 183) e, portanto, *habitus* e estratégias educativas distintas.

Segundo Bourdieu, as frações mais ricas em capital cultural tendem a investir mais na educação de sua prole e, ao mesmo tempo, em práticas culturais próprias a manter e aumentar sua raridade específica. Já as frações mais ricas em capital econômico priorizam os investimentos econômicos ao invés de investimentos culturais e educativos, o que exprime a transferência da mesma preocupação pelo investimento racional tanto no plano econômico como no plano educacional (BOURDIEU, 2007).

Os grupos da elite mais ricos em capital cultural tendem a acreditar e investir mais na escola como meio de assegurar ou subverter sua posição social. Assim, propiciam um ambiente rico em acumulação transmissão dos capitais da família aos herdeiros, orientam suas escolhas no campo educacional a instituições de ensino de excelência, e investem em cursos extraescolares, organizando o tempo de seus filhos com atividades que contribuem para o crescimento de seu capital cultural.

Já os grupos da elite mais ricos em capital econômico devotam menos crédito à escola e têm maior propensão a investir em estratégias propriamente econômicas e sociais para assegurar sua reprodução social. Estas famílias não acreditam no valor do diploma, não acreditam que o capital escolar possa assegurar a manutenção da sua posição no espaço social. Assim, a relação contraditória que as famílias têm com a educação não engendra nos filhos um sentimento de devotamento e valor da educação.

Bourdieu elucida que a dominação dos instrumentos de reprodução está vinculada em uma relação dialética à aptidão e predisposição para dominar esses instrumentos de reprodução, isto é, perceber as oportunidades de investimento e de ganhos nos diferentes campos, organizar os meios disponíveis, e saber mobilizar seus capitais como trunfos nos

jogos sociais para obter maiores rendimentos nos diferentes campos ou mercados (BOURDIEU, 2015).

1.3.4 Campo

A primeira elaboração rigorosa da noção de campo feita por Bourdieu derivou de uma leitura do capítulo *Wirtschaft und gesellschaft*⁷, de Max Weber, por meio da qual o autor propôs a construção do campo religioso como estrutura de relações objetivas a fim de explicar a forma concreta das interações que ali se estabeleciam (BOURDIEU, 1989).

A partir da hipótese da existência de homologias estruturais e funcionais em todos os campos, o autor passou a colocar em funcionamento o instrumento de pensamento elaborado, por meio da aplicação da noção de campo a diferentes domínios, para descobrir as propriedades específicas de cada espaço social, bem como as invariantes reveladas pela comparação dos diferentes universos tratados.

Assim, a “Teoria geral dos campos” foi sistematicamente construída a partir de uma perspectiva relacional capaz de descrever e definir a forma específica com que se revestem, em cada campo, os mecanismos e os conceitos mais gerais, como capital, interesse, investimento, ganho, concorrência, etc. (BOURDIEU, 1989).

Cada campo é um universo social particular, dotado de mecanismos próprios e propriedades que lhe são particulares, existindo nas mais variadas esferas sociais, como o campo da moda, campo da arte, campo da religião, campo da política, campo intelectual, campo da literatura, entre outros, todos se configuram como microcosmos autônomos inseridos no macrocosmo constituído pelo espaço social global.

Bourdieu define campo como um espaço ou sistema de posições predeterminadas, organizadas de forma relacional e hierárquica, no qual os agentes se encontram distribuídos – alocados em determinadas posições - em função do capital específico eficiente dentro do campo considerado. Esse espaço se configura como um espaço de lutas e de forças, isto porque os agentes, com meios e fins diferenciados conforme sua posição empreendem lutas nas quais se tem por escopo a manutenção ou subversão da sua posição no campo; bem como

⁷ Título original da obra *Wirtschaft und Gesellschaft: Grudriss der verstehenden Soziologie*, de Max Weber, cuja tradução é *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*.

são dotados de conjuntos de propriedades atuantes – capitais e poder – que lhes conferem força e, determinam as relações objetivas de forças instituídas no campo.

Desse modo, as lutas dão-se em torno da distribuição e apropriação de um capital específico do campo, ou seja, o monopólio do capital específico legítimo e/ou da redefinição daquele capital. Assim, “[...] no interior de cada campo, a hierarquia estabelecida é continuamente contestada e os princípios que sustentam a estrutura do campo podem ser desafiados e colocados em questão.” (BRANDÃO, 2010, p. 232).

O capital específico ao campo é desigualmente distribuído e existe no interior deste, agentes que ocupam as primeiras posições, e aqueles que ocupam posições inferiores, dominantes e dominados. A distribuição desigual do capital determina a estrutura do campo, que é definida pelo estado de uma relação de forças histórica entre as forças – agentes e instituições - implicadas no campo (CATANI, 2011).

Cada campo possui regras do jogo e desafios específicos, irredutíveis às regras do jogo ou aos desafios de outros campos, no qual dominantes e dominados, de acordo com forças diferentes disputam a posse de lucros e ganhos específicos. Bourdieu denomina *nomos*, o conjunto das leis fundamentais que governam o campo, e que organizam as normas de práticas de experiência e experiências no interior deste (CATANI, 2011).

É a lógica própria de funcionamento de um campo que estrutura as diversas interações que nele ocorrem, bem como define os objetivos específicos a serem alcançados, o jogo que nele se joga, as coisas materiais e simbólicas em jogo no campo, bem como os lucros e ganhos específicos esperados no jogo.

A estrutura do *nomos* quando incorporada pelos agentes torna-se a *doxa* do campo em que estes se encontram implicados. Cada campo apresenta uma *doxa*, ou seja, um conjunto de crenças, de pressupostos cognitivos e avaliativos aceitos e reconhecidos como legítimos pelos agentes inseridos no campo. Os agentes detentores de maior volume e estrutura de capital assumem a posição de dominantes, impondo ao campo seu ponto de vista, essa imposição leva à produção da *doxa*.

Compreende-se desse modo, que em cada campo corresponde uma crença coletiva, uma crença compartilhada por todos os agentes envolvidos no campo em questão, a qual Bourdieu define como *illusio*. A *illusio* é um investimento ligado a interesses e vantagens específicas do campo, e poderia ser entendida como estar no jogo

[...] estar envolvido no jogo, [...] dar importância a um jogo social, [...] estar em, participar, admitir, portanto, que o jogo merece ser jogado e que os alvos engendrados no e pelo fato de jogar merecem ser perseguidos, é reconhecer o jogo e reconhecer os alvos. (BOURDIEU, 1996, p. 139-140).

Nesse sentido, cada campo funciona como um espaço de possibilidades em que as tomadas de posição dos agentes estão associadas a posição destes na estrutura do campo e, cujas estratégias estão relacionadas tanto aos meios disponíveis – capitais de que os agentes são detentores – quanto aos objetivos a serem alcançados – conservar ou transformar a posição ocupada no campo (BRANDÃO, 2010). Assim, as estratégias exprimem interesses associados a uma posição específica no campo. Destacam-se, entre as estratégias invariantes, as estratégias de conservação e as estratégias de subversão, em que

[...] os agentes que monopolizam a autoridade específica ao campo tendem a organizar estratégias de conservação, em oposição aos novatos, que detentores de menos capital procuram subverter a dominação, articulando estratégias de subversão. (ARAÚJO; ALVES; CRUZ; 2009, p. 36).

É importante destacar que cada agente do campo é caracterizado por sua trajetória social, seu *habitus* e sua posição. A cada campo corresponde um *habitus* próprio desse espaço. Somente os agentes sociais que tenham incorporado o *habitus* específico do campo terão condições de jogar o jogo que nele se joga, compreender e aceitar as *nomos* e a *illusio* do campo, bem como dedicar importância ao mesmo. Nesse sentido, em luta uns contra os outros, os agentes sociais de um campo específico têm pelo menos interesse em que o campo exista e, portanto, mantêm uma “cumplicidade objetiva” para além das lutas que os opõem.

1.3.5 Capitais

Os diferentes tipos de capitais e o *habitus* são elementos fulcrais para a compreensão do agente, sua posição no espaço social, bem como sua ação – práticas ou estratégias - nos diversos campos sociais. A teoria bourdieusiana identifica as seguintes espécies de capital: capital cultural, capital econômico, capital social e o capital simbólico.

O capital cultural engloba saberes, conhecimentos, gostos, valores, práticas, e pode ser observado em três formas, sendo elas: capital cultural incorporado – sob a forma de disposições duráveis do organismo; capital cultural institucionalizado – sob a forma de

diplomas e certificados escolares; e o capital cultural objetivado – sob a forma de bens culturais, como obras de arte, etc.

O capital cultural incorporado liga-se ao corpo, como disposições duráveis do organismo, e pressupõe sua incorporação. Nesse sentido, a acumulação de capital cultural depende de um trabalho de inculcação e de assimilação e demanda tempo e investimento pessoal do agente social. Pode ser entendido como um *ter* que se transformou em *ser*, uma propriedade que se tornou parte do corpo da pessoa, ou seja, consolidou-se como um *habitus* (BOURDIEU, 2015).

Este capital não pode ser transmitido de forma instantânea ou hereditária, por doação ou por troca. Sua aquisição é feita, essencialmente, de maneira dissimulada e inconsciente, permanecendo o agente marcado por suas condições primitivas de aquisição. A acumulação inicial do capital cultural começa no início do processo de socialização e engloba a totalidade do tempo de socialização do agente social.

O capital cultural objetivado “[...] detém um certo número de propriedades que se definem apenas em sua relação com o capital cultural em sua forma incorporada”. (BOURDIEU, 2015, p. 85). Essas propriedades podem ser, escritos, obras de arte, monumentos, objetos raros, etc., e são transmissíveis em sua materialidade, entretanto, sua condição de apropriação específica pressupõe a aquisição do capital cultural incorporado.

Os bens culturais podem, portanto, ser apropriados materialmente, a partir da posse de capital econômico, entretanto, sua aquisição específica depende da apropriação do capital cultural incorporado, o que, conseqüentemente, facultará ao agente a posse do capital simbólico específico advindo da conjunção da posse material e cultural de determinado bem cultural.

O capital cultural institucionalizado se exprime pela objetivação do capital cultural sob a forma do diploma. Esta é uma forma de neutralizar certas propriedades advindas do fato de que este estando incorporado encontra certos limites na sua realização. Assim,

[...] com o diploma, essa certidão de competência cultural, que confere ao seu portador um valor convencional, constante e juridicamente garantido [...] a alquimia social produz uma forma de capital cultural que tem uma autonomia relativa”, tanto em relação a seu portador quanto em relação ao capital cultural por ele detido, em determinado momento histórico. (BOURDIEU, 2015, p. 86-87).

O certificado escolar, ao facultar ao agente social o reconhecimento institucional do capital cultural por ele detido, permite a comparação entre os diplomas, assim como estabelecer taxas de conversão do capital cultural em capital econômico, ao assegurar o valor em dinheiro pelo qual pode ser trocado no mercado de trabalho. É importante destacar que os benefícios materiais e simbólicos advindos do certificado escolar dependem de sua raridade e estão sujeitos às flutuações do mercado (BOURDIEU, 2015).

O capital social pode ser entendido como o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão associados a posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento, ou em outras palavras, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes dotados de propriedades comuns, bem como por ligações permanentes e úteis.

Essas relações se baseiam em trocas, essencialmente materiais e simbólicas, cuja instauração e perpetuação dependem do reconhecimento da proximidade – no espaço físico, econômico e social - entre os agentes. O volume do capital social detido por determinado agente depende da extensão da rede de relações capaz de serem mobilizadas por este, bem como pelo volume de capital - cultural, econômico e simbólico – possuído por cada uma daqueles a que se encontra ligado.

O capital econômico refere-se ao conjunto de bens materiais e econômicos possuídos pelo agente sob a forma dos diferentes fatores de produção terras, fábricas, trabalho, bem como do conjunto de bens econômicos como dinheiro, patrimônio, bens materiais, etc. Este capital é acumulado, reproduzido e ampliado por meio de estratégias específicas de investimento econômico e de outras relacionadas a investimentos culturais e à obtenção ou manutenção de relações sociais que podem possibilitar o estabelecimento de vínculos economicamente úteis, a curto e longo prazo.

Por fim, o capital simbólico, pode ser entendido como a forma ou o valor social com que se revestem os diferentes tipos de capital quando percebidos e reconhecidos como legítimos. Assim, a capital simbólico assegura formas de lucros, de poder e de distinção aos agentes sociais, quando percebido e reconhecido por agentes ou grupos de agentes dotados de esquemas de percepção e de apreciação que os predispõem a reconhecer essas propriedades, ou seja, a instituí-las como estilos expressivos, formas transformadas e irreconhecíveis das posições nas relações de força (BOURDIEU, 2013).

Torna-se relevante frisar que os diferentes capitais estruturam o *habitus* dos agentes e, é engendrado pelas condições e condicionamentos da posição ocupada pelo agente no espaço social. Bourdieu define o *habitus* como um

sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes. (BOURDIEU, 2005, p. 191).

Assim, o *habitus* é forjado a partir da incorporação das estruturas objetivas condicionadas pela posição do agente no campo social. Portanto, engendra no agente um conjunto de disposições e de esquemas de percepção e apreciação, esquemas de classificação, que lhe fornecem uma percepção de si e dos outros, um senso de sua posição no mundo social, que é apreendido como natural, há, portanto, uma aceitação tácita do seu lugar no mundo.

1.3.6 Reprodução

A perpetuação da ordem social implica em um conjunto de ações e mecanismos sociais orientados na direção de assegurar sua reprodução. O processo de constituição do mundo social se dá por uma relação dialética entre as estruturas objetivas do mundo social e as estruturas subjetivas, as primeiras estruturas estruturadas e predispostas a operar como estruturas estruturantes, carregam em si os mecanismos que tendem a reproduzir a ordem social.

É importante destacar que este processo não se dá de forma linear e sem possibilidade de transformações de tais estruturas, haja vista que “[...] a ação social é vista como produto e, ao mesmo tempo, como produtora de estruturas [...], sem as quais seriam inexplicáveis, tanto a ordem, quanto a transformação.” (OLIVEIRA; SALLES, 1991, p. 10).

Nesse sentido, o mundo social está dotado de um *conatus*, isto é, de uma tendência a perseverar no ser, de um dinamismo interno inscrito nas estruturas objetivas e subjetivas, nas disposições dos agentes, e é continuamente mantido e sustentado por ações de construção e reconstrução das estruturas, que em princípio dependem da posição ocupada por aqueles que a levam a cabo (BOURDIEU, 2011).

Toda sociedade repousa sobre a relação entre esses dois princípios dinâmicos, que variam em importância segundo a sociedade e estão inscritos, um nas estruturas objetivas, e mais precisamente na estrutura de distribuição de capital e nos mecanismos que tendem a garantir sua reprodução, e o outro nas disposições dos agentes. Na relação entre esses dois princípios se definem os diferentes modos de reprodução, em especial as estratégias de reprodução que as caracterizam (BOURDIEU, 2011).

As estratégias de reprodução têm por princípio, não uma intenção consciente e racional, mas as disposições do *habitus* que espontaneamente tendem a reproduzir as condições de sua própria produção. Por ser produto das condições sociais em que foram forjadas, ou seja, do volume e estrutura de capital das famílias, tendem a perpetuar-se, a perpetuar a diferença, mantendo as distâncias e as relações de ordem social, e assim, contribui na prática para a reprodução do sistema de diferenças constitutivas da ordem social (BOURDIEU, 2011). Segundo Bourdieu, “[...] o sistema de estratégias de reprodução pode ser definido como sequências ordenadas e orientadas de práticas que todo grupo produz para reproduzir-se enquanto grupo.” (NOGUEIRA; CATANI, 2015, p.11). Essas estratégias

[...] são objetivamente orientadas para a conservação ou aumento do patrimônio e, correlativamente, para a manutenção ou melhoria da posição do grupo dentro da estrutura social. (BOURDIEU, 2015, p. 126).

A reprodução social se dá por um sistema de estratégias de reprodução, dentre as quais estão as estratégias de investimento biológico, de sucessão, educativas, de investimento econômico, social, matrimoniais, de investimento simbólico, entre outras; bem como por um sistema dos mecanismos de reprodução como: o mercado de trabalho, o direito de sucessão, o direito de propriedade, as instituições escolares, etc. Nas sociedades avançadas, as disposições à reprodução e as estratégias de reprodução que elas engendram apoiam-se nas estruturas de um Estado organizado, em que as mais importantes do ponto de vista da reprodução são as da instituição escolar (CATANI, 2010).

Para Bourdieu a reprodução social encontra-se vinculada a relações de poder material e simbólico entre as classes. Isto porque a maneira como a sociedade se organiza tende a manter uma relação entre dominados e dominantes, no qual a desigual distribuição das propriedades atuantes – capitais e poder - no espaço social, engendra processos de perpetuação das fronteiras sociais, das distâncias, das diferenças, e das divisões entre as classes que compõem a sociedade.

É importante destacar, que os processos de reprodução social se realizam quando se acirram os modos de dominação. No entanto, esta relação de dominação não é apreendida como tal, pelo contrário é desconhecida como arbitrária, mas reconhecida, é aceita tacitamente como algo natural, como a ordem das coisas, ao qual os dominados submetem-se irrefletidamente.

Segundo Bourdieu, o princípio de perpetuação das relações de dominação presentes na sociedade reside em instituições como o Estado e a escola, haja vista que estes são os locais, por excelência, da elaboração e imposição de princípios de visão e divisão, de esquemas de percepção e apreciação, bem como de sistemas de classificações, que se exercem tanto no plano social (sociedade) quanto nas subjetividades dos agentes sociais (BOURDIEU, 1998). Assim, a escola

[...] perde o papel que lhe fora atribuído de instância transformadora e democratizadora das sociedades e passa a ser vista como uma das principais instituições por meio da qual se mantêm e se legitimam os privilégios sociais. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p. 17).

Em consequência, as concepções de igualdade de oportunidades, meritocracia e justiça social associadas à escola são substituídas pela ideia de reprodução e legitimação das desigualdades sociais, culturais e econômicas. As instituições escolares funcionam como poderoso meio de reprodução da estrutura de distribuição do capital cultural entre os agentes ou grupos de agentes sociais, pois facultam a esses, de acordo com o volume e estrutura de capital detido, acumular e transmitir seus privilégios econômicos, culturais e sociais, assegurando sua posição no espaço social ou possibilitando a subversão de tal posição.

Ademais, o sistema escolar engendra classificações que lhe são específicas, que se consagram em classificações sociais. Estas classificações, embora pareçam neutras e naturais, registram e reforçam as diferenças entre os agentes sociais, tanto em relação as “aptidões naturais” quanto a posição e ao valor social destes; concorrendo para a manutenção da ordem social existente.

Bourdieu elucida que a família “[...] é o ‘sujeito’ principal das estratégias de reprodução.” (BOURDIEU, 2008, p. 131). A tendência da família a perpetuar sua existência assegurando a integração, em seu seio, de seus membros é inseparável da tendência de perpetuar a integridade de seu patrimônio, que se encontra sempre ameaçado pela dilapidação ou dispersão (BOURDIEU, 2008).

Para o autor, a dominação dos instrumentos de reprodução está vinculada em uma relação dialética à aptidão e predisposição para dominar esses instrumentos de reprodução, isto é, perceber as oportunidades de investimento e de ganhos nos diferentes campos, organizar os meios disponíveis, e saber mobilizar seus capitais como trunfos nos jogos sociais para obter maiores rendimentos nos diferentes campos ou mercados (BOURDIEU, 2015).

As estratégias de reprodução social empreendidas pelas famílias são a principal condição de:

[...] de acumulação e de transmissão de privilégios, econômicos, culturais, simbólicos. De fato, a família tem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução [...]. Ela é um dos lugares por excelência de acumulação de capital sob seus diferentes tipos e de sua transmissão entre as gerações; ela resguarda sua unidade pela transmissão e para a transmissão, para poder transmitir e porque ela pode transmitir. (BOURDIEU, 2008, p. 131).

Nesse sentido, dentre as estratégias acionadas pelas famílias com o objetivo de assegurar sua perpetuação no espaço social, ou seja, sua reprodução social, as estratégias educativas ocupam primeiro lugar, e visam “[...] primordialmente, produzir agentes sociais capazes e dignos de receberem a herança do grupo, isto é, de serem herdados pelo grupo.” (BOURDIEU, 2015, p. 129).

As famílias investem tanto mais em educação quanto mais importante for seu capital cultural e quanto maior for o peso deste em relação ao capital econômico, e quanto mais importante for a escola e suas certificações para a garantia da reprodução social da família (BOURDIEU, 2008). Sendo assim, a reprodução social se encontra na relação entre as condições objetivas de existência das famílias, as estratégias de reprodução e as instituições escolares.

1.3.7 Considerações sobre as famílias e o *locus* da pesquisa

Após a realização do aprofundamento do referencial teórico adotado nesta pesquisa, posterior revisão bibliográfica do objeto proposto nos bancos de dados BDTD, Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, *SciELO*, Periódicos da capes, e a constatação da lacuna referente a este, iniciamos a terceira etapa desta pesquisa, que consistiu na busca por meios de

estabelecer um contato com as famílias pertencentes ao grupo investigado, ou seja, famílias ligadas ao agronegócio do Estado de Mato Grosso do Sul.

Inicialmente realizamos uma aproximação com o que consideramos ser um possível canal de acesso aos sujeitos da pesquisa, a Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul – ACRISSUL. Optamos por esse canal de acesso pelo fato de os agentes em foco nessa pesquisa serem famílias ligadas ao agronegócio residentes no Estado, portanto, produtores rurais que tivessem propriedades rurais de grande, médio ou pequeno porte dentro do Estado. Na associação conversamos com o então presidente da instituição na busca por indicação de famílias que pudessem participar da pesquisa.

Após a indicação das famílias, realizamos contato com as 7 famílias indicadas, entre as quais 5 famílias se dispuseram a participar da pesquisa e 2 famílias não demonstraram interesse em participar, recusando o convite. Posteriormente, sinalizado o aceite das 5 famílias, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e aplicados questionários com o intento de responder às questões suscitadas por este estudo.

As 5 famílias selecionadas residem no estado de Mato Grosso do Sul, duas famílias residem na cidade de Bonito, outras duas na cidade de Campo Grande, e uma família reside na cidade de Aquidauana. Antes de apresentarmos informações sobre as famílias participantes desta pesquisa e, à guisa de situar o leitor quanto à localização geográfica do estado de Mato Grosso do Sul, bem como das cidades nas quais as famílias residem, apresentaremos mapas e algumas breves informações sobre o estado.

O estado de Mato Grosso do Sul está localizado ao sul da região Centro-Oeste do Brasil, possui uma extensão territorial de 357.145,534 km² que corresponde a 4,9% da área total do Brasil (8.515.767,049 km²) e 22,23% da área do centro-oeste. Segue abaixo mapa que mostra a localização geográfica do estado de Mato Grosso do Sul no Brasil e na região centro-oeste.

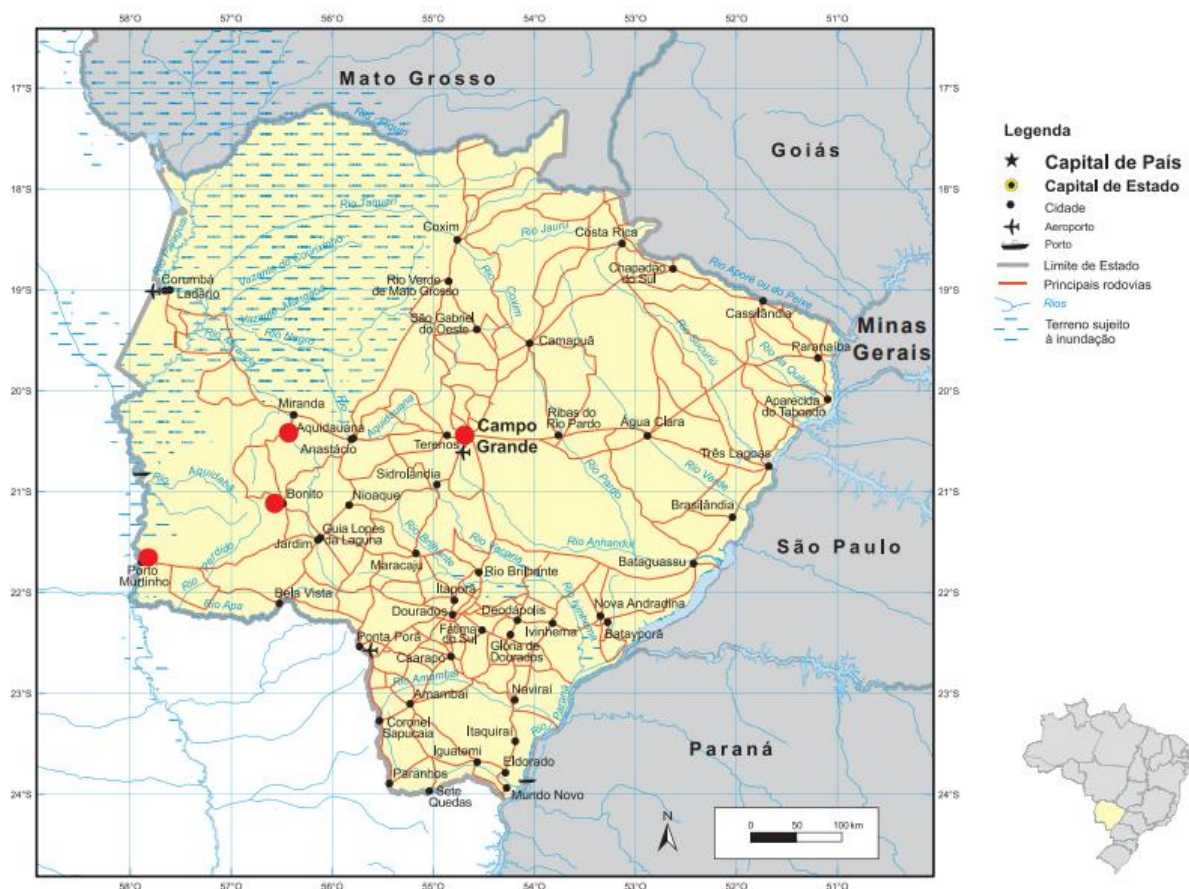
Figura 1 – Mapa do Brasil com destaque na região Centro-Oeste



Fonte: IBGE, 2019. Disponível em: <<http://www.mapas.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

O estado é composto por 78 municípios, e tem como limites os estados de Goiás a nordeste, Minas Gerais a leste, Mato Grosso ao norte, Paraná ao sul e São Paulo a sudeste; além da Bolívia a oeste e o Paraguai a oeste e sul. A população do estado é estimada em 2.748.023 habitantes, com uma densidade de 6,26 hab./km², o que confere a este a 21 população do Brasil. A capital do estado é a cidade de Campo Grande, que também é a maior cidade de MS; outros municípios importantes são Dourados, Três Lagoas, Corumbá, Ponta Porã, Aquidauana, Nova Andradina e Naviraí. Segue abaixo mapa do estado de Mato Grosso do Sul.

Figura 2 – Mapa do Estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: IBGE, 2019. Disponível em: <<http://www.mapas.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

Assinalamos no mapa, com um ponto vermelho, os municípios em que as famílias investigadas residem, bem como as regiões onde se encontram suas propriedades rurais, sendo as famílias residentes nos municípios de Campo Grande, Bonito e Aquidauana; e suas propriedades rurais situam-se nas regiões de Bonito, Campo Grande, Pantanal⁸ e Porto Murtinho.

A seguir, apresentaremos um quadro contendo algumas informações sobre as famílias participantes desta pesquisa, dentre elas, a cidade de origem das famílias, o local de residência, a composição familiar, entre outras. Destacamos que os nomes e sobrenomes são fictícios e nada assemelhados aos nomes reais, apenas optamos designar as famílias por nomes.

⁸ A região do Pantanal abarca a área de alguns municípios do estado de Mato Grosso do Sul, sendo estes os municípios de Corumbá, Ladário, Porto Murtinho, Miranda, Aquidauana, Rio Verde de Mato Grosso, Coxim, Sonora e Bodoquena; e possui uma área de 89.318 km², 25% da área total do estado de Mato Grosso do Sul e 64,64% no MS.

Quadro 1 - Sujeitos da pesquisa

Família	Informações
Família Márcio Almeida	Local de residência: Bonito Naturalidade: Rio de Janeiro Composição da família: O pai da família tem 51 anos, é formado em Engenharia Agrônômica, com mestrado na área; a mãe também formada em Engenharia Agrônômica; possuem 3 filhos, dentre os quais um se encontra matriculado no 3º ano do ensino médio, e foi um dos sujeitos da pesquisa, e outras duas filhas, que encontram-se cursando uma o curso de Arquitetura e outra o curso de Administração em Universidades Federais. Características das propriedades rurais: Possui propriedades rurais dentro do município de Bonito, uma das propriedades destina-se a produção agrícola e à pecuária intensiva, com 1.506 hectares, e a outra propriedade, arrendada, destina-se a pecuária, e conta com de 3.200 cabeças de gado. As duas propriedades concentram um quantitativo de 1761 cabeças de gado.
Família Ari Oliveira	Local de residência: Campo Grande Naturalidade: Campo Grande Composição da família: O pai da família tem 52 anos, é formado em educação física, a mãe não possui curso superior; possuem dois filhos, um se encontra matriculado no 5º ano do ensino fundamental, e foi um dos sujeitos da pesquisa, e uma filha que está realizando o curso de medicina veterinária em Universidade particular. Características das propriedades rurais: Possui uma propriedade dentro do município de Campo Grande, tal propriedade possui 780 hectares e destina-se a pecuária, com um quantitativo de 700 cabeças de gado.
Família Cláudio Barbosa	Local de residência: Campo Grande Naturalidade: Campo Grande Composição da família: O pai da família é formado em administração, a mãe tem curso superior em economia; possuem duas filhas, uma se encontra matriculada no 5º ano do ensino fundamental, e foi um dos sujeitos da pesquisa, e uma filha que se encontra matriculada na educação infantil. Características das propriedades rurais: Possui uma propriedade dentro do município de Campo Grande, tal propriedade tem 240 hectares e destina-se a pecuária de corte, concentra um quantitativo de 100 cabeças de gado.
	Local de residência: Aquidauana

Família Vando Fonseca	Naturalidade: Aquidauana Composição da família: O pai da família é formado em administração e medicina veterinária, a mãe possui pós-graduação incompleta; possuem dois filhos, um se encontra matriculado no 5º ano do ensino fundamental, e foi um dos sujeitos da pesquisa, e outro que está cursando o ensino superior. Características das propriedades rurais: Possui uma propriedade dentro do município de Aquidauana, a qual possui 400 hectares e destina-se a agricultura e pecuária.
Família Oswaldo Martins	Local de residência: Bonito/São Paulo (reside em Bonito, no entanto, desloca-se com frequência para SP) Naturalidade São Paulo Composição da família: O pai tem 63 anos, é formado em administração e arquitetura, e tem Mestrado em Marketing, a mãe possui curso superior incompleto, no momento estão divorciados judicialmente; possuem dois filhos em idade escolar, um se encontra matriculado no 5º ano do ensino fundamental, e foi um dos sujeitos desta pesquisa, e o outro filho encontra-se matriculado no 3º ano do ensino fundamental. Ademais, o pai tem dois filhos de outro casamento, já formados com mais de 30 anos, um em administração e desenho industrial, e outro em administração e marketing. Características das propriedades rurais: Possui duas propriedades rurais, uma no município de Porto Murtinho, a qual possui 8.200 hectares, e uma na região do Pantanal, que possui 2.600 hectares, as duas propriedades se destinam a preparação para venda como compensação de reserva legal.

Organização: Teixeira, 2018.

Selecionadas as famílias, aplicados os questionários e realizadas as entrevistas semiestruturadas; procedemos à descrição e análise de conteúdo dos dados coletados. Esta análise compreendeu cinco etapas, quais sejam: a preparação das informações, a transformação do conteúdo em unidade, a categorização ou classificação das unidades em categorias, descrição e, por fim, a análise à luz do referencial teórico adotado.

1.3.8 Considerações sobre a estrutura do Relatório da Dissertação

Este relatório de dissertação está organizado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos a justificativa e delimitação do objeto desta pesquisa; as questões teórico metodológicas; as principais noções da teoria Bourdieusiana mobilizadas; as

considerações sobre as famílias e o lócus da pesquisa; bem como a estrutura deste relatório de dissertação.

No segundo capítulo, intitulado: **“A criação do estado de Mato Grosso do Sul e o agronegócio: campos econômico, político e social”**, discutimos como se configurou e se configura o campo do agronegócio a partir de uma perspectiva história e social. Este capítulo encontra-se organizado em duas partes: no primeiro tópico, realizamos uma caracterização histórica e social do Estado de Mato Grosso do Sul; no segundo, analisamos e constituímos o campo de Agronegócio no Estado.

No terceiro capítulo, intitulado: **“Famílias e processos de escolarização das elites do agronegócio de Mato Grosso do Sul”**, analisamos o aspecto social da constituição e da escolarização das famílias ligadas ao agronegócio no Estado, bem como uma caracterização das famílias investigadas nesta pesquisa. Este capítulo encontra-se organizado em duas partes: no primeiro tópico apresentamos informações sobre as famílias tradicionais do estado de MS ligadas ao agronegócio e seus processos de escolarização; no segundo, apresentamos o retrato sociológico das famílias investigadas nesta pesquisa.

No quarto capítulo, intitulado: **“Estratégias de escolarização de famílias de grupos das elites do agronegócio de Mato Grosso do Sul”**, trazemos a descrição e análise dos dados obtidos na pesquisa de campo. Este capítulo encontra-se organizado em dois tópicos, no primeiro, apresentamos as estratégias acionadas pelas famílias na escolarização dos filhos; e no segundo tópico, realizamos uma aproximação com os aspectos e mecanismos de reprodução social acionados pelas famílias.

E, por fim, nas considerações finais apresentamos as percepções dos resultados e das análises tecidas, os desafios teórico-metodológicos encontrados, as dificuldades e percalços com os quais nos deparamos, os limites e as contribuições da pesquisa.

2 A CRIAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E O AGRONEGÓCIO: CAMPOS ECONÔMICO, POLÍTICO E SOCIAL

Neste capítulo apresentaremos a constituição histórica, social e econômica do Estado de Mato Grosso do Sul, abrangendo desde o período de ocupação e conformação econômica, social e política da região quando ainda fazia parte do estado de Mato Grosso. Apresentaremos também algumas discussões acerca do campo do Agronegócio no Estado, como seu conceito e algumas características pertinentes a este modo de produção na agropecuária.

2.1 Caracterização histórica, social e econômica de Mato Grosso do Sul

Este tópico tem como objetivo apresentar uma breve caracterização da conformação histórica, social e econômica do Estado de Mato Grosso do Sul, para tanto focaliza-se brevemente, alguns elementos constituidores da ocupação do território do Estado de Mato Grosso, do qual Mato Grosso do Sul se desmembrou no ano de 1977. O objetivo é apresentar como o referido Estado reuniu as condições por sua extensão territorial e, conseqüentemente, desenvolveu a cultura ligada à agricultura e pecuária.

A capitania de Mato Grosso foi criada no ano de 1748 em decorrência da descoberta de novas jazidas de ouro na região, sendo nomeado como governador Antônio Rolim de Moura Tavares. Em 19 de março de 1752, o governador chegou à povoação de Pouso Alegre, estabelecida às margens do Rio Guaporé, a qual a população se dedicava principalmente ao garimpo, elevou a povoação à categoria de vila, denominando-a Vila Bela da Santíssima Trindade de Mato Grosso, sede do governo da capitania (CAMPESTRINI, 2009).

A criação das cidades na capitania e, depois da Província de Mato Grosso, teve como estímulo as jazidas auríferas encontradas na região, bem como a defesa do território. Entretanto, como mais ao sul da capitania não foram encontradas jazidas de ouro, a ocupação se deu mais em função de interesses estratégico-militares (CABRAL, 1999, p. 28).

A sociedade que, então, se constituiu era muito diversificada, além dos mineradores, era composta por negociantes, advogados, padres, proprietários de terras, artesãos, burocratas, militares, índios aculturados e escravos negros. Embora a grande riqueza gerada, esta sociedade é considerada por muitos historiadores como uma sociedade extremamente pobre (CAVALCANTE, 2013).

Para propiciar as condições de existência da sociedade, então constituída, desenvolveram-se as primeiras atividades rurais, em complementação à atividade aurífera, primordialmente, por meio da produção de grãos e, da implantação de uma incipiente agropecuária. Segundo Pavão (2005, p. 79), estas “[...] atividades de subsistência adquiriram importância fundamental devido à alta dos preços dos produtos vindos da capital, principalmente alimentos e ferramentas para o trabalho de extração do ouro”.

Os primeiros anos da descoberta do ouro mato-grossense foram de imensa riqueza para a economia da região. No entanto, a extração mineral sofreu uma queda constante a partir dos anos de 1723, deixando o Estado em uma situação de decadência material, este período se estendeu de 1723 a 1820.

Esse processo de estagnação material se estendeu até 1870, quando findou a Guerra do Paraguai. Como consequência da Guerra o território mato-grossense experimentou um período de grande desenvolvimento, a navegação possibilitou ao Estado libertar-se das limitações impostas pela rota terrestre de comércio, barcos a vapor passaram a navegar livremente em seus rios, facilitando os processos de escoamento e importação de mercadorias.

Desse modo, a reabertura da bacia Platina possibilitou a integração de Mato Grosso ao capitalismo internacional. Por meio da navegação, a Província exportava produtos do extrativismo vegetal⁹ e da pecuária, bem como importava produtos industrializados. Para a elite mato-grossense, esta nova conjuntura representava uma oportunidade de superação da crise econômica por que passava o Estado (CAVALCANTE, 2013).

Em 1870, a Província passou por um crescimento populacional significativo, a riqueza do extrativismo vegetal e a existência de terras férteis na região, propiciaram um desenvolvimento econômico positivo, tornando o território atrativo para muitos investidores. Nesse período havia cessado a importação de escravos, cujo tráfico era fortemente reprimido desde 1850, bem como estava se iniciando a política oficial de migração europeia. Assim, a partir de 1880, a imigração passou a intensificar-se em Mato Grosso, a partir da penetração de empresas colonizadoras privadas (CAVALCANTE, 2013).

No final do século XIX e início do século XX, grandes empreendimentos relacionados às empresas ligadas ao capital financeiro estrangeiro, começaram a atuar em Mato Grosso. Como, por exemplo, as companhias: Companhia Mate-laranjeira, que monopolizou e

⁹ Em Mato Grosso a extração da borracha aconteceu após a Guerra do Paraguai, e abastecia tanto o mercado interno quanto o mercado externo. O escoamento era realizado pela da bacia Platina, no início do século XX, e posteriormente, por meio da ferrovia Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (CAVALCANTE, 2013).

explorou a erva-mate¹⁰; a companhia *Brasil Land, Cattle and Packing*, que explorou a pecuária; Companhia *Madeira and Mamoré Railway*, ligada a construção de ferrovias; entre outras.

A economia da região passou por um grande crescimento o que engendrou o aumento da receita do Estado. Assim, capitais foram mobilizados para a construção de usinas de cana-de-açúcar, para a extração da borracha, bem como para a expansão da indústria do charque, etc.

Este ciclo de prosperidade econômica durou pouco, pois a divisão regional do trabalho, posta em prática no Brasil na passagem do século XIX para o XX, impôs a Mato Grosso o papel de região pecuarista, exportadora de gado em pé. O que se justificava devido ao afastamento dos grandes centros de consumo, pois seus produtos industriais perdiam qualquer possibilidade de competição.

A década de 1930 marcou a formação do mercado econômico a nível nacional, efetivando-se a divisão regional do trabalho. Segundo Oliveira (1977, p. 55 *apud* VELASCO, 1988, p. 124), essa etapa representou a passagem “[...] de uma economia nacional, formada por várias economias regionais, para uma economia nacional localizada em diversas partes do território nacional.”

É importante destacar que o desenvolvimento das atividades econômicas no capitalismo é desigual, portanto, as atividades desenvolvidas nos diferentes espaços regionais são fruto de determinações no processo de acumulação do capital nas dimensões técnicas, econômicas e político-econômicas. Nesse sentido, as diversidades regionais são interpretadas como especificidades do modo de produção capitalista nos diferentes espaços (VELASCO, 1988).

A região centro-oeste, era caracterizada por uma economia baseada na pecuária extensiva e na mineração, com o declínio da mineração ocorreu uma progressiva agrarização da economia, que objetivava inicialmente atender o mercado consumidor formado por aqueles que realizavam a atividade de mineração.

Diante do desenvolvimento da indústria na região sudeste, as atividades agropecuárias foram transferidas para outras regiões, criando e ampliando as fronteiras agrícolas. Assim, o centro-oeste se inseriu na divisão regional do trabalho como área de extensão agrícola do

¹⁰ A exploração da Erva-Mate teve grande relevância no contexto econômico, político e social do Estado. O ciclo da Erva-Mate prolongou-se de 1883 a 1947, e iniciou-se por meio da concessão da exploração dos ervais situados na região sul de Mato Grosso à Thomaz Laranjeira, que então fundou a Companhia Matte Laranjeira, a qual exerceu monopólio sobre a atividade até a década de 1915.

Sudeste, fornecedora de alimentos e matérias primas de origem agrícola, e como mercado consumidor de produtos industrializados (VELASCO, 1988).

A atividade pecuária passou a ser significativa para a economia mato-grossense, principalmente a partir da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, pois esta passou a ligar o sul de Mato Grosso a cidade de Bauru, em São Paulo, para onde o gado era transportado para engorda e depois para o abate. Tal fato estimulou ainda mais a pecuária no sul do Estado.

É importante destacar que após a guerra do Paraguai, os fazendeiros que haviam se refugiado da Guerra em Cuiabá, retornaram ao sul de Mato Grosso e refizeram seus rebanhos. O enfraquecimento do vizinho Paraguai impulsionou o investimento de empresas estrangeiras nas fazendas de gado na região, que já contava com uma estrutura fundiária baseada na grande propriedade rural. Além disso, a oferta de terras baratas, bem como de matéria-prima era abundante na região, e a demanda do mercado tanto nacional quanto internacional por carne bovina estava em ascensão. Todos estes fatores confluíram para que a região sul de Mato Grosso se tornasse um espaço territorial determinado pela grande propriedade rural (MACEDO, 2016).

Cabe destacar que a extensão territorial do estado de Mato Grosso, cerca de 1.231.549 quilômetros quadrados organizados em 93 municípios, contribuiu para que se formassem, ao longo de décadas de determinações históricas e econômicas, polos econômicos e comerciais distintos na região norte e na região sul do Estado. Desde o final da guerra do Paraguai até o final dos anos de 1930 do século XX, as tradicionais atividades da pecuária bovina e da erva-mate foram os principais eixos econômicos que estruturaram a região sul do Estado de Mato Grosso, e que tinha em Corumbá o seu principal local de comercialização e exportação. Desse modo, este fato aliado a outros acontecimentos forjaram a ascensão econômica e política da região sul do Estado, a qual levou a região a desenvolver-se e tornar-se um polo comercial de grande relevância, superando e ofuscando a região norte e a capital Cuiabá.

Conformou-se a constituição de duas oligarquias no Estado de Mato Grosso, a do norte, composta por usineiros de açúcar, e a do sul, composta pelos grandes pecuaristas e ervateiros, que foi acompanhada pelo surgimento do fenômeno do coronelismo entre os anos de 1889 a 1943. (MACEDO, 2016).

De acordo com Corrêa (2006, p. 17), o aparecimento de coronéis, chefes políticos locais e oligarquias estaduais deu-se em um contexto “singular da região do extremo oeste, caracterizada pela imensa fronteira e por um processo de devassamento e ocupação que se prolongou ainda pelo primeiro quartel do século XX”; o qual deu origem a uma estrutura de

poder local excessivamente fortalecida, e a conformação de um Estado débil à serviço das oligarquias locais e estaduais.

Os coronéis eram pessoas de poder econômico que se dedicavam às causas políticas, por vezes, com o uso de armas, submetendo ao seu jugo toda a sociedade que se encontrava sob seu poder de ação, como posseiros, camponeses, sem-terra, assalariados, etc.; que não dispunham de condições financeiras ou políticas para enfrentar os homens armados que para eles trabalhavam. Assim, o domínio político esteve nas mãos dos grandes coronéis, que impuseram à sociedade mato-grossense a condição de povo armado pela sua convivência constante com a violência do cotidiano (CORRÊA, 2006).

Os coronéis em Mato Grosso, cujas bases econômicas podiam [...] provir tanto da grande propriedade rural, como de um patrimônio urbano (coronéis pecuaristas, usineiros, agricultores, grandes ou pequenos comerciantes, etc.), exerciam o poder de decisão efetivamente no âmbito local, ou estadual, mantendo o controle dos empregos públicos e outros privilégios econômicos e sociais, e dispunham também de uma grande capacidade de mobilização de forças, sob o seu comando direto. (CORRÊA, 2006, p. 61).

Nesse sentido, a estrutura político-econômica, nesse período, constituiu-se por grupos oligárquicos de origem familiar e grupos oligárquicos afins, que se formavam a partir de interesses comuns e momentâneos. Tal estrutura de poder agudizou o distanciamento entre as regiões norte e sul, criando uma dualidade política dentro do próprio Estado em vista dos interesses divergentes e antagônicos dos grupos coronelistas da região sul e da região norte.

No final do século XIX a geografia oligárquica da região de Mato Grosso apresentava a seguinte configuração: havia o predomínio dos Murtinho e de Generoso Ponce em Mato Grosso; os Paes de Barros dominavam Itaici; os Borges, Rosário; os Mendes, Diamantino; os Caldas, Chapada; os Machados, Brotas; os Souzas, São Luís de Cáceres; Antonio Joaquim Malheiro, a maior fortuna do Estado, Corumbá; os Ribeiros, Poconé; os Castros, Santana do Paraíba; os Almeidas, Barra dos Bugres; os Mascarenhas, o sul do Estado, etc. (CARONE *apud* BITTAR, 2009a).

Segundo Bittar (2009a), foi o povoamento descentralizado do Estado, atrelado à formação da grande propriedade rural que facultou o fortalecimento de um sistema baseado nos domínios familiares e sociais, preenchendo o vazio deixado pela ação governamental, e favorecendo a constituição do fenômeno das oligarquias e do coronelismo.

A constituição de oligarquias no Estado de Mato Grosso contribuiu para o surgimento de ideias divisionistas entre os principais grupos em evidência no cenário político e econômico da região. No sul havia se formado uma classe de proprietários rurais economicamente dominante, que se sobrepôs à do norte, à força econômica desta classe aliou-

se, mais tarde, o poder político. O sentimento de não pertencimento à região norte, geograficamente distante do sul, bem como o sentimento de abandono do governo em relação ao norte, fomentaram os sentimentos divisionistas dos fazendeiros sul-mato-grossenses, que então, almejavam criar Mato Grosso do Sul (BITTAR, 2009a).

Cavalcante (2013), complementa que a aspiração pela divisão teria sua gênese ligada a ampliação do território do Estado de Mato Grosso ocorrida após a Guerra da Tríplice Aliança, na qual o Paraguai perdeu parte de seu território para o vizinho, Mato Grosso. Assim, este aumento do território era visto com preocupação pelas autoridades governamentais, que “[...] apontavam que a dimensão do território representava um entrave para o desenvolvimento da província.” (CAVALCANTE, 2013, p. 112).

Já no final da década de 1930 do século XX, a região sul de Mato Grosso passou a reivindicar formalmente o reconhecimento de sua preponderância política e econômica diante da região norte. O movimento divisionista teve à frente os sulistas, que argumentavam a necessidade fundamental de divisão, haja vista que o poder político exercia-se principalmente pelos cuiabanos; a receita pública estadual gerada pela região sul era maior, entretanto os benefícios ficavam principalmente em Cuiabá; os cargos públicos eram preenchidos em sua maioria pelos cuiabanos; além disso haviam diferenças históricas e culturais entre o norte e o sul (CAVALCANTE, 2013).

Até a década de 1920 não existiu um movimento pela divisão do Estado de Mato Grosso, entendido como um conjunto de atividades organizadas e contínuas engendradas por agentes com o objetivo de alcançar um fim específico, ou seja, a divisão do Estado; isso só ocorreu em Mato Grosso a partir da década de 1930. Havia, no entanto, até esta data, manifestações, ideias e anseios divisionistas que surgiram esparsamente, em meio a conflitos entre poderosos latifundiários chefes políticos regionais.

É importante destacar o movimento Constitucionalista, ocorrido em 1932, que embora tenha se limitado aos recursos paulistas e, tenha sido derrotado em um pouco mais de dois meses, teve grande relevância e trouxe consequências significativas para o Estado de Mato Grosso. Foi neste ano que se formou o primeiro governo no sul do Estado, tendo à frente um dos maiores símbolos do divisionismo, Vespasiano Barbosa Martins.

Nesse movimento, o norte mato-grossense permaneceu com Getúlio Vargas, enquanto o sul, sob o comando de Vespasiano Barbosa Martins aderiu à Revolução Paulista. Campo Grande tornou-se, assim, uma grande praça revolucionária, fato que lhe trouxe mais tarde prestígio político e levou a constituição de um governo Revolucionário em Campo Grande, que então reivindicava a posição de capital do Estado. Este governo era uma espécie de

Governo temporário ocorreu de forma paralela ao de Cuiabá, portanto, não podemos considerar que houve divisão em 1932 (BITTAR, 2009a).

Com este fato, ocorre na época um deslocamento da liderança política para o sul do Estado de Mato Grosso, para Campo Grande. Esta liderança política antes era exercida pelas cidades de Nioaque e Corumbá, além das cidades de Paranaíba e Miranda. Corumbá, cidade que apresentava grande relevância comercial, nunca tomou partido na questão divisionista por identificar-se culturalmente com Cuiabá.

A cidade de Campo Grande, a contar da década de 1920 e, principalmente de 1932, conquistou definitivamente a liderança política do sul do Estado de Mato Grosso. Desde 1932, a cidade ultrapassou paulatinamente a cidade de Cuiabá em tamanho e importância econômica. Isto devido a uma série de fatores que contribuíram para o rápido desenvolvimento da cidade, dentre eles: sua posição geográfica no centro da região sul; a chegada da Ferrovia Noroeste do Brasil; a transferência do Comando Militar do Oeste para a cidade, até 1921 instalado em Corumbá.

Campo Grande foi fundada pelo mineiro José Antônio Pereira em 1872 e, era uma pequena comunidade reunida em ranchos às margens dos córregos Prosa e Segredo. A cidade permaneceu sem existência legal até 1889, quando, então, foi criado o Distrito da Paz de Campo Grande. Desde a sua criação o Distrito da Paz de Campo Grande apresentou um rápido desenvolvimento, já uma década após sua criação foi elevada à condição de freguesia, depois de vila, e em 26 de agosto de 1889 conquistou sua emancipação política. Em 1911, “[...] a cidadezinha já tinha cerca de 300 casas e 1.500 habitantes e transformou-se logo em próspero ‘empório de gado’.” (BITTAR, 2009a, p. 189).

Vinham fixar-se em Campo Grande fazendeiros e comerciantes, de São Paulo e de Minas Gerais começaram a vir intelectuais, artistas diversos, bem como estrangeiros, principalmente árabes, japoneses, espanhóis, portugueses e italianos. Os árabes como mascates, formaram a grande força do comércio local; os japoneses dedicaram-se ao cultivo da terra; e os espanhóis e portugueses ao ramo da construção, da indústria de tijolos e ladrilhos, marcenarias, sendo que alguns montaram padarias e confeitarias. O fluxo de imigrantes estrangeiros sofreu significativo aumento depois da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (COSTA, 1999).

Costa (1999) destaca que houve um crescimento significativo da população estrangeira na cidade, que acompanhou o crescimento da população de brasileiros natos. Na década de 1930, havia na cidade colônias de japoneses, de italianos, de portugueses, de armênios, de

franceses, de árabes, de franceses, de alemães, de gregos e até russos. O que, segundo o referido autor, deu a cidade um estilo diferente, refletindo os diversos costumes e a miscelânea cultural que se deu na região, que constituiu uma cultura diferenciada e uma arquitetura variada.

Somente em 1918, após o grande desenvolvimento que passou Campo Grande, é que a vila foi elevada à condição de cidade pela Lei n. 772, de 16 de julho de 1918. Entre 1910 e 1920, Campo Grande ganha a inauguração da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, esta se limitando ao sul de Mato Grosso, propiciou a criação de cidades como Três Lagoas, e impulsionou o crescimento das cidades existentes como Campo Grande, Aquidauana e Miranda, bem como, engendrou o crescimento da população nas vilas criadas ao longo da linha férrea (BITTAR, 2009a).

A Estrada de Ferro contribuiu para integrar o sul de Mato Grosso aos centros econômicos mais importantes do país, e provocou uma mudança radical na lógica de desenvolvimento interno do Estado. Até então, a via fluvial, pelo Rio Paraguai, era a mais utilizada como meio de escoamento da produção e importação de produtos, tendo em Corumbá seu principal eixo comercial.

Assim, com a construção da Estrada de Ferro surgiram novas rotas comerciais que superariam a histórica relação de domínio econômico e político entre as cidades de Corumbá e Cuiabá. Com a perda da condição de principal polo comercial do Estado, por Corumbá e Cuiabá, Campo Grande alcançou posição de destaque econômico e político no cenário estadual.

Outros fatores que favoreceram Campo Grande foram à amenidade do clima, a fertilidade do solo, a existência de vastos campos propícios à criação e apascentamento de rebanhos bovinos e ao cultivo agrícola; a privilegiada posição geográfica no centro-sul do Estado; bem como às levas de migração nacional e estrangeiras ocorridas desde sua criação.

Segundo Bittar (2009a), a Ferrovia engendrou um grande crescimento populacional na cidade de Campo Grande, dados demográficos dos censos do período revelam que em 1920 a população era composta por 21.360 habitantes, em 1940 saltou para 49.629 habitantes, em 1950 passou a 57.033 habitantes, e em 1960 a população de Campo Grande somava 73.258 habitantes.

Já na década de 1920, a cidade recebeu o influxo de muitos profissionais ligados a advocacia jornalismo e política, vindos de Nioaque e Corumbá, as cidades de maior

relevância e berço das manifestações políticas, até então. Dezenas de famílias deslocaram-se destas cidades para Campo Grande, que passava a ser o eixo da vida social política e econômica do sul de Mato Grosso (BITTAR, 2009a).

Campo Grande teve sua gênese ligada à pecuária, a cidade era um importante centro de criação, compra e venda de gado desde as primeiras décadas do século XIX. Assim, formou-se uma classe de grandes proprietários rurais, tendo sua origem ligada a ocupação do território sul-mato-grossense. É desta classe “dos grandes proprietários rurais do sul de Mato Grosso que se originou uma elite política, que, mais tarde, dirigiria o estado de Mato grosso do Sul”. (BITTAR, 2009b, p. 58-59).

Evidencia-se, desse modo, a relação entre grande propriedade rural e poder político no sul de Mato Grosso. Entre as oligarquias estabelecidas na região podemos citar: a família de Paulo Coelho Machado, neto de Antônio Francisco Rodrigues Coelho; os Alves Ribeiro; a família Corrêa da Costa; a família Barbosa, que deu origem aos Barbosa Martins; a família Martins Coelho; e por fim, a família Fragelli.

Na década de 1920, chegam a Campo Grande, homens provenientes de famílias abastadas de outras regiões do Brasil para compor a elite política da cidade e ocupar cargos públicos importantes, tal fato se dá mediante a associação destes aos grupos ou oligarquias hegemônicas da região. Dentre eles estão Eduardo Olímpio Machado, Arlindo de Andrade e Demóstenes Martins, provenientes de abastadas famílias do Nordeste, formados em direito pela prestigiada Faculdade de Direito da Bahia (BITTAR, 2009a).

Assim, uma forte elite política já se projetava no sul de Mato Grosso, notadamente em Campo Grande, o que iria ameaçar a hegemonia da capital Cuiabá. A partir da década de 1920, destacaram-se como prefeitos de Campo Grande, Vespasiano Barbosa Martins, Arlindo de Andrade, Arnaldo Estevão de Figueiredo, Eduardo Olímpio Machado, Demóstenes Martins e Fernando Corrêa da Costa, etc.

Campo Grande, na década de 1940 contava com uma arrecadação tributária superior à de Cuiabá, era a cidade mais populosa de Mato Grosso, bem como ocupava posição de destaque no cenário econômico e político do sul de Mato Grosso. A cidade era tida como o orgulho da elite pecuarista, certa de seu progresso e de sua destinação a tornar-se capital (BITTAR, 2009a).

A elite pecuarista do sul do Estado, nessa época mais concentrada em Campo Grande, acreditava veementemente no progresso como elemento distintivo da cidade, este sendo

atrelado à pecuária, principal atividade econômica desenvolvida no sul de Mato Grosso, sendo a classe que a constitui a responsável por conduzir e protagonizar a divisão do Estado de Mato Grosso. A elite rural, transfigurada em elite política, tinha plena certeza de seu papel de elite condutora e sua tarefa histórica ao lutar pela divisão de Mato Grosso (BITTAR, 2009a).

Entre os personagens interessados no progresso da cidade estavam Eduardo Olímpio Machado, Vespasiano Barbosa Martins, Eduardo Santos Pereira, Nicolau Fragelli, Laudelino Barcellos, Arlindo de Andrade, Arnaldo de Figueiredo, Demóstenes Martins, Laucídio Coelho e Fernando Corrêa da Costa. E revelam, por um lado, uma elite política com formação intelectual proveniente das tradicionais e conceituadas faculdades de direito da época - como Eduardo Olímpio Machado e Arlindo de Andrade -, de faculdades de medicina – como Vespasiano Barbosa Martins, Nicolau Fragelli, Fernando Corrêa da Costa -, e por outro lado a classe social vinculada à posse de terras – como Barbosa Martins, Coelho, Machado, Corrêa da Costa (BITTAR, 2009a).

Uma das marcas deste progresso seria o grande crescimento populacional que passou Campo Grande na década de 1970. Notícia veiculada pelos principais jornais da época com o objetivo de distinguir a cidade no cenário mato-grossense. Além desta, foram divulgados dados do censo demográfico que mostravam que a população de Campo Grande havia ultrapassado a população de Bauru, bem como os anseios dos deputados pela divisão territorial. Notícias que acirraram ainda mais a rivalidade entre Campo Grande e Cuiabá (BITTAR, 2009a).

É importante destacar que até a década de 1932 não houve um movimento separatista, mas sim ideias, manifestações e sentimentos esparsos em prol da divisão do estado. Somente depois da Insurreição Paulista de 1932, pode se dizer que a causa separatista foi transformada em movimento separatista. Isto porque após o referido evento, foi criado em outubro de 1932, por universitários mato-grossenses herdeiros das elites agrárias do sul, a Liga Sul-mato-grossense, cujo escopo era encaminhar a luta pela divisão do Estado de Mato Grosso, que então, daria origem a dois estados federados.

Em 1934 por meio da Liga Sul-mato-grossense a causa separatista chegou ao governo federal, a petição designada “Representação dos sulistas ao congresso nacional Constituinte”, que dentre outras coisas identificava a existência de 3 povos no Estado, os do extremo norte, os do centro e os do sul, bem como o desmembramento do sul de Mato Grosso para a formação do Estado de Maracaju tendo Campo Grande como a capital.

Embora tenha contado com cerca de 13.000 assinaturas, a petição da divisão reivindicada pela Liga Sul-mato-grossense não foi acatada. Assim, após esta decisão da Constituinte de 1934, os integrantes do movimento tiveram de contentar-se com as medidas de Getúlio Vargas, e logo depois se desintegrou.

Somente em 1977 os anseios divisionistas se efetivariam. O anteprojeto da divisão foi encaminhado ao Congresso Nacional em agosto de 1977 e submetido à votação em 14 de setembro de 1977. Quando foi submetido à votação, compunha a bancada de Mato Grosso os deputados do sul, Valdomiro Gonçalves, Ubaldo Barém, Walter Castro, Antônio Carlos de Oliveria; do Norte, Vicente Vuolo, Nunes Rocha, Gastão Muller, Benedito Canelas. Quanto aos senadores, a bancada contava com Itálvio Coelho, Antônio Mendes Canale e Rachid Saldanha Derzi, todos do sul (BITTAR, 2009a).

Tal configuração revela a força política da elite econômica rural do sul do Estado de Mato Grosso. Itálvio Coelho era filho de Laucídio Coelho, que acumulou um império de terras no sul do Estado, Lúdio era conhecido como o “rei do gado”; Rachid Saldanha Derzi, estava entre os maiores produtores rurais do sul e era conhecido pela excelência do seu gado da raça nelore. Em 11 de outubro de 1977, durante a gestão do presidente Ernesto Geisel, foi promulgada a Lei Complementar n. 31, que estabeleceu a divisão do Estado de Mato Grosso. Foi criado então o Estado de Mato Grosso do Sul e se manteve o Estado de Mato Grosso (CAVALCANTE, 2013).

Este processo aconteceu sem o conhecimento ou participação da população, quase que sigilosamente, que apenas tomou conhecimento a partir da consumação do ato com a criação do Estado de Mato Grosso do Sul. Com a divisão, o território passou a ser constituído por 55 municípios, agrupados em sete microrregiões homogêneas, totalizando 350.549 quilômetros quadrados. Em 1970 o Estado de Mato Grosso do Sul possuía um milhão de habitantes, sendo que 453.000 residiam na zona urbana e, 547.000 residiam na zona rural, bem como apresentava uma densidade demográfica de 2,85 habitantes por quilômetro quadrado (BITTAR, 2009b).

É importante destacar que o desenvolvimento urbano-demográfico de Mato Grosso do Sul ocorreu em estreita ligação com a conformação da economia do Sul de Mato Grosso, baseada na produção da agropecuária e sua dinâmica. Assim, a criação de infra-estrutura¹¹, como a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e a implementação e pavimentação de rodovias e estradas, engendraram o surgimento de várias vilas, vilarejos e cidades às suas margens, em diferentes períodos, que se tornaram municípios; é o caso de municípios como Três Lagoas, Água Clara, Ribas do Rio Pardo, São Gabriel d'Oeste, Sonora, Chapadão do Sul, etc. (PAVÃO, 2005).

Após a divisão do Estado, mais precisamente a partir da década de 1980, Mato Grosso do Sul começou a se inserir em uma nova fase em sua estrutura econômica; a economia sul-mato-grossense passou por um avanço na agropecuária de produção mais intensiva, com melhorias na produtividade e ampliação dos excedentes agropecuários exportáveis, bem como a expansão do turismo ecológico, produção de celulose, produção sucroalcooleira, que diversificaram e difundiram sua base econômica (LIMA; PIFFER; OSTAPECHEN, 2016).

Cabe destacar, que tal conjuntura nada apresenta de “natural”, haja vista que decorreu de ações empreendidas pelo Governo Federal, desde a década de 1970, por meio da constituição de programas, planos e políticas públicas estatais, cujos objetivos eram promover, aperfeiçoar e estimular a produção agropecuária do estado, adequando-a aos moldes da agropecuária capitalista; inclusive, tendo a intervenção, apoio e incentivo de organismos financeiros internacionais, cujos interesses expressava.

Nesta perspectiva, compreendemos que Mato Grosso do Sul teve forjado seu desenvolvimento e crescimento ligado à expansão e ao aumento das atividades econômicas desenvolvidas pelo setor primário da economia. Nas décadas posteriores à criação do Estado, continuou a apresentar um ritmo constante de crescimento e desenvolvimento econômico e

¹¹Em 1914, surgiu a ferrovia que ligava Bauru a Campo Grande, acelerando sobremaneira o desenvolvimento da região. Por volta de 1940, outra opção utilizada, com o surgimento da ligação Campo Grande, via estrada boiadeira, com Bolicho Seco, Fazenda Alavanca, até Porto Alegre, nas margens do Rio Pardo, próximo à divisa com o Estado de São Paulo. Em 1953, foram iniciados os trabalhos de abertura de rodovias federais, começando pelas ligações de Nova Alvorada (antiga Fazenda Alavanca – Município de Rio Brilhante), a Campo Grande e Cuiabá (BR-163), Nova Alvorada e Porto XV (BR-267), Campo Grande e Corumbá (BR-262), Campo Grande a Rochedo (MS-080). A complementação da rodovia federal BR-262, que liga Campo Grande a Três Lagoas, somente ocorreu em 1960. Em 1965 surgiram os primeiros 15km de asfalto, executados pelo Estado, na BR060, antiga MT-060, partindo da sede do Município em direção ao Sul do Mato Grosso. Mas, foi em 1972 que as grandes obras de pavimentação foram concluídas, com a entrega do tráfego das BR-163 e parte da BR-262. Na década de 80 foi concluído o primeiro trecho do macro anel rodoviário, ligando as saídas de São Paulo (BR-163), Três Lagoas (BR-262) e Cuiabá (BR-163). Em 1995 o segundo trecho foi concluído, ligando as saídas de São Paulo (BR-163) e Sidrolândia (BR- 060), e em 1999 foi inaugurado o terceiro trecho, ligando as saídas de Sidrolândia e Aquidauana (BR-262). (PLANURB, 2016, p. 190).

social. Abaixo, segue tabela que mostra alguns dados comparativos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Tabela 1 – Dados comparativos MS e MT: área, população, número de municípios e produção, 1977.

Dados	Mato Grosso	Mato Grosso do Sul
Área (km ²)	903.357,908	357.124,962
% Área total do Brasil	10,61	4,19
% área no Centro-Oeste	56,24	22,23
População	900.000	1.400.000
Nº Municípios/ano		
1940	14	14
1950	15	20
1958	27	32
1970	34	50
1977	38	55
1990	95	72
1997	126	77
2001	139	77
2005	141	78
Taxa de urbanização (2000)	79,37%	84,08%
Ligações comerciais	Amazonas, Goiás e Brasília.	São Paulo e Paraná
Povoamento	Mineração	Pecuária
Administração	Órgãos em Cuiabá	Órgão na região Sul
Características Geofísicas	Planalto e bacia amazônica	Planalto da Serra de Maracaju e planícies da Vacaria e do rio Paraguai
Dívida Pública (%)	100	0
Pantanal	1/3 da área no Estado	2/3 da área no Estado
Cabeças de gado (Unid.)	3.582.371	9.267.967

Fonte: PAVÃO, 2005.

Organização: Teixeira, 2018.

Entre os anos 1970 e 1980 foram criados 5 municípios no estado de Mato Grosso do Sul; entre os anos de 1980 e 1990, foram criados 17 novos municípios, dentre estes Costa Rica, São Gabriel do Oeste, Selvíria, Sete Quedas, Tacuru, Taquarussu, Bodoquena e Itaquiraí; entre as décadas de 1990 e o ano 2000, foram criados 5 novos municípios, Nova Alvorada do Sul, Alcinópolis, Laguna Caarapã, Japorã, Novo Horizonte do Sul; e, por fim, em 2004 foi aprovada a criação do município de Figueirão (PAVÃO, 2005).

Segundo dados do Censo demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, a capital do Estado de Mato Grosso do Sul, a cidade de Campo Grande, conta com uma área de 8.092,95

km²; apresenta uma população estimada em 786.797; e densidade Demográfica de 97,22 hab/km². (IBGE/CENSO, 2010). O município está localizado geograficamente na porção central de Mato Grosso do Sul, ocupando 2,26% da área total do Estado (PLANURB, 2016).

Nas últimas décadas o município experimentou um importante crescimento populacional, haja vista que a população cresceu um equivalente a 5,6 vezes entre as décadas de 1970 e 2010. A participação da população do município em relação à do Estado de Mato Grosso do Sul ainda é elevada, sendo que em 2010 registrou 32,13% da população do Estado. Além disso, a cidade apresenta um alto grau de urbanização, segundo dados do Censo de 2010, a população urbana do município representava 98,66% e a rural 1,34%.

Para Pavão (2005), os principais motivos do agrupamento urbano em Campo Grande foram a existência e instalação de um conjunto de instituições públicas e privadas no município, abrigando um significativo contingente de funcionários públicos, federais, civis, militares, estaduais, da prefeitura e de estatais; administração estadual centralizada no Parque dos Poderes; além do expressivo número de empresas do setor terciário existentes na cidade, como comércio, bancos, instituições de ensino (de nível fundamental, médio e superior), assistência médico-hospitalar, entre outros.

Campo Grande é um importante polo de desenvolvimento da Região centro-oeste. O município detém considerável “[...] extensão do cerrado brasileiro, a maior área do Pantanal, uns dos maiores rebanhos de gado bovino do país, agroindústria e o ecoturismo em franca expansão, serviços de qualidade para [...] a população e visitantes.” (PLANURB, 2016, p. 304). Como a capital do estado de Mato Grosso do Sul, o município possui grande relevância no cenário estadual, posição alcançada por meio de estratégias diversas empreendidas por agentes detentores de poder e representatividade econômica e política, no processo de conformação do estado, que permitiu a este congregar características específicas ligadas ao agronegócio; tal fato justifica a relevância social deste estudo, por buscar desvelar os movimentos de agentes sociais inseridos no campo do agronegócio do estado de Mato Grosso do Sul.

Quanto à utilização das terras do município, de um total de 734.322 hectares; 24.772 hectares destinam-se à lavoura; 527.289 hectares são áreas de pastagens; e 159.864 hectares são áreas de matas e florestas. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006¹², realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, há um total de 1.663 estabelecimentos agropecuários no município. Segue abaixo, tabela que apresenta os estabelecimentos agropecuários de Campo Grande, por condição de produtor.

Tabela 2 – Estabelecimentos agropecuários por condição de produtor 2006 em Campo Grande MS.

Especificação	Estabelecimentos	Área (em hectares)
Total	1.663	734.323
Proprietário individual	1.374	698.093
Assentado sem titulação definitiva	99	1.508
Arrendatário	124	32.923
Parceiro	6	1.047
Ocupante	38	752
Produtor sem área	22	...

Fonte: PLANURB, Perfil socioeconômico de Campo Grande, 2016.

Organização: Teixeira, 2018.

Observamos que a grande maioria dos estabelecimentos agropecuários do município pertencem a proprietários individuais, 1.374 de um total de 1.663; sendo precedidos, ainda que com longa distância, por proprietários do tipo arrendatários, 124; e assentados sem titulação definitiva, 99. Observamos, também, que os proprietários individuais possuem quase a área total dos estabelecimentos agropecuários do município. Abaixo, segue tabela que apresenta a estrutura fundiária do município de Campo Grande.

Tabela 3 – Estrutura Fundiária de Campo Grande 2006.

Grupo de Área	Estabelecimentos		Área (ha)
	Total	%	
Menos de 10	499	30,01	2.032
10 a menos de 100	481	28,92	15.104
100 a menos de 1.000	453	27,24	197.467
1.000 a menos de 2.500	147	8,84	217.178
2.500 e mais	61	3,67	302.543
Produtor sem área	22	1,32	0
Total	1.663	100,00	734.322

Fonte: PLANURB, Perfil socioeconômico de Campo Grande, 2016.

Organização: Teixeira, 2018.

¹² O Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, é o último censo cujos dados estão disponíveis para consulta. No ano de 2017, o Instituto anunciou a realização de um novo Censo Agropecuário, cujos anos de coleta de dados correspondem aos anos de 2017 e 2018, entretanto, ainda não há previsão para disponibilização dos dados.

Como podemos observar, embora as áreas de menos de 10 hectares e as áreas de 10 a menos de 100 hectares, representem a maioria dos estabelecimentos agropecuários de Campo Grande, 58,93% do total de estabelecimentos agropecuários, detém apenas uma área de 17.136 hectares; enquanto, os estabelecimentos agropecuários de 1.000 a menos de 2.500 e de 2.500 e mais, representam uma minoria 12,51% do total de estabelecimentos agropecuários no município, entretanto, ocupam uma área maior, 519.721 hectares; fato que revela a concentração da estrutura fundiária no município, que é um reflexo da estrutura fundiária do Estado de Mato Grosso do Sul, que será demonstrado mais adiante.

Acerca da economia do setor primário de Campo Grande, tem destaque a produção de rebanhos bovinos, galináceos, ovinos e suínos; no município há também a criação de bubalinos, caprinos, codornas e equinos; produção de leite; produção de produtos de origem animal como lã, mel de abelha, ovos de codorna, ovos de galinha. Na produção agrícola do município tem destaque a produção de cana-de-açúcar, milho, soja; outros gêneros produzidos são a mandioca, abacaxi, trigo, tomate, feijão, banana, uva, mamão, entre outros.

O setor secundário é composto pelo polo empresarial Miguel Letteriello (norte); polo empresarial Conselheiro Nelson Benedito Netto (Oeste); polo empresarial Paulo Coelho Machado; polo empresarial Sul (em fase de instalação); núcleo industrial Indubrasil; incubadoras municipais de empresas. Os segmentos industriais presentes no município são a construção civil; indústria metalúrgica, mecânica e de material elétrico; indústria de produtos alimentícios e bebidas; indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecido; indústria do papel, papelão, editorial e gráfica; indústria da madeira e do mobiliário; indústria de produtos minerais não metálicos; serviços industriais de utilidade pública; indústria química, produtos farmacêuticos, veterinários e perfumaria; indústria de produtos de borracha e plástico; extrativa mineral; indústria de beneficiamento do couro, Indústria de calçados; e demais atividades industriais ou de apoio à Indústria (PLANURB, 2016).

Por fim, acerca do setor terciário, destacamos que antes da criação do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande já despontava como polo de desenvolvimento, concentrando em 1950, 16,3% do total das empresas comerciais do Estado; em 2015 esta participação passou a ser de 36,93%. O total de estabelecimentos comerciais em Campo Grande teve um salto passando de 7.850 estabelecimentos em 2006 para 19.096 em 2015. (PLANURB, 2016).

Dentre os estabelecimentos comerciais atacadistas e varejistas estão artigos de vestuário, armarinho e calçados; combustíveis; farmacêuticos, cosméticos e produtos químicos; livraria e papelaria, jornal, revista e disco; madeira, carvão, produtos extrativos de

origem vegetal; máquinas, equipamentos para indústria; material de construção, ferragens, produtos metalúrgicos, material elétrico, comunicação e informática; produtos extrativos de origem mineral; alimentação; artigos para esporte e lazer; produtos para lavoura e pecuária; veículos, peças e acessórios; acessório e artigos uso doméstico, etc.

O município de Campo Grande, desde antes do processo de divisão do Estado, figurava como um município rico, próspero, moderno e desenvolvido; o que lhe assegurou um lugar de destaque no contexto estadual, e lhe possibilitou ser alçado à condição de Capital do Estado de Mato Grosso do Sul. Tal fato, deveu-se, ao estabelecimento de uma elite agrária, intelectual e política na cidade de Campo Grande, com poder de mando e influência regional, a partir da década de 1920.

Com o processo de criação e consolidação da nova unidade Federativa, o Estado de Mato Grosso do Sul, tendo como capital o município de Campo Grande, incumbe à elite intelectual campo-grandense o desiderato de construir e divulgar uma história própria de Mato Grosso do Sul, inicialmente, por meio, das instituições Academia de Letras e História de Campo Grande, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul e, da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras. Assim, os Homens de Letras de Mato Grosso do Sul articularam-se em tentativas de construir uma história que contemplasse o Estado em sua totalidade (AMARILHA, 2006).

Dentre os Homens de Letras estão Paulo Coelho Machado, Hidelbrando Campestrini e Acyr Vaz Guimarães, que participaram ativamente no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, ocupando os cargos em sua diretoria. Paulo Coelho Machado ocupou a presidência do Instituto de 1978 até 1989, tendo Demosthenes Martins como vice-presidente e Otávio Gonçalves Gomes como secretário. A partir daquele ano, juntamente com J. Barbosa Rodrigues na presidência e Acyr Vaz Guimarães na vice-presidência, Hidelbrando Campestrini tornou-se secretário do Instituto, cargo que deixou em 2000 (SILVA, 2006).

Segundo Amarilha (2006), após a divisão do Estado os homens de letras do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul e da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras buscaram reforçar a difusão de uma história regional, empenhados em construir símbolos que representassem a tradição e o amor às terras sul-mato-grossenses. Assim, a história teve, e ainda tem, um papel fundamental no construto cultural por parte dos intelectuais do novo Estado.

Entre os intelectuais preocupados com a constituição e divulgação de uma história, cultura e identidade de Campo Grande, bem como de Mato Grosso do Sul, destaca-se Paulo Coelho Machado. Em 1980, como presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, defendeu a divulgação e a publicação de uma história própria do Estado, inclusive com a ajuda e os esforços dos dirigentes políticos, haja vista que a história teria papel fundamental em divulgar a tradição sul-mato-grossense.

Paulo Coelho Machado era uma figura ilustre da sociedade campo-grandense e sul-mato-grossense, foi o representante mais ilustrado dos proprietários rurais da região - herdeiro de Eduardo Olímpio Machado, e neto de Antônio Francisco Rodrigues Coelho, donos de grandes propriedades rurais e forte participação no cenário político estadual – e, teve papel importante no processo de divisão e na política do Estado. Paulo Coelho Machado ocupou o cargo de Secretário do Governo José Fragelli (1971 a 1975), foi vereador em Campo Grande em duas legislaturas e Chefe da Casa Civil do efêmero Governo de Harry Amorim da Costa (1979) (SILVA, 2006).

Paulo Coelho Machado atuou como um dos ideólogos da construção da identidade de Campo Grande, bem como do Estado de Mato Grosso do Sul; tal fato se deve à força e ao poder tanto econômico quanto político detido pelo autor, bem como por sua participação nos bastidores do processo da divisão do Estado de Mato Grosso. Segundo Silva (2006, p. 46) ocorreu “um fenômeno em torno da figura de Paulo Coelho Machado [...] sua liderança como pecuarista e político, reforçada com sua participação na criação do Estado, foi transferida para sua condição de escritor”.

Assim, seus escritos, principalmente suas crônicas sobre a cidade de Campo Grande foram alçados à condição de referências importantes e verossímeis da descrição do passado tal qual ocorreu, passando a ser utilizadas como referências e fonte de escrita da história local. Dentre suas obras destaca-se a série de obras *Pelas Ruas de Campo Grande*, uma compilação, coletânea de crônicas que tem como referência fatos e personagens relacionados às principais ruas da cidade de Campo Grande (SILVA, 2006).

Além de Paulo Coelho Machado, Hidelbrando Campestrini, também foi uma figura de destaque da construção de uma historiografia do Estado de Mato Grosso do Sul. Destacamos a publicação da coletânea denominada *Série Historiográfica*, composta por obras inéditas de associados à Academia Campo-Grandense de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, como Paulo Coelho Machado, Acyr Vaz Guimarães, Hidelbrando Campestrini e por trabalhos de memorialistas que compunham o rol de ilustres dessas

instituições, como Ulisses Serra, José de Melo e Silva e Miguel Palermo e outros. Hidelbrando Campestrini é autor de três volumes da Série Historiográfica, seu mais divulgado e influente livro é História de Mato Grosso do Sul, publicado em 1991 (SILVA, 2006).

As obras produzidas nesse período, tanto anteriores quanto posteriores à criação do Estado de Mato Grosso do Sul tinham por objetivo construir uma identidade regional, tendo como base elementos como a produção de heróis, elites condutoras do processo de divisão do Estado; pioneirismo; a ideia de desenvolvimento econômico e social, engendrado pela economia agropecuária, como base da riqueza e do progresso do mesmo; bem como o pertencimento e o amor às terras sul-mato-grossenses. Assim, esses intelectuais, que transmutavam-se, também, em elites rurais, elites econômicas e elites políticas, tiveram papel relevante na construção da história e, conseqüentemente, no constructo cultural de Mato Grosso do Sul.

Neste primeiro momento, percebemos o movimento desses agentes intelectuais e instituições - marcados socialmente, que falavam de um lugar de classe em nome de uma classe, ou seja, das elites – e que, também exprimiam os interesses das classes rural, econômica e política dominante, em construir e inculcar um modo de ser e uma história sul-mato-grossense elitista; em que os agentes e famílias das classes dominantes eram reconhecidos e enaltecidos, e no qual eram excluídas outras identidades, como os indígenas, os imigrantes, os migrantes, as classes trabalhadoras e as minorias; em nome da criação e consolidação de uma imagem/representação de homogeneidade do povo sul-mato-grossense e de sua cultura.

Tal movimento, pode ser compreendido como a tentativa de construção de um consenso acerca da diferenciação do povo e da cultura sul-mato-grossense em relação ao seu vizinho Mato Grosso, bem como em relação aos demais estados do país; afim de reafirmar e legitimar sua distinção, na diferença e pela diferença; instituindo assim, uma crença coletiva sobre a definição do que significa o “viver/ser/pertencer” sul-mato-grossense, reconhecido, mas desconhecido como arbitrário, e compartilhado pelas classes dominantes e dominadas. De acordo com Ziliani (2006, p. 98), a “[...] cultura e a formação cultural foi temática recorrente após a divisão do Estado de Mato Grosso e a criação de Mato Grosso do Sul”. (ZILIANI, 2006, p. 96). Nesse sentido, foram produzidas manifestações culturais em diferentes meios e veículos de comunicação, como música, artes plásticas, literatura, entre outros; selecionadas e utilizadas como referências pontuais na construção da identidade do Estado, que promoveram a definiram estatutos de diferença em relação ao outro. Nessa

perspectiva, foram criadas instituições como a Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, a revista regional MS Cultura, entre outros, com o objetivo de difundir e construir valores culturais para o Estado.

A música foi um dos meios utilizados na produção de uma identidade regional, sendo o Pantanal tema recorrente da música regional. Como exemplos temos Paulo Simões, com a música “O trem do Pantanal”, que teve grande repercussão e transformou-se em um ícone da representação da região associada ao trem Noroeste; outro exemplo é o documentário intitulado “Comitiva Esperança”, realizado por Almir Sater e Paulo Simões, que retrata uma viagem de boiada pelo interior do Pantanal feita à cavalo, de carro de boi e de barco; que difundiu pelo Brasil a fauna, a flora, as regiões alagadas, os sons, as imagens e os hábitos do Pantanal e do pantaneiro (ZILIANI, 2006).

De acordo com Ziliani (2006), grandes pecuaristas, integrantes da elite rural, econômica e política da sociedade campo-grandense tinham interesse em fundar no imaginário coletivo uma identidade regional ligada à agropecuária, o que ficou evidente no apoio oferecido por Lúdio Coelho e Wilson Martins para a consecução do projeto Comitiva Esperança. Na música, teve destaque também o “Grupo Acaba”, que contribuiu na mesma direção da afirmação da identidade cultural regional ligada a elementos pantaneiros, como o fazendeiro, o vaqueiro, o índio e a fauna e flora pantaneira.

Segundo Ziliani (2006, p. 104), “[...] nos primeiros meses de instauração do primeiro governo de estado que nascia, andaram em caravana por quase todas as cidades divulgando sua música, junto com o governador e seus secretários e assessores [...]”. Além disso, nesse período o Estado,

[...] através das instituições culturais, promoveu eventos culturais, buscando assim, a afirmação de uma identidade regional, e que tentou fundar elementos simbólicos, passando os mesmo a compor o imaginário coletivo, e com ele o sentimento de pertencimento [...]. (ZILIANI, 2006, p. 107).

No campo das artes plásticas de Mato Grosso do Sul tiveram destaque Humberto Espíndola, Ilton Silva e Jorapimo. O artista plástico Humberto Espíndola elegeu como temática de suas obras o boi, a bovinocultura, ressaltando a importância da pecuária em suas obras, e legitimando uma identidade sul-mato-grossense vinculada à sua principal atividade econômica, a pecuária.

Como observamos, a estrutura econômica do Estado de Mato Grosso do Sul teve seu desenvolvimento ligado a atividades centradas na pecuária, dessa estrutura emanou o poder

político, constituindo a elite agrária que esteve na base da luta pela divisão do Estado e, que depois passou a ser a elite dirigente em Mato Grosso do Sul (BITTAR, 2009a). Com a divisão supramencionada, as elites dirigentes (entendidas ao mesmo tempo como elites econômicas, rurais, políticas e intelectuais) articularam-se e criaram instituições com o intuito de forjar uma história e uma identidade para o povo sul-mato-grossense, que culminou na construção de elementos e símbolos que permeiam, até os dias de hoje, o imaginário coletivo e a identidade.

Percebemos, deste modo, que a gênese do poder de dominação dos grandes proprietários rurais do estado de Mato Grosso do Sul repousava no capital econômico e simbólico detido por estes, o que posteriormente lhes facultou poder de mando nas diferentes esferas da vida social, como a política. Constituíram-se assim, como fruto de um processo de determinações históricas, sociais e econômicas ligadas à ocupação do estado de Mato Grosso, um conjunto de agentes munidos de força – capitais e poder – que inseridos no campo econômico e político do estado de Mato Grosso, no entanto, localizados na região sul do estado, empreenderam lutas, no sentido de reunir as condições para melhor exercer seu poder e dominação - ofuscado, até então, pelos fazendeiros do norte que exerciam o poder político e ocupavam a maioria dos cargos públicos da época; daí o interesse pela divisão do estado e toda articulação realizada para que tal se efetivasse.

Após a divisão do estado e criação do estado de Mato Grosso do Sul, esses agentes puderam exercer plenamente seu poder, ocupando os cargos públicos, e dirigindo o estado no sentido de seus interesses, como elites rurais, para assegurar a promoção, valorização e legitimação do campo do agronegócio e, sua consequente reprodução, sobretudo, através de planos e políticas públicas estatais. Legitimando o campo, legitimavam a si mesmos e, as estruturas e relações de força e dominação entre os diferentes grupos sociais.

Valeram-se também, do apoio das elites intelectuais da época, que também expressavam as elites rurais e econômicas, com o escopo de construir, disseminar e consolidar no imaginário social uma representação do povo e da cultura do estado, reconhecida como legítima, portanto, crença coletiva fundada na homogeneidade e no apagamento das diferenças (minorias), compartilhada pelos diferentes grupos sociais, dominados e dominantes.

É importante, ao final deste tópico, compreender o capital econômico e o capital cultural como princípios de poder e dominação, utilizados pelos grupos da elite sul-mato-grossense nos diferentes campos, - e que dentro destes, devido ao grande volume global de

capitais que detinham ocupavam o campo do poder - para reproduzir e legitimar as estruturas de dominação e melhor exercer seu poder; bem como, comandar e impor as estruturas fundamentais de visão e de divisão, os princípios de classificação, que organizavam a realidade social, e, portanto, instituíam uma ordem social; na qual os agentes eram alocados, em função do volume e estrutura de capitais detido, em diferentes posições sociais, em um sistema de classificação em que alguns adquiriam a posição de dominantes e outros, a de dominados.

2.2.1 Campo do Agronegócio em Mato Grosso do Sul

Este tópico tem por objetivo apresentar o conceito de agronegócio e discutir como ele se compõe e se estrutura no Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da apresentação de dados atuais e, demonstrando de que forma exerce influência na economia e desenvolvimento do Estado.

O termo agronegócio deriva da palavra do vocabulário inglês/norte-americano “*agribusiness*”, criado na *School of Business Administration* da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, na década de 1955. Originalmente, cunhado pelos pesquisadores John Davis e Ray Goldberg, em seu estudo *A concept of agribusiness*, foi utilizado poucas vezes, no entanto a partir da década de 1960 ganhou ampla aceitação no vocabulário escrito e oral (MENDONÇA, 2013).

Segundo os autores norte-americanos, o campo estaria passando por grandes transformações decorrentes da revolução tecnológica posta em prática pelo progresso científico utilizado na agricultura/pecuária. As “fazendas modernas” passaram a ter uma função comercial, transferindo atividades como armazenamento, processamento e distribuição para outras empresas. Havia, portanto, a necessidade de criar uma palavra para descrever a fusão entre agricultura/pecuária e indústria e a interdependência desses setores (MENDONÇA, 2013).

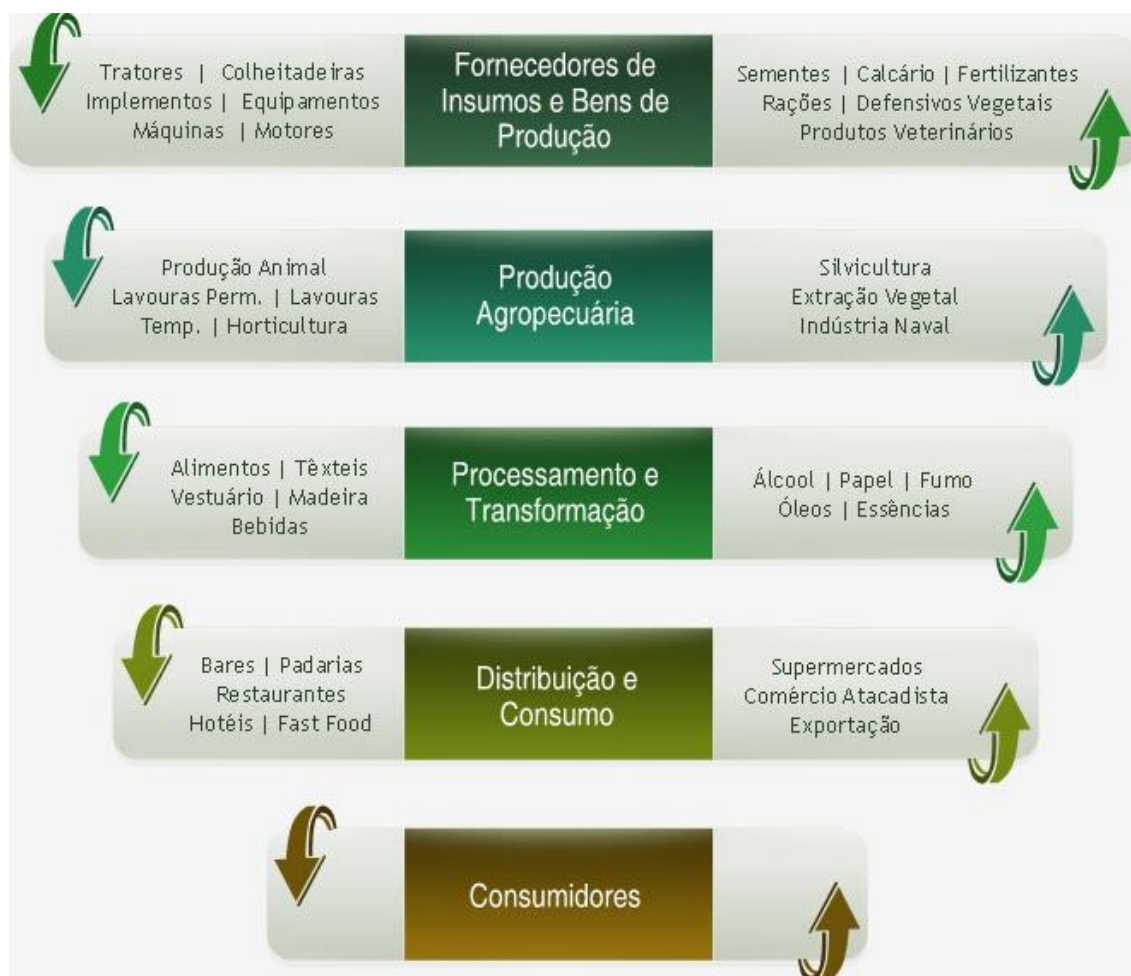
O agronegócio é entendido como a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos da agricultura e da pecuária, das operações de produção nas unidades agropecuárias, do armazenamento, processamento e comercialização dos produtos, bem como dos itens produzidos a partir destes. Portanto, envolve todo o contexto socioespacial da

produção agropecuária, incluindo todos os serviços, técnicas e equipamentos relacionados a ela, direta ou indiretamente.

Assim, o agronegócio engloba uma cadeia de atividades que inclui a própria produção agrícola, ou seja, o cultivo de diversas culturas como a soja, o café, algodão, entre outras; a pecuária com a criação de bovinos, criação de equinos, avicultura entre outros; a demanda por adubos e fertilizantes; o desenvolvimento de maquinários agrícolas; a industrialização de produtos do campo, como óleos, café solúvel, entre outros; bem como o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias para dinamizar todas essas atividades.

O agronegócio envolve uma inter-relação entre os três setores da economia, o setor primário, que está relacionado com a produção por meio da exploração de recursos da natureza e a produção de matéria-prima para outro setor da economia, e abrange atividades como a agricultura a pecuária e o extrativismo; o setor secundário, que está relacionado com a indústria e com a transformação dos recursos naturais e da matéria-prima em bens de consumo e produtos industrializados, como café, açúcar, entre outros; e o setor terciário, que está relacionado com a prestação de serviços e o comércio, e abrange atividades como o transporte e comercialização dos produtos advindos do campo, bem como serviços de consultoria, dentre outros.

Figura 3 – Conjunto de atividades do agronegócio.



Fonte: Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG, 2018. Disponível em: <<http://www.abag.org.com.br/agronegocio>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

Segundo Mendonça (2013), no Brasil o termo agronegócio é compreendido como o processo de industrialização da agricultura, e tem sido utilizado para justificar a criação do conceito das cadeias produtivas, que tem por objetivo congrega diferentes atividades como a agroquímica, a industrial e a comercial nos cálculos da economia da agricultura.

Assim, a adoção do conceito de agronegócio, no Brasil, baseia-se na perspectiva que associa desenvolvimento ao progresso tecnológico ocorrido no campo, em um sistema composto por etapas. É esta visão que se encontra à jusante da definição das chamadas cadeias produtivas (MENDONÇA, 2013).

A concepção de cadeia produtiva foi utilizada por ideólogos do agronegócio que atuam no Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial (Pensa), da Universidade de São Paulo, para definir um método próprio de quantificação econômica dos Sistemas Agroindustriais (SAGs). Este método agrupa todas as empresas envolvidas nos setores de insumos (agrotóxicos, fertilizantes, sementes, máquinas agrícolas), agricultura, indústria de

alimentos e fibras, distribuição por atacado e varejo, além de empresas de embalagens, transporte, combustíveis, armazenamento, concessionárias de rodovias e serviços portuários, para chegar ao que representaria o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio. (NEVES, 2005, p. 26-27 *apud* MENDONÇA, 2013, p. 141).

Nesta perspectiva, as cadeiras produtivas são entendidas como subsistemas do sistema do agronegócio, pois os diversos atores ou atividades que o compõe encontram-se interconectados por fluxos de materiais, de capital e de informação, cujo objetivo é suprir o mercado consumidor final com os bens produzidos pelo sistema.

Para Mendonça (2013, p. 142), uma das características da visão sistêmica de cadeia produtiva é abarcar, concomitantemente, a concentração de poder e a descentralização das tarefas produtivas e dos serviços no agronegócio. A descentralização ocorre porque são implantadas parcerias produtivas em que os diferentes atores ou atividades organizam-se de forma hierárquica, que exprimem relações de dominação e subordinação. Além disso, a autora afirma que

[...] além de criar uma imagem de harmonia eficiência e disciplinamento para o sistema que seria propagandeado como agronegócio, a definição de cadeia produtiva se originou com o propósito de justificar a articulação ou interdependência de pequenos agricultores com grandes empresas e de setores agrícolas e industriais.

Segundo Fernandes (2010), o termo agronegócio é a nova denominação da fase de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista, cuja base repousa nas grandes propriedades rurais, que são utilizadas na produção de matérias-primas para a exportação. Para o referido autor, a palavra é da década de 1990,

[...] e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundiarista da agricultura capitalista. O latifúndio carrega em si a imagem de exploração, trabalho escravo, extrema concentração da terra, coronelismo, clientelismo, subserviência, atraso político e econômico. É, portanto, um espaço que pode ser ocupado para o desenvolvimento do país: latifúndio está associado à terra que não produz e pode ser usada para reforma agrária. A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para relevar somente o caráter produtivista. (FERNANDES, 2010, p. 01).

O agronegócio se insere na lógica capitalista de produção globalizada, principalmente como consequência da modernização implementada no campo e na cidade. Welch (2010),

destaca que, já a partir do século XIX investidores americanos começaram a exportar várias técnicas de produção e comercialização, com o objetivo de introduzir a mecanização nos mercados, demonstrando seu interesse na transferência de tecnologias. Assim, as novas regras e as novas tecnologias difundidas possibilitaram a mundialização do modelo do agronegócio, tendo como meta a maximização dos lucros

[...] através do controle de custos de produção e comercialização, com um nível de controle que vem da semente até a embalagem do produto, o agronegócio tem sido representado como forma mais avançada de capitalismo no campo. (WELCH, 2010, p. 2).

O agronegócio se configura como um modelo cujo modo de funcionamento global,

[...] com predomínio de capital financeiro, orienta-se, em grande parte, rumo a uma especialização crescente em determinadas *commodities* orientadas para o mercado externo e com uma tendência à concentração em grandes unidades de exploração. (TEUBAL, 2008, p. 140).

É importante destacar que o termo agronegócio engloba agricultura e indústria, e atende aos interesses da economia globalizada. Segundo Vargas (2008, p. 2), o agronegócio, enquanto modelo de agricultura hegemônico, representa as “aspirações de frações das classes dominantes locais subordinadas às estrangeiras, mas com forte poder de dominação e articulação com os demais agentes econômicos privilegiados”. Ainda de acordo com Vargas (2008), as formas de apropriação e exploração presentes no agronegócio brasileiro, organizam-se conforme os interesses e necessidades do capital financeiro estrangeiro, das articulações de forças que o movem, e que congregam diferentes forças, tais como:

[...] os latifundiários em sua especulação pelos maiores lucros alcançados com os altos preços da terra. [...] os bancos nacionais e estrangeiros, que a partir da liberalização financeira neoliberal, promoveram o maior fluxo de capital especulativo e fornecimento de créditos para o setor. [...] a indústria de insumos (sementes, agrotóxicos, fertilizantes, máquinas, tratores, etc.) e de subprodutos da agropecuária, as grandes empreiteiras ou consórcios de construção civil e por fim, mas não menos importante, os monopólios midiáticos de sua sustentação ideológica. (VARGAS, 2008, p. 8).

Assim, as práticas do agronegócio constituem práticas da agricultura capitalista, cuja marca é o intenso uso de tecnologia, o monocultivo, com a produção voltada para o mercado externo, principalmente de *commodities* atendendo às necessidades dos mercados mundiais por matéria-prima para a produção de produtos industrializados, com maior valor agregado; e, portanto, “[...] sob os imperativos do lucro, apoiada e conduzida por um Estado interventor

forte [...]” (VARGAS, 2008, p. 8), que implementa programas, planos e políticas públicas estatais no sentido de promover e estimular o desenvolvimento da cadeia do agronegócio, ao contrário do que preconiza a ideologia neoliberal do Estado mínimo.

Comumente, divide-se o estudo do agronegócio em três partes. A primeira parte corresponde às atividades relativas à agropecuária, ou “pré-porteira”, representadas pela indústria e comércio que fornecem insumos para a produção rural, como, por exemplo, os fabricantes de fertilizantes, defensivos químicos e equipamentos em geral. A segunda parte corresponde às atividades agropecuárias propriamente ditas, ou de “dentro da porteira”, representados pelos produtores rurais, sejam eles pequenos, médios ou grandes, sendo constituídos na forma de pessoas físicas, fazendeiros, ou na forma de pessoas jurídicas, empresas, consórcios. A terceira parte corresponde às atividades à jusante dos negócios agropecuários, ou de “pós-porteira”, representadas pela compra, transporte, beneficiamento e venda dos produtos agropecuários até o consumidor final, como, por exemplo, os frigoríficos, as indústrias têxteis e calçadistas, empacotadores, supermercados, distribuidores de alimentos.

Haja vista a extensão das atividades e dos atores envolvidos na composição do agronegócio, torna-se inviável, no curto espaço de produção desta dissertação, realizar um estudo que abarque todas os ramos do agronegócio. Portanto, neste estudo nos ateremos ao ramo das atividades agropecuárias, de “dentro da porteira”, mais especificamente às famílias de produtores rurais, sendo eles de médio, grande ou pequeno porte. A seguir, apresentaremos alguns dados acerca desse ramo de atividades do agronegócio do Estado.

O Estado de Mato Grosso do Sul possui um quantitativo significativo de produtores rurais, visto que o Estado teve seu desenvolvimento como resultado dos processos e transformações históricas, econômicas, sociais e políticas, ligados ao movimento de ocupação do estado e constituição de uma elite rural com poder e interesse no desenvolvimento e fortalecimento da agropecuária no estado. Logo, possui uma área total de 35 milhões de hectares, dos quais 11 milhões (31%) estão preservados, 20 milhões (56%) do total estão destinados a pecuária e os outros 4 milhões de hectares (11%) à agricultura e suas diversas culturas, ou seja, mais da metade da área do Estado destina-se à agropecuária (INFOAGRO, 2013/2014). Segundo dados do Censo Agropecuário sul-mato-grossense, levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - em 2006, o Estado possui 64.864 estabelecimentos agropecuários. Segue abaixo tabela que revela a quantidade de estabelecimentos agropecuários de acordo com as diferentes condições de seus proprietários legais.

Tabela 4 – Estabelecimentos agropecuários por condição de produtor 2006.

Especificação	Estabelecimentos	Área (em hectares)
Total	64.864	30.274.975
Proprietário individual	48.842	28.505.053
Assentado sem titulação definitiva	11.494	336.274
Arrendatário	2.974	1.252.388
Parceiro	282	119.073
Ocupante	972	62.187
Produtor sem área	300	...

Fonte: SEMADE, Perfil estatístico de Mato Grosso do Sul, 2016.

Organização: Teixeira, 2018.

Nota-se, desse modo, que a grande maioria dos estabelecimentos agropecuários pertencem a proprietários individuais, sendo precedidos, ainda que com grande distância pelos estabelecimentos agropecuários de pessoas assentadas sem titulação definitiva das terras, bem como por proprietários arrendatários.

Outro dado importante, apresentado pelo Censo Agropecuário do Estado de Mato Grosso do Sul de 2006, é o quantitativo de estabelecimentos agropecuários por tamanho da área possuída por estes em hectares. Este dado pode nos revelar quais as condições da estrutura fundiária do Estado. Segue abaixo, a tabela que apresenta os estabelecimentos agropecuários por área ocupada em MS.

Tabela 5 – Estabelecimentos agropecuários por grupo de área 2006.

Especificação	Estabelecimentos	Área (em hectares)
Total	64.864	30.274.975
Maior de 0 a menor de 0,1 ha.	108	6
De 0,1 a menos de 0,2 ha.	82	11
De 0,2 a menos de 0,5 ha.	152	45
De 0,5 a menos de 1 ha.	387	225
De 1 a menos de 2 ha.	1.234	1.416
De 2 a menos de 3 ha.	1.326	3.028
De 3 a menos de 4 ha.	1.049	3.413
De 4 a menos de 5 ha.	2.481	10.723
De 5 a menos de 10 ha.	6.579	45.952
De 10 a menos de 20 ha.	11.476	171.809
De 20 a menos de 50 ha.	13.354	391.627
De 50 a menos de 100 ha.	4.447	310.264
De 100 a menos de 200 ha.	4.053	562.701
De 200 a menos de 500 ha.	6.486	2.113.298
De 500 a menos de 1.000 ha.	4.689	3.315.350
De 1.000 a menos de 2.500 ha.	4.170	6.443.714
De 2.500 ha. e mais	2.491	16.901.395
Produtor sem área	300	...

Fonte: SEMADE, Perfil estatístico de Mato Grosso do Sul, 2016.

Organização: Teixeira, 2018.

Nota-se, a partir da tabela, que a grande maioria dos estabelecimentos agropecuários do Estado, mais precisamente 13.354, possuem uma área entre 20 e 50 hectares, sendo considerados, portanto, estabelecimentos de pequeno porte. Entretanto, esses estabelecimentos ocupam uma área de apenas 391.627 hectares, em relação à área total do Estado destinada à agropecuária que seria de 30.274.975 hectares. Sendo precedidos pelos estabelecimentos com menos de 10 hectares que somam 13.398 estabelecimentos, entretanto, que detêm uma área de apenas 64.819 hectares.

Já os estabelecimentos agropecuários com mais de 2.500 hectares, considerados estabelecimentos de grande porte, representam 2.491 dos estabelecimentos no Estado, e ocupam uma área de 16.901.395 hectares. É um pequeno número de estabelecimentos, se

comparado ao grande número de estabelecimentos que possuem de 20 a 50 hectares, mas que ocupa mais da metade da área destinada a agropecuária no Estado de Mato Grosso do Sul.

Este dado, revela a concentração fundiária existente no Estado. Soares e Almeida (2009, p. 2), concordam que a “[...] estrutura fundiária de Mato Grosso do Sul é muito concentrada [...]”, nesse sentido, há um pequeno número de estabelecimentos agropecuários de grande porte, que exercem domínio sobre uma área territorial muito grande, sendo este fenômeno fruto de determinações e processos históricos e sociais, cuja gênese remonta à ocupação do território do sul de Mato Grosso, desde o século XIX.

O IBGE, através do Censo Agropecuário, disponibiliza o índice Gini, que é um indicador de desigualdades utilizado para verificar o grau de concentração de terra e, também, da renda. Este indicador varia no intervalo de 0 a 1, significando que quanto mais próximo do 1, maior é a concentração e, conseqüentemente a desigualdade; e quanto mais próximo de 0, menor a concentração e, por conseguinte a desigualdade. Os valores extremos, de 0 e 1, representam perfeita igualdade e extrema desigualdade, respectivamente.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, as pequenas propriedades, com menos de 10 hectares respondem por apenas 2,3% do território brasileiro classificado como estabelecimento rural, entretanto, representam 48% do número total de estabelecimentos rurais, ou seja, quase metade dos estabelecimentos rurais do país dividiam somente 2,3% das terras destinadas à agropecuária no Brasil. Enquanto isso, somente 0,92% das propriedades rurais possuem 45% das terras disponíveis, o que revela a alta concentração da estrutura fundiária do País.

Este dado foi corroborado pela divulgação do Gini no Censo Agropecuário de 2006, que revelou que o Brasil apresenta alto grau de concentração fundiária representado pelos índices de 0,856, em 1995, e por 0,872, em 2006, houve um aumento de 0,16%. Já no Estado de Mato Grosso do Sul, o índice passou de 0,822, em 1995, para 0,856, em 2006, houve um aumento de 0,34% no índice de concentração de terras no Estado. Segundo esse estudo, os Estados que possuem maior concentração de terras são os Estados de Alagoas, Maranhão, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

As atividades econômicas desenvolvidas nos estabelecimentos rurais do Estado de Mato Grosso do Sul e que movimentam a economia do agronegócio são as atividades agrícolas, que se desdobram no cultivo de culturas como a soja, o milho, a cana-de-açúcar, entre outros, e as atividades pecuárias, com a criação de bovinos, equinos, suínos, ovinos,

galináceos, entre outros. Segue abaixo tabela que apresenta a distribuição dos estabelecimentos rurais de acordo com a atividade econômica a que se destina.

Tabela 6 - Distribuição dos estabelecimentos e área por atividade econômica 2006.

Atividade econômica	Estabelecimentos	Área (em hectares)
Total	64.864	30.274.975
Lavouras temporárias	11.812	2.845.653
Horticultura e floricultura	1.855	169.804
Lavouras permanentes	809	27.274
Produção de sementes, mudas e outras formas vegetais	35	15.878
Pecuária e criação de outros animais	49.523	26.990.926
Produção florestal florestas plantadas	298	151.361
Produção florestal florestas nativas	409	55.647
Pesca	23	755
Aquicultura	100	17.677

Fonte: SEMADE, Perfil estatístico de Mato Grosso do Sul, 2016.

Organização: Teixeira, 2018.

Conforme os dados apresentados na tabela 6, verifica-se que a grande maioria dos estabelecimentos rurais do Estado de Mato Grosso do Sul destina-se à pecuária e criação de outros animais, representando 49.523 de um total de 64.864 de estabelecimentos rurais no Estado, ou seja, a atividade pecuária concentra 76,34% dos estabelecimentos rurais de Mato Grosso do Sul. Cabe destacar, o fato de que esses estabelecimentos ocupam uma área de 26.990.926 de hectares, quase o total da área destinada a agropecuária do Estado que seria de 30.274.975, representando/ocupando 89,15% desta.

Em segundo lugar, figuram as lavouras temporárias, que se destinam a produção de gêneros agrícolas, e concentram um total de 11.812 estabelecimentos rurais no Estado, abarcando uma área de 2.845.653 de hectares. Os demais estabelecimentos rurais do Estado destinam-se a horticultura e floricultura; produção de sementes, mudas e outras formas vegetais; lavouras permanentes; produção florestal; pesca; e, aquicultura; e ocupam uma área de apenas 438.396 hectares. Em suma, a pecuária e a criação de outros animais, ocupam lugar de destaque no cenário econômico do Estado de Mato Grosso do Sul, haja vista que 76,34% dos estabelecimentos rurais do Estado encontram-se voltados à essa atividade. Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, o efetivo de bovinos em 2014, indicam que o País possuía nesse ano um total de 212,3 milhões de cabeças, sendo que 33,5% encontravam-se no centro-oeste, 21,6% no norte, 18,1% no sudeste, 13,8% no nordeste

e 12,9% no sul. No centro-oeste, o maior efetivo estava em Mato Grosso e, no norte em Pará e Rondônia concentravam o maior efetivo (MAPA, 2017).

Mato Grosso do Sul, em 2015, ocupava o 4º lugar em efetivo de rebanhos bovinos em relação aos demais estados brasileiros, e o 8º lugar na criação de suínos, equinos e ovinos. Já em relação aos Estados do centro-oeste, Mato Grosso do Sul ocupa o 1º lugar da criação de ovinos, e o 3º lugar na criação de bovinos, suínos, equinos e galináceos (SEMADE, 2016). Segue abaixo tabela que apresenta o efetivo de rebanhos criados/existentes no Estado de Mato Grosso do Sul, entre os anos de 2010 e 2014.

Tabela 7 - Efetivo de rebanhos (cabeças) 2010-2014.

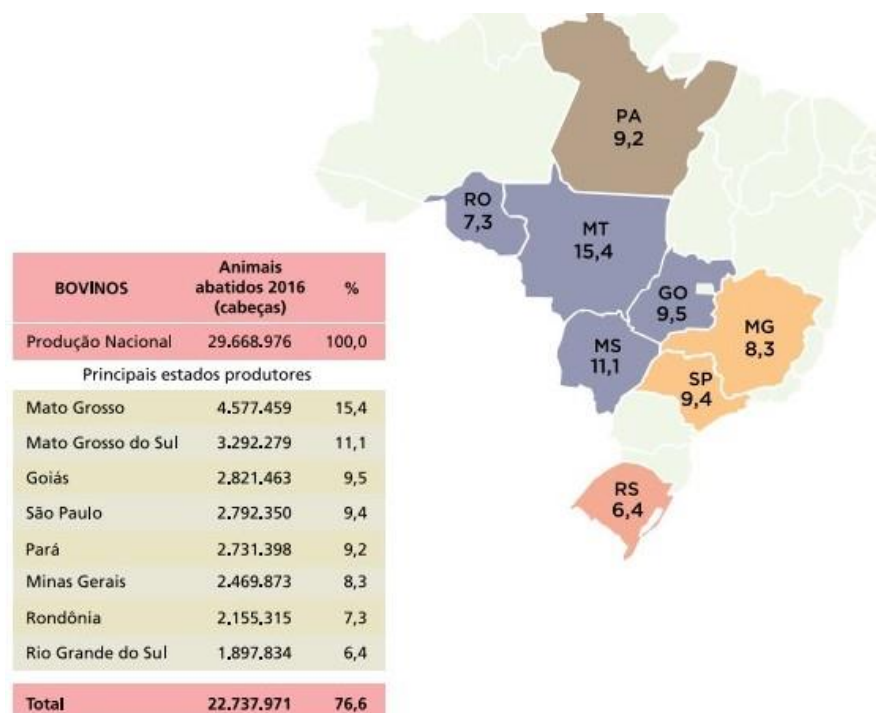
Descrição	2010	2011	2012	2013	2014
Bovinos	22.354.077	21.553.851	21.498.382	21.047.274	21.003.830
Bubalinos	16.811	15.277	15.141	14.582	14.445
Equinos	344.589	339.136	338.093	337.124	337.185
Muare	47.213	46.268	46.046	-	-
Suínos	1.062.035	1.328.251	1.205.455	1.159.632	1.217.651
Asininos	4.014	3.960	3.947	-	-
Galináceos	25.760.402	25.238.634	25.263.806	24.458.357	25.311.665
Ovinos	497.102	497.631	498.064	500.509	502.678
Caprinos	31.716	39.556	37.927	36.239	36.099
Codornas	108.919	135.478	115.116	122.922	124.920
Coelhos	843	859	724	-	-

Fonte: SEMADE, Perfil estatístico de Mato Grosso do Sul, 2016.

Organização: Teixeira, 2018.

Notamos, que no período considerado, de 2010 a 2014, tem destaque no Estado a criação de galináceos, com um quantitativo de 25.311.665 em 2014; precedidos pela criação de bovinos, com um quantitativo de 21.003.830 em 2014; e a criação de suínos, com um quantitativo de 1.217.651 no mesmo ano.

Figura 4 – Abate de bovinos no Brasil, principais Estados, 2016.



Fonte: MAPA, Projeções do agronegócio 2017/2027, 2017.

Segundo o IBGE, no ano de 2016 foram abatidas 29,7 milhões de cabeças de gado em todo o País. Os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Pará, Rondônia e Rio Grande do Sul, lideram os abates, com 76,6% dos abates no País (MAPA, 2017).

O Estado de Mato Grosso do Sul, em 2015, ocupava o 3º lugar na produção de milho e algodão herbáceo, em relação aos demais estados brasileiros, e o 5º lugar na produção de cana-de-açúcar e soja. Já em relação aos Estados da região centro-oeste, Mato Grosso do Sul ocupa o 1º lugar na produção de mandioca, o 2º lugar na produção de milho, cana-de-açúcar, trigo e algodão herbáceo, e o 3º lugar na produção de arroz e soja.

Na agricultura, os principais gêneros agrícolas cultivados no Estado de Mato Grosso do Sul, são a cana-de-açúcar, a soja, o milho, a mandioca, o algodão herbáceo, o arroz em casca, o trigo, a aveia em grão, banana, feijão, entre outros. Segue abaixo, tabela com a produção de alguns gêneros agrícolas do Estado, referente aos anos de 2011 a 2015.

Tabela 8 – Produção agrícola (em toneladas), 2011 a 2015.

Culturas	2011	2012	2013	2014	2015
Cana-de-açúcar	34.876.698	37.761.461	42.399.659	44.039.431	51.222.400
Milho em grão	3.628.492	6.477.070	7.573.324	8.251.121	9.310.429
Soja em grão	5.079.581	4.594.359	5.780.519	6.339.386	7.307.126
Mandioca	630.286	634.529	721.870	873.059	968.000
Algodão herbáceo	220.318	221.224	174.009	165.061	136.485
Arroz em casca	157.434	106.043	95.835	94.020	99.287
Aveia em grão	11.716	16.812	7.661	25.380	32.751
Trigo	42.693	23.919	9.132	24.572	32.288
Feijão em grão	24.008	31.694	27.563	29.241	27.904
Banana	11.630	11.819	12.445	15.004	15.440

Fonte: SEMADE, Perfil estatístico de Mato Grosso do Sul, 2016.

Organização: Teixeira, 2018.

Atualmente, o Brasil é o País que tem apresentado uma das maiores taxas de crescimento da produtividade agropecuária, sendo que nos últimos trinta anos exibiu uma taxa média anual de produtividade total dos fatores (PTF) de 3,5%, considerada uma taxa elevada (MAPA, 2017). Um dos fatores atribuídos ao crescimento da agropecuária é o desenvolvimento tecnológico alcançado e posto a serviço da prática agrícola e pecuária. Segundo estudo produzido por esta instituição, a “[...] função da produção agropecuária para o Brasil ajustada com uma série de produtos e insumos, mostrou que no período 1975 a 2015, 58,4% do crescimento da produção se deveu à tecnologia, 15,1% à terra e 15,4% ao trabalho”. (MAPA, 2017, p.10).

O agronegócio brasileiro é um dos mais representativos do mundo, no que diz respeito à dinâmica de exportações. O Brasil é o maior exportador mundial de café, açúcar e cana-de-açúcar; é também o segundo maior exportador de carne bovina e o maior exportador de carne de frango, sendo também o quarto do mundo na venda internacional de carne suína. A tendência é que os lucros produzidos nesse setor se intensifiquem ainda mais, com altas estimadas em 40% nos próximos anos, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (MAPA, 2017).

Tabela 9 - Exportação dos 20 maiores produtos, 2014-2015 (US\$ FOB).

Produtos	2014	2015
Total	5.245.499.753	4.735.117.462
Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	1.229.119.492	1.328.275.712
Pasta química madeira de não conífera e soda/sulfato	1.064.784.647	1.020.503.851
Milho em grão, exceto para semeadura	260.489.472	484.711.368
Carnes desossadas de bovino, congeladas	583.778.545	347.719.246
Outros açúcares de cana	350.142.050	346.144.496
Pedaços e miudezas, comest. De galos/galinhas congelados	314.543.262	260.490.412
Farinhas e “pellets”, da extração do óleo de soja	159.001.619	144.467.048
Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados	468.978.261	138.416.535
Carnes desossadas de bovinos, frescas ou refrigeradas	102.267.515	103.167.908
Outros couros bovinos, incl. Búfalos, n/div. Umid. Pena flor	139.753.030	95.031.319
Papal fibra	28.167.635	52.418.033
Carnes de galos/galinhas, não cortadas em pedaços, congel.	58.454.406	47.275.534
Outros minérios de manganês	51.650.460	45.410.067
Outras carnes de suíno congeladas	37.591.854	33.848.430
Algodão simples debulhado, não cardado nem penteado	52.783.658	33.334.300
Outras miudezas comestíveis de bovino, congeladas	28.380.263	31.617.319
Bagaços e outros resíduos sólidos, da extr. Do óleo de soja	71.173.813	29.710.105
Bexigas e estômagos, de animais, ex. peixes, et.	31.354.601	23.173.619
Outros couros, peles, int. bovinos, preparados	14.518.283	13.467.256
Outras preparações para a alimentação de animais	4.762.359	13.011.519
Demais produtos	193.794.528	142.923.385

Fonte: SEMADE, Perfil estatístico de Mato Grosso do Sul, 2016.

Organização: Teixeira, 2018.

Nota-se que os produtos do agronegócio brasileiro que geraram mais lucros nas exportações, entre os anos de 2014 e 2015, foram a soja, em grãos e triturada; a pasta química

de madeira; o milho em grão; carnes desossadas de bovinos, congeladas; açúcares da cana; galináceos, sendo pedaços e miudezas, congelados; entre outros produtos.

O agronegócio apresenta um grande potencial no Brasil, haja vista sua vocação histórica e dimensões que favorecem o desenvolvimento do setor primário. Um setor que sempre esteve voltado ao mercado externo e, que se voltou cada vez mais a ele pela necessidade deste de maiores quantidades de alimentos e produtos, por países, que geralmente não dispõe da área necessária para seu desenvolvimento. Desse modo, o mercado externo torna-se um atrativo cada vez maior para o produtor rural brasileiro, que encontra maiores lucros e uma demanda crescente.

É importante destacar que o crescimento econômico regional de Mato Grosso do Sul ocorreu em decorrência da expansão e do aumento das atividades de base econômica focadas no setor primário da economia. Ao integrar-se com outras regiões brasileiras e internacionais por meio do comércio inter-regional, as regiões sul-mato-grossenses apresentaram um crescimento da receita real, pela manutenção do dinamismo das atividades de base e da difusão do seu dinamismo para outros ramos produtivos, tanto pela demanda de insumos, como pela demanda complementar de bens e de serviços. (PIFFER, 2012 *apud* LIMA; PIFFER; OSTAPECHEN, 2016).

Segundo Pavão (2005), foi a partir do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1956-1960) que se iniciou, na região sul de Mato Grosso, investimentos federais com a implantação de rodovias, que visavam o escoamento da produção nacional, agropecuária e industrial. Nesse sentido, a fronteira agrícola, que antes se circunscrevia à região sul e sudeste, passou a incorporar a região centro-oeste, diante do desenvolvimento da atividade agropecuária, da incorporação das terras do cerrado e do favorecimento da vinda de migrantes pelas políticas de subsídio do governo federal.

Os programas então criados pelo Governo Federal visavam a modernização da produção agropecuária do País, e a transformação da atividade em moldes capitalistas empresariais, o que denota a intervenção estatal em prol da inserção do Estado nos moldes de produção agropecuária capitalista, servindo a interesses do mercado mundial (mercado financeiro) hegemônico.

Nessa perspectiva, são criados planos e políticas com o intuito de promover o aumento da quantidade de matérias-primas e alimentos destinados ao setor industrial das regiões mais desenvolvidas do País, bem como cumprir as metas de exportação, aumentar e diversificar a

exportação de excedentes agropecuários, modernizar a economia agrária com a implantação de infraestrutura de produção e comercialização e, incentivar o mercado interno; tais como o I Plano Nacional de Desenvolvimento, que incluía o Programa de Integração nacional, o Programa Corredores de Exportações, entre outros (PAVÃO, 2005).

Alguns programas que favoreceram Mato Grosso do Sul foram: Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados – PRODEGRAN; Programa de Desenvolvimento do Pantanal – PRODEPAN; Programa de Desenvolvimento dos Cerrados -POLOCENTRO; Programa Nacional de Papel e Celulose – PNPC; Programa Nacional do Álcool – PROALCOOL; bem como, a construção do Sistema Hidrelétrico de Urubupungá - Usinas de Ilha Solteira e Jupia.

Dentre estes, destacam-se o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste - PRODOESTE, instituído e executado na década de 1971, cujo objetivo foi criar infraestrutura ao desenvolvimento agropecuário da região; e o Programa de Desenvolvimento do Cerrado – POLOCENTRO, instituído na década de 1975, principal programa responsável pela conformação da estrutura e dinâmica da economia de Mato Grosso do Sul, por incorporar ao processo produtivo agropecuário nacional grande quantitativo de terras do cerrado brasileiro. Foram esses os programas que

[...] possibilitaram a transformação econômica em Mato Grosso do Sul, na década de 70, com a rápida e forte expansão da cultura da soja e do trigo e a transformação na criação pecuária de extensiva para intensiva. (PAVÃO, 2005, p. 153).

Até o fim da década de 1960 os projetos implantados pelo Governo Federal para o centro-oeste objetivavam favorecer a colonização da região; a partir da década de 1970, os projetos implantados na região passaram a ter o escopo de desenvolver e modernizar a economia por meio da agropecuária. Assim, a partir da década de 1970 “[...] ocorreu a expansão da fronteira agrícola brasileira, com o aproveitamento dos cerrados e a abertura de novas terras para a exploração agrícola e pecuária” (PAVÃO, 2005, p. 157), processo motivado pela necessidade do Governo Federal de expandir a agricultura para a exportação; cuja forma de estímulo foram a concessão de créditos rurais e o estímulo ao desenvolvimento de culturas comerciais em detrimento de culturas de subsistência.

A alta rentabilidade das culturas comerciais engendrou a busca por economias de escala, com a ampliação do quantitativo de unidades produtivas rurais para a obtenção de maiores lucros, diferente do modelo existente de culturas tradicionais. Neste processo, a

concessão de linhas especiais de crédito, buscava favorecer as chamadas “empresas-fazenda”, por meio de subsídios concedidos às atividades caracterizadas pelas fazendas/empresas rurais de grande escala. Segundo Pavão (2005), pelas necessidades do capital, de implantação e abertura de novas áreas de cultivo, optou-se pelo estímulo às empresas rurais, fundadas no modelo de ocupação por latifúndio,

[...] com a concentração de terras nas mãos de proprietários rurais com experiência e capital em suas regiões (já saturadas) e que necessitavam de escala para ampliar a produção, como [...] conter [...] práticas agrícolas tradicionais”, praticadas, em sua maioria, em pequenas propriedades. (PAVÃO, 2005, p. 158).

Ferreira (2012) assinala que é necessário distinguir a agricultura e o agronegócio, haja vista que o agronegócio visa a produção de *commodities*, mercadorias para o mercado mundial; enquanto a agricultura visa a produção de alimentos. A expansão da produção de *commodities* para a exportação ocorre em prejuízo da produção de alimentos, a medida em que estimula a produção de culturas mais rentáveis (comerciais) como a soja, a cana-de-açúcar, entre outros, e ocasiona a diminuição do cultivo de alimentos como o arroz, feijão, mandioca; o que faz com que o Brasil apesar da enorme disponibilidade de terrenos agricultáveis importe esses gêneros alimentícios.

As *commodities* são mercadorias que possuem características específicas, quais sejam:

1) padronização: a *commodity* deve ser uma mercadoria com nível mínimo de variação; 2) pouca perecibilidade: normalmente a *commodity* deve ser armazenada ou transportada para entrega futura; 3) ampla escala de consumo: o produto exige grandes disponibilidades para negociação e transação; 4) o mercado de *commodities* deve ter um fluxo livre e negociado pelo preço de equilíbrio, isto é, pela oferta e demanda existente; 5) condição de matéria-prima ou semi-elaboração: a *commodity* não pode sofrer um complexo sistema de produção, pois sua disponibilidade. (CARMONA, 2009, p. 76).

Para Ferreira (2012), a negociação das *commodities* no mercado financeiro engendra arbitrariedades e vultosas possibilidades de ganhos/lucros para os agentes econômicos hegemônicos que atuam nesse mercado e, portanto, detêm o capital e compreendem os mecanismos de atuação e especulações no mercado futuro.

O autor supracitado chama a atenção para o fato de que o agronegócio é predominantemente produtor de *commodities*, tendo como característica o aprofundamento da relação agricultura e indústria; caminhando na contramão da agricultura camponesa familiar,

predominantemente produtora de alimentos; isto porque a lógica do capital não condiz com a produção de alimentos, mas sim de produtos agrícolas mais rentáveis para a comercialização em grande escala (FERREIRA, 2012).

Nessa perspectiva, é possível observar o movimento de determinados agentes econômicos financeiros mundiais, – apoiados por agentes econômicos nacionais e, também, por agentes governamentais - no sentido de aprofundar os moldes capitalistas de produção na agricultura e pecuária no estado; e que devido a sua posição de dominante no campo do agronegócio, tiveram/tem o poder de ditar as regras do jogo, a dinâmica do campo, bem como os meios necessários para dele participar, ou seja, a *illusio* do campo; no qual privilegia-se a maximização dos lucros, expresso pelos modelos de produção agropecuária em grande escala, centrada nos latifúndios e nas empresas rurais, mais rentáveis do ponto de vista econômico; e assim, preterindo, ou até mesmo combatendo, os modelos de produção da agricultura familiar, pouco rentáveis.

Cabe destacar, que observando o campo global, é possível perceber as relações de exploração e dominação entre os diferentes países (ou blocos econômicos); nesse sentido o Brasil torna-se um celeiro alimentício para os outros países, fornecendo *commodities*, ou seja, matéria-prima, portanto, com menor valor agregado, aos demais países, que a partir destas matérias-primas produzem produtos industrializados, com maior valor agregado, obtendo portanto maiores lucros.

Tal relação exprime o poder de exploração e dominação de determinados países (ou blocos econômicos) sobre outros, bem como o poder destes de ordenação da realidade social, da ordem das coisas, de prescrever e ditar as normas e as regras do jogo, daquilo que está em jogo e daquilo que é preciso para estar no jogo. Tais agentes hegemônicos mundiais tem o interesse de que assim seja, e tem o poder de instituir tal realidade, portanto, produzir e reproduzir tais estruturas de relações; que escamoteiam a arbitrariedade e a violência simbólica enredada em suas ações e tomadas de posições.

Compreendemos que o modelo de desenvolvimento e expansão da agropecuária implantado pelo Governo Federal na região de Mato Grosso do Sul foi um modelo de colonização intensiva em capital, baseado no estímulo deliberado à colonização da região pelas empresas/fazendas rurais, por meio dos grandes latifúndios. Este movimento, evidencia “[...] o papel do Estado na integração da agricultura extensiva à indústria e ao capital financeiro” (MENDONÇA, 2013, p. 35), revelando a conivência e a submissão deste aos interesses das elites econômicas hegemônicas (capital mundial).

Sistematicamente, a grandeza e o valor social do agronegócio são divulgados, disseminados e veiculados por diferentes mídias, inclusive pelo governo, com o intuito de projetar a imagem deste como grande gerador de riqueza para o País. A participação deste setor no PIB brasileiro, bem como no PIB em Estado de Mato Grosso do Sul, é um dos dados utilizados para engrandecer, reforçar e corroborar a hegemonia do agronegócio, segundo estes dados o setor do agronegócio é responsável por mais de um terço do PIB nacional. A seguir apresentaremos alguns dados sobre o PIB do Estado de Mato Grosso do Sul.

O indicador Produto Interno Bruto – PIB, é um importe índice utilizado pelos diferentes agentes sociais envolvidos na promoção, propagação, bem como na formulação de políticas e de diretrizes para o agronegócio. Segundo Lourenço e Lima (2009), o agronegócio é responsável por mais de um terço do PIB gerado pelo Brasil (LOURENÇO; LIMA, 2009).

O PIB tem por objetivo informar a grandeza macroeconômica representada em termos monetários, a magnitude da produção de bens e serviços, a composição setorial e a dinâmica de crescimento da economia. Conforme recomendação do Sistema de Contas das Nações Unidas, a mensuração da contabilidade nacional ou regional enquadra-se dentro de uma das três óticas: da demanda, da renda ou da produção (SEMAGRO, 2017).

Neste estudo abarcamos dados referentes ao PIB do Estado de Mato Grosso do Sul sob a ótica da produção, que é mensurado da seguinte forma: PIB (ótica da produção): o PIB é igual ao valor bruto de produção - o consumo intermediário + os impostos sobre o produto líquidos de subsídios (SEMAGRO, 2017). Destacaremos a participação da agropecuária na composição deste índice.

A economia de Mato Grosso do Sul teve um baixo crescimento em 2011 devido a problemas estruturais internos e, pela lenta recuperação que passou as economias dos blocos liderados pelos Estados Unidos e Europa. Tais fatores, provavelmente tenham ajudado no baixo desempenho da economia estadual em 2011, cujo PIB alcançou uma taxa real de 3,5%; nesse período, o setor primário apresentou uma queda de 6,9% (SEMAGRO, 2017).

Já no ano de 2012 houve um crescimento de 6,0% da economia de Mato Grosso do Sul, que melhorou o desempenho do PIB estadual na participação nacional, passando 1,26% em 2011 para 1,29% em 2012, sendo impactado pelo crescimento dos setores primário e secundário. Assim, o setor primário cresceu a uma taxa de 8,1% no ano e o secundário teve um aumento real de 6,7%. Este crescimento foi engendrado pelo aumento na produção de culturas como milho, cana-de-açúcar madeira para celulose e feijão, e foram fatores

importantes para a obtenção de uma taxa de 8,1% no crescimento do valor adicionado da agropecuária sul-mato-grossense. O setor primário contribuiu com 17,7% na composição do valor adicionado da economia estadual no ano de 2012 contra 17,5 em 2011 (SEMAGRO, 2017).

No ano de 2013 o produto interno bruto de Mato Grosso do Sul passou a representar 1,3% do PIB nacional, tendo obtido um crescimento de 6,6% no ano. O maior crescimento foi alcançado pelo setor primário com 14,3% seguido pelo desempenho de 7,1% no setor secundário. No setor primário, o maior desempenho foi o da agricultura que avançou 16,4%, com destaque para o aumento da produção de milho, soja, e a silvicultura, que ajudou o valor adicionado da agropecuária alcançar uma participação de 17,71% no conjunto do valor adicionado da economia estadual (SEMAGRO, 2017).

Em 2014 enquanto a economia nacional se manteve estagnada, devido ao forte processo de recessão pelo qual a economia passava, inserida nesse cenário, a economia sul-mato-grossense foi fortemente afetada, apresentou uma baixa taxa de evolução do seu PIB, crescendo apenas 0,5% ao ano, a economia sul-mato-grossense ainda cresceu a uma taxa anual de 2,6%.

O melhor desempenho na taxa de crescimento da economia estadual no ano de 2014 foi obtido pelo setor primário que avançou 6,1% em relação ao ano anterior, com destaque para a agricultura que teve uma variação real de 10,7%, influenciado pelo bom desempenho nas lavouras de soja e milho que ampliaram o volume produzido em 9,7% e 8,9% respectivamente em relação à safra anterior. A produção florestal também se destacou, obtendo um aumento de 8,2% no ano no seu valor adicionado (SEMAGRO, 2017).

Em 2015 a perda de ritmo da economia estadual se acentuou dentro desse cenário com perda de crescimento apontado por uma taxa de variação real no PIB de menos 0,27% em relação ao ano anterior. O bom desempenho das principais atividades agrícolas contribuiu para que o PIB suavizasse o tamanho da queda em 2015, no qual a agropecuária cresceu 10,1% sendo carregado pelo avanço na produção de grãos como milho e soja que ampliaram o volume produzido de 2014 para 2015 em 18,0% e 15,0% respectivamente, ajudado ainda pelo aumento em culturas como a mandioca, o arroz e sorgo que juntos contribuíram para que a agricultura crescesse 16,3%. A produção florestal direcionada à atividade da indústria da celulose também teve comportamento favorável de 12,0% no seu valor adicionado (SEMAGRO, 2017).

A partir desses dados, é possível depreender que o setor do agronegócio continuou crescendo mesmo com as crises e recessões atravessadas pelo País. Este setor demonstrou aumento na sua produção e na geração de riqueza, bem como suavizou a redução do PIB brasileiro, no período em questão.

Tal fenômeno deve ser apreendido naquilo que dissimula, qual seja as ações, os incentivos concedidos e a implementação de políticas, com o intuito de continuar alimentando o campo do agronegócio, visto como setor estratégico da economia do Brasil – e também do estado de Mato Grosso do Sul - e gerador de riquezas; e, também, estratégico para os interesses do capital financeiro mundial, que se beneficia com a manutenção da produção e abastecimento de matérias primas, feito pelo Brasil, para o mercado mundial.

Junior (2015, p. 96), destaca que “[...] as variáveis do progresso e do crescimento econômico estão sempre em relevo e clamam pela aceitação cega do complexo do agronegócio”. Nesse sentido, os dados e os discursos produzidos em relação ao agronegócio, são utilizados, divulgados, disseminados e veiculados tanto pelo governo, como pelas mídias em geral e pelos agentes, com interesses específicos neste setor, para reforçar sua grandeza, seu valor social, bem como para sua legitimação.

Os meios jornalísticos “[...] pela força de credibilidade e por constituírem-se como uma fonte da informação organizada e periódica são espaços onde as práticas discursivas se fazem com intensidade.” (JUNIOR, 2015, p.65), cujo foco principal é a formação da opinião pública, no sentido de formar consensos acerca de determinados assuntos ou temas.

Nesta perspectiva, a comunicação ocupa posição de relevo no cenário nacional e mundial, como um importante meio de difusão, propagação e troca de ideias e conhecimento; se configurando como ferramenta estratégica com a qual os discursos que representam interesses das classes dominantes ligadas ao agronegócio podem ter ampliados seu poder de disseminação e legitimação social.

De acordo com Junior (2015, p. 54), o processo de legitimação do agronegócio ocorre “[...] a partir do uso da composição de uma rede de discursos produzidos com o suporte da comunicação [...]”, e envolve um arcabouço estratégico de ações materializadas que não podem ser desvinculadas das relações de poder.

Os discursos produzidos pelo agronegócio tendem a apresentar uma imagem, a construir uma representação, desse setor como desenvolvido, moderno, gerador de riquezas para a nação; assim, amplificam os setores ligados a ele como o setor agrícola, pecuário e

financeiro/mercantil; e resultam de uma articulação política entre capital financeiro, governo, intelectuais, academia e imprensa/meios de comunicação social.

Esta articulação, de diferentes forças em prol da construção e legitimação do agronegócio tem como motor os agentes econômicos (financeiros) que ocupam no campo econômico e político posições de poder; capazes de articular diferentes instâncias no sentido de seus interesses, interesses particulares que se revestem e apresentam-se com interesses universais (BOURDIEU, 1989).

Segundo Junior (2015, p. 56), a materialidade do discurso do agronegócio como

[...] prática social se consolida no contato direto com a população por meio de símbolos e slogans, o artificialismo barato de suas mensagens, na construção e desconstrução de heróis, na imitação e desejos de padrões de sucesso.

Hodiernamente, circula em rede nacional, por meio de emissoras de TV, uma propaganda sobre o agronegócio, que divulga o seguinte *slogan*: “Agro é pop, Agro é tech, Agro é tudo”; na qual, podemos perceber a extrema valorização deste setor da economia, bem como a ideia de que este setor englobaria várias esferas da vida social, sendo imprescindível para a existência humana, haja vista que é responsável pela produção de alimentos e de matérias-primas que viabilizam a produção de diversos produtos e alimentos que estão na mesa e na vida cotidiana da população. Entretanto, percebemos uma contradição, pois como vimos anteriormente, o modelo capitalista de produção no agronegócio volta-se primordialmente ao mercado externo, por meio da exportação de *commodities*, culturas comerciais, e não culturas tradicionais como os alimentos arroz, feijão, mandioca, entre outros.

Percebemos, portanto, a intencionalidade de formação de uma imagem/representação, em discordância com a realidade, bem como da legitimação do agronegócio e sua cadeia produtiva – haja vista que mostra todo o caminho percorrido pelos alimentos, da fazenda à mesa da população, da fazenda à indústria, e sua transformação em outros produtos/mercadorias de consumo. Acerca disto Junior (2015), elucida que o quadro do espaço agrário apresentado pela mídia em geral é “[...] um quadro de contornos próprios, modernizador e promissor, permeado por novas formas de produzir, consumir e se relacionar.” (JUNIOR, 2015, p. 57), que exclui e escamoteia as demais dimensões que permeiam esta relação, como os conflitos por terras, os conflitos com indígenas, a exploração de trabalhadores, entre tantos outros.

Outro exemplo de tentativa de formação de um consenso/imagem acerca do agronegócio é o programa *Agrinho*. Este trata-se de um programa social, resultado da parceria entre SENAR-PR, FAEP e o governo do Estado do Paraná, importado para o Estado de Mato Grosso do Sul no ano de 2016, tendo passado por algumas adequações. Tal programa materializa-se em um material didático composto por 8 cartilhas, atividades e um mapa do estado de MS, que devem ser trabalhados com alunos do 1 ao 9 ano do Ensino Fundamental das escolas da rede pública de ensino.

Ao analisar o material, percebemos o empenho em suscitar reflexões que buscam conectar o espaço urbano e a dinâmica social agrária, entretanto, tal exercício é realizado de forma simplista e reducionista, bem como delineia uma imagem parcial, que representa os interesses dos ideólogos do programa, acerca do campo e suas dinâmicas. Rossi e Vargas (2017, p. 216), assinalam que o material traz uma visão romantizada do campo, pois “corresponde àquilo que a ideologia dominante intenta propagandear enquanto visão de mundo, não correspondendo, de fato, às condições materiais e sociais que, efetivamente, conformam o espaço agrário”.

Nessa perspectiva, diversas questões são trabalhadas de forma aligeirada ou parcial/interessada, tais como: a sustentabilidade é reduzida a ideia de preservação dos recursos naturais para as gerações futuras; acerca da devastação de áreas naturais, trata apenas do bioma Mata Atlântica, ao invés de tratar do bioma Cerrado, que é o bioma presente no estado de MS.

Além disso, apresenta algumas contradições, em um momento afirma que o bioma do cerrado é o segundo mais devastado e, em seguida, afirma que o bioma mantém preservado 32% da sua cobertura, o que mostra a tentativa de realizar uma leitura enviesada da realidade, de acordo com os interesses dos ideólogos do material; sobre a indústria da cana-de-açúcar, apenas exalta as benesses dessa indústria, deixando de tratar de questões como as condições de trabalho dos boia-fria no canavial, bem como a devastação das áreas para cultivo da cana e os malefícios socioambientais da atividade, devido a destinação dos resíduos a um novo ciclo produtivo; exalta a alimentação saudável, privilegiando uma alimentação mais natural, a base alimentos produzidos no campo, mas entra em contradição ao dizer que não é preciso abolir o consumo de industrializados e refrigerantes, o que revela que o importante é estimular o consumo, seguindo os interesses do capital. (ROSSI; VARGAS, 2017).

Trata da questão da distribuição e uso da água no Brasil e no mundo de forma parcial e interessada, pois não revela que a supremacia do consumo de água se dá nas atividades

agrícolas, principalmente pela irrigação das lavouras, usando 70% da água disponível para consumo; além disso, no material há o silenciamento de diversas questões como uso de agrotóxicos e os malefícios à saúde, conflitos com indígenas, condições de trabalho nos canaviais, os danos causados pelo mal uso da terra, questões de desgaste do solo e perda de fertilidade, entre outros. (ROSSI; VARGAS, 2017).

Nesse sentido, torna-se imprescindível combater a visão simplista e reducionista que define o agronegócio como uma relação entre agricultura e indústria/comércio, para vislumbrar uma ideologia que se materializa em discursos e ações que promovem intensas transformações nas esferas econômica, social, cultural e política da sociedade; e que se serve de todo um aparato, midiático, governamental, intelectual, empresarial, representando os interesses de grupos dominantes detentores de capital, apoiados por organismos financeiros internacionais e pelo Estado.

Concordamos com Rossi e Vargas (2017, p. 220), de que “não há como dissociar [...] dinâmica agrária com o próprio movimento contraditório e perverso do capital”, fundado na acumulação, expansão e exploração, tanto dos espaços quanto dos indivíduos. Nessa perspectiva, o modelo capitalista de produção no campo vincula-se diretamente a reprodução das desigualdades sociais, exploração dos trabalhadores e, relações de poder, dominação e exploração entre as diferentes classes sociais, entre outros.

Compreendemos, portanto, que os diferentes agentes econômicos nacionais e mundiais, bem como governamentais e intelectuais, implicados no campo do agronegócio, por ocuparem posições de poder no campo do poder, detêm o poder de construção da realidade social, à medida em que seus discursos e ações dão sustentação e colocam em funcionamento a ideologia e o sistema do agronegócio, bem como fornecem as condições para a sua perpetuação, e reprodução de suas estruturas de dominação e exploração. Dispõem, portanto, do poder simbólico, esse poder invisível que só se exerce em uma relação de cumplicidade entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos; e que mascaram a arbitrariedade e a violência simbólica que perpassa tais relações, que são relações de poder e de subjugação de determinados grupos sobre outros. (BOURDIEU, 1989).

3 FAMÍLIAS E PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO DE GRUPOS DAS ELITES DO AGRONEGÓCIO DE MATO GROSSO DO SUL

No Brasil, até a década de 1980 e 1990, ainda não havia sido desenvolvida uma tradição de estudos sobre a relação que as famílias mantêm com a escola e com a escolarização dos filhos. Nessa época, raros eram os estudos desenvolvidos sobre esta temática, sendo que a maioria dos estudos voltava-se aos processos mais globais das ações educativas e para as políticas estatais (ROMANELLI; NOGUEIRA; ZAGO, 2011).

Nos dias atuais, o campo de investigação sobre as interações estabelecidas entre famílias e escolas, bem como as estratégias acionadas pelas famílias na escolarização dos filhos, oferece profícuo terreno de trabalho aos pesquisadores da área da Educação, pois embora tenham sido produzidos estudos sobre a temática, ainda há muito que se investigar, discutir e aprofundar.

Consideramos que, os estudos sobre este objeto são relevantes, pois desvelam uma das dimensões das desigualdades sociais que emergem no seio da sociedade capitalista, uma vez que os diferentes capitais - identificados pelos estudos de Pierre Bourdieu, e que para além da compreensão de Marx, identificam outras formas de capital além do econômico, bem como a dimensão simbólica e, o poder – dos quais as famílias são detentoras, tais como: o capital cultural nas suas três formas, quais sejam, institucionalizado, objetivado e incorporado; o capital econômico; o capital social; e o capital simbólico encontram-se distribuídos de maneira desigual entre as famílias, o que engendra privilégios e vantagens ou desvantagens nas estratégias acionadas no campo da educação.

Neste capítulo, apresentaremos a descrição das informações produzidas por meio das entrevistas e da aplicação de questionários aos agentes em foco na pesquisa; bem como apresentaremos as primeiras aproximações analíticas.

Assim, temos como objetivo neste tópico discutir e analisar as estratégias de escolarização acionadas pelas famílias, que tem como campo de pertencimento o agronegócio. Para tanto, não prescindimos da compreensão de alguns elementos, que compõem estas famílias, como a estrutura e volume de capitais de que são detentoras; as práticas culturais dessas famílias; os valores e expectativas quanto à escolarização dos filhos; as estratégias levadas a cabo no campo da educação; e por fim o papel da escolarização na reprodução social da família.

3.1 Famílias e tradições das famílias do agronegócio e a escolarização em Mato Grosso do Sul

Este tópico tem como objetivo apresentar algumas das tradicionais famílias sul-mato-grossenses, vinculadas ao processo de ocupação do território do sul de Mato Grosso, e, posteriormente, à divisão e criação do Estado de Mato Grosso do Sul; que apresentaram grande relevância econômica, política e social no contexto regional.

A classe dos grandes proprietários rurais de Mato Grosso do Sul constituiu-se com o processo de ocupação do sul de Estado de Mato Grosso, principalmente a partir das três primeiras décadas do século XIX, e teve como ponto de saída três núcleos diferentes. O primeiro núcleo, formado por mineiros e paulistas, que ocuparam a região por volta da década de 1830, liderados pelos Lopes, Garcia e Barbosa; o segundo núcleo, partiu do Rio Grande do Sul, após a década de 1840; e o terceiro núcleo, era composto por famílias vindas de Mato Grosso desde os anos de 1834, como os Alves Ribeiro, Albuquerque, Rondon, Costa Lima, Barros e etc. (BITTAR, 2009b).

A posse de grandes propriedades rurais garantia a essas famílias poder econômico, e, mais tarde poder político, bem como prestígio e distinção social. Segundo Bittar (2009b), foi da classe dos grandes proprietários rurais do sul de Mato grosso, que se originou uma elite política com grande influência no Estado, e que viria a compor os quadros de gestão do então criado Mato Grosso do Sul. Esses dirigentes eram os fazendeiros herdeiros da primeira fase de ocupação do território sulista, e que tiveram papel fundamental na divisão do Estado de Mato Grosso (BITTAR, 2009b).

O poder econômico aliado ao poder político da classe dos grandes proprietários rurais, expresso pela ascendência das oligarquias agrárias ao poder, deu origem ao fenômeno chamado de coronelismo. Segundo Corrêa (2006), a formação de coronéis no sul do Estado de Mato Grosso ocorreu entre os anos de 1889 e 1943, quando uma elite regional empoderou-se com a conivência de um Estado enfraquecido a serviço das oligarquias regionais.

O significado mais remoto desta palavra está ligado aos coronéis autênticos ou falsos da Guarda Nacional. Essa guarda, criada em 1831, deveria ser um grupo militar, controlado pelo poder central, para agir em casos de rebelião local ou para exercer funções policiais, os postos de comando eram então, geralmente, concedidos aos mais abastados que já exerciam, no local a direção política. Eram sempre pessoas de confiança dos governos provinciais e centrais, que assim se tornavam coronéis. (ROCHA, 1995 p. 31).

Entretanto, com o tempo o título de coronel passou a ter um valor em dinheiro e era concedido a quem pagasse ao governo o valor estipulado por tal alcunha. Segundo Bittar (2009b), eram sempre os mais opulentos fazendeiros ou os comerciantes industriais mais abastados, os que exerciam nos municípios o comando, sendo respaldados pela confiança daqueles que estavam na base do governo.

A patente do coronel exprimia e legitimava o poder e, o prestígio social, econômico e político do qual os grandes fazendeiros proprietários de terra no Estado eram detentores. Pode-se depreender, desse modo, que no Estado de Mato Grosso do Sul o coronelismo se configura como um fenômeno indissociável da estrutura agrária, haja vista que era esta a base de sustentação das manifestações do poder privado nas esferas política e social da época.

O coronel, cuja situação econômica e social já era de prestígio dada a sua situação de dono de terras, tinha em sua força eleitoral o instrumento para o prestígio político. Dentro do seu espaço político, exercia ampla jurisdição sobre seus dependentes: sitiantes ou posseiros de ínfimas glebas; “colonos”; parceiros, pessoas que na escola social estavam pouco acima dos assalariados. Vivenciando toda série de dificuldades, esses dependentes só tinham o patrão na conta de seu benfeitor. (ROCHA, 1995, p. 32).

Assim, o fenômeno vincula-se diretamente com a estrutura social e econômica do campo e das pequenas cidades. Como a maioria da população era dependente da estrutura fundiária, os favores concedidos pelos coronéis àqueles que estavam sob sua “guarda”, no caso domínio, eram de toda ordem, e acabavam por engendrar um sentimento de dependência de paternalismo, filhotismo, e mandonismo, característicos do coronelismo.

O fenômeno do coronelismo expressou as particularidades do desenvolvimento social e político do Brasil, e teve grandes repercussões na dinâmica política de Mato Grosso até a sua divisão. Ele foi o resultado da coexistência das formas modernas de representação política (o sufrágio universal) e de uma estrutura fundiária arcaica baseada na grande propriedade rural. (CAMPESTRINI, 2009 *apud* MACEDO, 2016, p. 36).

Segundo Bittar (2009b), com a Revolução de 1930 o sistema coronelista começou a ser desarticulado, de forma irregular, permanecendo seus resquícios e métodos em algumas regiões mais que em outras. O enfraquecimento do sistema coronelístico deu lugar ao fortalecimento de um sistema baseado em domínios familiares, sociais e políticos, expresso pelo domínio das oligarquias familiares, como grupos hegemônicos de poderio econômico e

político exercido por poucas famílias do Estado de Mato Grosso do Sul, representando domínios familiares na economia e na política.

Para Bittar (2009a), fica evidente na história de Mato Grosso do Sul, o domínio de determinadas famílias nas esferas econômica, política e social do Estado, sendo esses grupos vinculados à classe dos grandes proprietários rurais, oligarquias. O termo é entendido, segundo o dicionário político, como o governo exercido por poucas pessoas, pertencentes a um mesmo partido, classe ou família, ou também, a preponderância de uma fração ou grupo na gestão pública.

A seguir apresentaremos algumas famílias ligadas ao povoamento e ocupação do sul do Estado de Mato Grosso, que configuraram o quadro das elites rurais estadual e, tiveram grande papel e influência no cenário econômico, social e político da região; e alguns aspectos de sua escolarização. Ressaltamos que realizamos exaustivo trabalho de prospecção de informações sobre os processos de escolarização das principais famílias tradicionais do estado de Mato Grosso do Sul, no entanto, não localizamos conhecimento produzido a respeito de algumas famílias, portanto, apresentaremos somente as informações que conseguimos reunir.

A família Alves Ribeiro foi uma família tradicional, ligada à grande propriedade rural e à política sul-mato-grossense. Originários do centro-norte do Estado tomaram posse de uma vasta extensão de terras na região pantaneira, às margens do rio Taboco, que deu o nome da fazenda da família, Fazenda Taboco. (BITTAR, 2009b).

José Alves Ribeiro, conhecido como Juca da Costa, tomou posse de 196.000 hectares de terras entre Nioaque e Miranda. Seu filho, batizado com o mesmo nome do pai, José Alves Ribeiro, conhecido como coronel Jejé, destacou-se como um dos mais influentes chefes políticos do sul de Mato Grosso até as primeiras décadas do século XX (BITTAR, 2009b).

Os herdeiros da Fazenda Taboco, Renato Alves Ribeiro e Fernando Alves Ribeiro, assumiram a fazenda, que na década de 1905 já contava com 334.024 hectares, a qual veio somar-se mais 32 mil hectares, fruto de uma anexação jurídica às terras da família. Os irmãos formaram-se em Viçosa, Minas Gerais, e, retornaram à Fazenda para administrá-la, haja vista a dedicação cada vez maior do pai, José Alves Ribeiro conhecido como coronel “Joselito”, à vida política.

Segundo Bittar (2009b, p. 67), “[...] a família Alves Ribeiro exerceu influência na política mato-grossense desde o final do século XIX, quando o coronel Jejé se destacou como

poderoso chefe político no sul do estado, [...] igualmente o filho, José Alves Ribeiro.”, o coronel Joselito, exerceu papel importante na política.

O coronel Joselito, casou-se com a filha de Pedro Celestino Corrêa da Costa (duas vezes prefeito de Mato Grosso), em 1915, a partir daí praticamente abandonou a atividade pecuarista dedicando-se intensamente a vida política. O coronel Joselito deixou muitos seguidores, dentre eles o próprio filho Fernando Alves Ribeiro, também conhecido como coronel Tico Ribeiro, que foi prefeito de Aquidauana por duas vezes; seu cunhado Fernando Correa da Costa, filho de Pedro Celestino, foi eleito duas vezes governador de Mato Grosso; e seu genro, José Fragelli, que exerceu mandatos de deputado estadual e federal, foi nomeado governador de Mato Grosso, vindo também a exercer os cargos de senador, presidente do senado federal e presidente interino da República (BITTAR, 2009b).

Conquanto não tenha sido possível apreender os processos de escolarização acionados pela família Alves Ribeiro, percebe-se a existência de estratégias acionadas para assegurar a reprodução dos capitais da família, no sentido de possibilitar a permanência de seus membros no campo da política, tendo as três gerações desta, ocupado cargos públicos e, obtido destaque no cenário político da época.

Ademais, percebe-se também um movimento para a formação de alianças vantajosas com famílias de prestígio social e político da época; como o caso do matrimônio de Joselito Alves Ribeiro com a filha de uma figura importante e notória da sociedade e da política sul-mato-grossense, Pedro Celestino, o que exprime a adoção de estratégias matrimoniais pela família; bem como, o estreitamento das relações com os demais membros da família cuja aliança fora firmada, que também detinham prestígio social e político, transfigurados nas figuras de Fernando Corrêa da Costa, José Fragelli e Pedro Celestino, o que se desdobrou em um aumento do capital social da família dos Alves Ribeiro.

A família Fragelli imigrou da Itália para o Brasil no século XIX, fixando-se na região de Mato Grosso, em Corumbá, a qual faziam parte da colônia italiana lá estabelecida. O primeiro membro da família a destacar-se foi Nicolau Fragelli, formado em medicina, sendo um dos primeiros médicos do Estado, depois veio a exercer o cargo de deputado.

José Manoel Fontanilhas Fragelli, ou apenas José Fragelli como citado anteriormente, foi um grande personagem do cenário político, tanto mato-grossense quanto sul-mato-grossense. José Fragelli vinculou-se a família Alves Ribeiro, pelo matrimônio, que por sua vez ligou-se a família Corrêa da Costa. Assim, o descendente de imigrantes italianos

vinculou-se a duas das famílias mais importantes que compunham a classe das elites agrárias sul-mato-grossenses (BITTAR, 2009b).

José Fragelli inseriu-se na pecuária por razões circunstanciais, sua paixão era a política, pois julgava-se um pequeno intelectual, não dominava os conhecimentos relacionados a administração de uma fazenda, considerando-se um fazendeiro de manual (BITTAR, 2009b). Fragelli, foi deputado estadual e federal, sucedeu a Pedro Pedrossian no governo de Mato Grosso, entre os anos de 1971 e 1974, bem como veio a ocupar os cargos de senador, presidente do senado federal e presidente interino da República.

Não obstante o esforço empreendido para a obtenção de mais informações sobre a família Fragelli, bem como o processo de escolarização acionado pela família, muito pouco foi encontrado, o que fica evidente a partir do exposto acima. No entanto, destacamos o movimento da família e o empreendimento de estratégias, que embora seja imigrante, portanto, vista como “forasteira”, obteve êxito e destaque ao inserir-se nos campos político e social do estado; bem como conseguiu estabelecer alianças vantajosas com personagens de prestígio social e político da época, ampliando o capital social da família.

Da família Coelho Machado, destaca-se Paulo Coelho Machado, que foi importante figura, tanto no processo de divisão do Estado de Mato Grosso, quanto no cenário político. Originário da classe dos grandes proprietários rurais da região descendia de Antônio Francisco Rodrigues Coelho, seu avô, imigrante português, que morou no Rio de Janeiro, e depois veio a comprar e fixar-se em terras na região de Aquidauana; e era filho de Eduardo Olímpio Machado, advogado respeitado, produtor rural, foi prefeito de reconhecidos mérito de Campo Grande e político influente no então estado de Mato Grosso. (MACHADO, 2008).

Destarte, Paulo Coelho Machado procede de uma classe proprietária de terras e com forte poder e influência econômica, política e social, desde o Estado de Mato Grosso, com seu avô Antônio Francisco Rodrigues Coelho, até a constituição do novo Estado de Mato Grosso do Sul, com seu pai Eduardo Olímpio Machado; que passou a exercer influência. A fazenda da família Coelho Machado, Fazenda Esperança, foi uma das maiores propriedades do sul do Mato Grosso, pois

[...] segundo relatos de memorialista, Antônio Francisco Rodrigues Coelho, e o capitão honorário do exército João Caetano Teixeira Muzzi eram dois dos mais abastados fazendeiros que habitavam os campos da Vacaria. (BITTAR, 2009b, p. 62).

Eduardo Olímpio Machado, pai de Paulo Coelho Machado, formou-se em direito pela prestigiada Faculdade de Direito da Bahia, foi juiz na cidade de Corumbá, depois mudando-se para Nioaque e, em seguida Campo Grande. Além de ter participação decisiva no processo de divisão do Estado, foi o primeiro prefeito de Campo Grande eleito por votação secreta, exercendo mandato de 1937 a 1941 (MACHADO, 2008).

No que tange a escolarização de Paulo Coelho Machado, este foi alfabetizado no município de Campo Grande; logo depois estudou em São Paulo, no Colégio São Bento, e realizou o ensino superior no Rio de Janeiro, seguindo os passos do pai, formou-se em direito, pela Faculdade Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.

Um aspecto presente na escolarização das 2 gerações posteriores à Antônio Francisco Rodrigues Coelho, ou seja, de Paulo e Eduardo Coelho Machado, é que ambos se deslocaram até as grandes capitais brasileiras, Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, para realizar seus estudos, tanto fundamental, quanto médio e superior, sendo o ensino superior realizado em Faculdades de prestígio da época.

Fato que nos leva a conjecturar, em primeiro lugar, a condição de privilégio da família ao enviar seus herdeiros para estudar nas capitais, haja vista o investimento econômico requerido por tal empreitada; em segundo lugar, que à época as capitais eram as regiões que detinham um sistema escolar mais desenvolvido, com mais instituições de ensino e de melhor qualidade, o que denota o conhecimento do campo escolar, suas hierarquias e valor social; e em terceiro lugar, que o capital escolar institucionalizado e o capital simbólico proporcionado pelas instituições escolares eram relevantes para as famílias, para que elas pudessem ampliar seu poder de ação, tanto na esfera econômica, como grandes proprietários rurais, quanto na esfera política, como lideranças, exercer influência política, ocupar cargos públicos e em diferentes instituições sociais; bem como no espaço social, por carregar um nome de família, uma reputação distinta e distintiva.

Fica evidente, o valor devotado ao processo de escolarização dos herdeiros, bem como o reconhecimento da importância deste na reprodução social da família, que se reflete na intencionalidade estratégica presente na escolha das instituições de ensino dos filhos, que se localizavam nas capitais do país, eram renomadas instituições escolares e universidades de prestígio da época e, os cursos escolhidos eram cursos com valor social distinto e distintivo.

Percebemos um movimento no sentido de assegurar aos herdeiros a apropriação dos capitais tanto cultural quanto social e simbólico, propiciados pela escola – sob a forma de

conhecimentos, títulos escolares reconhecidos e valorados socialmente e, relações sociais vantajosas estabelecidas com agentes da mesma posição social - necessários para que estes herdassem a herança do grupo, ou seja, reunissem as condições para permanecer ou elevar o nível social da família, assegurando a reprodução dos capitais de que estas eram detentoras. Ao empreender tais estratégias, as famílias contribuíam para a conservação das estruturas sociais, e das relações de força, poder e dominação entre os diferentes grupos sociais, exercida nos diversos campos que então constituíam a sociedade sul-mato-grossense.

Paulo Coelho Machado, também foi um intelectual que esteve intensamente envolvido na vida política sul-mato-grossense, embora não tenha exercido uma liderança política, ocupou alguns cargos públicos ao longo de sua vida. Deixou diversos escritos, que relatam trechos da história do Estado e de sua constituição. Nos seus escritos deixou claro que o poder político no sul de Mato Grosso emanava da posse de terras.

Dentre os cargos públicos exercidos, foi vereador em duas legislaturas na Câmara municipal de Campo Grande, foi Secretário da Agricultura no governo de José Fragelli (1971-1975), Chefe da Casa Civil do primeiro governo sul-mato-grossense em 1979. Era considerado um grande intelectual pelos seus pares, Fragelli, Wilson Martins, entre outros, que o descreviam como o mais culto, intelectual, conhecedor das questões da pecuária e da agricultura, estudioso do gado Zebu, bem como da história de Mato Grosso (BITTAR, 2009b).

Foi também presidente de diversas entidades como Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso; Sindicato Rural de Campo Grande; Cruz Vermelha Brasileira de Campo Grande; Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (Campo Grande); Rádio Clube de Campo Grande; *Rotary club* de Campo Grande; Casa de Mato Grosso (Rio de Janeiro); Liga Sul-Mato-Grossense pró-divisão do Estado de Mato Grosso; Associação Sul-mato Grossense de criadores de Nelore; Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. Além, de ser membro de Sociedade Brasileira de Geografia; membro efetivo da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras.

Paulo Coelho Machado teve um poder de atuação e trânsito nas diferentes esferas da sociedade sul-mato-grossense, como herdeiro, teve a seu favor o conjunto de privilégios de que sua família há gerações era detentora, e dos quais estes conseguiu se apropriar efetivamente. Assim, podemos observar a família como um *lócus* privilegiado de acumulação e transmissão dos diferentes capitais, como capital econômico, capital cultural, capital social e simbólico; portanto espaço de reprodução e conservação das estruturas sociais. É interessante

notar como as denominações em torno da família Coelho Machado se fundem, e se confundem, podendo ser considerada elites rurais, elites econômicas, elites intelectuais e elites dirigentes. Por meio de estratégias diversas, dentre estas as estratégias educativas, as quais não pudemos alcançar em profundidade, essa família obteve êxito na reprodução de seus capitais, bem como na sua reprodução social.

A família Gonçalves Barbosa, migrou do sul de Minas Gerais para Franca, São Paulo, no final do século XVIII, e de lá foram desbravar o sul de Mato Grosso, região onde ainda não havia vida civilizada, de acordo com relatos dos memorialistas e historiadores (BITTAR, 2009b).

Estabeleceram no sul de Mato Grosso, na região conhecida como Vacaria, quando chegaram duas caravanas da família, uma liderada por Antônio Gonçalves Barbosa e outra por Ignácio Gonçalves Barbosa, em meados do século XIX. Marcelina Gonçalves Barbosa, uma das filhas de Ignácio Gonçalves Barbosa, casou-se com um pequeno comerciante da época Henrique Pires Martins, e tiveram como descendentes os Barbosa Martins que tiveram grande destaque na política mato-grossense e sul mato-grossense na época. Dentre eles, citamos Vespasiano Barbosa Martins, que foi uma importante figura do movimento Constitucionalista de 1932, e Domingos Barbosa Martins, conhecido como “gato preto”. O filho de Domingos Barbosa Martins, Henrique Barbosa Martins chefiou o “batalhão gato preto” no movimento Constitucionalista de 1932. (BITTAR, 2009b).

Henrique Barbosa Martins teve dois filhos, Plínio Barbosa Martins e Wilson Barbosa Martins, que ocuparam cargos públicos importantes no quadro político dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e desempenharam papel relevante na oposição à ditadura militar. Wilson Barbosa Martins foi duas vezes governador de Mato Grosso do Sul, nas décadas de 1983-1986 e, 1995-1998; esses personagens também foram figuras importantes no processo de divisão de Mato Grosso.

Os Barbosa Martins têm sua origem vinculada a posse de grandes propriedades rurais, obtiveram destaque na política, mas também como profissionais liberais. Vespasiano Barbosa Martins foi conduzido a um internato marista em Uberaba, formou-se em medicina e, conquistou fama e boa reputação como primeiro médico de Campo Grande. Na política, foi prefeito de Campo Grande, governador durante o movimento frustrado de 1932, e senador da República (BITTAR, 2009b).

Outros membros de destaque da família foram os irmãos Wilson Barbosa Martins e Plínio Barbosa Martins. No que tange a escolarização, Wilson Barbosa Martins realizou o curso primário em Campo Grande e, parte em Rio Brillhante; realizou o primeiro ano do curso ginásial no Colégio de João Tessitore Júnior, em Campo Grande; logo depois, transferiu-se para o Liceu Nacional Rio Branco, em São Paulo, onde concluiu o curso ginásial; e em seguida, ingressou no curso de Direito na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (posteriormente integrada à Universidade de São Paulo), já a época uma das famosas faculdades do país, na cidade de São Paulo. (MARTINS, 2010). Tanto Wilson Barbosa Martins quanto o irmão, Plínio Barbosa Martins, formaram-se em Direito. Plínio formou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica, em São Paulo.

A partir de 1966 os irmãos entraram no cenário político, Wilson foi eleito o deputado federal mais votado de Mato Grosso, entretanto foi cassado por apresentar divergências ao regime político estabelecido. Enquanto isso, Plínio exercia o mandato de vereador e, depois prefeito de Campo Grande.

Wilson elegeu-se presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no final da década de 1970, em 1982 foi eleito governador do Estado de Mato Grosso do Sul, ocupando o cargo público por dois mandatos. Segundo Bittar (2009a), os Barbosa Martins privilegiaram a formação profissional e o engajamento político, afastando-se paulatinamente da pecuária. Assim, no decorrer do tempo perderam grande parte da expressão rural, e do grande poder econômico ligado a propriedade rural que detinham no passado.

Como podemos observar, a família Barbosa Martins adotou a estratégia de enviar os herdeiros às capitais do País para a realização do ensino ginásial e superior, o que parecia ser uma prática corrente entre as famílias privilegiadas da época. Destacamos, desse modo, a adoção de estratégias de escolha do estabelecimento de ensino, haja vista a busca por instituições de ensino de prestígio reconhecido e localizadas fora do estado de Mato Grosso do Sul, para a realização tanto do ensino ginásial quanto superior por parte dos herdeiros.

Tal prática revela o interesse das famílias na aquisição de determinado capital cultural, simbólico e social passível de ser incorporado por meio da escolarização, bem como, assegurar uma formação de excelência aos herdeiros, e assim, a reprodução dos capitais social, simbólico, e cultural da família; tendo por finalidade a manutenção da posição social da família e, o posterior trânsito desses agentes nos meios/círculos social e político de destaque da época.

A família de Lúdio Martins Coelho compõe as famílias tradicionais do meio rural mato-grossense e sul-mato-grossense, foram considerados por muito tempo a própria expressão da grande propriedade rural em Mato Grosso do Sul, e tiveram importante participação na política do Estado.

A família de Lúdio Martins Coelho fixou-se no sul de Mato Grosso no século XIX e acumulou um império em terras, os precursores a chegar na região foram seu pai Laucídio Coelho e seu tio Etalívio Pereira. Formavam uma família extensa, com 12 filhos, que progrediu pelo trabalho de todos nas fazendas (BITTAR, 2009b).

Em 1941 o patrimônio da família era composto por um quantitativo significativo de fazendas e gado, Lúdio era conhecido como o rei do gado na região. A família possuía em Rio Brilhante, dezesseis fazendas que somavam 65.479 hectares; em Rio Pardo, eram 39.049 hectares; em Aquidauana, a família possuía 37.532 hectares (BITTAR, 2009b). O patrimônio da família aumentou com o passar do tempo, com a aquisição de novas e vastas propriedades, através do esforço, trabalho e dedicação de Laucídio Coelho, e posteriormente pela contribuição dos filhos que auxiliavam na gestão dos negócios da família. Tido como um visionário, era perspicaz e sabia realizar bons negócios (SOUZA, 2007).

Acerca da escolarização de seus 12 filhos, dentre os filhos que cursaram o nível superior destacam-se: Lúdio, formado em economia pela Universidade Federal de Viçosa (MG), com curso de crédito nos Estados Unidos; Hélio, formado em medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizou pós-graduação em Medicina nos Estados Unidos; Itálvio Coelho formou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A trajetória escolar de Hélio Coelho desdobrou-se da seguinte maneira: Hélio cursou o ensino primário na Fazenda Bela Vista; o curso ginásial foi realizado no Internato Dom Bosco em Campo Grande – MS; já o curso pré-médico foi feito no Colégio Pedro II – Rio de Janeiro; em seguida, Hélio realizou o curso de medicina na Universidade do Brasil (Praia Vermelha, Urca, Rio de Janeiro, hoje UFRJ); realizou o Internato médico no *Berkeley Memorial Hospital, Berkeley* – Califórnia; e a Residência em Cirurgia no *Franklin Hospital, em San Francisco*, Califórnia; *Fellowship* em Cardiovascular, Pesquisador da Equipe do Dr. Julian Ormond no *St. Luke's Hospital* Chicago, Illinois.

Hélio Coelho dedicou sua vida, inicialmente à academia e à profissão, e posteriormente aos negócios da família. Foi professor de Medicina na Escola Paulista de

Medicina, e depois, tendo mudado para Campo Grande lecionou na Escola de Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, tendo concorrido ao cargo de reitor da UFMS no entanto não logrou êxito, embora apoiado por um grupo de professores progressistas, que almejava um reitor com o título de doutor. Ao mudar-se para Campo Grande, Hédio conciliou a profissão à agropecuária e outros negócios, aplicando seu conhecimento em pesquisas ligadas à agricultura e à pecuária, como melhoramento genético dos bovinos e técnicas de cultivo.

Hédio Coelho também foi presidente da Acrissul - Associação dos Criadores de MS; presidente do Sindicato Rural de Campo Grande; proprietário da Empresa Fazendeiro Nutrição Animal com sede em Campo Grande/MS e filial em Rio Brilhante/MS, destinada à produção de rações e suplementos alimentares; bem como da Financial Imobiliária e de diversas fazendas.

Os irmãos, Lúdio Coelho e Italívio Coelho, ocuparam cargos públicos de prestígio na política, Lúdio ocupou o cargo público de senador, e foi prefeito de Campo Grande, já seu irmão, ocupou o cargo de senador no Estado. Lúdio, vinculou-se a família Rachid Saldanha Derzi, família de grande influência política e poder econômico, de origem árabe.

Lúdio Coelho, agropecuarista com formação na Universidade Federal de Viçosa (MG) e com curso de crédito na Universidade de Michigan, nos Estados Unidos. Iniciou sua vida política em 1983 ao ser nomeado prefeito de Campo Grande pelo governador Wilson Martins (1983-1986), exercendo o cargo até janeiro de 1985. Candidatou-se a senador pelo Mato Grosso do Sul em outubro de 1994, foi eleito com 383 mil votos e, assumiu o mandato em fevereiro de 1995.

No decorrer de sua trajetória profissional foi diretor superintendente do Banco Financial S/A; fundador e diretor da ERTA - Empresa de Reflorestamento e Técnica Agrária e da Reflorestadora do Centro Oeste Ltda., hoje Financial Empreendimentos Florestais S/A; membro dos conselhos de administração das empresas Financial Bragança - Cia. de Crédito, Financiamento e Investimento; Agropecuária LS Ltda.; Frigorífico Itapevi S/A; e foi presidente do Banco Agrícola de Dourados (MS) em 1959.

Além disso, exerceu o cargo de vice-presidente da Associação Brasileira de Criadores de Zebu, do Aero Clube de Campo Grande (MS) e do Esporte Clube Comercial e; os cargos de presidente da Associação Mato-Grossense de Reflorestadores e do Rádio Clube.

Italívio Coelho, foi eleito deputado à Assembleia Constituinte de Mato Grosso, em janeiro de 1947, participou dos trabalhos constituintes como membro da Comissão de Constituição e, após a promulgação da nova Carta estadual, passou a exercer o mandato ordinário, atuando como membro da Comissão de Orçamento e Finanças da Assembleia estadual. Deixou essa casa ao final da legislatura, em janeiro de 1951. Além disso, ocupou o cargo público de Senador do Estado de Mato Grosso de 1973 a 1979; e integrou no Senado as comissões de Agricultura e de Constituição e Justiça.

Ademais, exerceu os cargos de diretor/vice-presidente do Banco Financeiro de Mato Grosso; diretor-presidente da Financeira Bragança - Crédito, Financiamento e Investimento; da Cimobrás - Companhia Imobiliária do Oeste do Brasil; da FRIMA - Frigorífico Mato-Grossense; presidente da Associação dos Criadores do Sul; e vice-presidente da Associação das Indústrias de Campo Grande e da Associação de Criadores de Santa Gertrudes (SP).

Como podemos observar, os filhos de Laucídio Coelho receberam uma formação escolar privilegiada, realizando parte de seus estudos nas grandes capitais do País, em Universidades de prestígio, e cursos de pós-graduação no exterior. E embora tenham tido trajetórias escolares, acadêmicas e profissionais de sucesso, todos envolveram-se nos negócios da família, cuja pungente riqueza acumulada pelo pai foi dividida entre os filhos, que deram prosseguimento aos seus negócios. Alguns atuaram no cenário político do Estado, outros foram profissionais de destaque em suas áreas de atuação.

Destacamos aqui, a existência de algumas estratégias comuns acionadas pelas famílias tradicionais do Estado para a manutenção ou subversão da sua posição no espaço social, bem como para a reprodução dos seus capitais. Dentre elas a realização de parte dos estudos, curso ginásial e superior, nas grandes capitais do País, como Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia; a estratégia de escolha de estabelecimentos de ensino de prestígio, tanto para a realização do curso ginásial quanto o ensino superior, destacando-se as universidades, atualmente USP, UFRJ, PUC/SP e UFBA; e a estratégia de internacionalização dos estudos, haja vista que dois agentes realizaram pós-graduação no exterior.

A escolha do curso também é algo a se destacar, todos os agentes formaram-se em cursos como medicina e direito, cursos de prestígio, que possuem um valor social e simbólico e que, portanto, confere distinção aos agentes. Além disso, os agentes que se formaram em direito, em sua maioria, exerceram cargos políticos. Tal fato nos revela a importância que as famílias, embora ricas em capital econômico devotavam à escolarização dos herdeiros, uma vez que buscavam nas instituições de ensino a aquisição dos capitais cultural, social e

simbólico, expressos pelo capital cultural institucionalizado advindo deste processo, bem como os capitais social e simbólico proporcionados por uma formação distinta e uma instituição distinta; imprescindíveis para assegurar a reprodução dos diferentes capitais de que as famílias eram detentoras. Assim, a trajetória de sucesso e distinção escolar desses agentes operava no sentido da plena apropriação da herança pelos herdeiros, e lhes facultava as condições de trânsito em meios sociais e políticos de destaque da época, como permitia a reprodução dos privilégios e vantagens de que eram detentores.

3.2 Retratos sociológicos das famílias

A estrutura e volume de capitais possuído pelas famílias estruturam seu *habitus*, bem como informam sua posição no espaço social. Segundo Bourdieu, o *habitus* de classe é o princípio gerador e unificador das práticas dos agentes e, conseqüentemente, das estratégias acionadas nas diversas esferas da vida social, e pode ser entendido como a forma incorporada da condição de classe e dos condicionamentos que ela impõe (BOURDIEU, 2007).

Assim, para compreender integralmente as estratégias acionadas pelas famílias no campo da educação, torna-se imprescindível conhecer como estas famílias estão constituídas em termos de volume e estrutura de capitais – capital econômico, capital cultural, capital social, capital simbólico – e seu *habitus*. É o *habitus* das famílias que fornece os esquemas de percepção, apreciação e ação, bem como os valores e expectativas ligados à escolarização de seus filhos.

O objetivo deste tópico é descrever como as famílias investigadas estão constituídas em termos de capitais econômico, cultural e social, bem como compreender qual o valor e as expectativas destas em relação à educação e, especificamente, em relação à escolarização de seus filhos.

Destacamos, que os dados apresentados foram coletados a partir de entrevistas e questionários aplicados aos pais (homens) das famílias. Esclarecemos que ao buscar as famílias para esta pesquisa, entramos em contato com a Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul – Acrissul, que então nos passou o contato de alguns proprietários rurais associados, sendo estes todos homens. Fato que nos revela a estrutura de poder e dominação ainda exercida pelos homens no universo agrário, fruto de um processo histórico e de determinações sociais, cujas bases são as relações e as estruturas de divisão entre os sexos.

3.2.1 Caracterização e indicadores de capital econômico

O universo das famílias investigadas é composto por 5 famílias do Estado de Mato Grosso do Sul, das quais: 2 residem em Campo Grande, 1 reside em Bonito, 1 reside em Bonito/São Paulo e, 1 reside em Aquidauana. As propriedades rurais das famílias encontram-se nas regiões de Campo Grande, Bonito, Aquidauana, Porto Murtinho e Pantanal.

Um dos indicadores de capital econômico das famílias são as propriedades rurais de que são detentoras. A seguir, apresentamos tabela com detalhes sobre as propriedades rurais das 5 famílias do estudo. Os nomes e sobrenomes são fictícios e nada assemelhados aos nomes das famílias, apenas optamos por designá-las por nomes.

Tabela 10 – Descrição das características das propriedades rurais das famílias.

	Região das propriedades rurais	Quantitativo de propriedades rurais	Área em hectares	Destinação da área
Família Márcio Almeida	Bonito	2	- 1.506 hectares - 3.200 hectares	- Produção agrícola (milho, soja) - Pecuária intensiva (1.671 cabeças de gado)
Família Ari Oliveira	Campo Grande	1	- 780 hectares	- Pecuária (700 cabeças de gado)
Família Cláudio Barbosa	Campo Grande	1	- 240 hectares	- Pecuária de corte (100 cabeças de gado)
Família Vando Fonseca	Aquidauana	1	- 400 hectares	- Agricultura e pecuária
Família Oswaldo Martins	Porto Murtinho/ Pantanal	3	-8.200 hectares (condomínio, possui 45%) - 2.600 hectares (condomínio, possui 20%) - 20.000 hectares	- Preparação das áreas para venda como compensação de reversa legal

Organização: Teixeira, 2018.

A classificação das propriedades rurais é definida pela Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e, considera o módulo fiscal. Assim, o porte das propriedades rurais é aferido por meio do cálculo do quantitativo de módulos fiscais da propriedade. O módulo fiscal é uma unidade

de medida em hectares definido pelo INCRA, em cada município a unidade do módulo fiscal tem um valor diferente, em hectares.

De acordo com a referida Lei, o **minifúndio** é o imóvel rural com área inferior a 1 módulo fiscal; a **pequena propriedade**, o imóvel de área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais; a **média propriedade** é o imóvel rural de área superior a 4 e até 15 módulos fiscais; e a **grande propriedade**, o imóvel rural de área superior 15 módulos fiscais.

No município de Bonito, um módulo fiscal equivale a 60 hectares; em Campo Grande equivale a 15 hectares; em Aquidauana equivale a 90 hectares e, em Porto Murtinho equivale a 80 hectares. A partir dessas informações, podemos observar que as propriedades rurais das famílias de Márcio Almeida, Ari Oliveira, Cláudio Barbosa e Oswaldo Martins, são consideradas **propriedades de grande porte** por apresentarem mais de 15 módulos fiscais; já a propriedade da família de Vando Fonseca, possui 5 módulos fiscais, sendo considerada uma **propriedade de médio porte**.

Neste caso, o capital econômico representado pelas propriedades rurais de grande e médio porte, das quais as famílias são proprietárias podem ser percebidos também como capital simbólico, haja vista que se revestem de um valor simbólico percebido tanto pelos fazendeiros, quanto pelos demais agentes sociais como distinto e distintivo, fonte de distinção/prestígio social para as famílias.

Acerca da classe social, as famílias de Ari Oliveira, Cláudio Barbosa e Vando Fonseca indicaram pertencer à classe média e, as famílias Márcio Almeida e Oswaldo Martins - que detêm um quantitativo em propriedades e em hectares, maior que as demais famílias - indicaram pertencer à classe média alta. Dentre as justificativas de tal escolha, indicaram os bens materiais e a renda; o enquadramento nas definições do IBGE; o nível de instrução da família; a possibilidade de viver confortavelmente.

Cabe aqui destacar, que não há um consenso acerca da definição do conceito de Classe Média, tanto no Brasil quanto no mundo, encontrando-se este perpassado por controvérsias e incertezas, haja vista a situação intermediária dessa classe na estratificação social, bem como a heterogeneidade que marca sua composição interna (NOGUEIRA, 2010).

Pochmann (2014), em seus estudos ao buscar compreender o conceito de classe média, afirma que a partir da primeira década do século XXI houve uma inflexão no processo de mobilidade social brasileira, engendrada pelas transformações decorrentes do desenvolvimento do capitalismo nesse período, que provou um aumento da renda real das

famílias e possibilitou a ampliação do consumo destas, causando transformações na estrutura social do País.

[...] o período de consolidação da “classe média” ocorreu nos anos 70, no auge do “milagre econômico” orientado sob a política dos militares. No entanto, repartiu-se de forma muito assimétrica o “bolo” do crescimento econômico, privilegiando os setores médios e altos da sociedade, com uma seleta teia de políticas públicas que não alcançava os mais alijados dos ganhos nacionais. Cresceram, de forma significativa, os empregos de altos níveis salariais, conquistados mediante os diplomas de nível superior, que mais uma vez privilegiavam as classes médias [...]. (FURNO, 2015, p. 113).

Segundo Pochmann (2012), nas décadas de 1980 e 1990 todas as faixas de remuneração cresceram, provocando uma alteração significativa na estrutura de remuneração dos brasileiros. O referido autor aponta que para além dos rendimentos e da ocupação, essa nova estratificação social foi “incorporada pelo grau de escolaridade, posse de propriedade, moradia e bens de consumo”. (POCHMANN, 2012, p.23-24).

Nogueira (2011), assinala que,

[...] a redução de qualquer grupo social a uma categoria estatística de renda pode dissimular diferenças importantes de status, de riqueza cultural, de rede de relacionamentos, de valores, aspirações, enfim de estilos de viver e de (se) pensar; ainda que, em se tratando desse segmento populacional, as duas dimensões – material e simbólica – estejam fortemente articuladas, como alertam os economistas [...]. (NOGUEIRA, 2011, p. 216).

Concordamos com Nogueira e consideramos problemático definir um grupo ou classe de agentes tendo como base apenas os rendimentos mensais destes. Embora utilizemos alguns parâmetros definidos pelo IBGE, apresentamos uma série de outros elementos para a construção do entendimento do grupo investigado, tal como capital cultural, capital econômico, capital social e capital simbólico; e deixamos o questionamento: embora as famílias tenham afirmado pertencer à classe média e à classe média alta elas pertenceriam, de fato, à esta classe? Sendo o conceito de classe média tão obscuro, controverso e escorregadio, responder a esta questão torna-se um empreendimento deveras laborioso.

Quanto à renda mensal¹³ das famílias, segue abaixo quadro que apresenta a renda mensal, incluindo todos que moram na casa:

¹³ As opções de renda foram calculadas com base no salário mínimo do ano corrente, 2018, que é de R\$954,00.

Quadro 2 - Renda mensal das famílias, incluindo todos os moradores da casa.

Famílias	Faixa salarial/ salários mínimos	Faixa salarial/ reais
Família Márcio Almeida	De 15 e 20 salários mínimos	R\$14.310,00 e R\$19.080,00
Família Ari Oliveira	De 10 e 15 salários mínimos	R\$9.540,00 e R\$14.310,00
Família Cláudio Barbosa	De 5 a 10 salários mínimos	R\$4.770,00 e R\$9.540,00
Família Vando Fonseca	Até 5 salários mínimos	Até R\$4.770,00
Família Oswaldo Martins	De 5 a 10 salários mínimos	R\$4.770,00 e R\$9.540,00

Organização: TEIXEIRA, 2018.

Confrontando as informações sobre a posição social informada pelas famílias e sua renda, com o parâmetro de definição de classe do IBGE¹⁴, podemos concluir que as famílias de Márcio Almeida e Ari Oliveira se enquadram na definição de classe média alta, por possuir uma renda mensal entre 10 e 20 salários mínimos, já as famílias Cláudio Barbosa, Vando Fonseca e Oswaldo Martins se enquadram na definição de classe média intermediária, por possuir uma renda entre 5 a 10 salários mínimos.

Considerando a renda média mensal da população do Estado de Mato Grosso do Sul, entre os anos de 2012 e 2014, segundo documento da SEMADE, temos a seguinte distribuição do percentual de sujeitos economicamente ativos, no período de referência, por classe de rendimentos mensais:

¹⁴ Embora consideremos a classificação do IBGE, compreendemos que não é apenas o capital econômico que define as diferentes classes sociais, mas sim a posse de diferentes espécies de capital, como o capital econômico, capital cultural, capital social, capital simbólico, bem como seu *habitus*; ou seja, a “estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que confere seu valor próprio a cada uma delas e aos efeitos que ela exerce sobre as práticas” das diferentes classes sociais. (BOURDIEU, 2007, p. 101). Assim, “[...] é a forma assumida [...] pelo capital objetivado (propriedades) e incorporado (*habitus*) que define propriamente falando a classe social e constitui o princípio de produção de práticas distintivas, ou seja, classificadas e classificantes [...]” (BOURDIEU, 2007, p. 107).

Tabela 11 – Pessoas de 10 anos ou mais, economicamente ativa na semana de referência, segundo rendimento médio mensal.

Especificação	2012	2013	2014
Total	100,00	100,00	100,00
Até ½ S.M.	4,26	4,59	3,91
Mais de ½ a 1 S.M.	15,96	14,29	13,69
Mais de 1 a 2 S.M.	38,99	39,67	36,75
Mais de 2 a 3 S.M.	13,6	15,47	18,12
Mais de 3 a 5 S.M.	11,6	9,06	11,22
Mais de 5 a 10 S.M.	7,19	7,35	7,28
Mais de 10 a 20 S.M.	2,39	1,91	1,7
Mais de 20 S.M.	0,91	1,12	0,72
Sem rendimento	4,41	4,94	6,41
Sem declaração	0,69	1,62	0,2

Fonte: SEMADE, Perfil estatístico de Mato Grosso do Sul, 2016.

Organização: Teixeira, 2018.

A partir dos dados da tabela 11, podemos observar que a parcela da população economicamente ativa, que recebe até dois salários mínimos, é elevada, representando 54,35% da população economicamente ativa no ano de 2014, pouco mais de metade da população do Estado. Por outro lado, a parcela de sujeitos que recebe acima de 20 salários mínimos representa 0,72% da população, uma minoria, o que evidencia o contraste da distribuição de renda da região.

Já a parcela da população que recebe, entre 10 e 20 salários mínimos, representam 1,7% da população, e a parcela que recebe entre 5 e 10 salários mínimos, representam 7,28% da população. Observamos, deste modo, que as famílias investigadas nesta pesquisa estão entre os 8,35% da população economicamente ativa do Estado, que apresentam renda mensal entre 5 e 20 salários mínimos, não deixando de representar uma minoria, que detém maiores rendimentos/ganhos econômicos, no contexto estadual.

Acerca da situação de trabalho das 5 famílias investigadas, todas as famílias indicaram ter como ocupação, como fonte principal de renda, a posição de empresário ou diretor na empresa, desempenhando funções de administrador ou diretor. É importante destacar, que todas as famílias afirmaram se ocupar de suas propriedades rurais e de outros negócios. Assim, além das propriedades rurais e dos negócios relacionados à agropecuária, as famílias afirmaram possuir outros empreendimentos. Segue abaixo quadro 5 que apresenta outros negócios/empresas possuídos pelas famílias:

Quadro 3 – Negócios possuídos pelas famílias.

Famílias	Outros Negócios
Família Márcio Almeida	Rede de rádios FM Imóveis alugados
Família Ari Oliveira	Empresa de distribuição de ração
Família Cláudio Barbosa	Restaurante e churrascaria – sociedade
Família Vando Fonseca	Empresa (Não especificado)
Família Oswaldo Martins	Empresa – sociedade (Não especificado)

Organização: TEIXEIRA, 2018.

Outro indicador do capital econômico detido pelas famílias é a situação de sua moradia, a quantidade de imóveis que possui e a presença de empregados domésticos em sua residência. Quanto a situação da moradia, a família de Márcio Almeida possui uma casa recebida por herança, e outros imóveis (alugados); a família Ari Oliveira possui uma casa própria, já paga, e outros imóveis (dois terrenos); a família Cláudio Barbosa possui uma casa própria, ainda em vias de pagamento, e não possui outros imóveis; a família Vando Fonseca possui uma casa própria, já paga, e outros imóveis (duas casas); a família Oswaldo Martins reside em uma casa alugada, e outros imóveis (duas casas na área rural).

Cabe destacar, como apontado anteriormente, a insuficiência do uso de apenas uma variável, qual seja a renda, para situar as famílias em determinada classe social; haja vista, o fato, de identificarmos a posse de um conjunto de bens como empresas, imóveis, além da renda, como elementos constitutivos do patrimônio familiar, e que, conseqüentemente, denota uma situação de favorecimento econômico.

Tal estrutura patrimonial traz distinção às famílias, pelo fato de que são percebidas e, portanto, classificáveis e classificantes, situando-as entre as frações mais bem providas em capital econômico. Situação, que já se evidencia pela posse de propriedades rurais, que confere a estas distinção, por uma “ação mágica” de conversão do valor econômico em valor simbólico, ou seja, em capital simbólico.

Acerca da presença de empregados domésticos em casa, a família de Márcio Almeida afirmou não ter empregado(a), as famílias Ari Oliveira e Oswaldo Martins indicaram ter um(a) empregado(a) doméstico(a) de segunda à sexta-feira na residência e, as famílias Cláudio Barbosa e Vando Pereira indicaram ter uma diarista uma ou duas vezes por semana.

Outro indicador do capital econômico das famílias são os itens de consumo que as famílias possuem em seu domicílio. Segundo Neri (2008 *apud* NOGUEIRA, 2011, p. 56), a posse de bens duráveis como televisores, computadores e carros, bem como de serviços, como internet banda larga são indicadores que contribuem, juntamente com outros, para definir o potencial de consumo das famílias. Abaixo segue tabela que evidencia o quantitativo e a distribuição dos itens pelas famílias:

Tabela 12 – Itens de consumo familiar que as famílias têm em casa.

	Não tem	Um	Dois	Três ou mais
Televisão em cores			4	1
TV por assinatura		4	1	
Rádio		5		
Carro		4	1	
Aparelho de DVD	1	4		
Geladeira		2	3	
Computador		3		2
Tablet	2	1	1	1
Acesso à internet		4		1
Máquina de lavar roupa		4	1	
Banheiros			3	2
Piscina	3	2		
Jardim		4		1
Quadra de esportes	5			

Organização: TEIXEIRA, 2018.

A partir da tabela, é possível perceber que todas as famílias possuem mais de um aparelho de televisão em suas residências, TV por assinatura, internet banda larga, computadores, 3 famílias possuem dois, três ou mais tablets em casa e, todas as famílias possuem pelo menos um carro. É importante destacar que duas famílias possuem piscina em casa e, todas as famílias afirmaram possuir um jardim.

A posse de tais itens de consumo revela o poder de consumo das famílias, próprio das frações intermediárias e alta da estratificação social, demarcando distancias, principalmente em relação às classes baixas/populares que, em sua maioria, não tem acesso a bens como carro, internet, computadores, tablets, piscina, entre outros.

Acerca do investimento na escolarização dos filhos, os gastos mensais das famílias com a educação da prole encontram-se entre R\$800,00 e R\$7.500,00 reais. É o capital econômico detido pelas famílias, bem como o peso do capital cultural na estrutura dos capitais, que influirá nas possibilidades de investimento e de gastos realizados na escolarização dos filhos. A reconversão do capital econômico em capital escolar é uma das

estratégias acionadas pelas famílias em busca da manutenção ou conservação de sua estrutura patrimonial – propriedades objetivas e incorporadas.

A família de Márcio Almeida indicou gastar mensalmente na educação dos 3 filhos, R\$7.500,00, sendo que somente com o filho participante da pesquisa o gasto é de R\$3.000,00 mensal, com as outras filhas o gasto é de R\$2.250,00 com cada uma. A família de Ari Oliveira indicou ter um gasto mensal de mais de R\$1.000,00 com a educação do filho. Já a família de Cláudio Barbosa afirmou ter um gasto mensal de aproximadamente R\$4.000,00 com a educação das duas filhas, ou seja, um gasto de R\$2.000,00 por criança. A família de Vando Fonseca indicou ter um gasto mensal de R\$800,00 com a educação do filho. E por fim, a família de Oswaldo Martins indicou ter um gasto mensal de R\$5.000,00 com a educação dos dois filhos, ou seja, um gasto de R\$2.500,00 por filho.

Tabela 13 - Gasto mensal com a escolarização dos filhos.

Famílias	Quantitativo de filhos	Gasto mensal
Família Márcio Almeida	3	R\$7.500,00
Família Ari Oliveira	1	Mais de R\$1.000,00
Família Cláudio Barbosa	2	R\$4.000,00
Família Vando Fonseca	1	R\$800,00
Família Oswaldo Martins	2	R\$5.000,00

Fonte: Teixeira, 2018.

Percebemos que, em sua maioria, as famílias realizam elevado volume de gastos na escolarização dos filhos, o que denota uma preocupação e um senso de investimento na escolarização da prole, bem como sinaliza a existência de uma mobilização no campo educativo. Importante ressaltar que é a condição de privilégio econômico das famílias que faculta a estas a possibilidade de realizar tais investimentos.

Ademais, destacamos o fato de que a família que apresenta o menor gasto com a escolarização do filho - R\$ 800,00, a família de Vando Fonseca, reside em uma pequena cidade do estado de MS, em que não há muitas opções de escolas particulares, sendo que a mensalidade das melhores escolas varia entre R\$400,00 e R\$500,00 reais, as mais caras; uma delas, na qual seu filho está matriculado.

Segundo Bourdieu (2007), as viagens de férias das famílias também são indicadores do capital econômico possuído. Sobre a realização de viagens internacionais nos últimos três anos, as famílias de Ari Oliveira, Vando Fonseca e Oswaldo Martins afirmaram ter feito viagens ao exterior, e as famílias de Márcio Almeida e de Cláudio Barbosa afirmaram não ter realizado. Acerca das últimas viagens realizadas pela família, a família de Márcio Almeida afirmou ter visitado o Rio de Janeiro; a família de Ari Oliveira indicou uma viagem ao Canadá; a família de Cláudio Barbosa não indicou nenhuma viagem; a família de Vando Fonseca citou uma viagem ao Paraguai; e a família de Oswaldo Martins indicou ter feito viagens ao Chile, Argentina e Europa.

Como podemos observar, as famílias investigadas são famílias volumosas em capital econômico, expresso, principalmente, pela posse de propriedades rurais de grande e médio porte, pela posse de outros negócios além daqueles relacionados à atividade agropecuária, bem como pela posse de imóveis e bens de consumo diversos, a realização de viagens nacionais e internacionais, e os gastos mensais realizados na escolarização dos filhos.

3.2.2 Caracterização e indicadores do capital simbólico, cultural e escolar

O capital simbólico é a forma ou o valor social com que se revestem os diferentes tipos de capital quando percebidos e reconhecidos como legítimos. Nesse sentido, é importante destacar, conforme elucida Bourdieu, que

[...] o acúmulo de capital econômico confunde-se com o acúmulo de capital simbólico, ou seja, com a aquisição de uma reputação de competência, além de uma imagem de respeitabilidade e honorabilidade facilmente convertíveis em posições [...] no plano local ou nacional. (BOURDIEU, 2007, p. 272).

Assim, o capital econômico das famílias (apresentado no tópico anterior), representado nas propriedades objetivadas que possuem, como as propriedades rurais, a renda, os negócios das famílias, as residências, os automóveis, os itens domésticos, as instituições escolares frequentadas pelos filhos, bem como as viagens realizadas pelas famílias transmutam-se em capital simbólico, que asseguram às famílias distinção social no espaço social em que estão inseridas, bem como legitimam sua posição social.

É importante destacar, que em relação às famílias de fazendeiros, há uma representação social e um valor social distinto e distintivo atribuídos a estas famílias, que têm suas origens no processo de constituição do Estado de Mato Grosso do Sul. O processo de ocupação do Estado foi marcado pelas grandes e ricas propriedades rurais, o que se transmutava em poder econômico, poder simbólico, e por vezes poder político, aos seus proprietários rurais. Assim, a posse de terra era, e ainda o é, sinônimo de riqueza e de poder simbólico; o valor mercantil/econômico das propriedades rurais é convertido em valor simbólico e apropriado pelos fazendeiros; bem como legitimado nas e por meio das representações que permeiam as categorias de percepção e apreciação dos demais grupos sociais.

De acordo com Bourdieu (2008, p. 44): “O nível de instrução dos membros da família [...], são indicadores que permitem situar o nível cultural de cada família.” Assim, o nível de escolaridade dos pais e dos avós paternos e maternos, ou seja, o capital cultural institucionalizado, bem como as diferentes práticas culturais das famílias podem nos fornecer elementos para a compreensão da estrutura e do volume dos capitais cultural e escolar das famílias investigadas. A Tabela 14 a seguir apresenta o grau de escolaridade das famílias investigadas:

Tabela 14 – Grau de escolaridade dos pais e avós paternos e maternos das famílias.

	Ensino fundamental	Ensino fundamental incompleto	Ensino médio	Ensino médio incompleto	Ensino superior	Ensino superior incompleto	Pós- Graduação	Pós- Graduação incompleta
Pai					2		2	1
Mãe			1		2	1		1
Avô Paterno		3	1		1			
Avó Paterna		3			2			
Avô materno	1	3			1			
Avó materna	1	2	1		1			

Organização: Teixeira, 2018.

Acerca do nível de escolaridade dos pais das famílias investigadas, podemos notar que todos apresentam ensino superior completo, dois pais têm pós-graduação na modalidade mestrado, e um pai tem uma pós-graduação incompleta. Dentre as áreas de formação dos pais temos agronomia, administração, medicina veterinária/administração (duas formações), educação física, arquitetura/administração (duas formações). Já em relação às mães, uma tem

o ensino médio completo, duas apresentam ensino superior completo, uma tem o ensino superior incompleto e uma tem pós-graduação incompleta. Dentre as áreas de formação indicadas temos agronomia e economia.

Notamos também, que o nível de escolaridade dos avôs e avós paternos e maternos é baixo, sendo que a maioria possui ensino fundamental incompleto, sendo 11 avôs; 2 possuem o ensino fundamental completo; 2 possuem o ensino médio completo; e 5 possuem ensino superior completo. Os 5 avós que possuem ensino superior completo são: o avô e avó paternos da família de Márcio Almeida, cujo pai investigado possui pós-graduação na área de agronomia; a avó materna da família de Vando Fonseca, cujo pai investigado tem duas formações superiores; e a avó paterna e o avô materno da família de Oswaldo Martins, cujo pai investigado possui duas formações e uma pós-graduação.

Em face dessas informações, podemos perceber uma evolução no capital cultural das famílias, expresso no movimento de aumento do nível de escolaridade dos pais investigados em relação a seus avós paternos e maternos, portanto, uma mudança em relação ao capital de origem e ao capital de chegada do conjunto familiar, de uma geração a outra.

Tal fato nos leva a observar a existência de estratégias acionadas pela geração anterior para que os herdeiros se apropriassem do capital cultural propiciado pela escola; tanto na forma de conhecimentos como títulos escolares; de disposições para a construção de trajetórias longas de estudos; bem como, nos leva a inquirir sobre os motivos de tal fenômeno – por que as famílias passaram a considerar o capital escolar importante? - e sua relação com a reprodução social das famílias, manutenção da posição social (informações que não pudemos alcançar neste estudo).

O nível de conhecimento de línguas estrangeiras também é um indicador do capital cultural detido pelas famílias. Segue abaixo Tabela 15 que apresenta o domínio dos pais em idiomas estrangeiros:

Tabela 15– Nível de conhecimento em línguas estrangeiras.

	Bom	Razoável	Fraco	Nenhum
Inglês	2	1	2	
Francês			1	4
Alemão	1			4
Espanhol		1		4
Italiano		1		4

Organização: Teixeira, 2018.

Podemos observar que a maioria dos pais tem conhecimento da língua inglesa, sendo que dois apresentam um domínio bom da língua, um razoável e, dois pais apresentam o que consideram um fraco domínio. Sobre a língua francesa, apenas o pai da família Márcio Almeida assinalou ter conhecimento fraco da língua. Acerca do idioma alemão, somente o pai da família Márcio Almeida indicou ter um bom conhecimento da língua. Sobre o idioma espanhol, apenas o pai da família Oswaldo Martins assinalou ter domínio razoável da língua. E, por fim, sobre o idioma italiano somente o pai da família Oswaldo Martins indicou ter um domínio razoável da língua.

Destacamos, que o conhecimento de outros idiomas além do inglês, ficou restrito aos pais das famílias Márcio Almeida e Oswaldo Martins, pais que possuem pós-graduação, bem como propriedades rurais de maior extensão em relação às demais famílias. Outras informações como a frequência aos museus, espetáculos, cinema, ópera ou concerto de música, espetáculo de dança, a frequência à biblioteca e/ou livrarias, hábitos de leitura, cursos, a prática de esportes, a utilização da televisão, entre outros, são atributos que podem fornecer informações sobre os índices do capital cultural, bem como do consumo cultural das famílias.

Acerca do consumo cultural das famílias, Bourdieu (2007, p. 434) elucida que,

[...] o gosto, ao funcionar como uma espécie de sentido de orientação social (*sense of one's place*), orienta os ocupantes de determinada posição no espaço social [...] para as práticas ou bens que convém [...].

Nesse sentido, os agentes têm a percepção do sentido e valor social da prática ou bem escolhido de acordo com a distribuição dos mesmos entre os diferentes grupos sociais, que se encontram organizados de forma relacional e hierárquica nas subjetividades coletivas, engendrando a percepção de uma correspondência entre bens e práticas e grupo social.

[...] ao proceder a uma escolha segundo seus gostos, o indivíduo opera a identificação de bens objetivamente adequados à sua posição e ajustados entre si por estarem situados em posições sumariamente equivalentes a seus respectivos espaços - filmes ou peças de teatro, histórias em quadrinhos ou romances, mobiliário ou vestuário - ajudado, neste aspecto, por instituições, butiques, teatros, [...] críticos, jornais e semanários, escolhidos, aliás, segundo o mesmo princípio; além disso, por serem definidas por sua posição em um campo, elas próprias devem ser objeto de uma identificação distintiva. (BOURDIEU, 2007, p. 217).

Assim, os bens de consumo material ou cultural tanto quanto as práticas, encontram-se sutilmente hierarquizadas – tanto objetivamente quanto subjetivamente - segundo as classes sociais e interiorizadas de tal modo, ou seja, incorporados no *habitus* dos agentes, que os orientam em suas escolhas nas diferentes esferas sociais e, dão a impressão de naturalidade.

Isso ocorre, porque os agentes incorporam os esquemas de percepção, apreciação (classificação) a partir de sua posição social – determinada pelo volume e estrutura de capitais -, e operam essa diferenciação/classificação dos bens de consumo materiais, culturais e das práticas - fruto da divisão entre as classes, dos princípios de visão e divisão do mundo social – e, conseqüentemente, dos agentes ou grupos de agentes que deles se apropriam.

Assim, a apropriação material e simbólica dos bens materiais ou culturais e, de determinadas práticas, passam a dar testemunho da qualidade do agente que dele se apropria – pois a hierarquia socialmente reconhecida das práticas e bens corresponde a hierarquia social dos consumidores- , e exigem não apenas a posse de capital econômico, mas muitas vezes a conjugação de diferentes capitais, como o capital econômico, o capital cultural e, até o capital social. A tabela 16 apresenta alguns indicadores das práticas culturais das famílias, que facultam a compreensão do *background* cultural e social das famílias investigadas:

Tabela 16 – Indicadores das práticas culturais das famílias.

	Nunca	Semanalmente	Mensalmente	1 a 2 vezes por ano	3 a 4 vezes por ano	Mais de 4 vezes por ano	Não resp.
Foi à praia?	1			3			1
Foi a shoppings?			2		1	2	
Foi a parques / praças / áreas públicas de lazer?			3	1	1		
Foi a um show de música?	1			3			1
Foi a bares e restaurantes?			2			3	
Foi a bares e restaurantes de luxo?			1	2			2
Foi a clubes?	3		1				1
Foi a eventos esportivos?	1			2		1	1
Foi a Igrejas (ou outros templos) / Grupo religioso ?			3	1		1	
Foi à livraria?	2		1	1	1		
Foi a cinema?			3	2			
Foi ao teatro?	2			1	1		1
Foi a uma ópera ou a um concerto?	3			1			1
Foi a um espetáculo de dança?	3			1			1
Visitou museu?	2			1		1	1
Visitou centro cultural?	2			1		1	1

Organização: Teixeira, 2018.

Como podemos observar, dos pais das 5 famílias investigadas, três nunca foram à uma ópera ou concerto, um não respondeu, e um pai indicou ir 1 ou 2 vezes por ano; quanto à visitação a museus, dois pais afirmaram nunca ter visitado um museu, um não respondeu, um

indicou ir de 1 a 2 vezes por ano; e outro indicou ir mais de 4 vezes por ano; sobre a frequência ao teatro, dois pais afirmaram nunca ter ido ao teatro, um pai não respondeu, um indicou ir 1 a 2 vezes por ano, e um pai assinalou ir de 3 a 4 vezes por ano.

Além disso, acerca da frequência à espetáculos de dança, três famílias afirmaram nunca ter assistido um espetáculo de dança, um pai não respondeu, e um afirmou assistir de 1 a 2 vezes por ano; sobre a visitação a centros culturais, dois pais afirmaram nunca terem visitado um centro cultural, um não respondeu, um afirmou ir de 1 a 2 vezes por ano, e uma assinalou ir mais de 4 vezes ao ano.

Em relação às práticas culturais consideradas legítimas e distintas como a frequência à museus, óperas e concertos, teatro, espetáculos de dança e visitação a centros culturais, percebemos que a maioria das famílias não realizam este tipo de prática. A esse respeito, é preciso compreender o contexto cultural das cidades em que as famílias residem, o que é produzido e disponibilizado em termos de atividades culturais, e à quais classes se destinam.

Os municípios de Bonito e Aquidauana são considerados pequenas cidades. Assim, em termos de cultura legitimada, muito pouco é oferecido, as cidades não dispõem de um local específico para a apresentação de peças de teatro, dança ou apresentação de concertos, como um teatro; possuem pequenos museus da cultura indígena, pouco divulgados e valorizados no próprio município.

Além disso os municípios também não possuem uma orquestra sinfônica municipal. Desse modo, esse tipo de atividades culturais, consideradas legítimas, quase não ocorrem nas cidades. O que pode explicar a relação distante que as famílias investigadas têm com a cultura superestimada pela sociedade.

Em Bonito, há um diferencial, por ser uma cidade notoriamente conhecida como turística. Nesta, todos os anos ocorre o Festival de Inverno de Bonito, no qual são propiciados à população em geral, shows de música e apresentações de teatro e de dança na praça principal da cidade; épocas em que a população em geral tem contato com esse tipo de produção cultural.

Já o município de Campo Grande, e podemos citar também São Paulo e Rio de Janeiro; haja vista que duas famílias, uma residente em Bonito e outra em Campo Grande, viajam com frequência à estas capitais; oferecem mais opções em termos de cultura à população, por deterem um número significativo de museus, bem como espaços específicos de cultura, como teatros, museus, pontos de cultura, etc.; por possuírem orquestras sinfônicas

municipais; entre outros fatores. Com frequência, ocorrem em Campo Grande eventos relacionados à cultura como apresentações de peças de teatro, shows de música, espetáculos de dança, entre outros.

No entanto, cabe distinguir, dentre as ofertas em termos de cultura aquelas que se destinam às classes populares e àquelas que se destinam às classes favorecidas, visto que os bens culturais revestem-se de um valor simbólico perceptível para as diferentes classes, que a eles se dirigem “magicamente”, do qual somente os agentes que detêm o capital cultural requerido e a disposição para o pleno consumo de tal bem, dele efetivamente se apropriam.

Assim, consideramos que nas cidades pequenas, como Bonito e Aquidauana, as ofertas em termos de cultura se circunscrevem a eventos esporádicos e a pontos de encontro da população em geral, como praças, pontos de cultura e balneários, portanto, mais destinados às classes populares; já nas cidades maiores, como Campo Grande, há uma oferta ampliada em termos de cultura.

No entanto, a oferta cultural para as classes populares e médias se sobrepõem, expresso nos eventos promovidos em praças públicas, shows de música em pontos de cultura, peças de teatro e dança; já os eventos oferecidos aos grupos da elite são esparsos, como a apresentação de concertos, peças de teatro e de dança de renomadas companhias nacionais e internacionais, etc. e de alta seletividade pelos custos.

Cabe destacar, que somente as famílias de Márcio Almeida e Oswaldo Martins, as famílias com maior volume e quantidade de capital econômico e cujos chefes de família têm pós-graduação, portanto, mais elevado capital cultural, bem como são provenientes das capitais dos estados de Rio de Janeiro e São Paulo, afirmaram realizar práticas culturais mais próximas à cultura legítima.

Em matéria de consumo cultural, a oposição principal, segundo o volume global do capital, estabelece-se aqui entre o consumo, designado como *distinto* por sua própria raridade, das frações mais bem providas, ao mesmo tempo, em capital econômico e em capital cultural, por um lado, e, por outro, o consumo considerado socialmente como *Vulgar* - por ser, a um só tempo, *fácil* e *comum* - dos mais desprovidos nesses dois aspectos de capital; e, nas posições intermediárias, encontram-se as práticas destinadas a aparecer como *pretensiosas* pelo fato da discordância entre a ambição e as possibilidades de sua realização [...]. (BOURDIEU, 2007, p.167).

Por outro lado, as famílias assinalaram realizar mais práticas tidas como comuns, de lazer e entretenimento, que “[...] incluem as saídas com os amigos, almoçar ou jantar fora, sair

para dançar, frequentar cafés, ir à praia, ir ao shopping, ir a eventos esportivos, além das atividades que são realizadas em casa.” (RIEDNER, 2013, p. 81). Como evidencia-se na análise a seguir.

Em relação a frequência em shoppings, duas famílias afirmaram ir mensalmente, uma família indicou ir de 3 a 4 vezes por ano, e duas afirmaram frequentar mais de 4 vezes por ano; em relação a visitar parques/praças/áreas públicas de lazer, três famílias indicaram ir mensalmente a esses locais, uma família indicou ir 1 a 2 vezes por ano, e uma família indicou ir de 3 a 4 vezes por ano; sobre a frequência a bares e restaurantes, duas famílias indicaram ir mensalmente a bares e restaurantes, e três famílias indicaram ir mais de 4 vezes por ano; sobre a frequência a shows de música, uma família não respondeu, uma família afirmou nunca ter ido, três famílias indicaram ir 1 a 2 vezes por ano a shows de música; e por fim, acerca da frequência a cinemas, três famílias indicaram ir mensalmente, e duas indicaram ir 1 a 2 vezes ao ano.

Compreendemos, com Bourdieu, que o peso relativo do capital econômico e do capital cultural na estrutura patrimonial das famílias

[...] é retraduzido em um sistema de preferências que os leva a privilegiar seja a arte em detrimento do dinheiro, as coisas da cultura em detrimento das questões de poder etc., seja o inverso”, através de um sistema de preferências que orienta os agentes em suas escolhas, nas mais diversas esperas sociais, [...], bem como adotar suas práticas e opiniões correspondentes. (BOURDIEU, 2008, p. 43).

Nessa perspectiva, percebemos que as escolhas ou disposições das famílias orientam-se mais para as práticas tidas como de lazer, em detrimento das práticas tidas como legítimas, o que nos leva a indagar sobre o valor e a representação dos bens culturais para estas. Alguns elementos, já apresentados, podem nos auxiliar a elucidar esta questão, tais como o contexto e a oferta em termos de cultura da cidade na qual as famílias residem; a herança cultural e, nesse sentido, as disposições incorporadas através do *habitus* das famílias que, podem predispor-las ou não a preferir os bens da cultura legítimos; bem como o peso dos capitais cultural e econômico na estrutura familiar; percebemos que as famílias detêm maior quantidade de capital econômico, mas seria este o capital de maior peso em sua estrutura patrimonial? Ainda não há elementos para responder tal questionamento, no entanto, no decorrer deste trabalho aproximaremos para elucidar esta questão.

Outros indicadores do volume e estrutura do capital cultural das famílias são os hábitos de leitura, a utilização da televisão e o gosto musical das famílias. A seguir segue tabela 17 com os tipos de leitura e a frequência com que são realizadas pelos pais:

Tabela 17 – Hábitos de leitura.

	Nunca	De vez em quando	Uma vez por mês	Uma vez por semana	Todos os dias
Material de trabalho		2	1		2
Livros		2	1	2	
Jornais	2			1	2
Revistas de informação geral	1	1	1	1	1
Páginas da internet		2			3

Organização: Teixeira, 2018.

No que tange às práticas de leitura, dois pais indicaram ler livros de vez em quando, um indicou ler uma vez por mês, e dois indicaram ler uma vez por semana; sobre a leitura de jornais, dois pais afirmaram nunca lerem jornais, um indicou ler uma vez por semana, e um todos os dias; acerca das leituras de páginas da internet, duas famílias indicaram lerem de vez em quando, e 3 famílias indicaram lerem todos os dias. Para Bourdieu (2007, 111),

[...] a posição das diferentes frações hierarquizadas segundo o interesse que elas atribuem aos diferentes tipos de leitura tende a aproximar-se da posição ocupada por elas na hierarquia estabelecida segundo o volume de capital cultural. (BOURDIEU, 2007, p.111).

Assim, as famílias mais bem aquinhoadas em termos de capital cultural, tenderiam a lerem mais e, a eleger leituras mais raras e legítimas, fato que está estreitamente relacionado ao nível de instrução e a legitimidade cultural das leituras; já as famílias mais ricas em capital econômico tenderiam a lerem pouco, e a realizar mais leituras consideradas populares, de largo alcance.

Nesse sentido, notamos que a maioria das famílias investigadas realiza leituras de jornais, revistas e páginas da internet ao menos uma vez por semana, o que não expressa um gosto e uma disposição à leitura significativos. Ademais percebemos que a busca pela leitura centra-se na aquisição de informações diversas, afastando-se de questões relacionadas ao prazer e a realização de uma leitura diletante.

A utilização da televisão e os tipos de programas escolhidos pelas famílias também são dados importantes que revelam do capital cultural e informacional das famílias. A tabela

18 a seguir mostra os tipos de programas televisivos a que os pais costumam assistir regularmente:

Tabela 18 – Uso da televisão pelos pais.

	Sim	Não
Jornais e noticiários	5	
Entrevistas	3	2
Documentários	2	3
Esportes		5
Shows e musicais		5
Filmes e seriados	4	1
Humor	1	4
Novelas	1	4
Programas de auditório	1	4

Organização: Teixeira, 2018.

Como podemos observar, todas as famílias afirmaram utilizar-se da televisão para assistir programas do tipo jornal e noticiário; o segundo gênero de programa mais assinalado foram filmes e séries; em terceiro lugar o gênero entrevista; e em quarto lugar estão os documentários. Acerca dos programas não assistidos, todas as famílias assinalaram não assistir programas de esportes, shows e musicais; e a grande maioria assinalou não assistir programas humorísticos, novelas ou programas de auditório.

No que se refere à escolha dos gêneros de programas notamos que as famílias se afastam do gosto popular/comum compreendido por programas de auditório, novelas, esportes, humor e shows, e aproximam-se de um gosto mais legítimo, representado por jornais, noticiários, entrevistas e documentários. Quanto a escolha de filmes e séries caberia perscrutar as escolhas feitas nesse âmbito, haja vista que a hierarquia de legitimidade dos gostos em relação a cinema e séries também pode ser aferido.

O gosto e a preferência por determinados gêneros musicais também podem indicar o volume de capital cultural detido pelas famílias, haja vista que a música representa um bem cultural de consumo. Segundo Bourdieu (2007),

A competência específica (na música clássica ou jazz, no teatro ou cinema, etc.) depende das possibilidades que os diferentes mercados - familiar, escolar, profissional - oferecem, inseparavelmente, para seu acúmulo, implementação e valorização, ou seja, do grau em que favorecem a aquisição desta competência, prometendo-lhe ou garantindo-lhe lucros que são outros tantos reforços e incitações para novos investimentos. (BOURDIEU, 2007, p.83).

Desse modo, o gosto em matéria de música encontra-se estreitamente ligado ao processo de socialização dos agentes, ou seja, são os gêneros musicais aos quais a família apresenta/proporciona aos herdeiros, que constituirão o seu sistema de disposições, preferências e escolhas no campo musical de forma durável. Na próxima tabela apresentamos o gosto dos pais em relação aos diferentes gêneros musicais:

Tabela 19 - Gosto musical dos pais.

	Sim	Não
Música Clássica	3	2
Sertanejo universitário	2	3
Sertanejo raiz	3	2
Música popular brasileira MPB	2	3
Bossa nova		5
Rock	2	3
Pop	2	3
Pagode	1	4
Axé	1	4
Funk		5

Organização: Teixeira, 2018.

Como podemos observar, os gêneros musicais mais apreciados pelas famílias são a música clássica e o “sertanejo raiz”. Já os gêneros musicais menos apreciados são, em primeiro lugar, a bossa nova e o funk, em segundo lugar o pagode e o axé, e em terceiro lugar o sertanejo universitário, a música popular brasileira MPB, rock e pop *music*.

Notamos, desse modo, que o gosto musical das famílias se aproxima mais do “gosto legitimado”, que opera como um arbitrário cultural pela preferência de música clássica e pelo afastamento de gêneros mais populares como: pagode, axé, funk, sertanejo universitário, entre outros. A escolha pelo gênero “sertanejo raiz” - considerada a música caipira de qualidade - conhecido também por moda de viola, se dá por representar um estilo musical vinculado ao campo, ao espaço rural, e às pessoas ligadas à “roça”, à zona rural; bem como por representar o estilo de vida dos fazendeiros e dos demais agentes ligados ao campo, fazendo parte também de sua identidade.

Para Bourdieu (2007),

[...] o gosto é uma disposição adquirida para "diferenciar" e "apreciar", de acordo com a afirmação de Kant, ou, se preferirmos, para estabelecer ou marcar diferenças por uma operação de distinção que não é - ou não necessariamente - um conhecimento distinto, no sentido de Leibniz, já que ele garante o reconhecimento (no sentido comum) do objeto sem implicar o

conhecimento dos traços distintivos que propriamente o definem. (BOURDIEU, 2007, p. 434).

Desse modo, é importante observar como os consumos e as práticas dos agentes, em termos de cultura, os distingue socialmente e, relacionam-se diretamente com as disposições engendradas pelo *habitus* de classe das famílias, que os leva a dirigir-se aos bens culturais e simbólicos apropriados à sua posição no espaço social, podendo ser bens culturais vulgares/populares ou legítimos/distintos, a depender da classe social.

Segundo Bourdieu (2007), “[...] todas as práticas culturais [...] e as preferências em matéria de literatura, pintura ou música, estão estreitamente associadas ao nível de instrução [...] e, secundariamente, a origem social” das famílias. Além disso, contra a ideia segundo a qual os gostos, as preferências e as escolhas em matéria de bens materiais ou culturais sejam um “dom natural”, que somente alguns indivíduos têm a “sorte” de possuir; tais disposições nada mais são do que o produto da educação, tanto familiar quanto formal.

4 ESTRATÉGIAS DE ESCOLARIZAÇÃO DE FAMÍLIAS DE GRUPOS DAS ELITES DO AGRONEGÓCIO DE MATO GROSSO DO SUL

4.1 Estratégias acionadas na escolarização dos filhos

Hoje, gostaria de lembrar os mecanismos extremamente complexos pelos quais a instituição escolar *contribui* (insisto nessa palavra) para reproduzir a distribuição do capital cultural e, assim, a estrutura do espaço social [...]. A reprodução da estrutura de distribuição do capital cultural se dá na relação entre as estratégias das famílias e a lógica específica da instituição escolar. (BOURDIEU, 2008, p. 35).

As estratégias acionadas pelas famílias na escolarização da prole relacionam-se diretamente com o volume global de capital detido por estas, e mais especificamente pelo peso relativo do capital cultural e do capital econômico em sua estrutura patrimonial. Pelo fato de que as famílias se encontram providas de modo desigual de capitais e poder, têm possibilidades distintas de sua utilização e mobilização, nas estratégias acionadas no campo da educação.

O domínio dos instrumentos de reprodução vincula-se, em uma relação dialética, à aptidão e predisposição para dominar esses instrumentos de reprodução, ou seja, de perceber as oportunidades de investimento e de ganhos nos diferentes campos, dentre eles o campo escolar, organizar os meios disponíveis, e saber mobilizar seus capitais como trunfos nos jogos sociais para obter maiores rendimentos do mercado escolar (BOURDIEU, 2015).

Assim, o conhecimento das dinâmicas e hierarquias do campo escolar, além das possibilidades de mobilização e investimento, tanto do capital cultural das famílias – como o capital informacional, que é uma das dimensões do capital cultural – quanto do capital econômico, neste campo, são fundamentais para a concretização de estratégias educativas bem-sucedidas.

Cabe destacar aqui, a relevante contribuição de tais mecanismos na reprodução das desigualdades sociais, culturais e econômicas, haja vista que quanto mais bem aquinhoadas em volume e estrutura de capitais, maiores são as possibilidades das famílias de assegurar a acumulação e transmissão de seus privilégios econômicos, culturais e simbólicos aos herdeiros; contribuindo, portanto, para a reprodução da estrutura social e das relações de poder entre as diferentes classes sociais, imanentes ao espaço social.

Neste estudo, já explicitamos como as famílias investigadas constituem-se em termos de capitais cultural, econômico, social e simbólico. No presente tópico, traremos elementos constitutivos de seu *habitus*, como os valores e as expectativas das famílias em relação à educação e à escolarização de seus filhos, pois consideramos que as estratégias acionadas pelas famílias não podem ser integralmente compreendidas, sem antes entendermos o valor e o significado da educação/escolarização que encerram.

Traremos também, elementos para a compreensão de como se delineiam as estratégias acionadas pelas famílias, como o nível de investimento na escolarização dos filhos, os critérios de escolha da escola, o nível de acompanhamento e monitoramento da vida escolar dos filhos, a realização de atividades extraescolares, entre outros.

Para Bourdieu (2015), cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas e inconscientemente, um determinado *ethos*, ou seja, um sistema profundamente interiorizado de valores implícitos ou explícitos, que contribui, entre outras coisas, para definir as atitudes em relação ao capital cultural e à escola. É a combinação entre o *ethos* e o capital cultural que

[...] definem as atitudes dos pais e dominam as escolhas importantes da carreira escolar e regem também a atitude das crianças diante dessas mesmas escolhas e, conseqüentemente, toda sua atitude com relação à escola. (BOURDIEU, 2015, p. 52).

Quando indagados sobre o valor da educação para a família, as famílias investigadas responderam ser a educação um dos valores primordiais, ser fundamental, e apresentar altíssimo valor para a família. Segundo o pai da família Márcio Almeida, a educação de seus filhos é prioridade, no entanto, ele a coloca em segundo lugar, pois o valor principal da família é o valor moral; o que fica evidente em sua fala: “[...] mais importante do que meus filhos sejam tenham uma excelente formação acadêmica, o que é muito importante, é que sejam pessoas de bem [...]” (FAMÍLIA ALMEIDA, 2018).

Já para o pai da família Ari Oliveira, em primeiro lugar está a saúde, e a educação vem logo em seguida; para o pai da família Cláudio Barbosa, a educação ocupa primeiro lugar para a família, por esse motivo relata que busca dar a melhor educação que pode oferecer para as filhas; para a família Vando Fonseca, a educação vem em primeiro lugar, e o pai busca investir significativamente na educação do filho; para o pai da família Oswaldo Martins, existem dois pilares essenciais na estrutura da criança, um seria a família e outro a educação, sendo impossível dizer qual tem maior relevância, pois a combinação dos dois é muito positiva para a criança.

Acerca da importância de os filhos frequentarem a escola, os pais indicaram ser muito importante; importante para o desenvolvimento intelectual dos filhos; para agregar valores educacionais e educação; importante para o futuro e a formação, não só intelectual, como de caráter da criança; bem como por ser a escolarização a base de tudo.

Para o pai da família Márcio Almeida, a educação é um dos atributos essenciais do ser humano, à família cabe educar os aspectos morais, transformar a criança em um bom cidadão e “[...] se isso puder ser reforçado na escola ótimo, mas basicamente gostaria que a escola, obviamente, com alguns valores que a gente julga apropriado, forme, dê a formação.” (FAMÍLIA ALMEIDA, 2018). Segundo o pai da família Ari Oliveira, “[...] hoje é necessário frequentar a escola, por mais que se tenha posses, o ensino é fundamental para tudo.” (FAMÍLIA OLIVEIRA, 2018).

O pai da família Cláudio Barbosa, considera a escolarização primordial, segundo ele “[...] no mundo em que vivemos todos têm que ter uma boa educação para que possa seguir uma carreira e ter uma profissão digna de estar no nosso País.” (FAMÍLIA BARBOSA, 2018). Para o pai da família Vando Fonseca, frequentar a escola é fundamental, pois “[...] hoje o estudo é a base de tudo, tem que ter.” (FAMÍLIA FONSECA, 2018). Para o pai da família Oswaldo Martins, a escola é fundamental, é uma base fundamental para a formação da criança, “[...] não só para o aprendizado, mas também o trabalho de limites, o trabalho de integração social, de você começar a ter amigos, de você começar a ter toda uma parte social, enfim, eu acho que a escola ela é uma extensão da casa, né?” (FAMÍLIA MARTINS, 2018).

Como podemos notar, para as famílias investigadas a educação é tida como fundamental para a formação dos filhos; devotando grande crença ao sistema escolar, que nos dias de hoje apresenta “[...] importância crescente como instância de legitimação individual e de definição dos destinos ocupacionais.” (NOGUEIRA, 2006, p. 171); assim como espaço de socialização, integração [construção e ampliação do capital social] e complementação do trabalho de formação intelectual e moral das famílias.

Dentre os objetivos almejados com a escolarização dos filhos, os pais indicaram a formação escolar de excelência e preparação para a vida, formação escolar e formação do caráter, preparação para o vestibular e para o mercado de trabalho [profissão], preparar para a vida e para a formação profissional, formação como pessoas.

Para o pai da família Márcio Almeida, o objetivo da escolarização dos filhos é a formação de excelência, mas também a preparação para a vida, “[...] ele precisa ter conhecimento, precisa ter cultura, a escola pode [...] complementar isso, mas o vestibular é

um detalhe menor, na realidade eu não preparo filho pro vestibular, preparo para a vida, e aí se for bem preparado ele vai passar bem no vestibular.” (FAMÍLIA ALMEIDA, 2018).

Segundo o pai da família Ari Oliveira, o objetivo é a formação da criança e, também, do caráter, sendo considerado um trabalho da família em conjunto com a escola; para a família Cláudio Barbosa, o objetivo da escolarização do filho é a preparação pra o vestibular, para que sua filha possa “[...] ter uma carreira, uma colocação no mercado de trabalho, possa ter sua profissão, [...] colocar ela dentro do mercado de trabalho na realidade mesmo”. (FAMÍLIA BARBOSA, 2018).

Para o pai da família Vando Fonseca, o objetivo “[...] é preparar para a vida, porque o estudo ele abre muito a mente da criança, da pessoa, né?, Da formação do ser humano, aí, conseqüentemente, vem a formação profissional, né?”. E por fim para o pai da família Oswaldo Martins, o objetivo da escolarização é a formação como pessoa, a realização pessoal.

Observamos que as famílias investigadas privilegiam tanto aspectos subjetivos quanto aspectos objetivos, como alvos da escolarização da prole. De acordo com Ball, Gewirtz e Bowe (1995 *apud* NOGUEIRA, 1998), as expectativas, as práticas e as escolhas das famílias no campo educacional, em que são valorizados aspectos subjetivos e objetivos – podendo haver uma sutil sobreposição entre eles, é característico das famílias mais favorecidas em capitais econômico, social e cultural.

Nesse sentido, os aspectos subjetivos referem-se ao bem estar, a realização pessoal dos filhos, a formação moral, e ao desenvolvimento integral da criança, a capacidade da escola de desenvolver as potencialidades dos alunos, entre outros; e os aspectos objetivos referem-se a expectativas ligadas ao papel da escola de instrumentalizar para o sucesso acadêmico e social, para a aprovação nos vestibulares e ingresso nas instituições de ensino superior, bem como para a preparação para o mercado de trabalho e a inserção em uma profissão.

Todas as famílias apresentam expectativas quanto ao ingresso dos filhos no ensino superior. Quando indagados sobre quais universidades gostariam que seus filhos realizassem o ensino superior, todos os pais indicaram Universidades Federais e Universidades Estaduais, sendo que um pai indicou, também, a possibilidade de escolha de uma Universidade particular, a depender do curso; dentre as universidades indicadas estão a USP, UFV, UFRGS e uma Politécnica. Quanto aos cursos de preferência dos pais estão os cursos de agronomia, biologia, medicina, matemática e engenharia de produção; dois pais indicaram que a escolha será do filho por afinidade.

Compreendemos que as expectativas das famílias face a escolarização dos filhos e ao futuro oferecido pelos estudos é expressão do sistema de disposições e valores, constituído por seu *habitus*, e que devem à sua posição social.

[...] tudo se passa como se as atitudes dos pais em face da educação das crianças, [...] fossem, antes de tudo, a interiorização do destino objetivamente determinado (e medido em termos de probabilidades estatísticas) para o conjunto da categoria social à qual pertencem. Esse destino é continuamente lembrado pela experiência direta ou mediada pela estatística intuitiva das derrotas ou dos êxitos parciais das crianças do seu meio e também, mais indiretamente, pelas apreciações do professor [...]. (BOURDIEU, 2015, p. 52).

Nesse sentido, são as condições objetivas de existência, bem como as oportunidades objetivas apreendidas intuitivamente e interiorizadas pelo agente ou grupo de agentes que determinam as aspirações e expectativas em relação a educação, ou seja, que determinam aquilo que é passível ou não de concretização pela classe, excluindo a possibilidade de desejar o impossível.

Como podemos notar, as famílias investigadas possuem condições de existência privilegiadas expressas pela posse significativa de capital econômico e capital cultural - o que fica evidente pelo nível de escolarização dos pais, visto que todos tem ensino superior, muitos possuem mais de uma graduação e dois possuem pós-graduação - fato que amplia o nível das aspirações e expectativas dos pais, os níveis de investimento no campo educativo, bem como as possibilidades concretas de sucesso e longevidade escolar dos herdeiros.

Segundo Romanelli (2008, p. 101), “[...] o acesso aos vários níveis do sistema educacional depende da origem socioeconômica dos estudantes [...]”. Isto porque a mobilização e o investimento educacional necessitam tanto do capital econômico quanto do capital cultural; o capital econômico delimitará as possibilidades de investimento na educação da prole; e o capital cultural, fornecerá o conhecimento prático do mercado escolar, de seu funcionamento e de suas hierarquias, entendido como o capital informacional; bem como do universo das estratégias passíveis de serem acionadas e sua rentabilidade no campo escolar.

Grignon e Gruel (1999, p. 193 *apud* ZAGO, 2011, p. 145) corroboram e afirmam que “[...] quanto mais importantes os recursos (econômicos e simbólicos) dos pais, mais os filhos terão chances de acesso ao ensino superior e em cursos mais seletivos, mais orientados para diplomas prestigiosos e empregos com melhor remuneração.”

Nesse sentido, para que o futuro almejado para os filhos seja alcançado, as famílias desde muito cedo, mobilizam um conjunto de estratégias que visam elevar ao máximo as chances de sucesso escolar e competitividade dos filhos. Entre as estratégias educativas

parentais acionadas estão as estratégias de escolha do estabelecimento de ensino; a maior participação, acompanhamento e monitoramento da vida escolar dos filhos; bem como a formulação de uma programação que estrutura o tempo extraescolar dos herdeiros.

Portanto, a educação acaba por representar um trabalho de grande amplitude para as famílias, haja vista que o futuro e, a ascensão ou permanência no nível social em que se encontram “[...] supõe um grande domínio das condições de socialização das crianças e adolescentes, assim como um controle eficaz da educação dos jovens futuros herdeiros.” (PINÇON; PINÇON-CHARLOT, 2002, p. 11).

A escolha da escola figura como elemento fundamental e central das estratégias mobilizadas pelas famílias em prol da escolarização dos filhos. Carvalho e Lacerda (2007) afirmam que, a escolha da escola é um investimento educacional que expressa algumas expectativas de ascensão social, pois as famílias buscam no título escolar um determinado capital cultural institucionalizado que, detém determinado valor social e rentabilidade econômica, e que pode assegurar a manutenção ou superação da posição da família no espaço social.

A complexificação e diversificação das redes de ensino, dos perfis dos estabelecimentos de ensino, as mudanças internas dos currículos, a existência de diferentes métodos pedagógicos, e de todo o funcionamento das instituições escolares, passa, assim, a exigir das famílias a definição de um projeto educativo para seus filhos, bem como a confrontação, discriminação e seleção dentre os diferentes estabelecimentos de ensino e, portanto, um maior domínio e conhecimento do sistema de ensino. (NOGUEIRA, 2006).

Para Felipe (2010), a existência de uma oferta diversificada e de uma concorrência entre as instituições de ensino, são elementos que indicam a existência de um mercado escolar. Este mercado se constitui como um espaço específico - um campo permeado por forças, lutas e poder - que detém suas próprias leis, regras, sanções e veredictos, no qual as famílias desempenham o papel central, e agem orientadas pelo seu *habitus*, princípio gerador das estratégias, para realizar os melhores investimentos e obter os maiores lucros e rendimentos.

Ball, Gewirtz e Bowe (1994,1995 *apud* NOGUEIRA, 1998), consideram

[...] a escolha do estabelecimento e a competição por eles uma instância dentro do “campo” (no sentido bourdieusiano do termo) educacional (“*the social field of school choice*”), onde vantagens sociais, ou seja, os diferentes tipos de capital (cultural, social, econômico e simbólico) são utilizados pelos indivíduos como estratégias de distinção/classificação social. (BALL; GEWIRTZ; BOWE, 1994, 1995 *apud* NOGUEIRA, 1998, p. 43).

Tendo em vista que as famílias das diferentes classes sociais encontram-se providas de modo desigual desses tipos de capitais, a escolha da escola torna-se mais uma dimensão da luta de classes simbólica pela apropriação de bens culturais e pela manutenção ou subversão da posição ocupada no espaço social (NOGUEIRA, 1998). Esta desigualdade irá interferir na determinação dos critérios de escolha do estabelecimento de ensino, bem como,

[...] revelar as condições de escolha de escola de cada família, delimitando os ‘horizontes possíveis’ através dos quais as famílias operam suas escolhas, determinados, entre outros fatores, pela posse e forma de uso desses tipos de capitais. (CARVALHO, 2004, p. 180).

Assim, a posse de recursos culturais, mas também de capital econômico e social, são fundamentais para a decodificação dos elementos em jogo no mercado escolar, para a compreensão do sistema escolar e suas hierarquias, das políticas educacionais, das práticas pedagógicas das escolas, da cultura escolar, bem como para a avaliação e crítica dos professores e, a realização dos melhores investimentos no mercado escolar.

Acerca das famílias investigadas, um dos primeiros critérios observados na escolha do estabelecimento de ensino refere-se a rede de ensino frequentada pelos filhos. Em todas as famílias investigadas os filhos encontram-se matriculados em escolas da rede privada de ensino, o que sugere a crença na superioridade das escolas particulares em relação às escolas públicas, no processo educacional dos herdeiros. Tal fato fica evidente na fala do pai da Família Vando Fonseca: “[...] aqui a escola pública tá difícil, tá complicado” (FAMÍLIA FONSECA, 2018), que demonstra a insatisfação do mesmo com a rede pública de ensino.

Segundo Nogueira (2010, p. 224), desde décadas o sistema de ensino brasileiro apresenta um nítido caráter de classe, no qual atuam intensamente recursos culturais e vantagens sociais e econômicas. A segmentação em duas redes de ensino, marcadas por uma estratificação interna, “[...] divide o público escolar entre o ensino privado, que recruta as categorias favorecidas da população, e a escola pública, que acolhe aqueles que não possuem os meios para pagar pelos estudos [...]”, e que, portanto, geralmente recebe um ensino de mais baixa qualidade. Segundo Langouert e Leger (1991, p. 135 *apud* NOGUEIRA, 1998, p. 50),

[...] só as classes superiores estão verdadeiramente em condições de ter “estratégias” escolares e de utilizar em proveito próprio a existência das duas redes de ensino, seja como recurso em caso de insucesso escolar, seja por desejo de distinção e vontade de se ver entre iguais, num meio social elevado.

Dentre os colégios privados frequentados pelos filhos das famílias investigadas estão o Bionatus, Almirante Tamandaré, Paulo Freire, situados em Campo Grande; o Colégio Dom Aquino, situado em Aquidauana; e a Escola Nossa Senhora do Morumbi, situado em São Paulo. Todas as instituições são consideradas instituições de “prestígio”, logo, instituições de qualidade reconhecida, e ocupam lugar privilegiado dentre as demais instituições locais.

Segundo Nogueira (1998, p. 43), “[...] opera, no mercado escolar, um tipo particular de arbitrário cultural que pressupõe a posse de recursos culturais capazes de decodificar os elementos em jogo nesse mercado.” (NOGUEIRA, 1998, p. 43). Assim, a posse do capital cultural em sua dimensão informacional, expresso pela posse de certas informações sobre o sistema escolar e os diferentes estabelecimentos de ensino, bem como a utilização de um rol variado de meios que funcionarão como subsídios na escolha da instituição de ensino, desempenham um papel importante na ação de escolha das famílias. A tabela a seguir mostra alguns elementos utilizados na escolha da escola para as famílias investigadas.

Tabela 20 – Elementos utilizados na escola em que o filho estuda.

Aspectos relacionados	Quantitativo
Indicação de amigos/conhecidos	3
Propagandas e veículos de divulgação	1
Pais ou outros familiares já estudaram na escola	-
No trajeto para o trabalho ou para outros	-
Ranking do Enem	1
Obteve informações com especialistas	-
Outros: Pesquisa Própria	1

Organização: Teixeira, 2018.

Como podemos notar, a maioria das famílias investigadas indicou como um dos elementos da escolha da escola a indicação de amigos/conhecidos. Outros itens indicados foram propagandas e veículos de divulgação, *Ranking* do Enem e, pesquisa própria. Carvalho (2004 *apud* OLIVEIRA, 2005, p. 50) assinala que, o processo de escolha da escola pelas famílias “[...] é favorecida pela grande posse de ‘capital informacional’ [...] e social [rede de relações sociais] estabelecidos inclusive no meio escolar, o que os favorece no momento de discernir pelas ofertas existentes.”

Nessa perspectiva, as diferentes mídias e as redes sociais [redes de relações] consultadas pelas famílias na escolha do estabelecimento de ensino são responsáveis pela mediação, construção e consolidação da imagem das escolas, e se tornam importantes a

medida em que são utilizadas pelas famílias para nortear as suas escolhas, a partir das informações que elas disponibilizam e propagam (WALDHELM; FELIPE, 2008).

Assim, o sistema de informações acessado pelas famílias na forma de propagandas veiculadas por diferentes mídias, divulgação de *Rankings* das melhores escolas e do Enem, mídias sociais e redes sociais, opiniões de especialistas, informações das redes de relações sociais, fornecem a base da escolha das escolas pelas famílias e, engendram vantagens sociais diferenciais na aplicação e ganhos obtidos no mercado escolar.

Acerca da forma de obtenção de informações sobre os diferentes estabelecimentos de ensino, Nogueira (1998) assinala que

[...] os mais favorecidos culturalmente consultam os *rankings* de estabelecimentos elaborados pela imprensa especializada com base nos indicadores de desempenho fornecidos pelo Departamento de Avaliação e Prospectiva do Ministério da Educação, as famílias das camadas populares utilizam-se predominantemente do expediente do boca-a-boca [*“bouche-à-oreille”*] [...]. (NOGUEIRA, 1998, p. 48).

Embora a maioria das famílias tenham indicado ter obtido informações sobre a escola em sua rede de relações, por indicação de amigos/conhecidos - o que estudos sugerem ser também uma prática das camadas populares - é importante destacar que este não foi o único meio de obtenção de informações pelas famílias. A tabela a seguir evidencia outros recursos utilizados na escolha da escola pelas famílias:

Tabela 21 – Utilização de diferentes recursos para escolha da escola.

Recursos	Quantitativo
Pesquisa na internet	1
Visitou a escola	5
Folder ou material e divulgação da escola	-
Reportagens na TV, jornais e revistas, divulgação ranking das melhores escolas	1
Livros de especialistas que pretendem auxiliar pais na educação e escolha da escola	-
Outros	-

Organização: Teixeira, 2018.

Com as informações apresentadas na tabela 21, podemos observar que todas as famílias visitaram a escola (ou escolas) durante o processo de escolha. Outros itens indicados foram pesquisa na internet e reportagens na TV, jornais e revistas, divulgação de rankings das melhores escolas.

O pai da Família Cláudio Barbosa, em entrevista, indicou ter visitado mais de uma escola durante o processo de escolha, com o objetivo de reunir mais informações sobre as escolas e seu funcionamento, bem como identificar a melhor escola dentre as opções existentes. Além disso, as visitas objetivaram, também:

[...] eu fui nas escolas procurar, tanto verificar espaço físico, para que eles possam ter um conforto, para que possam aprender melhor, ouvir melhor, também qual que era a didática utilizada dentro da escola para que os filhos possam aprender, a seriedade da escola, como que era o funcionamento, conhecer diretora, conhecer as pessoas que estão ligadas... sempre fui de gostar de conhecer a professora para saber como que é a pessoa que tá junto com meu filho o dia todo ali quase, bem dizer, eu sempre procurei tá vendo, isso tanto eu quanto minha esposa, a gente foi nas escolas, andei, pra saber qual que seria a melhor escolha para que colocasse eles lá. (FAMÍLIA BARBOSA, 2018).

O pai da família Márcio Almeida (2018), afirmou que além da recomendação/indicação da escola por um amigo cujo filho estava matriculado no Bionatus, buscou mais referências sobre a escola, por meio de propagandas, pelos resultados divulgados do *ranking* do Enem e, além disso, visitou a escola com o intento de conhecer as instalações físicas, bem como conversar com os agentes educativos da instituição, como coordenadores e diretores. Acerca da visita dos pais às escolas, Nogueira (1998), elucida que

[...] o elemento final da decisão repousa geralmente num feeling (impressões e sentimentos pessoais) dos pais, decorrente das visitas que fazem aos estabelecimentos cogitados ou das jornadas “portas abertas”. Esse *feeling* tem por base o clima sentido no local, o qual está associado às atitudes dos alunos e professores, ao discurso dos dirigentes, ao tipo e estado do prédio, ao *ethos* do estabelecimento. (NOGUEIRA, 1998, p. 44).

Notamos, dessa forma, que as famílias investigadas buscaram construir uma rede de informações como forma de subsidio para a escolha da escola, composta pela indicação de amigos/conhecidos (rede de relações sociais); pela realização de pesquisa própria em diferentes meios e mídias, como propagandas em veículos de divulgação como TV, jornais e revistas, pesquisa na internet, *ranking* das melhores escolas, *ranking* do Enem e, visitas às escolas; com o objetivo de realizar a melhor escolha, ou seja, o melhor investimento para obter o melhor retorno (possível e esperado), em termos de apropriação dos capitais – cultural, social e simbólico - que a escola está em vias de propiciar aos herdeiros.

Segundo Felouzis e Perroton (2007 *apud* FELIPE, 2010, p. 114),

[...] os resultados dos serviços oferecidos pela escola só podem ser constatados a médio ou longo prazo, o que torna a avaliação da qualidade

difícil e incerta. Desse modo, a rede de relações sociais e a rede escolar “enquanto principais fontes de informação para escolher o estabelecimento de ensino, poderiam ser consideradas como mecanismos de redução das incertezas na escolha.

Nogueira elucida que “[...] a procura ativa pelo ‘melhor’ estabelecimento é própria dos favorecidos, cultural ou economicamente [...]” (NOGUEIRA, 1998, p. 46). Nesse sentido, a composição de um sistema de informações sobre as diferentes opções de estabelecimentos de ensino, torna-se um elemento fundamental, pois “[...] é desse capital de informações que dependem as estratégias escolares ou, em outros termos, a [boa] aplicação dos investimentos escolares [escolha do estabelecimento] [...]” (NOGUEIRA, 1997, p. 124).

Para Ballion (1981 *apud* NOGUEIRA, 1998, p. 52), a escolha das famílias por determinada instituição de ensino se dá “[...] com base na representação mental que pais e alunos fazem dos diferentes colégios, combinando uma série de informações na construção de uma unidade: uma imagem do estabelecimento”. Isto porque há uma necessidade de organizar o conjunto de informações heterogêneas e esparsas sobre o estabelecimento, para assim, poder avaliá-lo e situar-se em relação a ele, bem como situá-lo em relação aos demais estabelecimentos de ensino. Quanto aos aspectos considerados importantes na escolha da escola, a seguir a tabela que revela as escolhas das famílias investigadas:

Tabela 22 – Aspectos considerados importantes na escolha da escola.

Aspectos	Quantitativo
Oferece boa formação religiosa	-
Oferece métodos de ensino originais e inovadores	1
Oferece aprendizado de outra língua	1
Oferece um ensino sólido	3
Oferece uma boa formação cultural	1
Equilibra exigência escolar e formação e caráter	1
Oferece jornada escolar mais prolongada	1
É uma escola de prestígio	1
Fica perto de casa	-
Oferece boas relações sociais	1
Possui área verde	-
Possui bom índice de aprovação no vestibular	1
Oferece boas opções extracurriculares	-
Se responsabiliza pelas dificuldades dos alunos	1
Garante a segurança dos alunos	-
Indicação da escola anterior	-
Outros	-

Organização: Teixeira, 2018.

Como podemos notar mais da metade das famílias indicaram como aspecto importante para a escolha da escola oferecer um “ensino sólido”. Outros aspectos assinalados pelas famílias foram oferecer métodos de ensino originais e inovadores; oferecer aprendizado de outra língua; oferecer uma boa formação cultural; equilibrar exigência escolar e formação de caráter; oferecer jornada de trabalho mais prolongada; ser uma escola de prestígio; oferecer boas relações sociais; possuir bom índice de aprovação no vestibular; se responsabilizar pelas dificuldades dos alunos.

Nesse sentido, observamos a intencionalidade das famílias na ação de escolha da escola, expresso na busca pela instituição de ensino que propicie aos herdeiros a aquisição dos capitais julgados essenciais às famílias, qual seja o capital cultural, sob a forma de conhecimentos “sólidos” que ampliarão as chances de êxito dos herdeiros na escola e nos vestibulares, ou na aquisição e consolidação de valores morais da família; seja o capital social, sob a forma de construção de relações com agentes pertencentes à mesma classe social da família, que possam ser vantajosas no futuro; seja a apropriação do capital simbólico, sob a forma da transferência e apropriação do capital simbólico da instituição por parte dos

herdeiros. O agente passa a ser reconhecido como distinto por ter estudado em determinada instituição de prestígio, uma marca que carregará socialmente.

O aspecto “oferecer um ensino sólido”, encontra-se estreitamente ligado ao conceito de qualidade da instituição de ensino. Muitos estudos têm sido produzidos no intento de elucidar e definir “[...] os pontos mais importantes que permitiriam caracterizar uma escola de qualidade, os quais estão diretamente associados aos conceitos de eficácia da escola e/ou de efeito escola sobre a aprendizagem de seus alunos.” (FELIPE, 2010, p. 26).

Na perspectiva desses estudos, elementos diversos comporiam a construção do conceito de qualidade de uma instituição escolar, tais como: a eficácia e/ou efeito do estabelecimento de ensino, aferido pelos resultados da escolarização/instituição nas aprendizagens e no sucesso escolar presente e futuro alcançado pelos estudantes; o perfil do seu público (relações sociais); a reputação/tradição institucional; o ambiente geral da escola ou a cultura escolar; a disciplina; a coesão institucional; a mobilização dos agentes educativos como diretores, coordenadores e professores; entre outros.

Cabe destacar que a percepção das famílias sobre a qualidade da escola depende da sua posição social e da sua visão do estabelecimento de ensino, bem como do sistema escolar, pois estes são fatores que determinam lógicas diferentes de escolha entre as famílias. Assim, a escolha das melhores escolas e, por consequência, as maiores oportunidades de mobilidade/ascensão educacional e social provenientes desta escolha, variam entre as diferentes classes sociais.

É possível observar, por meio dos critérios assinalados pelas famílias como importantes para a escolha do estabelecimento de ensino, que estas apresentam condutas do tipo avaliatória, definidas por Ballion (1991 *apud* NOGUEIRA, 1998), em seus estudos, como condutas de escolha do estabelecimento de ensino pautadas em suas características educativas, tais como o ensino, a disciplina, clientela (capital social), e/ou por suas características pedagógicas, tais como a qualidade do ensino, dos equipamentos, metodologia adotada, resultados escolares, entre outros.

A esse tipo de conduta opõem-se as condutas do tipo funcionais, que segundo o referido autor, tratam das escolhas realizadas a partir de razões de conveniência prática e, portanto, não se referem à reputação/tradição do colégio. Assim, motivos como a proximidade geográfica, facilidade de transporte/locomoção até a instituição, o preço, a presença de outros

irmãos ou amigos no estabelecimento, entre outros, orientariam as escolhas das famílias em relação ao estabelecimento de ensino em que seus filhos estudarão.

Segundo Ballion (1991 *apud* NOGUEIRA, 1998, p. 52), “[...] as condutas de tipo avaliatória são tanto mais frequentes quanto mais se eleva o nível escolar do aluno e a posição social da família.”, já as condutas funcionais são mais frequentes em famílias das classes populares. Tal diferença nas condutas de escolha da escola pelas diferentes classes sociais se deve ao fato de que as famílias se encontram providas de modo desigual dos diferentes capitais - capital econômico, capital cultural, capital social, capital simbólico - e *habitus*, o que engendra possibilidades de ação e mobilização diferentes no campo escolar.

[...] o background familiar como uma variável muito importante no processo de escolarização dos filhos. Por isso, a escolha da escola e a trajetória escolar dos filhos seriam influenciadas pela estrutura e volume de capitais dos pais, favorecendo o sucesso e a permanência por maior tempo no espaço escolar. (FELIPE, 2010, p. 98).

Desse modo, o volume e a estrutura dos diferentes tipos de capital possuídos pelas famílias ocupam uma posição de destaque interferindo no processo de escolha do estabelecimento de ensino para seus filhos; a escolha da escola nunca é neutra, mas carrega em si um sentido de investimento, que é orientado pelo *habitus* das famílias que, por sua vez, é estruturado a partir do volume global de capitais das famílias.

As famílias utilizam a estrutura e o volume de seus capitais [econômico, cultural e social] para fazer a escolha da escola e para mobilizar estratégias que garantam essa escolha. O que está em jogo é o capital escolar dos filhos, o sucesso acadêmico, profissional e social que ele poderá trazer, bem como valores de outra ordem que podem se agregar à trajetória escolar. (FELIPE, 2010, p. 116).

A mobilização de estratégias no campo da educação prevê, por parte das famílias, o conhecimento do campo escolar, do jogo que nele se joga, daquilo que está em jogo no campo, bem como da lógica e das regras imanentes a ele; isso tudo a partir da posição ocupada nele, o que proporcionará às famílias condições de avaliar as possibilidades, os movimentos, os ganhos e os limites do jogo e de sua ação. Assim, as famílias

[...] operam um cálculo, em geral, tácito - construído através de um certo ‘senso do jogo’ adquirido - das probabilidades objetivas de êxito escolar através de uma combinação, nunca inteiramente racional, de benefícios, custos e riscos [...]. (NOGUEIRA, 2011, p. 214).

A coordenação das estratégias acionadas no campo da educação – que podem ser tanto conscientes, quanto inconscientes - são resultado de uma intuição prática, marcada pela posse de conhecimentos e pelo desenvolvimento de disposições forjadas nas experiências vividas (NOGUEIRA, 2011). Segundo Nogueira (2005, p. 572), as estratégias educativas visam

[...] elevar ao máximo a competitividade e as chances de sucesso do filho, sobretudo face ao sistema escolar, o qual, por sua vez, ganha importância crescente como instância de legitimação individual e de definição dos destinos ocupacionais.

Além disso, acrescenta Felipe (2010, p. 24), “[...] que a mobilização de estratégias [...] pelas famílias consiste num investimento que carrega em si expectativas de reprodução ou ascensão social do grupo”. Para Bourdieu (2004, p. 29), os agentes sociais

[...] estão inseridos na estrutura e em posições que dependem do seu capital e desenvolvem estratégias que dependem, elas próprias, em grande parte, dessas posições, nos limites de suas disposições. Essas estratégias orientam-se seja para a conservação da estrutura seja para a sua transformação, e pode-se genericamente verificar que quanto mais as pessoas ocupam uma posição favorecida na estrutura, mais elas tendem a conservar ao mesmo tempo a estrutura e sua posição, nos limites, no entanto, de suas disposições (isto é, de sua trajetória social, de sua origem social) que são mais ou menos apropriadas à sua posição.

Segundo Nogueira (1998, p. 52), são as famílias das classes médias e superiores que obtêm uma maior rentabilidade de seus investimentos educativos, devido à “[...] possibilidade de acesso às informações sobre o sistema de ensino, à importância que atribuem à busca dessas informações, à capacidade que manifestam de discernir entre elas[...]” e, além disso devido aos “[...] trunfos advindos dos recursos financeiros e de uma rede de relacionamentos sociais que pode ser acionada em favor de uma boa colocação no mercado escolar”.

A escolha do estabelecimento de ensino pelas famílias, embora tenha relevância no processo de construção de trajetórias e percursos escolares de sucesso, se constitui como uma estratégia educativa que não pode ser vista isoladamente, mas integrada em um conjunto de outras estratégias constituindo um sistema. Nessa perspectiva, “[...] cada estratégia está ligada a outras estratégias anteriores e posteriores e depende dos resultados esperados de cada uma delas” (BOURDIEU, 1989, 1990 *apud* NOGUEIRA, 2011, p. 170).

O acompanhamento da escolaridade e do desempenho escolar se configura como uma dessas estratégias educativas acionadas em prol da escolarização dos filhos e, se expressa, entres outros elementos

[...] por práticas de intensivo monitoramento da vida escolar [inclusive das atividades dos profissionais da educação, como professores etc.]; de acompanhamento e ajuda nos deveres de casa; de participação nas instâncias administrativas da escola [...].” (CROZIER *et al.*, 2008; BALL, 2008 *apud* NOGUEIRA, 2010, p. 220).

O acompanhamento da escolarização dos filhos, pode ser compreendido também como a participação/interação das famílias com as escolas. A seguir, podemos observar na tabela quais são as ocasiões em que as famílias buscam a escola.

Tabela 23 – Ocasões em que os pais procuram a escola.

Aspectos relacionados	Quantitativo
Quando convocado individualmente	1
Quando algo o incomoda	-
Em reuniões de pais	4
Outros: Quando solicitado / ao menos uma vez por semana	2

Organização: Teixeira, 2018.

Identifica-se que, a maioria das famílias investigadas assinalou frequentar a escola nas reuniões de pais; duas famílias indicaram ir à escola quando solicitado/ao menos uma vez por semana; e uma família indicou ir à escola quando convocado individualmente; o que dá indícios da existência de uma relação positiva com a escola e da preocupação das famílias com o processo de escolarização dos herdeiros. Segundo o pai da família Cláudio Barbosa, a escola em que a filha estuda busca estreitar as relações entre família e escola, ao qual este corresponde participando, sempre que possível, das atividades proporcionadas pela instituição; o que se evidencia em sua fala:

[...] eles trabalham bastante a parte de trazer a família, todos os eventos que tem, procuram os pais estar, eu procuro sempre estar acompanhando, gincana, dia dos pais, faz eventos junto com os pais, dia das mães. (FAMÍLIA BARBOSA, 2018).

Sobre a relação das famílias com a escola, Nogueira (2006), assinala que no passado as interações entre essas duas instâncias eram bem menos frequentes, mais restritas em sua natureza e, o teor das trocas eram bem mais limitados. A escola era “[...] fechada em si

mesma, não proporcionava aos pais muitas possibilidades de questionar, criticar e intervir nas questões pedagógicas, nem de participar ativamente do cotidiano escolar.” (FIALHO, 2012, p. 59).

No entanto, hodiernamente essa relação apresenta contornos e tendências diferentes. Família e escola intensificam cada vez mais sua relação. Assim, a presença dos pais no ambiente escolar e sua maior participação nas diferentes atividades proporcionadas pela escola tornam-se mais comuns; as formas de contato – tanto formais como informais - entre as duas instâncias se multiplicam e diversificam (NOGUEIRA, 2006).

No cotidiano, os canais de comunicação entre família e escola ampliaram-se, e vão além da típica participação em associações de pais e mestres e em reuniões oficiais com os professores; “[...] hoje há palestras, cursos, jornadas e ‘festas da família’, a agenda escolar do aluno, os bilhetes, os contatos telefônicos, as conversas na entrada e na saída das aulas [...]” (NOGUEIRA, 2006, p. 164), entre outros.

O processo de aproximação das instâncias família e escola, “[...] apoia-se na certeza de que o sucesso escolar depende da participação contínua da família” (FIALHO, 2012, p. 10) na vida escolar dos filhos, sendo impossível precisar a qual instância pertence o principal papel no sucesso escolar dos estudantes, haja vista que “[...] o sucesso da ação pedagógica depende da família e da escola.” (RIEDNER, 2013, p. 145).

Segundo Nogueira (2011, p. 34), o acompanhamento da escolaridade dos filhos pelas famílias, inclui, a ajuda direta nos deveres de casa/tarefas e, ainda, “[...] o reforço da escolarização com atividades complementares rentáveis no mercado escolar”. No entanto, é importante ressaltar que “[...] no interior de cada família, o apoio pedagógico dos pais assume nuances e variações próprias a cada dinâmica familiar”. (FIALHO, 2012, p. 10). A próxima tabela apresenta a atitude das famílias investigadas em relação a realização/ajuda nas tarefas escolares dos filhos.

Tabela 24 – Atitudes dos pais em relação a realização de tarefas.

Atitudes	Quantitativo
Acha que a criança deve se responsabilizar inteiramente por suas tarefas escolares	3
Só interfere quando a criança pede ajuda	1
Acompanha os trabalhos mesmo quando a criança não pede ajuda	2
Se mantém informado de como a criança vai na escola, mas não acompanha todo dia	2
Delega o acompanhamento escolar das tarefas escolares a outras pessoas	-
Outros	-

Organização: Teixeira, 2018.

Como podemos notar, a maioria dos pais indicou que a criança deve se responsabilizar inteiramente por suas tarefas escolares; entretanto, aqui abrimos um parêntesis acerca do termo “inteiramente”, percebemos que as famílias consideram importante que as crianças tenham responsabilidade quanto a realização de suas tarefas, mas não deixam tal empreitada inteiramente a cargo das crianças, como ficou evidente na fala das famílias nas entrevistas.

Quanto a característica de engendrar nas crianças um senso de responsabilidade sobre a realização das tarefas escolares, Lahire (2004, p. 28 *apud* NOGUEIRA, 2011, p. 132) assinala que “[...] quando as famílias exercem um trabalho educativo que prioriza o desenvolvimento de uma ‘autodisciplina’ pelos filhos, as chances de sucesso escolar são otimizadas, pois a escola também [...] valoriza esse ‘espírito de autodisciplina’”, o esforço e a dedicação às tarefas.

Tal premissa, fica evidente na fala do pai da família Márcio Almeida, “[...] e hoje eu tenho visto, para você ser bem sucedido, você tem que ser o motor de você mesmo, que nem na faculdade, na faculdade teu pai não vai estar correndo atrás [...]” (FAMÍLIA ALMEIDA, 2018). De acordo com Nogueira (2011, p. 24), essa é uma característica das famílias mais favorecidas, cuja profissão “[...] implica a manipulação de signos e símbolos, a tomada de decisões e ações mais individualizadas, e tendem a valorizar e a encorajar o desenvolvimento da autonomia na educação dos filhos.”

Além desse aspecto, duas famílias assinalaram acompanhar os trabalhos de casa mesmo quando a criança não pede ajuda; duas famílias indicaram se manter informado de como a criança vai na escola, mas não acompanha todo dia; e uma família indicou só interferir quando a criança pede ajuda. De modo geral, observamos pelas falas das famílias investigadas nas entrevistas, que a maioria dos pais acompanha a atividade de realização das tarefas das crianças, o que fica evidente em suas falas, apresentadas a seguir.

O pai da família Márcio Almeida, afirmou que “[...] acompanhava sim, já fiz tarefa com eles, acompanhava, era mais eu, embora a Suely (esposa) também acompanhasse, mas era mais eu sim [...]”. (FAMÍLIA ALMEIDA, 2018). O pai utilizou a palavra acompanhava [no passado], referindo-se às fases iniciais da escolarização do filho, hoje o filho cursa o 2º ano do ensino médio em outra cidade, portanto, não o auxilia na realização das tarefas. A esse respeito, Nogueira (2011, p. 137), indica que estudos apontam que “[...] o controle da vida escolar, pelos pais, vai se reduzindo conforme a criança avança dos anos iniciais do Ensino Fundamental aos níveis escolares posteriores [...]”.

Os pais das famílias de Ari Oliveira, Cláudio Barbosa, Vando Fonseca e Oswaldo Martins afirmaram que:

[...] acompanho ajudando nas tarefas né, é orientando porque vêm muita coisa [...] então eles vêm até a gente né, e eu já completo com mais alguma coisa se tiver no meu alcance né. A minha esposa é a que mais ajuda, ela que mais pega né, porque eu fico pra fazenda, então ela que mais acompanha, mas época de prova as vezes eu faço questão de pegar pra poder dar uma, uma ajudada, né?. (FAMÍLIA OLIVEIRA, 2018).

Então eu acompanho, mas é mais a minha esposa que faz esse acompanhamento, as tarefas que vem da escola, ajudar eles a desenvolver quando tem dificuldade o que que eles precisam aprender, tá ajudando eles no que é necessário, mas é mais minha esposa que faz esse acompanhamento, mas isso aí é acompanhamento diário junto deles porque vem bastante tarefa. (FAMÍLIA BARBOSA, 2018).

Então, eu procuro acompanhar ao máximo, só que geralmente eu saio 07:00 horas da manhã e volto 19:00 da noite, que a fazenda fica a 30 km daqui, daí eu tenho que ir todo dia, aí mais a critério dela, [...] mas o acompanhamento maior é com a mãe dele. (FAMÍLIA FONSECA, 2018).

Quando eles estavam comigo eles tinham um horário rígido de fazer lição, e nesse horário os dois estavam fazendo lição, eu estava junto para ajudar um pouco né, para tirar dúvidas [...]. (FAMÍLIA MARTINS, 2018).

Desse modo, percebemos a mobilização dos pais no sentido de assegurar a aquisição do capital cultural, propiciado pela escola, com vistas a garantir o sucesso escolar dos herdeiros, tanto presente quanto futuro. Segundo Fialho (2012, p. 11), hodiernamente “[...] escola e família comungam da crença de que a atuação parental é fator essencial e determinante na construção de um destino escolar de sucesso”.

Nessa perspectiva, o sucesso escolar do estudante depende da participação contínua da família na realização das atividades escolares, e dentre elas, o acompanhamento regular do dever de casa, compreendido como “[...] atividade pedagógica planejada e elaborada por professores, destinada ao trabalho intelectual dos alunos fora do período regular de aulas,

tendo em vista o incremento da aprendizagem.” (FRANCO, 2002, p. 26). Segundo Carvalho (2006, p. 96), o dever de casa

[...] figura como prática regular do repertório de atividades que compõem o cotidiano escolar, constituindo um dos principais elos entre a família e a escola. Tal prática pressupõe a existência de dois espaços de socialização - o doméstico e o escolar - exigindo que ambas as instituições assumam uma divisão do trabalho pedagógico. (CARVALHO, 2006, p. 96).

Para Fialho (2012), prevalece o consenso, tanto entre os pais quanto entre os professores, de que as lições de casa constituem uma prática legítima, relevante e necessária para favorecer e assegurar o desempenho de excelência dos estudantes. Nesse sentido, o discurso didático-pedagógico tem destacado a prescrição do dever de casa, bem como o auxílio dos pais como sendo decisivos para o sucesso escolar dos estudantes.

Observamos na fala dos pais das famílias investigadas que o trabalho de acompanhamento da realização das tarefas, geralmente, fica a cargo das mães. Tal fato, encontra eco nos estudos de sociólogos contemporâneos, cujas pesquisas indicam que são as mães que desempenham o papel de ‘professor oculto na família’, assumindo o acompanhamento escolar, investindo tempo e esforços em prol do sucesso escolar (FIALHO, 2012).

Nogueira (1995, p. 18), corrobora com tais estudos ao assinalar que:

No quadro da divisão do trabalho no interior da família, a qual não parece variar segundo o país, é à figura da mãe que incumbe o grosso desse trabalho pedagógico doméstico (Establet, 1987; Duru-Bellat, 1992; Lareau, 1987; Baker e Stevenson, 1986), que se manifesta em atividades concretas como: - ajuda regular nos deveres de casa/tomar as lições - reforço e maximização das aprendizagens escolares: explicam de novo certas aulas; tentam propiciar aplicações diferentes dos saberes obtidos em classe; prolongam através de jogos e brincadeiras os novos conhecimentos adquiridos[...]. (NOGUEIRA, 1995, p. 18).

Assim, no contexto de intensa implicação das famílias em prol da escolarização dos filhos é, sobretudo, à figura materna que incumbe o trabalho de exercer um controle mais sistemático e contínuo das tarefas escolares, entre outras atividades escolares, com vistas a construção de percursos escolares de sucesso.

Os estudos apontam que são os pais oriundos de famílias de classe social elevada que mais se envolvem na escolarização dos filhos. Assim, o envolvimento parental surge

associado ao sucesso escolar, mas em função da classe social (DIOGO, 2010), e resulta da “[...] necessidade que estas famílias têm de desenvolver estratégias que confirmem distinção aos percursos escolares dos descendentes, de modo a evitar a regressão social”. (DIOGO, 2010, p. 86).

Outro dado que pode fornecer elementos para a compreensão do nível de acompanhamento escolar realizado pelos pais das famílias investigadas, é o tipo de interferência realizada quando ajudam os filhos nas tarefas escolares. A seguir a Tabela 25 que mostra em quais circunstâncias os pais interferem nas tarefas escolares dos filhos.

Tabela 25 – Quando ajuda nas tarefas escolares.

Atividades	Quantitativo
Questiona os conteúdos e métodos ensinados sempre que os acha inadequados	1
Complementa com algumas informações os conteúdos ensinados pela escola	4
Ajuda nas tarefas sem questionar o que a escola ensina	1
Se percebe desatualizado em relação aos conteúdos e métodos da escola encontrando dificuldades para ajudar	-
Outros	-

Organização: Teixeira, 2018.

Podemos notar, a partir da tabela 25, que a maioria dos pais interfere na realização das tarefas escolares, buscando complementar com algumas informações os conteúdos ensinados pela escola; ademais, um pai indicou questionar os conteúdos e métodos ensinados sempre que os acha inadequados; e um pai indicou ajudar nas tarefas sem questionar o que a escola ensina.

Nesse sentido, é possível observar que a maioria das famílias investigadas mobilizam os diversos tipos de capital – com destaque ao capital cultural - de que são possuidoras com vistas a assegurar o sucesso escolar dos filhos, complementando ou mesmo criticando os conteúdos escolares transmitidos pela escola; o que expressa uma situação de vantagem no campo educativo, no qual o capital cultural dos pais opera no sentido de assegurar a aquisição e ampliação do capital escolar/cultural por parte dos herdeiros. De acordo com Brandão, Mandelert e Paula (2005), as famílias de elevado capital cultural e escolar são dotadas de um alto nível de informações acerca do sistema escolar, e

[...] em face de seu elevado capital escolar, [...] dotado de recursos críticos, bem acima da média da população brasileira, para monitorar simultaneamente o desempenho dos filhos e dos agentes institucionais que compõem o corpo técnico administrativo dessas escolas. (BRANDÃO; MANDELERT; PAULA, 2005, p. 757).

Para Bourdieu, “[...] o capital cultural constitui [sobretudo, na sua forma incorporada] o elemento da bagagem familiar que teria o maior impacto na definição do destino escolar” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p. 21). Assim, o capital cultural detido pelas famílias tende a influenciar o sucesso da escolarização dos filhos, haja vista que, “[...] é o nível cultural global do grupo familiar que mantém a relação mais estreita com o êxito escolar da criança.” (BOURDIEU, 2008, p. 42).

A forma pela qual as famílias se informam sobre o desempenho escolar dos filhos constitui dado importante sobre a implicação destas no acompanhamento da escolarização da prole. Segue a tabela 26 que revela as principais fontes pelas quais as famílias obtêm informações sobre o desempenho dos filhos.

Tabela 26 – Principal fonte de informação do desempenho do filho.

Fonte	Quantitativo
O boletim escolar	3
Professores do filho	3
O próprio filho	1
Supervisores ou orientadores da escola	2
Colegas	-
Irmãos	-
Reunião de pais	-
Não tem informações	-
Outros	-

Organização: Teixeira, 2018.

Podemos notar, a partir da Tabela anterior, que mais da metade dos pais obtêm informações acerca do desempenho do filho por meio do boletim escolar e, com consulta aos professores dos filhos. Além desses meios, dois pais ainda indicaram obter informações com os supervisores e orientadores da escola; e um pai indicou ser o próprio filho, a fonte de informações.

Segundo Fialho (2012, p. 42), a mobilização dos pais em prol da escolaridade dos filhos pressupõe um trabalho intenso e contínuo de avaliação, regulação e adequação das diferentes estratégias, com vistas a favorecer a obtenção constante do capital escolar por parte dos filhos. Nesse sentido, essa mobilização “[...] apoia-se no conjunto de informações que os

pais detêm sobre o universo escolar e sobre o desempenho acadêmico do filho.” (FIALHO, 2012, P. 42).

Fialho (2012) assinala que essas informações exprimem tanto indicadores internos, como

[...] o perfil e rendimento dos alunos da sala ou da mesma série do filho, notas obtidas em cada avaliação, volume e qualidade das leituras e dos deveres, nível de exigência das provas, entre outros; quanto indicadores externos, como “ranking das escolas, índices de aprovação no vestibular, etc.”; e permitem aos pais acompanhar/monitorar o rendimento tanto dos filhos quanto das práticas da escola. (FIALHO, 2012, p. 42).

Assim, “[...] o estreitamento dos contatos com a escola é [...] uma condição essencial.” (NOGUEIRA, 2011, p. 13) para assegurar o sucesso escolar dos filhos, bem como para prevenir possíveis dificuldades. De acordo com Riedner (2013, p. 57), o sucesso escolar não é medido apenas pelo desempenho dos estudantes, mas por “[...] trajetórias escolares de êxito – que compreendem um percurso sem acidentes como reprovações, e que são frutos de estratégias empreendidas por [...] famílias e escolas, a fim de corroborar a longevidade escolar.”

A tabela a seguir apresenta a trajetória escolar dos filhos das famílias investigadas, no que se refere a incidência de reprovação, recuperação e a utilização de aulas particulares:

Tabela 27 – Trajetória escolar dos filhos.

	Nunca	1 vez	2 vezes	3 ou mais	Sempre
Recuperação	5	-	-	-	-
Reprovação	5	-	-	-	-
Aula particular	4	1	-	-	-

Organização: Teixeira, 2018.

Como podemos notar, em nenhuma das famílias há casos de recuperação ou reprovação, o que dá indícios da mobilização parental em favor da escolarização dos filhos, por meio de estratégias diversas, dentre elas as estratégias de acompanhamento do desempenho e do processo educativo dos filhos, que resultam em trajetórias e percursos escolares sem acidentes/reprovações. Segundo Nogueira (2011, p.146), as famílias mobilizam diferentes estratégias educativas, que configuram:

[...] uma rede de diferentes modalidades de apoio escolar que, engendradas, permitem o favorecimento da escolarização dos filhos, o que é comprovado pela inexistência de reprovação e pela ocorrência [...] de sucesso escolar no grupo.

Quanto a utilização de professores particulares, uma família indicou ter recorrido ao auxílio deste profissional. Segundo o pai, foi necessário contratar o profissional:

[...] ele fez só no final do ano, existiam algumas matérias que ele não estava conseguindo acompanhar [...]. O ritmo do colégio é diferente, ele veio de uma escola mais fraca né, então lá é muito puxado ele não tava acompanhando. (FAMÍLIA OLIVEIRA, 2018).

O recurso às aulas particulares é uma estratégia acionada pelas famílias para prevenir ou reparar dificuldades escolares dos filhos. Para Nogueira (2002, p. 155 *apud* NOGUEIRA, 2011, p. 142), a aula particular é uma estratégia de reparação, que têm o objetivo de “[...] suprir as insuficiências dos resultados escolares dos filhos ou de oferecer a eles trunfos suplementares para enfrentar a competição escolar”. Segundo Oliveira (2016, p. 51),

As famílias, ao proporcionar que seus filhos tenham o auxílio de um professor particular ou de qualquer outro elemento que contribua para a trajetória escolar dos agentes, estão garantindo um maior envolvimento com as questões escolares e a possibilidade de dedicação aos estudos. Dessa forma, as dificuldades de aprendizagem são minimizadas.

Nessa perspectiva, a contratação de professores particulares se configura como uma estratégia desenvolvida pelas famílias com o escopo de assegurar a aquisição e ampliação do capital escolar pelos herdeiros, e, em alguns casos, acionada para complementar o trabalho da escola (OLIVEIRA, 2016). A realização de atividades extraescolares é outra estratégia acionada pelas famílias no campo da escolarização. Segundo Fialho (2012, p. 11), cada vez mais

[...] as famílias investem nas atividades extraescolares e no lazer dos filhos, procurando otimizar seu tempo livre através de atividades que ampliem seu capital cultural e suas chances de êxito escolar. (FIALHO, 2012, p. 11).

A próxima tabela a ser apresentada, demonstra quais são as atividades extraescolares realizadas pelos filhos das famílias investigadas:

Tabela 28 – Realização de atividades extraescolares.

Aspectos relacionados	Família
Língua estrangeira	ALMEIDA / BARBOSA
Musicalização/Instrumento musical	MARTINS / BARBOSA
Esportes	OLIVEIRA / FONSECA / MARTINS
Dança	-
Desenho ou pintura	-
Reforço escolar	-
Apoio psicopedagógico	-
Teatro	-
Outros: Kumon	FONSECA

Organização: Teixeira, 2018.

Como podemos notar, o pai da Família Márcio Almeida indicou que o filho faz aula de língua estrangeira; o pai da Família Ari Oliveira indicou que o filho realiza atividade esportiva; o pai da Família Cláudio Barbosa indicou que a filha faz aula de língua estrangeira e musicalização/instrumento musical, especificou que a filha fez aula de piano durante 2 anos; o pai da família Vando Fonseca indicou que o filho realiza atividade esportiva e Kumon de Português e Matemática; e o pai da Família Oswaldo Martins indicou que o filho realiza atividade esportiva e musicalização/instrumento musical. Das 5 famílias investigadas três possuem filhos realizando mais de uma atividade extraescolar, o que expressa a preocupação das famílias com a utilização do tempo extraescolar dos herdeiros com atividades próprias a ampliar o capital cultural dos filhos, como aulas de Kumon, língua estrangeira e musicalização, aliada à prática de esportes. Segundo Nogueira, as atividades extraescolares tratam-se de “[...] atividades estruturadas e institucionalmente enquadradas das quais se espera auferir dividendos no plano abrangente da socialização do jovem, mas também no plano de suas condutas escolares.” (NOGUEIRA, 1995, p. 20).

Nessa perspectiva, atividades extraescolares como aulas de música, de língua estrangeira e, atividades esportivas, como o futebol, o tênis ou o balé

[...] teriam uma finalidade dupla: por um lado, visam ao desenvolvimento da disciplina e do dinamismo do pensamento e, por outro, contribuem para a construção pessoal dos filhos, possibilitando a eles a aquisição de conhecimentos/habilidades rentáveis no mundo escolar. Além disso, os pais exigem que os filhos tenham responsabilidade ao assumir as atividades, que respeitem horários e que sejam assíduos, aspectos também bastante valorizados pela escola. (NOGUEIRA, 2011, p. 147).

Assim, o tempo livre das crianças passa a ser pensado, programado e, “[...] destinado ao exercício de atividades culturais e esportivas escolarmente rentáveis” (FIALHO, 2012, p.

11), que possam proporcionar aos filhos “[...] as aprendizagens escolares e alargar os benefícios proporcionados pela escolarização.” (NOGUEIRA, 2011, p. 31).

De acordo com Nogueira (2011), as atividades extraescolares cumprem tanto uma função lúdica quanto contribuem para a formação geral e estimulam o desenvolvimento cognitivo e a disciplina nas crianças. São as famílias das classes sociais mais favorecidas que atribuem tal função às atividades extraescolares, que acabam operando como um apoio escolar indireto ao processo de escolarização dos filhos.

Em síntese, podemos compreender que, as famílias investigadas são famílias aquinhoadas em capital econômico e cultural e, utilizam tais recursos na mobilização de um conjunto de estratégias educativas, com vistas a favorecer o processo de escolarização da prole. Dentre as estratégias acionadas, destacamos a escolha da escola como a principal dimensão de mobilização e ação das famílias, haja vista que a busca pela melhor escola requer/demanda toda atenção e mobilização das famílias; outras estratégias são o acompanhamento/monitoramento da vida escolar dos filhos, como forma de assegurar a aquisição do capital cultural/escolar pela prole e garantir sucesso escolar dos herdeiros, a curto e a longo prazo; bem como, a realização de atividades extraescolares.

4.2 Famílias do agronegócio e reprodução social: primeiras aproximações

As estratégias de reprodução social empreendidas pelas famílias são a principal condição de acumulação e transmissão dos privilégios culturais, econômicos, sociais e simbólicos de que são detentoras. Segundo Bourdieu (2008, p. 131),

[...] a família tem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução [...]. Ela é um dos lugares por excelência de acumulação de capital sob seus diferentes tipos e de sua transmissão entre as gerações; ela resguarda sua unidade pela transmissão e para a transmissão, para poder transmitir e porque ela pode transmitir.

Tendo em vista que as famílias se encontram distribuídas no espaço social em função da posse dos diferentes tipos de capital, seu capital global - cuja distribuição estrutura o espaço social e as aloca em posições organizadas de forma relacional e hierárquica – “[...] as diferentes frações mantêm um controle bastante desigual das condições de sua reprodução social.” (BOURDIEU, 2007, p. 112).

De acordo com Bourdieu (2007), as estratégias de reprodução como um conjunto de práticas, pelas quais os indivíduos e as famílias tendem, inconsciente e conscientemente, a conservar ou aumentar seu patrimônio e, correlativamente, a manter ou melhorar sua posição na estrutura das relações de classe; constituem um sistema que é produto do *habitus*, estruturado pelos diferentes capitais das famílias, princípio gerador e unificador das práticas.

Nesse sentido, Bourdieu (2007, p. 122) elucida que “[...] as estratégias dependem, em primeiro lugar, do volume e estrutura do capital a ser reproduzido, ou seja, do volume atual e potencial” dos diferentes capitais das famílias, assim como de seu peso relativo na estrutura patrimonial. Desse modo, as estratégias de reprodução “[...] constituem um sistema e dependem do estado do sistema dos instrumentos de reprodução, assim como do estado - volume e estrutura - do capital a ser reproduzido.”

As frações mais ricas e capital econômico e em capital cultural apresentam maior domínio do sistema de estratégias de reprodução social passíveis de serem acionados nos diferentes campos sociais, enquanto, as frações menos providas desses dois tipos de capital, teriam suas possibilidades de ação estratégicas reduzidas. Assim, a reprodução social encontra-se diretamente vinculada a relações de poder material e simbólico entre as diferentes classes sociais.

O capital cultural e o capital econômico são dois princípios de poder que facultam às famílias possibilidades distintas de compreensão e atuação nos jogos que se jogam nos diferentes campos sociais, daquilo que está em jogo, de organização e utilização dos diferentes recursos, e mobilização de seus capitais como trunfos nos jogos sociais para obter maiores rendimentos nos diferentes campos ou mercados (BOURDIEU, 2015).

Como podemos observar, as famílias investigadas neste estudo são famílias ricas em capital econômico e simbólico, expresso pela posse de propriedades rurais de grande e médio porte, pela posse de imóveis e bens materiais diversos, e pela posse de mais de um negócio [empresa], além daqueles ligados à agropecuária. Além disso, as famílias apresentam um elevado capital cultural, expresso nos títulos escolares detidos pelos pais das famílias; todos possuem curso de graduação, alguns pais possuem duas graduações, e dois pais possuem pós-graduação; bem como pela posse de um capital informacional determinante nas estratégias de escolarização dos filhos.

São famílias privilegiadas do ponto de vista econômico, cultural, social e simbólico, que utilizam e mobilizam seus recursos com vistas a assegurar sua reprodução,

principalmente, por meio da escola, como fica evidente pelas falas dos pais, quando indagados sobre a importância da escola na reprodução social da família.

Família Márcio Almeida

[...] mas eu diria que é fundamental né, assim cultura, conhecimento é libertador né, é de novo, eu diria assim que eu quero meus filhos pessoas de bem e muito bem formadas, mas mais importante é ser de bem, e muito bem formadas, eu tenho a impressão que eles tem condições de singrar os mares, então por exemplo a frequência do Bionatus [...] elas foram expostas a uma formação muito superior à aqui, então você percebe até pelo material de discussão, as conversas que começaram a surgir na mesa que antes não existiam começou a ter, [...] mas foi uma coisa enriquecedora [...]. A gente percebe no extrato social, que é uma escola né, que a elite do estado [...] mas a escola lá não deixou de abrir caminhos, já sabe que há pessoas muito ricas, há pessoas nem tanto, lá também é uma miscelânea de pessoas, então, eles, acho que eles estão muito à vontade, é o que eu posso oferecer para os meus filhos é a formação de casa e cultura, inclusive formal, e agora com eles, se eu vou deixar ou deixar alguma coisa, não é minha preocupação, vamo trabalhar, aí eles que vão correr atrás, se tiverem juntos claro, seria uma alegria para um pai. (FAMÍLIA ALMEIDA, 2018).

Família Ari Oliveira

Ah toda, né? a escolaridade, a profissão que ele vai escolher vai dar perpetuação da, da continuação do que a gente tá fazendo né, o ensino [...] a minha filha por exemplo faz veterinária e ele também quer seguir esse caminho do agronegócio. (FAMÍLIA OLIVEIRA, 2018).

Família Cláudio Barbosa

Tem, educação hoje é tudo né, tudo que você vai fazer hoje você precisa ter conhecimento e isso aí vem através da educação que começa já desde criança, ter o conhecimento de como aprender mesmo realmente, ter a colocação ter uma vida digna de ter, porque o dinheiro é bom, mas ele vem através de educação, você é tem que ter conhecimento, conhecimento ele traz, é uma consequência do que você aprende, do que você segue a sua carreira, uma carreira digna de trabalho. (FAMÍLIA BARBOSA, 2018).

Família Vando Fonseca

[...] eu acho que a educação ela dá uma base muito boa, deixa a pessoa bem preparada, mas tem que ter, ele não é tudo, tem que ter uma, vai um pouco da criação do ensinamento também, vai da família [...] então tem que ter esse concílio, hoje em dia, no meu ponto de vista, a gente tá dependendo cada vez mais do estudo né, porque antigamente você conseguia fazer uma vida com suor, agora hoje em dia tá muito mais concorrido, você tem que ter embasamento melhor hoje em dia [...]. (FAMÍLIA FONSECA, 2018).

Família Oswaldo Martins

Eu acho que ela é básica né, eu acho que ela é uma ferramenta básica né, porque se você não tiver uma formação, uma capacidade de raciocínio, de planejamento, então você não vai conseguir nada, você vai ser levado pelo desejo né, você vai fazer da sua vida um maremoto de desejos né, [...] e eu acho que a escola te dá a sequência do raciocínio, dá assim, eu falo os problemas de matemática nada mais são do que aprender a raciocinar né, aprender a ter uma sequência, uma lógica de pontos né, fase um, fase dois, fase três, assim por diante, eu acho que essa é uma base, que pelo menos para mim funcionou muito né, eu acho que quando a gente é moço a gente o lado emocional mais forte, e depois com o tempo essa lógica ela começa a prevalecer, você consegue dar o tempo ao tempo, e tudo isso eu acho que vem dessa capacidade de raciocínio que você vai aprender na escola. (FAMÍLIA MARTINS, 2018).

Como foi possível perceber, todas as famílias atribuíram à escolarização papel fundamental na reprodução social. Para as famílias, a escolarização é essencial nos dias de hoje, tanto para propiciar aprendizagens e conhecimentos culturais, essenciais para ampliação das possibilidades e dos horizontes de ação e trânsito social e profissional dos herdeiros, quanto pela aquisição de um capital cultural institucionalizado, que no futuro poderá assegurar a posição social da família, por meio de uma profissão correlata aos negócios das famílias, e, que consequentemente, garantirá a manutenção ou ampliação dos ganhos econômicos. Quando à importância dada pelas famílias ao processo de escolarização, Adrião (2014, p. 39) elucida que,

A importância de cada um dos lados da relação família/escola na criação/recriação dos agentes sociais está ligada ao tipo de organização econômica das diferentes formações sociais em momentos específicos de tempo. A escola torna-se predominante à medida, em que o espaço de produção cresce e torna-se mais complexo. O trabalho necessário para a formação das pessoas capazes de responder às exigências do espaço de produção demanda por intensificação das atividades formadoras em uma instância que a família dificilmente poderá alcançar, delegando às escolas este papel. (ADRIÃO, 2014, P. 39).

O contexto econômico, social e político, contemporâneo, caracterizado pela “globalização da economia”; pela massificação escolar; pela formação de um mercado escolar; bem como a “elevação geral dos níveis de instrução”; acirrou a competitividade e “acarretou incertezas e riscos face ao mercado de trabalho, notadamente a instabilidade e vulnerabilidade da oferta de emprego qualificado” (NOGUEIRA, 2010, p. 218-219),

sobrepunhando o valor e a importância da escolarização e do capital escolar como forma de diminuir os riscos e incertezas.

Em função deste contexto, ocorre, nos dias de hoje, um “[...] acirramento da concorrência escolar e da exigência contemporânea de um percurso escolar cada vez mais longo.” (NOGUEIRA, 2010, p. 218). Esta competitividade e, a consequente importância atribuída à educação hodiernamente, é percebida, sentida e incorporada pelas famílias investigadas.

Embora não dependam tanto do capital escolar para assegurar sua reprodução social, haja vista que são famílias que possuem quantidade e volume de capital econômico [e, portanto tenderiam a adotar as estratégias de reprodução das frações ricas em capital econômico, estratégias estas que prescindem dos veredictos escolares], supomos que por estarem inseridas no contexto social, econômico e político atual, acabam incorporando as estruturas do espaço social e os esquemas de percepção e apreciação inerentes a atual conjuntura, que então fornecem elementos à leitura e compreensão da realidade do mundo social.

Para Bourdieu (2007, p. 114), é o “[...] volume da espécie de capital que é dominante” na estrutura patrimonial das famílias – capital econômico, capital cultural – que fornecerá a base para as estratégias acionadas nos diferentes campos sociais, dentre eles o campo da educação, com vistas a sua reprodução social. Assim, quanto “[...] mais importante for seu capital cultural e quanto maior for o peso relativo de seu capital cultural em relação a seu capital econômico”, mais as famílias investirão na escolarização dos filhos; sendo válido também o oposto, no caso do capital econômico.

Segundo Bourdieu (2007), as frações mais ricas em capital cultural tendem a investir mais na educação de sua prole e, ao mesmo tempo, em práticas culturais próprias a manter e aumentar sua raridade específica. Já as frações mais ricas em capital econômico priorizam os investimentos econômicos ao invés de investimentos culturais e educativos, o que exprime a transferência de preocupação semelhante, pelo investimento racional tanto no plano econômico, como no plano educacional.

Embora as famílias investigadas detenham um elevado volume de capital econômico, superior ao volume do capital cultural – caracterizado, principalmente, pelo capital cultural institucionalizado e pelo capital informacional, e não tanto por práticas culturais distintivas relacionadas com a alta cultura ou cultura legitimada – observamos que apresentam uma forte

orquestração na escolarização dos filhos e uma crença na escola como propiciadora da reprodução social da família.

Tal fato, nos leva a pensar no peso relativo dos capitais cultural e econômico no patrimônio das famílias, e supor que o capital cultural tenha maior importância e, conseqüentemente, um peso maior em relação ao capital econômico, delineando, portanto, as estratégias acionadas na reprodução social das famílias.

As famílias são corpos [...] animados por uma [...] tendência a perpetuar seu ser social, com todos seus poderes e privilégios, que é a base das estratégias de reprodução, estratégias de fecundidade, estratégias matrimoniais, estratégias de herança, estratégias econômicas e, por fim, estratégias educativas. Elas investem mais na educação escolar [...] quanto mais importante for seu capital cultural e quanto maior for o peso relativo de seu capital cultural em relação a seu capital econômico [...]. (BOURDIEU, 2008, p. 35-36).

Todas as famílias assinalam a importância da aquisição de conhecimentos e de cultura geral e escolar, por meio da instituição de ensino, como principal meio de aquisição/acumulação de capital cultural. Segundo Bourdieu (2015, p. 61), “[...] é uma cultura aristocrática e sobretudo uma relação aristocrática com essa cultura, que o sistema de ensino transmite e exige”. Assim, as classes privilegiadas atribuem à instituição escolar a tarefa de perpetuar e transmitir o conteúdo da cultura, entendida no sentido subjetivo da cultura objetiva interiorizada, o saber.

A importância da aquisição de capital cultural é atribuída tanto pela possibilidade de ampliação do conhecimento, do saber culto, do saber escolar, quanto por propiciar um título, e um conjunto de conhecimentos específicos que auxiliará os herdeiros na manutenção/ampliação da riqueza econômica, cultural e social das famílias; assegurar a posição social. Esta mobilização parental em favor da escolarização dos filhos, com vistas a assegurar a reprodução social da família, fica evidente no processo de escolha da escola pelas famílias, como estratégia acionada no campo da educação.

As famílias investigadas realizam uma busca pela melhor instituição escolar para seus filhos, nesse sentido, empreendem esforços como a busca de uma rede de informações sobre as instituições de ensino, como referências de amigos/conhecidos, consulta aos *rankings* de melhores escolas e aos *ranking* do Enem, pesquisa na internet, pesquisa em meios de divulgação diversos, entre outros; visitas às escolas, em alguns casos a mais de uma

instituição, com o intento de conhecer coordenadores, professores e o ambiente escolar (clima escolar) e estrutura física das escolas; entre outras questões.

Os critérios assinalados na escolha do estabelecimento de ensino pelas famílias são o “ensino sólido”, a qualidade da instituição, o posicionamento nos *rankings*, índice de aprovação no vestibular, boas referências, o método de ensino, a disciplina, boa formação cultural, equilibrar exigência escolar e formação de caráter, oferecer boas relações sociais, jornada de trabalho mais prolongada, aprendizado de outra língua, se responsabilizar pelas dificuldades dos alunos.

Segundo Ball (1995, p. 197), a escolha do estabelecimento de ensino se configura como uma estratégia de classe que tem como um de seus principais efeitos a reprodução de “[...] vantagens e desvantagens ligadas à classe social”. Nesse sentido, a posse de capital informacional, ou seja, de uma rede de informações sobre o campo escolar, sobre o sistema escolar e sobre a hierarquia dos estabelecimentos de ensino, engendram vantagens na escolha do estabelecimento de ensino pelas famílias.

Notamos, que o elevado capital cultural e informacional detido pelas famílias investigadas, proporcionam a estas um senso do jogo, no âmbito da educação - uma maior compreensão do campo escolar, suas regras, suas leis e seu funcionamento, daquilo que está em jogo nele - que lhes permite realizar os melhores investimentos, tanto de seu capital cultural quanto de seu capital econômico, com vistas a obter os melhores rendimentos, ganhos e lucros de suas ações/estratégias.

Segundo Bourdieu (2008, p. 42), este senso do jogo que se joga no campo educacional é cada vez mais necessário, à medida que as instituições de ensino se multiplicam e diversificam. Assim, aqueles que apresentam a capacidade de prever os movimentos da bolsa de valores escolar “[...] podem se beneficiar [...] de uma informação sobre os circuitos de formação e seu rendimento diferenciado, atual e virtual, podem alocar melhor seus investimentos escolares e obter o melhor lucro de seu capital cultural.”

Um aspecto destacado por uma das famílias investigadas sobre o estabelecimento de ensino em que o filho estuda, foi quanto aos estudantes que estudam na escola. Segundo o pai Márcio Almeida, são estudantes de um extrato social elevado, “a elite do Estado”; apontamento que mostra a relevância do capital social, ou seja, das possíveis redes de relações que poderão ser formadas e utilizadas como recursos atuais e potenciais, que engendrarão benefícios em favor dos seus filhos. Além da estratégia de escolha do estabelecimento de

ensino, as famílias empreendem outras estratégias a fim de assegurar a reprodução dos seus capitais – reprodução social, dentre elas estão o acompanhamento e monitoramento da vida escolar da prole e a realização de atividades extraescolares.

Observamos que as famílias investigadas acompanham a vida escolar dos filhos, por meio do monitoramento das notas, acompanhamento do desempenho escolar [fontes são o boletim escolar; conversa com professores, coordenadores e diretores], auxílio na realização das tarefas escolares, contratação de professores particulares em caso de dificuldades no aprendizado escolar, entre outros. As crianças também realizam atividades extraescolares como prática de esporte, curso de línguas, Kumon, aulas de musicalização/instrumento musical.

No entanto, observamos que a mobilização (estratégias educativas e reprodução social) das famílias investigadas se distanciam da postura da classe média, que emprega esforços intensos e sistemáticos na escolarização da prole, exercendo um maior controle, acompanhamento, racionalização e planificação da experiência cultural da criança, haja vista que para esta classe social “[...] a escola está fortemente integrada numa estratégia de reprodução social” (DUBET; MARTUCCELLI, 1996, p. 119 *apud* NOGUEIRA, 2010, p. 219). Isto porque não dependem tanto dos vereditos escolares para assegurar sua posição social.

Distanciam-se também, das classes superiores ricas em capital econômico, que apresentam maior propensão a investir em estratégias propriamente econômicas e sociais para assegurar sua reprodução social. Estudos (NOGUEIRA, 2002; NOGUEIRA, 2004; GRUN, 2002) identificaram que estas famílias não acreditam no valor do diploma, não acreditam que o capital escolar possa assegurar a manutenção da sua posição no espaço social. Portanto, suas estratégias se traduzem pela inserção dos filhos, desde muito cedo, nos negócios da família, bem como a aquisição e gestão do negócio próprio. Ademais, as instituições de ensino são escolhidas pelas famílias mais por seu valor social do que pela qualidade do ensino.

Nesse sentido, observamos que as famílias investigadas aproximam-se mais das classes superiores, ricas em capital cultural, que tendem a investir a acreditar mais nas estratégias educativas para assegurar ou subverter sua posição social. Estudos como de (BRANDÃO; LELLIS, 2003; PINÇON; PINÇON-CHARLOT, 2002), apontam que os membros desta classe, propiciam um ambiente de acumulação transmissão dos capitais da família aos herdeiros, bem como orientam suas escolhas no campo educacional a instituições de ensino de excelência, que estejam aptas a consolidar a apropriação do patrimônio familiar

pelos filhos. Além disso, estas famílias investem em cursos extraescolares e organizam o tempo de seus filhos com atividades, que aumentarão sua cultura, tanto escolar como livre, como instrumentos de conhecimento e distinção.

Salvo alguns elementos como a constituição de um ambiente propício a transmissão dos capitais das famílias (o que não pôde ser observado com as entrevistas e aplicação do questionário); e a organização do tempo livre com atividades próprias a aumentar sua distinção – ao passo que as crianças realizam atividades extraescolares, no entanto, não ficou evidente como fundamento o caráter distintivo destas; consideramos que as estratégias de reprodução das famílias investigadas aproximam-se mais das estratégias acionadas pelas classes superiores ricas em capital cultural.

Acerca da existência de estratégias e do desejo de que os filhos sigam a carreira/ramo de negócios da família, as famílias indicaram:

Família Márcio Almeida

Não, não há desejo [...] nesse aspecto meus pais foram muito tranquilos, agora, eles acabaram até tendo negócios posteriores, mas nunca tiveram a preocupação que a gente seguisse os passos deles, eu acho isso um aspecto muito interessante[...]. Então não tenho pretensão que eles sigam os nossos negócios, não há nenhuma ação deliberada [...] eu dificilmente levo meus filhos pros nossos negócios, [...] mas eu sempre fui conservador, ou simplesmente quis o espaço de trabalho o espaço de trabalho, Meu pai era assim, espaço de trabalho é trabalho, havia uma separação [...]. o que eu percebo agora [...] a mariana vai ser arquiteta [...] Carolina tá em definições, falou em administração [...] O Gabriel já manifesta, esse sim, de fazenda, agronomia, [...] eu tô deixando eles a vontade, [...] eu só gostaria que esse processo fosse muito leve. Eu vim trabalhar na empresa da família, assim eu tinha minha vida acadêmica, eu estava fazendo mestrado, terminei, eu estava já, já tinha me preparado para o doutorado, [...] houve esse projeto da Fazenda São Carlos, meu pai me contratou, mas foi sempre uma relação muito profissional com relação a isso, acabou que com o tempo né, eu fui assumindo os negócios aqui no Mato Grosso do Sul, e hoje a gente tá a frente disso, então é foi algo que foi acontecendo né, então, não existe uma estratégia deliberada de formá-los não, respondendo, [...] talvez eu pudesse convidá-los, embora eles ainda estão com 18, 19 anos, mariana tá com 19, ainda tá um pouco cedo talvez, mas é, convidá-los mais pra frente assim, querem acompanhar?, querem sentir? [...]. (FAMÍLIA ALMEIDA, 2018).

Família Ari Oliveira

Há, acho que foi o convívio que ele teve né, ele até nem tanto, mas a minha filha, até quando ela foi fazer vestibular o Enem, eu falei você não quer mudar de opinião né, você não quer pensar em outro tipo de coisa e ela falou assim não, eu quero fazer, ela entrou com 17 anos, né? eu quero fazer veterinária, falei se você quiser mudar, não é porque a gente tá nesse ramo

que você tem que fazer né, aí ela disse que queria fazer, ele eu já não sei muito sabe, talvez ele, ele é muito criança ainda, mas ela desde novinha queria, queria porque foi criada no convívio da fazenda né, junto, então acostumou. (FAMÍLIA OLIVEIRA, 2018).

Família Cláudio Barbosa

Olha, não seria a prioridade principal minha não, não seria minha prioridade, seguir o negócio da família, gostaria de deixar ela, ver realmente o perfil dela, pra ver se consegue tocar, pode ser que o perfil que ela tenha não consiga desenvolver a atividade familiar, vamos esperar mais um pouco e ver a aptidão dela pra saber qual que é o perfil que ela pode desenvolver, prefiro trabalhar planejado, saber o perfil, que que ela... fazer preparação curso de aptidão pra ver o que que ela conseguiria desenvolver melhor, fica mais fácil da pessoa trabalhar. (FAMÍLIA BARBOSA, 2018).

Família Vando Fonseca

Quanto aos negócios da família, querer a gente sempre quer que ele esteja junto da gente né, mas é uma escolha que vai ter que ser feita por ele né, se ele gostar ou não, [...] Olha estratégia não sei, não digo, mais o convívio né, que nem nas férias, sempre que ele pode ele tá junto comigo, a vontade dele é sempre ir pra fazenda, aí acho que o natural quando vai seguindo esse rumo, naturalmente quando ele crescer acredito que a vontade dele seja essa né, mas se não for também não terá problema né. (FAMÍLIA FONSECA, 2018).

Família Oswaldo Martins

Olha, eu até gostaria né, eu acho que a única estratégia que existe, na minha opinião, para que a pessoa, vamos dizer assim, ela acabe, vamos dizer assim se dedicando ao trabalho que você já faz né, é convivência com ele, então é, o que eu vejo com meus filhos mais velhos, eles não tem convivência com meu dia-a-dia, então eles não tem vontade nenhuma de tocar isso [...] nem na infância, eles não tiveram esse contato, porque eram outras realidades, outros momentos né, e que agora os menores, são muito pequenos ainda né, mas de repente acabam tendo uma convivência. (FAMÍLIA MARTINS, 2018).

Como podemos notar em três famílias (FAMÍLIA OLIVEIRA; FAMÍLIA FONSECA; FAMÍLIA MARTINS, 2018), ou seja, a maioria das famílias, indicaram que gostariam que seus filhos dessem prosseguimento/seguissem no ramo/carreira dos negócios da família. A Família de Márcio Almeida, indicou não manifestar o desejo, no entanto, é preciso relativizar tal afirmação, pois logo ao final da entrevista, o pai expressa a possibilidade de convidar os filhos para trabalhar nos negócios da família no futuro. Já o pai Família Cláudio Barbosa,

indicou não ser a prioridade, haja vista que para ele é importante conhecer o perfil da filha, pois pode ser que ela não o tenha para desenvolver as atividades da família.

Alguns aspectos relevantes, presentes na fala dos pais, são: a afirmação de que ainda é “muito cedo”, ainda são “muito pequenos”, são “muito jovens”, para se pensar sobre a sucessão nos negócios da família por parte dos filhos; o fato de que as famílias queiram deixar os filhos livres para escolher se querem seguir na área de atuação da famílias; a inexistência de uma estratégia “deliberada” para que os filhos sigam no comando dos negócios da família, no entanto, alguns pais afirmam que o convívio na fazenda, as idas à fazenda, geram um sentimento de pertencimento e despertam o interesse e a vontade dos filhos de seguir na atividade familiar.

Destacamos que a idade dos filhos das famílias investigadas são 7 anos, 9 anos, duas crianças têm 10 anos, e o mais velho do grupo tem 16 anos. Há uma concordância dos pais em relação a ainda ser muito cedo para pensar na sucessão dos negócios da família, o que sugere que atualmente os pais não têm esta preocupação. No entanto, supomos que esta é uma preocupação que, certamente, virá no decorrer do tempo, no futuro, haja vista que,

[...] a tendência da família a se perpetuar [...] a perpetuar sua existência assegurando sua integração, e inseparável da tendência de perpetuar a integridade de seu patrimônio, sempre ameaçado pela dilapidação ou pela dispersão. (BOURDIEU, 2008, p. 132).

Bourdieu (2008), elucida que as famílias são corpos animados por uma tendência a perpetuar seu ser social com todos os seus poderes e privilégios, e empreendem estratégias de reprodução nesse sentido. Como observamos, as estratégias educativas acionadas pelas famílias têm esse caráter de assegurar a reprodução do capital cultural e econômico das famílias, assim, consideramos que existem estratégias que visam a produzir agentes/herdeiros aptos a herdar a herança da família, que se relacionam diretamente com a questão da sucessão nos negócios.

Tais estratégias encontram-se de tal modo interiorizadas pelos pais das famílias, a ponto de engendrarem neles a percepção de inexistência, bem como a aparência de naturalidade às ações postas em prática no campo escolar; no entanto, elas existem e são acionadas. Compreendemos, portanto, a existência de uma racionalidade e uma consciência, embora disfarçada de inconsciência, fruto da interiorização do jogo e das regras do jogo, da *illusio*, que estão presentes nas ações empreendidas no campo escolar, e que tem por objetivo

assegurar a maior rentabilidade de seus investimentos, bem como melhorar e/ou subverter a posição na família no campo.

Outro aspecto relevante da fala dos pais, foi que estes querem deixar os filhos livres para fazerem suas escolhas, inclusive, o pai Claudio Barbosa citou a questão da importância do perfil da filha como definidor da capacidade de desenvolvimento dos negócios da família. O pai da Família Márcio Almeida, afirmou ter sido esta a postura de seus pais, e, portanto, faz o mesmo com seus filhos. Acerca de sua trajetória, este pai indicou que se dedicou à música durante certo período, depois de um período resolveu fazer graduação, entrou no Curso de Arquitetura da UFRJ, após um tempo largou o curso e, realizou a graduação em Agronomia, e fez Mestrado na área. Atualmente, está inserido nos negócios da família. Nesse ínterim, Bourdieu (2007, p. 104), pondera que

[...] a determinado volume de capital herdado corresponde um feixe de trajetórias praticamente equiprováveis que levam a posições praticamente equivalentes trata-se do campo dos possíveis oferecido objetivamente a determinado agente.

Assim, o caminho ou as escolhas feitas pelos filhos, constituem um universo de possibilidades que os conduzirão a posições correlativas na estrutura do espaço social. Seria esse o motivo da aparente liberdade dada aos filhos pelos pais das famílias investigadas? Consideramos que sim, visto que as famílias trazem, inconscientemente, até porque já incorporaram no habitus, forte sentimento de que as estratégias empreendidas no sentido de assegurar a reprodução social da família lograrão êxito em algum sentido, pois mobilizam-se agora para que os herdeiros sejam capazes de receber/manter a herança, ou seja, para produzir ao menos um sucessor dentre os demais filhos, que mais cedo ou mais tarde será incorporado aos negócios da família.

Outro aspecto relevante é o fato de que os pais dizem não haver uma estratégia deliberada, mas afirmam que o convívio dos filhos na fazenda desperta o interesse e a vontade dos filhos de atuar/seguir no ramo de negócios da família. O pai da família Vando Fonseca disse não ter estratégia, mas o convívio na fazenda ajuda a despertar o interesse; o pai da família Oswaldo Martins afirmou que não possui uma estratégia, mas a convivência auxiliaria; o pai da Família Ari Oliveira, afirmou que devido ao convívio na fazenda, a filha mais velha já demonstrou querer seguir nos negócios da família, a filha escolheu fazer faculdade de medicina veterinária.

Tal consideração dos pais fica evidente na fala do filho da Família Márcio Almeida, o mais velho do grupo entrevistado (16 anos). Segundo ele,

[...] meus pais são engenheiros agrônomos, [...] desde pequeno eu visito a fazenda do meu vô né, e é um lugar que eu tipo, meu lugar preferido pra passar meu tempo livre, onde eu gosto de estar, e isso que eu quero pra minha vida [...] e meu pai e minha mãe me ensinaram muitas coisas tipo que, do ramo da agronomia e eu acabei gostando e eu acho que isso que vou fazer pro meu futuro. (FAMÍLIA ALMEIDA, 2018).

De acordo com Bourdieu (2015), há uma relação dialética entre as estruturas objetivas e as estruturas subjetivas dos agentes sociais, que se exprime em um movimento de incorporação e exteriorização ao longo de sua trajetória, por meio do *habitus*, de um conjunto de “[...] disposições duráveis ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados” (WACQUANT, 2007, p. 66), que leva os agentes sociais a orientar suas escolhas e seu gosto a determinadas práticas.

Desse modo, o *habitus* é o produto da incorporação da estrutura do espaço social tal como ela se impõe ao agente, por meio da experiência de uma determinada posição no espaço social, e engendrará o princípio de práticas ajustadas as regularidades inerentes a essa condição (BOURDIEU, 2007).

Nessa perspectiva, consideramos que a aproximação dos filhos ao ambiente da fazenda, em alguns casos desde a infância, bem como às atividades ligadas ao campo, por parte dos pais, engendra nos filhos as disposições e, o gosto, o interesse pela área/ramo de atividade econômica exercida pela família. O hábito produz o *habitus*. Logo, para Bourdieu (2015, p. 94),

[...] as disposições constitutivas do *habitus* que estão duravelmente inculcadas pelas condições objetivas e por uma ação pedagógica tendencialmente ajustadas a essas condições tendem a engendrar [...] práticas que são objetivamente compatíveis com essas condições e previamente adaptadas às suas exigências objetivas [...].

Portanto, há uma correlação forte entre as condições objetivas de existência, as práticas sociais e as disposições dos agentes sociais. Aqui destacamos a fala do pai da família Vando Fonseca, que afirma que devido a convivência com ele na fazenda, e nas atividades relacionadas a fazenda, o filho vai “naturalmente” se interessar e querer seguir.

[...] meu filho por exemplo, ele, vou todo dia na fazenda né, tô lá, [...] ele vai nas férias comigo todo dia, ele tá em casa comigo, eu tô ali, lógico ele vai brincar, mas ele tá me vendo o dia que eu vou ali carpir alguma coisinha,

arrancar o matinho da horta, é espontâneo dele ir lá e perguntar pai posso te ajudar [...]. (FAMÍLIA FONSECA, 2018).

Olha estratégia não sei, não digo mais o convívio né, que nem nas férias, sempre que ele pode ele tá junto comigo, a vontade dele é sempre ir pra fazenda, aí acho que o natural quando vai seguindo esse rumo, naturalmente quando ele crescer acredito que a vontade dele seja essa, né? (FAMÍLIA FONSECA, 2018).

Observamos, desse modo, que embora na fala dos pais não haja uma estratégia conscientemente acionada, mas podemos pensar que já interiorizada pelo jogo social, o pai tem o conhecimento de que a aproximação do filho à fazenda, e às atividades relacionadas e ela, engendrarão neste as disposições para gostar e, ter o interesse pelos negócios da família, e de uma possível atuação neste.

A esse respeito Bourdieu (2007, p. 104) elucida que “[...] a homogeneidade das disposições associadas a uma posição e seu ajuste, aparentemente miraculoso, às exigências inscritas na posição”, são produto dos mecanismos que fornecem orientação para tais posições, ou seja do *habitus*; cujos agentes se acham de antemão ajustados, por se sentirem feitos para determinados cargos/atividades como se estes estivessem sido feito para eles; o que explica a construção da “vocação”, que nada mais é do que as disposições e tendências constituída por meio do *habitus* do agente; e que o orientará em suas escolhas profissionais, entre outras.

Em síntese, compreendemos que as famílias investigadas acionam estratégias diversas como forma de assegurar sua reprodução social. Estas encontram-se de tal modo interiorizadas, sob a forma do *habitus*, que as ações postas em prática nos diversos campos sociais são tidas como naturais, não há uma percepção do sentido da prática como uma estratégia, haja vista já incorporada e inconsciente. Nesse sentido, observamos uma maior mobilização das famílias no campo educacional, que visa assegurar a apropriação e ampliação do capital cultural dos herdeiros, essencial para que estes possam reproduzir e ampliar os capitais cultural, econômico, social e simbólico de que as famílias são detentoras. O que nos leva a considerar, que embora o volume de capital econômico das famílias seja preponderante em relação ao capital cultural, é o capital cultural que possui maior peso na estrutura patrimonial das famílias, orientando as estratégias acionadas nos diferentes campos com vistas a assegurar sua reprodução social.

Ademais, destacamos a estratégia de engendrar nos filhos a disposição, o gosto pelos negócios/ramo/área de atuação da família, por meio da aproximação dos herdeiros ao ambiente da fazenda, do campo; bem como de atividades ligadas ao campo. Tal aproximação, não é vista pelos pais como uma estratégia, no entanto, estes percebem que ao trazer os filhos para o convívio do campo e das atividades desenvolvidas nas fazendas, engendram nestes o interesse e o gosto pelos negócios da família, o que, inclusive, pode orientar as escolhas futuras dos herdeiros para áreas de formação correlatas ao ramo de atividade da família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de iniciar a exposição das considerações “finais” deste relatório de dissertação, gostaríamos de deixar claro que estas nada tem de final, produzimos após a investigação, algumas aproximações, que captam um movimento das estratégias das famílias do agronegócio no Mato Grosso do Sul.

Tendo em vista o exposto, nos propomos a aqui apresentar as aproximações, percepções, observações e interpretações que construímos, a partir das informações produzidas e tendo como suporte o referencial teórico adotado e seus interlocutores; com o intento de propiciar algumas considerações gerais sobre a pesquisa para a construção de uma compreensão relacional de tudo o que foi exposto.

Na dissertação tivemos por objetivo identificar e analisar as estratégias de escolarização acionadas pelas famílias de grupos do agronegócio de Mato Grosso do Sul, para assegurar a reprodução dos capitais sociais, econômicos, culturais e escolares, bem como sua reprodução social, a fim de explicitar como se constitui as distinções destes grupos e, consequentemente, a produção das desigualdades sociais.

Para tanto, buscamos compreender como essas famílias se constituem em termos de capitais econômico, cultural, social e simbólico; os valores, expectativas e sentidos da escolarização e seu papel na reprodução social das famílias; e por fim identificar as estratégias acionadas no campo da escolarização.

Inicialmente, é importante destacar que as famílias investigadas fazem parte de uma fração de classe que apresenta relevância no contexto social e econômico do Estado de Mato Grosso do Sul, pois fazem parte das frações ligadas ao agronegócio, detentora de terras, de capitais e privilégios econômicos, sociais, culturais e simbólicos.

A classe dos proprietários rurais, figura desde o processo de ocupação e povoamento do Estado como uma fração social distinta, cuja posse de grandes propriedades rurais (latifúndios) lhes assegurava poder econômico, social, simbólico e político. Ainda hoje, no contexto de valorização do agronegócio – setor responsável por um terço do PIB brasileiro – e das diversas atividades que o compõem, os agentes sociais vinculados a ele, permanecem como um grupo detentor de privilégios e vantagens sociais, cuja relevância social, força e poder, bem como os mecanismos de reprodução social acionados, concorrem para a

reprodução/manutenção da ordem social e, conseqüentemente, para a reprodução das desigualdades sociais.

Portanto, desvelar os movimentos e comportamentos, bem como os mecanismos acionados pelas famílias de grupos ligados ao agronegócio na reprodução de seus capitais econômicos, sociais, culturais e simbólicos, torna-se imprescindível para a compreensão dos processos de dominação, legitimação e reprodução das estruturas da sociedade, e das relações de poder e dominação dos diferentes grupos sociais. Destacamos, que não temos a pretensão de fazer generalizações, tendo em vista o restrito grupo ao qual tivemos acesso, mas compreendemos que as características do grupo investigado, de algum modo, fazem referência aos movimentos e comportamentos de uma fração do grupo das famílias ligadas ao agronegócio.

No que diz respeito ao objetivo geral da pesquisa, acreditamos que foi possível identificar e analisar as estratégias de escolarização acionadas pelas famílias para a reprodução de seus capitais e, conseqüentemente, para a sua reprodução no espaço social. Nesse sentido, algumas indagações nos conduziram nesse percurso, a fim de tornar inteligível as ações e comportamentos das famílias investigadas, tais como: Quem são as famílias de grupos ligados ao agronegócio? Como estão constituídas em termos de volume e estrutura de capitais? Quais os valores, sentidos e expectativas em relação à escolarização? Qual é o papel da escolarização na reprodução social do grupo? Quais são as estratégias acionadas no campo da escolarização dos filhos?

Consideramos que, realizamos as aproximações em relação às problematizações realizadas, mas compreendemos que outros olhares poderão gerar outros aprofundamentos do estudo.

Para que as estratégias de escolarização acionadas pelas famílias sejam inteligíveis, foi imprescindível compreender como estas se constituem em termos de capitais cultural, social, econômico, escolar e *habitus*, haja vista que é com base na estrutura e volume de capitais e *habitus* e, de acordo com as incitações do campo social, que as estratégias são acionadas.

Acerca do capital econômico das famílias, observamos que estas apresentam volume de capital econômico, exposto, principalmente, pela posse de propriedades rurais de grande e médio porte, algumas famílias possuem mais de uma propriedade rural, destinadas à produção agrícola (cultivo de milho, soja, entre outros) e à pecuária (criação de gado); pela posse de outros negócios, além daqueles ligados à agropecuária, como imóveis para uso próprio e

imóveis para aluguel, pequenas empresas, sociedade em pequenas empresas e restaurante; a renda mensal das famílias; os gastos com a escolarização dos filhos (incluindo todos os filhos) variam entre: R\$4.000,00; R\$5.000,00 e R\$7.500,00 para as famílias que apresentam maior gasto; e R\$800,00 e R\$1.000,00 para as famílias que apresentam um gasto menor; além dos itens de consumo que as famílias possuem em casa, como computadores, *tablets*, automóveis, viagens internacionais e nacionais, etc.

Acerca do capital cultural das famílias investigadas observamos que estas apresentam um alto capital cultural, expresse, principalmente, pelo capital escolar e informacional. Todos os pais possuem nível superior, dentre estes, dois realizaram duas graduações e, dois pais têm pós-graduação; o capital informacional refere-se ao conhecimento do sistema de ensino e de seu funcionamento, de suas hierarquias, bem como pela possibilidade de construção e utilização de uma rede de informações sobre as instituições de ensino que os auxiliam e subsidiam suas ações no processo de escolarização dos filhos.

No que diz respeito às práticas culturais das famílias investigadas, notamos que a maioria das famílias não realizam as práticas culturais consideradas legitimadas como a frequência aos museus, óperas e concertos, teatro, espetáculos de dança e visitação a centros culturais, somente as famílias de Márcio Almeida e Oswaldo Martins (famílias que detêm as maiores propriedades rurais e cujos pais possuem pós-graduação) afirmaram realizar tais práticas. Práticas como leitura e o uso da televisão, não se mostraram significativas ou valorizadas pelas famílias. Assim, as práticas das famílias aproximam-se mais das práticas tidas como comuns, de lazer e entretenimento, que incluem frequência aos shoppings, visitação à parques/praças/áreas públicas de lazer, bares e restaurantes, cinema, shows de música, etc.

Acerca do capital social e simbólico das famílias, compreendemos que as famílias investigadas encontram-se bem aquinhoadas desses capitais também, haja vista que as propriedades objetivas e subjetivas de que são possuidoras – capital econômico e capital cultural – expressos, principalmente pela posse de propriedades rurais, imóveis, empresas, renda, nível de instrução, entre outros; revestem-se de um valor social distinto e distintivo que são percebidos e reconhecidos como legítimos pelos demais agentes e grupos de agentes sociais.

No que diz respeito à compreensão de quem são as famílias ligadas ao agronegócio e como estão constituídas em termos de volume e estrutura de capitais, tendo em vista às aproximações realizadas, observamos que estas famílias investigadas apresentam um elevado

capital econômico, um alto capital cultural [escolar e informacional], no entanto, o volume do capital econômico sobrepuja o volume do capital cultural; sendo também providas em capital simbólico e social. Consideramos, portanto, que as famílias fazem parte de frações mais favorecidas, detentoras de meios e recursos econômicos, culturais, sociais e simbólicos que asseguram a estas vantagens e privilégios, nas disputas por manter ou subverter sua posição nos diferentes campos sociais.

No que diz respeito aos valores e expectativas em relação à escolarização dos filhos, observamos que todas as famílias investigadas consideram a educação fundamental. Cabe à educação proporcionar o desenvolvimento intelectual dos filhos; agregar valores educacionais e educação; preparar para o futuro e a formação, não só intelectual, como de caráter da criança. As expectativas relacionadas à escolarização dos filhos referem-se à obtenção de uma formação escolar de excelência e a preparação para a vida; formação escolar e formação do caráter; preparação para o vestibular e para o mercado de trabalho; e preparar para a vida e para a formação profissional, formação como pessoas.

Observamos que, as famílias privilegiam tanto aspectos subjetivos quanto aspectos objetivos, como alvos da escolarização dos filhos. Nesse sentido, os aspectos objetivos referem-se a expectativas ligadas ao papel da escola de instrumentalizar para o sucesso acadêmico e social, como a formação escolar de excelência, preparação para o vestibular, preparação para o mercado de trabalho, formação profissional; e os aspectos subjetivos referem-se ao bem-estar e realização pessoal dos filhos, como a preparação para a vida, formação do caráter, formação como pessoas. Segundo Ball, Gewirtz e Bowe (1995 *apud* NOGUEIRA, 1998), as expectativas, as práticas e as escolhas das famílias no campo educacional, em que são valorizados aspectos subjetivos e objetivos é característico das famílias mais favorecidas em capitais econômico, social e cultural.

Ainda sobre as expectativas das famílias em relação a escolarização dos filhos, todas as famílias apresentam expectativas quanto ao ingresso dos filhos no ensino superior, principalmente, em Universidades Federais e Universidades Estaduais, sendo que um pai indicou a possibilidade de escolha de uma Universidade particular, a depender do curso. Dentre as Universidades indicadas estão a USP, UFV, UFRGS e uma Politécnica. A esse respeito, Bourdieu (2015, p. 52), elucida que as atitudes dos pais em face da educação da prole são “[...] antes de tudo, a interiorização do destino objetivamente determinado [e medido em termos de probabilidades estatísticas] para o conjunto da categoria social à qual pertencem.”.

No que tange às estratégias acionadas pelas famílias na escolarização dos filhos, identificamos a utilização de estratégias de escolha do estabelecimento de ensino, estratégias de acompanhamento da vida escolar e do desempenho dos filhos, e a realização de atividades extracurriculares, ou seja, toda uma orquestração que favorece a escolarização dos herdeiros.

Dentre as estratégias acionadas destacamos a escolha da instituição de ensino como a estratégia em que observamos a maior implicação dos pais. Um primeiro aspecto a ser destacado é a preferência pela rede particular de ensino por todas as famílias investigadas. Outros aspectos tratam dos critérios estabelecidos na escolha do estabelecimento de ensino, todas as famílias privilegiam critérios como a qualidade/excelência do ensino; os métodos de ensino utilizados; boa formação cultural; ser uma escola de prestígio; equilibrar exigência escolar e formação de caráter; oferecer jornada de trabalho mais prolongada; oferecer boas relações sociais; possuir bom índice de aprovação no vestibular; oferecer aprendizado de outra língua; se responsabilizar pelas dificuldades dos alunos.

Observamos, desse modo, que a conduta das famílias na escolha do estabelecimento de ensino pode ser entendida como uma conduta avaliatória, definida por Ballion (1991) como um tipo de conduta que prima pelas características educativas dos estabelecimentos de ensino, como o ensino, a disciplina, clientela (capital social), e/ou por suas características pedagógicas, tais como a qualidade do ensino, dos equipamentos, metodologia adotada, resultados escolares, entre outros. Esse tipo de conduta encontra-se estreitamente ligada ao nível de instrução e classe social das famílias – sendo comuns em famílias favorecidas; e opõem-se às condutas de tipo funcional, que privilegiam razões de conveniência prática como proximidade geográfica, preço, facilidade de transporte/locomção, entre outros, e, são mais comuns em famílias das classes populares (NOGUEIRA, 1998).

Destacamos ainda a construção de uma rede de informações, que comporta informações da rede de relações sociais das famílias; prospecção de informações acerca das instituições de ensino por meio de pesquisa própria em meios e mídias, como propagandas em veículos de divulgação como TV, jornais e revistas, pesquisa na internet; consulta a *Rankings* do Enem e das melhores escolas; que culminam com visitas às instituições, que visam conhecer o corpo docente, coordenadores e diretores da escola, bem como o ambiente escolar [clima escolar] e a estrutura física.

Como compreendemos as famílias investigadas beneficiam-se dos diferentes recursos de que são detentoras, como o capital econômico, capital cultural (escolar e informacional) e capital social, para realizar os melhores investimentos no campo educacional e, assim, auferir,

em contrapartida, os maiores ganhos/lucros de seus investimentos. Nesse sentido, o conhecimento privilegiado do campo escolar, de seu funcionamento, suas hierarquias e regras, faculta a essas famílias possibilidades de manutenção e ampliação de seus capitais, por meio da escolha da melhor escola.

Acerca da estratégia de acompanhamento da vida escolar e do desempenho dos filhos, destacamos a relação das famílias com a escola; a busca de informações sobre o desempenho dos filhos, e o auxílio na realização das tarefas escolares. A partir das aproximações realizadas, observamos que todas as famílias frequentam as reuniões de pais propostas pelas escolas, bem como procuram a escola quando convocados. De modo geral, as famílias têm a prática de auxiliar os filhos na realização das tarefas escolares, tanto quando é solicitado pela criança quanto quando não o solicitam – este auxílio fica mais a cargo das mães; muitas das vezes os pais buscam complementar os conteúdos trabalhados pela escola. As fontes de informações sobre o desempenho dos filhos consultadas pelos pais são o boletim escolar, os professores dos filhos, supervisores e orientadores da escola, e raras vezes, o próprio filho.

Algo a se destacar quanto ao auxílio dos pais na realização dos deveres escolares é que a maioria dos pais indicou como importante que o filho se responsabilize por sua tarefa, o que revela a importância de engendrar na criança um senso de autonomia e de responsabilidade sobre seus deveres. Tal característica, tende a favorecer o sucesso escolar dos filhos, pois engendra um espírito de autodisciplina, esforço e dedicação às tarefas, valorizados e benéficos tanto para a conduta escolar, quanto para a vida das crianças; e costuma ter maior ocorrência entre famílias favorecidas cujos pais desenvolvem atividades que requerem maior manipulação de signos e símbolos, a tomada de decisões e ações mais individualizadas.

Observamos que há uma aproximação das instancias família e escola com o objetivo de favorecer o sucesso escolar dos filhos, os pais acompanham a vida escolar dos filhos e realizam ações no sentido de assegurar a obtenção do capital escolar pelos herdeiros, o que aumenta as chances de sucesso no espaço educacional, haja vista que: “[...] o sucesso da ação pedagógica depende da família e da escola”. (RIEDNER, 2013, p. 145).

Acerca da realização de atividades extraescolares, observamos que em todas as famílias os filhos realizam atividades extraescolares, como aula de língua estrangeira, *Kumon*, atividades esportivas e musicalização/instrumento musical; em três das cinco famílias os filhos realizam mais de uma atividade extraescolar; dentre as atividades esportivas estão a prática de futebol e tênis e, dentre os instrumentos musicais, o piano. Para Nogueira (1995), a prática de atividades extraescolares engendra dividendos/ganhos tanto no plano mais

abrangente da socialização dos herdeiros, quanto no plano de suas condutas escolares, por contribuir com a formação geral destes, estimular a integração com seus pares, estimular o desenvolvimento cognitivo, bem como a disciplina e responsabilidade, logo, opera como importante apoio escolar indireto e favorece o processo de escolarização dos herdeiros.

Consideramos que, as famílias investigadas mobilizam os diversos tipos de capital de que são possuidoras, como o capital econômico, o capital cultural escolar e informacional e o capital social, para realizar os investimentos mais rentáveis do ponto de vista escolar e da formação de sua prole, com vistas a assegurar o sucesso escolar e futuro dos herdeiros. Tais investimentos requerem tanto capital econômico quanto capital cultural e social, e só alcançam êxito, porquanto, as famílias investigadas são muito bem providas desses capitais, conseguindo, portanto, assegurar e ampliar suas chances de sucesso no desenvolvimento de estratégias escolares.

Em face do papel da escolarização na reprodução social das famílias, notamos que as famílias atribuem papel fundamental à educação como forma de assegurar sua reprodução social. Em primeiro lugar, observamos que as famílias percebem a premência da educação escolar nos dias de hoje, fato que se deve à atual conjuntura, econômico, social e política, marcada pelo acirramento da concorrência escolar e da exigência por uma trajetória escolar cada vez mais longa, bem como pelo aumento das incertezas e riscos.

Assim, por mais que as famílias investigadas pertençam às frações mais privilegiadas em capital econômico e cultural e, portanto, menos expostas a esses riscos e incertezas e menos dependentes do capital escolar institucionalizado para assegurar sua posição; supomos que por estarem inseridas no contexto social, econômico e político atual, acabam incorporando as estruturas do espaço social e os esquemas de percepção e apreciação inerentes a atual conjuntura, que então fornecem elementos à leitura e compreensão da realidade do mundo social.

Em segundo lugar, observamos que o papel da escolarização na reprodução das famílias vincula-se a ideia de que a escola propiciará aos herdeiros a aquisição e ampliação do capital cultural das famílias, portanto, a reprodução do capital cultural da família, sob a forma de conhecimentos e aprendizagens, bem como desenvolvimento cognitivo, fundamentais para a ampliação das possibilidades e dos horizontes de ação e transito social e profissional dos herdeiros, assim como por propiciar a aquisição de um capital cultural institucionalizado, que no futuro poderá assegurar a posição social da família, por meio de uma profissão correlata aos negócios da família.

Desse modo, a importância da aquisição e reprodução do capital cultural é atribuída tanto pela possibilidade de ampliação do conhecimento, do saber culto, do saber escolar, quanto por propiciar um título, e um conjunto de conhecimentos específicos que auxiliará os herdeiros na manutenção/ampliação da riqueza econômica, cultural e social das famílias. Para as famílias, a reprodução do capital cultural por meio da escola, pode fornecer aos herdeiros os conhecimentos e as capacidades cognitivas necessárias para que estes possam assegurar a reprodução ou ampliação dos capitais econômicos, culturais e sociais das famílias, e assim, assegurar sua posição ou subvertê-la.

Aqui, cabe destacar que é o volume da espécie de capital que é dominante na estrutura patrimonial das famílias – capital econômico, capital cultural – que fornecerá a base para as estratégias acionadas nos diferentes campos sociais, dentre eles o campo da educação. Assim, embora as famílias possuam um elevado capital econômico, supomos que é o capital cultural, aquele que detém maior peso na estrutura patrimonial das famílias, delineando, portanto, as estratégias acionadas para sua reprodução social, o que pode ser percebido por uma maior implicação e investimentos das famílias em práticas e estratégias educativas. (BOURDIEU, 2007).

Em terceiro lugar, acerca da existência de estratégias e do desejo de que os filhos sigam a carreira/ramo de negócios da família, as famílias indicaram, de modo geral, não existir uma estratégia “deliberada” nesse sentido; indicaram também o fato de os filhos serem muito pequenos ainda para se pensar nisso; bem como o desejo de deixar os filhos livres, para fazerem suas escolhas. No entanto, indicaram também que o convívio dos filhos na fazenda e com as atividades ligadas ao campo engendram nestes o gosto, o interesse e o desejo de atuar/seguir a carreira/ramo/negócios da família. A esse respeito os pais dão exemplos de filhos que desde cedo mantiveram uma proximidade com a atividade econômica/profissional dos pais e hoje cursam ou tem o desejo de se graduar em uma área correlata aos negócios da família.

Compreendemos que as estratégias acionadas pelas famílias podem ser conscientes ou inconscientes, mas sem dúvida já interiorizadas no jogo social, portanto, por mais que os pais afirmem não haver uma estratégia “deliberada”, observamos que todas as estratégias acionadas no campo da escolarização, bem como a estratégia de engendrar nos filhos uma disposição, ou seja, um *habitus*, capaz de orientá-los para a escolha de profissões correlatas aos negócios das famílias, como estratégias capazes de assegurar a reprodução social das famílias, bem como a reprodução dos capitais de que são detentoras.

Bourdieu (2008), elucida que as famílias são corpos animados por uma tendência a perpetuar seu ser social com todos os seus poderes e privilégios, e empreendem estratégias de reprodução nesse sentido. Como pudemos observar, as estratégias educativas acionadas pelas famílias têm esse caráter de assegurar a reprodução do capital cultural e econômico das famílias, assim, consideramos que existem estratégias que visam produzir agentes/herdeiros capazes de herdar a herança, que se relacionam diretamente com a questão da sucessão nos negócios.

Ao operar com os conceitos de Bourdieu, percebemos que as estratégias educativas acionadas pelas famílias investigadas, são a principal condição de acumulação e transmissão dos privilégios culturais, econômicos, sociais e simbólicos de que são detentoras, expressando, portanto, um dos tipos de estratégias acionados na reprodução social das famílias.

Em suma, compreendemos que, tais estratégias concorrem para a manutenção e perpetuação da ordem social, ou seja, para a reprodução das estruturas do espaço social, bem como das relações de poder e dominação entre as diferentes classes sociais; haja vista que a posse de recursos culturais econômicos e sociais distintos, lhes faculta vantagens e privilégios nos diferentes campos sociais, bem como possibilidades de acúmulo, ampliação e transmissão de tais vantagens e privilégios.

A sociedade capitalista é marcada pela desigualdade, distribuem-se no espaço social famílias desde as mais bem providas em capitais – cultural, econômico, social e simbólico – até as mais desprovidas, fato que engendra privilégios a alguns e desvantagens a outros; bem como marca e reforça a divisão entre as classes e, engendra a impressão de naturalidade de tal estado das coisas, por meio da percepção de uma ordem social, uma ordenação da realidade social como natural, fundada no “dom”, nas “aptidões” e no “mérito pessoal”, que escamoteia o poder e privilégio das classes dominantes, e a violência simbólica sofrida pelas classes dominadas.

REFERÊNCIAS

- AMARILHA, Carlos magno Meires. **Os intelectuais e o poder: história, divisionismo e identidade em Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado em História) Dourados: 2006. Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, 2006.
- ARAÚJO, F. M. DE B.; ALVES, E. M.; CRUZ, M. P. Algumas reflexões em torno dos conceitos de campo e de habitus na obra de Pierre Bourdieu. **Revista Perspectivas da Ciência e Tecnologia** v.1, n.1, jan-jun 2009.
- BALL, Stephen. Mercados educacionais, escolha e classe social: o mercado como estratégia de classe. In: GENTILI, Pablo. (Org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- BALLION, Robert. *La bonne école*. Paris: Hatier, 1991.
- BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul a construção de um estado: Regionalismo e Divisionismo no sul de Mato Grosso**. Volume 1. Campo Grande MS; Ed. UFMS, 2009a.
- BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul a construção de um estado: Poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses**. Volume 2. Campo Grande MS; Ed. UFMS, 2009b.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Tradução Denice Bárbara Cattani. São Paulo: Unesp, 2004.
- BOURDIEU, P. **A distinção: a crítica social do julgamento**. Tradução Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007a.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 9. ed. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 2008.
- BOURDIEU, P. **Las estrategias de la reproducción social**. 1- ed. - Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.
- BOURDIEU, P. Capital simbólico e classes sociais. **Novos estudos CEBRAP** 96, julho 2013. pp. 105-115.
- BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. NOGUEIRA, Maria Alice; CATTANI, A. (Org.). Petrópolis: Vozes, 2015.
- SEMADE. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. **Perfil estatístico de Mato Grosso do Sul 2015: ano base: 2015**. Campo Grande: SEMADE, 2016.
- SEMAGRO. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar. **Produto Interno Bruto Estadual: 2010-2015**. Campo Grande, 2017.

BRANDÃO, Zaia. Operando com conceitos: com e para além de Bourdieu. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.36, n.1, p. 227-241, jan./abr. 2010.

BRANDÃO, Zaia; MANDELERT, Diana; PAULA, Lucília de. A circularidade virtuosa: investigação sobre duas escolas no Rio de Janeiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 126, set./dez. 2005.

BURAWOY, Michel. **O marxismo encontra Bourdieu**. Tradução, referências bibliográficas e notas Fernando Rogério Jardim. Campinas, SP: Unicamp, 2010.

CABRAL, Paulo Eduardo. Formação étnica e demográfica. In: **Campo Grande: 100 anos de construção**. Campo Grande: Matriz Editora, 1999. p. 27-62.

CAMPESTRINI, Hidelbrando. **História de Mato Grosso do Sul**. 6 ed. ver. e ampliada. Instituto Histórico e Geográfico de mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2009.

CARMONA, C. U. de M. Fundamentos dos mercados futuros. In: CALLADO, A. A. C. (Org.) **Agronegócio**. São Paulo: Atlas, 2009. CAVALCANTE, Else. História de Mato Grosso. 3. Ed. rev. Cuiabá, MT: Carlini e Caniato, 2013.

CATTANI, Antônio David; KIELING, Francisco dos Santos. A escolarização das classes abastadas. **Sociologias**, Porto Alegre, n.18, 2007.

CATANI, Afrânio Mendes. As possibilidades analíticas da noção de campo social. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 114, p. 189-202, jan.-mar. 2011

CARVALHO, Cynthia Paes de. Contextos institucionais e escolarização: uma hipótese de classificação das escolas da rede privada de educação básica. In: **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, 27., 2004, Caxambu. Anais eletrônicos... Caxambu: 2004.

CARVALHO, M. O dever de casa como política educacional e objecto de pesquisa. **Revista Lusófona de Educação**, n.8, p. 875-102, 2006.

CARVALHO, C. P. de; LACERDA, P. Contratos de sucesso escolar: problematizando interpretações sobre a relação família-escola. In: **Reunião Anual da Anpocs**, 31., 2007, Caxambu, Minas Gerais. Anais. Caxambu, 2007.

COSTA, Celso. Evolução Urbana. In: **Campo Grande: 100 anos de construção**. Campo Grande: Matriz Editora, 1999.

CORRÊA, Valmir B. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006.

DIOGO, Ana Matias. Do envolvimento dos pais ao sucesso escolar dos filhos: mitos, críticas e evidências. **Revista Luso-Brasileira de Sociologia da Educação**, Rio de Janeiro, n. 1, mar. 2010.

FELIPE, Luiza Helena Lamego Felipe. **As escolhas de escolas de excelência no ensino fundamental na cidade do Rio de Janeiro**: as estratégias em jogo no campo educacional. 2010. 222 f. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2010.

FERNANDES, B. M. **O novo nome é agribusiness**. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/Onomeeagribusiness.pdf>>. Acesso em: 20/06/2018, mar. 2010.

FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini. O agronegócio no Brasil e a produção capitalista do território. **Geografia em questão**, v.05, n. 01, 2012. pág. 66-82.

FIALHO, Flávia Barros. **Mobilização parental e excelência escolar**: um estudo das práticas educativas de famílias das classes médias. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

FURNO, Juliane Costa. Resenha: O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social. **Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v. 4, n. 8, jul-dezembro 2015.

FRANCO, O. C. (2002). **Práticas Familiares em relação ao Dever de casa**: um estudo junto às camadas médias de Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.

INFOAGRO. **Balanço Anual do Agronegócio Sul-mato-grossense 2013/2014**. Disponível em: <https://issuu.com/famasul/docs/infoagro_2013_-_2014?e=18814059/15047838>. Acesso em: 10 março de 2017.

JUNIOR, Roberto Aparecido Mancuzo Silva. **O sistema ideológico do agronegócio: o poder do discurso e o discurso pelo poder**. Tese (Doutorado em Geografia) Presidente Prudente: 2015. Universidade Estadual Paulista – Unesp. 2015

LIMA, Jandir Ferreira de; PIFFER, Moacir; OSTAPECHEN, Leandra Aparecida Perego. O crescimento econômico regional de Mato Grosso do Sul. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 17, n. 4, p.757-766, out./dez. 2016.

MACEDO, Daniel Almeida de. **Mato Grosso**: Governo, política e Sociedade (1977-2010). São Paulo: 2016. Tese (Doutorado em História Social) Universidade de São Paulo – 2016.

MACHADO, Paulo Coelho. **Pelas ruas de Campo Grande**. 2 ed. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2008.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeções de agronegócio**: Brasil 2016/17 a 2026/27, projeções de longo prazo. Brasília DF, agosto de 2017.

MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. **Modo capitalista de produção e agricultura**: a construção do conceito de agronegócio. São Paulo: 2013. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Universidade de São Paulo – 2013.

MILLS, Wrigth. **A elite do poder**. 4. ed. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

NOGUEIRA, Maria Alice. Famílias de camadas médias e a escola: bases preliminares para um objeto em construção. **Educação e Realidade**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, jan./ jun. 1995.

NOGUEIRA, Maria Alice. Convertidos e oblatos: um exame da relação classes médias/escola na obra de Pierre Bourdieu. **Educação, Sociedade e Culturas**, Portugal, n. 7, maio. 1997.

NOGUEIRA, Maria Alice. A escolha do estabelecimento de ensino pelas famílias: a ação discreta da riqueza cultural. **Revista Brasileira de Educação**, n. 7, jan./ mar. 1998.

NOGUEIRA, Cláudio M. M.; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 78, abr. 2002.

NOGUEIRA, M. A relação família-escola na contemporaneidade: fenômeno social/interrogações sociológicas. **Análise Social**, vol. XL n. 176, p.563-578, 2005.

NOGUEIRA, M. A. Família e Escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.31, n.2, p. 155-169, 2006.

NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir. (Org.). **Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

NOGUEIRA, Marlice de Oliveira. **Pais professores e a escolarização dos filhos**. Tese – (Doutorado) – Universidade federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, 2011.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Classes médias e escola: novas perspectivas de análise**. Currículo sem Fronteiras, v. 10, n. 1, Jan/Jun 2010, 213-231.

OLIVEIRA, Cristiane Gomes de. **Diga-me com quem andas e te direi quem és: a escolha da escola como estratégia de distinção**. 2005. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2005.

OLIVEIRA, Letícia Casagrande. **Estratégias de parentocracia na escolarização de agentes da educação básica: um estudo sobre a presença de professores particulares**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2016.

OLIVEIRA, Orlandina de; Salles, Vania. Reprodução social e reprodução da força de trabalho: reflexões teóricas para o estudo do tema. **Caderno CRH**, n. 14, p.7-30, Jan./Jul., 1991

PASSOS, Guiomar de Oliveira; GOMES, Marcelo Batista. Nossas escolas não são as vossas: as diferenças de classe. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.28, n.02, p.347-366 jun. 2012.

PAVÃO, Eugênio da Silva. **Formação, estrutura e dinâmica da economia do mato grosso do sul no contexto das transformações da economia brasileira**. Florianópolis: 2005. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2005.

PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. A infância dos chefes: a socialização dos herdeiros ricos na França. In: ALMEIDA, A.; NOGUEIRA, M. A. (Org.). **A escolarização das elites: um panorama internacional da pesquisa**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

POCHMANN, Márcio. **Nova Classe média: o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo, Boitempo, 2012

POCHMANN, Marcio. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. São Paulo: Boitempo, 2014.

PLANURB. Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano. **Perfil socioeconômico de Mato Grosso do Sul**, 2016.

QUARESMA, Maria Luísa; ABRANTES, Pedro; LOPES, João Teixeira. Mundos à parte? Os sentidos da escola em meios Sociais contrastantes. **Sociologia, problemas e práticas**, nº 70, 2012, pp. 25-43

RIEDNER, Daiani Damm Tonetto. **Estratégias de escolarização**: ações combinadas entre famílias de grupos da elite e uma escola de prestígio. Campo Grande, MS: UFMS, Campus de Campo Grande, 2013.

ROCHA, Dorothy. Clientelismo na gestão da escola pública de Mato Grosso do Sul. **Intermeio**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, UFMS, v. 1, n. 2, 1995

ROMANELLI, Geraldo. Família de camadas médias e escolarização superior dos filhos: o estudante-trabalhador. In: NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir. (Org.). **Família e escola**: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia de Albuquerque. Ideologia e educação: para a crítica do Programa Agrinho. **Revista Nera**. Presidente Prudente, Ano 20, n. 40, 2017. pp206-224

SEGALEN, Martine. **Sociologia da família**. 1. edição portuguesa: Terramar, 1999.

SEMADE. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento econômico. **Perfil estatístico de Mato Grosso do Sul**, 2016.

SOARES, Ivan de Sousa; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Mapeamento da dinâmica territorial de Mato Grosso do Sul por meio da análise da estrutura fundiária partir dos dados censitários do IBGE**. [s.l.: s.n.], 2009. Disponível em: <<http://www.propp.ufms.br/gestor/titan.php?target=openFile&fileId=418>>. Acesso em: 15 março de 2017.

SOUZA, Antônio Barbosa de. **Laucídio Coelho**: um homem à frente de seu tempo. Campo Grande: Vector Editores e Consultores Associados, 2007.

SILVA, Ricardo Souza da. **Mato Grosso do Sul**: labirintos da memória. Dissertação (Mestrado em História). Dourados: 2006. Universidade Federal da Grande Dourados, 2006.

TEUBAL, M. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

VARGAS, Luís Américo Araújo. Capitalismo dependente e agronegócio: a atualidade do pensamento de Florestan Fernandes e suas contribuições para o ambientalismo. **IV Seminário do trabalho**: Trabalho, Economia e Educação no séc. XXI, UNESP, Marília, 2008.

VELASCO, Lana Cavalcante. Divisão regional do Brasil a partir da divisão regional do trabalho. **Boletim Goiano de Geografia**, Vol. 7/8, N. 1-2: 117-135. Jan./Dez, 1988.

WELCH, C. **Agribusiness: uma breve história do modelo norte-americano**. Disponível em: < <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/CliffAgronegocios.pdf> >. Acesso em: 20/06/2018. mar. 2010.

WACQUANT, Loic. Esclarecer o habitus. **Educação e linguagem**, ano 10, n. 16, 2007, p.63-71.

WALDHELM, Andrea Paula de Souza; FELIPE, Luiza Helena Lamego. Redes sociais e escolha da escola. **Boletim Soced**, n. 7, 2008.

ZAGO, Nadir. Fracasso e sucesso escolar no contexto das relações Família e escola: questionamentos e tendências em Sociologia da educação. **Revista Luso-Brasileira de Sociologia da Educação**, Rio de Janeiro, n. 3, mar. 2011.

ZILIANI, José Carlos. A produção cultural como lugar e tentativa de produção de identidades em Mato Grosso do Sul. In: BORGES, Maria Celma; OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de (Orgs). **Cultura, trabalho e memória: faces da pesquisa em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande MS: Ed. UFMS, 2006.

APÊNDICES

Quadro 1 – Trabalhos relacionados ao descritor “estratégias de escolarização” selecionados na plataforma BDTD.

Tipo/Instituição	Ano	Título	Autor	Pós-Graduação
Dissertação PUC/RIO	2004	Diga-me com quem andas e eu te direi quem és: a escolha da escola como estratégia de distinção	Cristiane Gomes de Oliveira	Educação
Tese UFMG	2007	O recurso às escolas internacionais como estratégia educativa de famílias socialmente favorecidas	Andrea Moura de Souza Aguiar	Educação
Dissertação UFSCar	2008	Práticas educativas familiares em meios favorecidos e vida acadêmica: o caso de uma escola da rede particular de ensino	Wendel Renato Ferraz	Educação
Dissertação PUC/SP	2014	Educação e privilégio: o que querem os pais das escolas privadas?	Silvia Maria de Freitas	Educação

Fonte: Disponível em: <<http://www.bdbtd.ibct.br>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

Organização: Teixeira, 2018.

Quadro 2 – Trabalhos relacionados ao descritor “estratégias de escolarização” selecionados no Banco de Teses e Dissertações CAPES (primeira fase).

Tipo/Instituição	Ano	Título	Autor	Pós-Graduação
Dissertação UFMG	2012	Mobilização parental e excelência escolar: Um estudo das práticas educativas de famílias das classes médias	Flávia Barros Fialho	Educação
Dissertação PUC/RJ	2012	Escolha de escola pelas camadas populares e nova classe média: Expectativas e possibilidades	Marluce Carvalho de Souza	Educação
Dissertação UFSJ	2012	Trajetórias escolares de longa duração de sujeitos provenientes do meio rural	Daniela Perpétua de Andrade	Educação

Fonte: Disponível em: <<http://www.bancodeteses.capes.gov.br>>. Acesso em: 10 mar, 2018.

Organização: Teixeira, 2018.

Quadro 3 – Trabalhos relacionados ao descritor “estratégias de escolarização” selecionados no Banco de Teses e Dissertações CAPES (segunda fase).

Tipo/Instituição	Ano	Título	Autor	Pós-Graduação
Dissertação UNICAMP	2010	Socializações desiguais: as juventudes nas camadas populares e nos grupos médios	Camila Chicrala Coelho	Educação
Dissertação CUML	2010	Contratos de sucesso escolar: aspectos da escolarização das elites	Mario Luiz Pirani	Educação
Tese UFMG	2011	Pais professores e a escolarização dos filhos	Marlice de Oliveira e Nogueira	Educação
Dissertação UFRJ	2012	A escolha de um estabelecimento de ensino Católico por algumas famílias moradoras do Méier: a pluralidade do ato de escolher	Fernanda de Lima Souza	Educação
Dissertação UFMS	2013	Estratégias de escolarização: ações combinadas entre famílias de grupos da elite e uma escola de prestígio	Daiani Damn Tonetto	Educação

Fonte: Disponível em: <<http://www.bancodeteses.capes.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

Organização: Teixeira, 2018.

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

- ENTREVISTA PAIS/RESPONSÁVEIS

- Primeiro Momento (apresentação)

1. Apresentação do objeto da pesquisa.
2. Apresentação dos objetivos da entrevista.
3. Informar o entrevistado sobre a eventual possibilidade de retomada de contato. O tempo máximo prevista para cada entrevista é de 30 minutos e se necessário, será marcado um outro encontro para complementação dos dados;
4. Solicitar a concordância do entrevistado para gravar a entrevista;
5. Informar ao entrevistado que será assegurado o sigilo de sua identidade.
6. Informar que os dados serão transcritos para a Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Educação/FAED - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
7. Informar ao entrevistado que os dados obtidos serão de uso estritamente acadêmico.

- Segundo Momento - Entrevista Pais/Responsáveis

1. Qual é a importância de seu filho(a) frequentar a escola?
2. Qual é o valor da educação para a família? A educação ocupa lugar primário ou secundário na agenda da família?
3. Qual é o objetivo da escolarização de seu filho(a)? Formação crítica, mercado de trabalho, gestão dos negócios da família, vestibular de grandes universidades, etc.
4. Qual é o papel da educação na garantia da manutenção da posição social da família?
5. Qual é o investimento médio feito pela família na educação dos filhos?
6. Quais foram os critérios estabelecidos na escolha da escola em que seu filho(a) estuda atualmente?
7. Você conhece o PPP da escola? Quais aspectos do projeto pedagógico estão mais alinhados com os valores da família?
8. Você acompanha a vida escolar de seu filho(a)? De que forma?
9. Seu filho realiza alguma atividade extraescolar como: curso de línguas, Kumom, curso de artes, aulas particulares, reforço escolar, entre outros?
10. Seu filho já realizou algum intercâmbio? Para onde e qual a duração? Por quê considera importante este tipo de experiência?
11. Há o desejo de que seu filho(a) siga a carreira/ramo de negócio da família? Quais estratégias são empreendidas nesse sentido?

• ENTREVISTA FILHOS

- Primeiro Momento (apresentação)

1. Apresentação do objeto da pesquisa.
2. Apresentação dos objetivos da entrevista.
3. Informar o entrevistado sobre a eventual possibilidade de retomada de contato. O tempo máximo prevista para cada entrevista é de 30 minutos e se necessário, será marcado um outro encontro para complementação dos dados;

4. Solicitar a concordância do entrevistado para gravar a entrevista;
5. Informar ao entrevistado que será assegurado o sigilo de sua identidade.
6. Informar que os dados serão transcritos para a Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Educação/FAED - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
7. Informar ao entrevistado que os dados obtidos serão de uso estritamente acadêmico.

- Segundo Momento - Entrevista filhos

1. Conte um pouco como foi a sua trajetória escolar?
2. Ao longo da sua trajetória escolar você realizou quais atividades extraescolares?
3. Qual é a importância da escolarização para você? Qual é o objetivo?
4. Como é sua relação com os estudos? Estudar é algo prazeroso para você ou algo desagradável? Tem dificuldades com os estudos?
5. Com relação ao uso do seu tempo para os estudos. Quanto tempo você permanece na escola? É uma escolha sua? Você estuda em casa? Você tem um lugar específico que você estuda na sua casa? Quais outras atividades que você faz e quanto tempo utiliza?
6. A escola em que estuda é considerada de excelência/prestígio?
7. Você gosta da escola em que estuda? Em quantas escolas estudou antes desta? Você também participou da escolha dessa escola?
8. Você deseja ingressar na Universidade? Você tem preferência por alguma universidade?
9. Você acha que a escola em que estuda propicia as aprendizagens necessárias ao seu ingresso em uma Universidade? Por quê?
10. Qual curso pretende fazer? Pretende fazer uma pós-graduação?
11. Quem ou o que te influenciou na escolha do curso?
12. Você pretende seguir a carreira/ramo de negócio de seus pais? De que forma pretende fazer isso? Como irá se preparar para tal?

13. Fale um pouco sobre seus hábitos de leitura. O que você gosta de ler? Você lê somente o que é obrigatório ou lê também por prazer? Você indicou que a escola te estimula a ler. E na sua família alguém te estimula a ler? Você vê seus pais lendo?
14. Você realizou viagem de intercâmbio? Você considera importante fazer intercâmbios? Você fez intercâmbios pela sua escola ou por conta própria?

INSTRUMENTO – PAIS OU RESPONSÁVEIS

BLOCO 1 – IDENTIFICAÇÃO

1. Qual é a sua relação de parentesco?

(A) Pai.

(B) Mãe.

(C) Outra. Qual?

2. Qual o seu estado civil?

(A) Solteiro

(B) Casado

(C) Divorciado ou separado

(D) Viúvo

(E) Outro. Qual?

3. Qual é a série que seu filho/a está cursando?

(A) 1º ano/ Alfabetização

(B) 2º ano

(C) 3º ano

(D) 4º ano

(E) 5º ano

(F) 6º ano

(G) 7º ano

(H) 8º ano

- (I) 9º ano
 (J) 1º ano do Ensino Médio
 (K) 2º ano do Ensino Médio
 (L) 3º ano do Ensino Médio

4. Qual é a idade do seu filho?

BLOCO 2 – INFORMAÇÕES SOCIO-ECONÔMICAS

1. Quantos dos itens abaixo há na sua casa?

(Marque apenas **UMA** opção em cada linha)

	Não tem	Um	Dois	Três ou mais
Televisão em cores				
TV por assinatura				
Rádio				
Carro				
Aparelho de DVD				
Geladeira				
Computador				
Tablet				
Acesso à internet				
Máquina de lavar roupa				
Banheiros				
Piscina				
Jardim				
Quadra de esportes				

2. Sua casa é:

- (A) Alugada
 (B) Cedida
 (C) Própria, mas ainda estou pagando
 (D) Própria já paga
 (E) Própria recebida por herança

3. Possui mais de um imóvel?

- (A) Sim
 (B) Não

4. Quantos? Qual tipo?

5. Em que bairro reside?

6. Quantos empregados domésticos trabalham na sua casa?

- (A) Nenhum
- (B) Diarista, uma ou duas vezes por semana
- (C) Um, de segunda à sexta-feira
- (D) Dois ou mais, de segunda à sexta-feira

7. Quanto a família ganha por mês, incluindo todos os que moram na casa?

- (A) Até 5 salários mínimos
- (B) De 5 a 10 salários mínimos
- (C) De 10 a 15 salários mínimos
- (D) De 15 a 20 salários mínimos
- (E) De 25 a 30 salários mínimos
- (F) De 30 a 35 salários mínimos
- (H) De 35 a 40 salários mínimos
- (I) De 40 a 45 salários mínimos
- (J) De 45 a 50 salários mínimos
- (k) Mais de 50 salários mínimos

8. A qual classe social você considera pertencer?

(Marque apenas **UMA** opção)

- (A) Classe baixa.
- (B) Classe Média.
- (C) Classe Média Alta.
- (D) Classe Alta.
- (E) Elite.

9. Por quê?

--

10. Comentários: (Este espaço é destinado à exposição de questões não abordadas OU para enriquecer as questões respondidas com comentários adicionais)

--

BLOCO 3 – PERFIL CULTURAL E PROFISSIONAL DO RESPONSÁVEL

1. Qual é o nível de escolarização dos familiares próximos do estudante?

	Ensino fundamental	Ensino fundamental incompleto	Ensino médio	Ensino médio incompleto	Ensino superior	Ensino superior incompleto	Pós-Graduação	Pós-Graduação incompleta
Pai								
Mãe								
Avô Paterno								
Avó Paterna								
Avô materno								
Avó materna								

2. Indique qual é sua situação de trabalho:

- (A) Aposentado ou pensionista
- (B) Incapacitado
- (C) Estudante
- (D) Desempregado (procurando emprego)
- (E) Dona de casa
- (F) Trabalha em tempo parcial
- (G) Trabalha em tempo integral
- (H) Estuda e trabalha

3. Qual é a sua ocupação principal (aquela que representa sua **principal** fonte de renda)?

4. Qual é sua posição nessa ocupação? (Marque apenas **UMA OPÇÃO**)

- (A) Trabalho autônomo (por conta própria) com registro profissional
- (B) Trabalho autônomo (por conta própria) sem registro profissional
- (C) Empresário ou cargo de direção na empresa
- (D) Empregado com carteira assinada
- (E) Empregado sem carteira assinada

5. Como é o seu conhecimento em línguas estrangeiras?

(Marque apenas **UMA** opção em cada linha)

	Bom	Razoável	Fraco	Nenhum
Inglês				
Francês				
Alemão				
Espanhol				
Italiano				

6. Qual é a sua religião? (Marque apenas **UMA** opção)

- (A) Nenhuma.
- (B) Católica.
- (C) Evangélica.
- (D) Judaica.
- (E) Espírita.
- (F) Budista.
- (G) Outra. Indique:

7. Você se dedica a alguma outra atividade além da profissional nas seguintes áreas?

(Marque **SIM** ou **NÃO** em cada linha)

	Sim	Não
Esportes		
Dança		

Música/Canto		
Cinema/Teatro		
Artes Plásticas		
Literatura/Poesia		
Fotografia/Pintura		
Filantropia/Voluntarismo		
Paisagismo/Decoração		
Culinária/Enologia		
Outra. Qual?		

8. Indique os programas de televisão que você(s) assiste(m) regularmente:

(Marque **SIM** ou **NÃO** em cada linha)

	Sim	Não
Jornais e noticiários		
Entrevistas		
Documentários		
Esportes		
Shows e musicais		
Filmes e seriados		
Humor		
Novelas		
Programas de auditório		
Outro. Qual?		

9. Nos últimos três anos, você viajou para o exterior?

(A) Sim.

(B) Não.

10. Cite as três últimas viagens:

Para onde?	Em que circunstância?
(A)	
(B)	
(C)	

11. Nos últimos 12 meses, com que frequência você participou das seguintes atividades:

(Marque apenas **UMA** opção em cada linha)

	Nunca	Semanalmente	Mensalmente	1 a 2 vezes por ano	3 a 4 vezes por ano	Mais de 4 vezes por ano
Foi à praia?						

Foi a shoppings?						
Foi a parques / praças / áreas públicas de lazer?						
Foi a um show de música?						
Foi a bares e restaurantes?						
Foi a bares e restaurantes de luxo?						
Foi a clubes?						
Foi a eventos esportivos?						
Foi a Igrejas (ou outros templos) / Grupo religioso ?						
Foi à livraria?						
Foi a cinema?						
Foi ao teatro?						
Foi a uma ópera ou a um concerto?						
Foi a um espetáculo de dança?						
Visitou museu?						
Visitou centro cultural?						

12. Quais são os estilos musicais de sua preferência?

	Sim	Não
Música Clássica		
Sertanejo universitário		
Sertanejo raiz		
Música popular brasileira MPB		
Bossa nova		
Rock		
Pop		
Pagode		
Axé		
Funk		

13. Quando você lê?

(Marque apenas **UMA** opção em cada linha)

	Nunca	De vez em quando	Uma vez por mês	Uma vez por semana	Todos os dias
Material de trabalho					
Livros					
Jornais					
Revistas de informação geral					

Páginas da internet					
---------------------	--	--	--	--	--

14. Com que frequência você consome os itens abaixo?

	Semanalmente	Mensalmente	1 a 2 vezes por ano	2 a 3 vezes por ano	3 a 4 vezes por ano
Obras de arte					
Aparelhos eletrônicos					
Viagens internacionais					
Viagens nacionais					
Spa					
Roupas e acessórios de luxo					
Roupas e acessórios populares					
Carros de luxo					
Carros populares					

Bloco 4 - EXPECTATIVAS FACE A ESCOLARIZAÇÃO DOS FILHOS

1. Na sua opinião, qual é a importância do seu filho(a) frequentar a escola?

--

2. Qual é o valor da educação para a família?

--

3. A educação tem papel principal ou secundário para assegurar que seu filho mantenha a posição social da família? Explique:

--

4. Em sua opinião, uma boa escola é aquela que oferece:

- (A) Uma boa preparação para o vestibular
- (B) Uma preparação para o mercado de trabalho
- (C) Uma formação humanista e crítica
- (D) Proporciona boas relações sociais
- (E) Desenvolve o espírito competitivo
- (F) Impõe uma disciplina de comportamento e estudo
- (G) Outros: _____

5. Em sua opinião, cabe à escola proporcionar ao seu filho(a):

- (A) Tenha sucesso acadêmico
- (B) torne-se um indivíduo responsável
- (C) Torne-se um indivíduo autônomo
- (D) Adquirir senso de cooperação
- (E) Aprenda o valor do esforço
- (F) Assegure a posição social da família
- (G) Seja capaz de organizar-se visando um objetivo
- (H) Adquirir espírito crítico
- (I) Aprenda a reconhecer e respeitar limites e regras

Bloco 5 - ESCOLARIZAÇÃO DOS FILHOS

1. Qual é a média de gasto mensal realizado com a educação de seu filho?

- (A) Até 1.000,00
- (B) De 1.000,00 a 1.500,00
- (C) De 1.500,00 a 2.000,00
- (D) De 2.000,00 a 2.500,00
- (E) De 2.500,00 a 3.000,00
- (F) De 3.000,00 a 3.500,00
- (G) De 3.500,00 a 4.000,00
- (H) De 4.000,00 a 4.500,00
- (I) Acima de 5.000,00

2. Como escolheu a escola em que seu filho estuda hoje?

- (A) Indicação de amigos/conhecidos
- (B) Propagandas e veículos de divulgação
- (C) Pais ou outros familiares já estudaram na escola
- (D) No trajeto para o trabalho ou para outros
- (E) Ranking do ENEM
- (F) Você obteve informações com especialistas
- (G) Outros: _____

3. Você utilizou algum tipo de recurso para obter informações que ao auxiliasse no processo de escolha da escola?

- (A) Pesquisa na internet
- (B) Visitou a escola
- (C) Folder ou material de divulgação da escola
- (D) Reportagens na TV, jornais e revistas sobre escolha de escola com divulgação do Ranking das melhores escolas
- (E) Livros de especialistas que pretendem auxiliar pais na educação e escolha da escola dos filhos
- (F) Outros: _____

4. O que considerou importante na escolha da escola?

- (A) Oferece boa formação religiosa
- (B) Oferece métodos de ensino originais e inovadores
- (C) Oferece aprendizado de outra língua
- (D) Oferece um ensino sólido
- (E) Oferece uma boa formação cultural
- (F) Equilibra exigência escolar e formação de caráter
- (G) Oferece jornada escolar mais prolongada
- (H) É uma escola de prestígio
- (I) Fica perto de casa
- (j) Oferece boas relações sociais
- (K) Possui área verde
- (L) Possui bom índice de aprovação no vestibular
- (M) Oferece boas opções extra-curriculares
- (N) Se responsabiliza pelas dificuldades dos alunos
- (O) Garante a segurança dos alunos
- (P) Indicação da escola anterior
- (Q) Outros: _____

5. Cite razões para manter seu filho durante todo o processo de escolarização nesta escola:

6. Como você explica a visão pedagógica da escola escolhida?

7. Quais os aspectos da visão pedagógica estão mais alinhados com os valores de sua família?

8. Pensa na futura colocação do seu filho em alguma universidade? Em caso positivo, favor citar a ou as universidades e cursos que imagina:

(A) Não

(B) Sim.

- Quais universidades:_____

- Quais cursos superiores:_____

9. O que entende por sucesso escolar?

10. O que faz para ajudar neste processo (sucesso escolar)?

(A) Acompanho rotineiramente as tarefas e atividades escolares dos filhos

(B) Acompanho esporadicamente a vida escolar dos filhos

(C) Não acompanho a vida escolar dos filhos pois é tarefa da escola

- (D) Pago professores particulares para acompanhar os estudos quando a escola solicitar
- (E) Pago professores particulares para acompanhar os estudos mesmo se a escolar não solicitar
- (F) Procuro ajuda de outros profissionais para acompanhar a vida escolar do filho caso a escola solicite (psicopedagogia, psicólogo, fonoaudiólogo, etc)
- (G) Procuro ajuda de outros profissionais para acompanhar a vida escolar do filho mesmo se a escola não solicitar (psicopedagogia, psicólogo, fonoaudiólogo, etc)
- (H) Solicito que a escola faça alterações no quadro de professores
- (I) Solicito que a escola faça alterações no sistema/metodologia de ensino
- (J) Solicito à escola que troque meu filho de classe ou turma por questões com colegas
- (K) Solicito à escola que troque de turma para não ficar com determinado professor
- (L) Pago curso de línguas extras
- (M) Troco de escola caso meu filho não vá bem nos estudos
- (N) Premio com bens materiais suas notas escolares quando forem boas
- (O) Penalizo meu filho caso suas notas escolares forem ruins
- (P) Procuro na escola a culpa pelo mal desempenho do meu filho
- (Q) Parabenizo meu filho sempre que tiver conquistas positivas
- (R) Use o espaço abaixo para justificar algum item ou acrescentar outras ações:

--

11. Seus pais também o ajudaram quando você era estudante?

- (A) Sim
- (B) Não
- (C) Parcialmente

12. Seus pais pagaram alguém para o ajudar?

- (A) Sim
- (B) Não
- (C) Parcialmente

13. Em que ocasião costuma ir a escola de seu filho?

- (A) Quando convocado individualmente
- (B) Quando algo o incomoda
- (C) Em reuniões de pais
- (D) Outras: _____

14. No que se refere às suas atitudes em relação a realização das tarefas escolares de seu filho, você:

- (A) Acha que a criança deve se responsabilizar inteiramente pelas suas tarefas escolares
- (B) Só interfere quando a criança pede ajuda
- (C) Acompanha os trabalhos mesmo quando a criança não pede ajuda
- (D) Se mantém informado como a criança vai na escola, mas não acompanha todo dia
- (E) Delega o acompanhamento escolar das tarefas escolares a outra pessoa
- (F) Outros: _____

15. Em relação à ajuda a seu filho nas tarefas escolares, você:

- (A) Questiona os conteúdos e métodos ensinados sempre que os acha inadequados
- (B) Complementa com algumas informações os conteúdos ensinados pela escola
- (C) Ajuda nas tarefas sem questionar o que a escola ensina
- (D) Se percebe desatualizado em relação aos conteúdos e métodos da escola encontrando dificuldades para ajudar
- (E) Outros: _____

16. Qual é a principal fonte de informação sobre o desempenho escolar do seu filho?

- (A) O boletim escolar
- (B) Professores do filho
- (C) O próprio filho
- (D) Supervisores ou orientadores da escola
- (E) Colegas
- (F) Irmãos
- (G) Reunião de pais
- (H) Não tem informações
- (I) Outros: _____

17. Assinale as situações pelas quais seu filho já passou, indicando a frequência:

	Nunca	1 vez	2 vezes	3 ou mais	Sempre
Recuperação					
Reprovação					
Aula particular					

18. Indique quais atividades extra-escolares o seu filho faz:

- (A) Língua estrangeira

(B) Musicalização/Instrumento musical

(C) Esportes

(D) Dança

(E) Desenho ou pintura

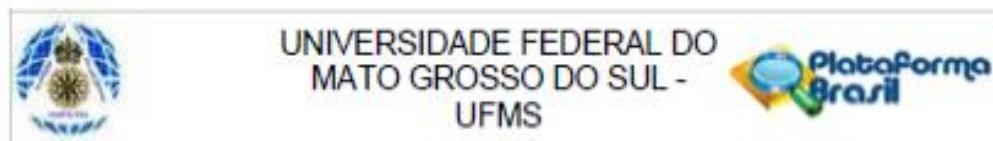
(F) Reforço escolar

(G) Apoio psicopedagógico

(H) Teatro

(I) Outros: _____

ANEXOS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Estratégias de escolarização de grupos das elites do agronegócio de Mato Grosso do Sul

Pesquisador: ARIADNE SOUZA TEIXEIRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 84004718.0.0000.0021

Instituição Proponente: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.579.658

Apresentação do Projeto:

O projeto constitui-se em estudo que visa investigar as estratégias de escolarização acionadas por grupos das elites do agronegócio do estado de Mato Grosso do Sul. Para desenvolver a pesquisa pretende-se traçar o perfil de grupos ligados ao agronegócio, a partir do levantamento dos capitais possuídos pelas famílias – capital econômico, capital cultural, capital social, e os “estilos de vida”; identificar o habitus das famílias, com o intento de compreender os valores, sentidos e expectativas relacionados à escolarização, bem como seu papel na reprodução social. O estudo possibilitará também identificar e analisar as estratégias acionadas no campo da escolarização, como critérios de escolha dos estabelecimentos de ensino, gestão e acompanhamento escolar, investimentos educacionais, dentre outras estratégias relativas à educação. Na perspectiva de compreender o objeto de pesquisa, busca-se aprofundar o conhecimento da teoria que servirá para a análise do objeto proposto, qual seja, a teoria Bourdieusiana, e empreender uma pesquisa de campo com o escopo da aproximação do objeto investigado.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral:

-Identificar e analisar as estratégias de escolarização acionadas pelas famílias de grupos das elites do agronegócio de Mato Grosso do Sul, para assegurar a reprodução dos capitais sociais, econômicos, culturais e escolares, a fim de explicitar como se constitui as distinções destes

Endereço: Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação/UFMS

Bairro: Caixa Postal 549 **CEP:** 79.070-110

UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE

Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** bioetica@propp.ufms.br